Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH
Mestrado em História

ADRIANO AUGUSTO SGRIGNERO

Em busca da originalidade e unidade da nação: razões e critérios para uma História Geral do Brasil segundo os Pareceres e Juízos publicados pela RIHGB (1838-1860).

Campinas, fevereiro de 2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP
Bibliotecária: Maria Silvia Holloway – CRB 2289

Sg66e

Sgrignero, Adriano Augusto
Em busca da originalidade e unidade da nação: razões e critérios para uma História Geral do Brasil segundo os pareceres e juízos publicados pela RIHGB (1838-1860) / Adriano Augusto Sgrignero. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.

Orientador: Izabel Andrade Marson.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Visão política e social. 2. Brasil – História – II Reinado, 1840-1889. 3. Brasil – História – Regências, 1831-1840. 4. Historiografia. I. Marson, Izabel Andrade. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Título em inglês: **In search of originality and unity of the nation: Brazilian History reasons and criteria according to opinions and judgements published by RIHGB (1838).**

Palavras chaves em inglês (keywords) : **Brazil – History – 2nd Reign, 1840-1889**
Brazil – History – Regencies, 1831-1840
Historiography

Área de Concentração: Política, memória e cidade

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: **Izabel Andrade Marson, Iara Lis Schiavinatto, Virginia Camilotti**

Data da defesa: 24-02-2010

Programa de Pós-Graduação: História

ADRIANO AUGUSTO SGRIGNERO

Em busca da originalidade e unidade da nação: razões e critérios para uma História Geral do Brasil segundo os Pareceres e Juízos publicados pela RIHGB (1838-1860).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Izabel Andrade Marson.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação à Comissão Julgadora em 24/02/2010 como um requisito para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA

Profa. Dra. Izabel Andrade Marson (orientadora)

Profa. Dra. Iara Lis Schiavinatto (membro)

Profa. Dra. Virginia Célia Camilotti (membro)

Profa. Dra. Márcia Regina Capelari Naxara (suplente)

Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani (suplente)

FEVEREIRO/2009

A minha esposa Verônica e ao meu filho Nícolas, com todo amor e carinho.

Agradecimentos

Três palavras podem definir este agradecimento: dedicação, fidelidade e companheirismo.

A primeira se encaixa a todos os docentes que de uma forma ou de outra contribuíram para o meu processo de conhecimento e, sobretudo, minha paixão pela vida acadêmica. Aos professores da graduação, da especialização e do mestrado agradeço a atenção e paciência por me iniciarem no conhecimento da disciplina história, disciplina esta tão importante para o entendimento da nossa vida atual.

A palavra fidelidade se enquadra à grande parte dos meus amigos, principalmente àqueles que de fato se envolveram em todo o processo de confecção deste mestrado. Descobri durante esta empreitada que a amizade pode ser muito maior do que uma simples companhia para um bate-papo. Amigo se envolve, luta e vibra junto. Agradeço a vocês, meus amigos, por me acompanharem durante toda este jornada e me darem a força necessária nos momentos propícios.

Companheirismo é a palavra que vi como a mais adequada para família. Independente de conhecimento, ela sempre estará na torcida, sempre acreditando que é possível. Foi assim desde o início.

Agradeço ao programa do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, à orientadora Prof. Dra. Izabel Marson, orientação paciente e com críticas necessárias. Às contribuições oportunas para melhorias deste trabalho por parte da banca de Exame de Qualificação formada pelas docentes Prof. Dra. Virgínia Célia Camilotti e Prof. Dra. Iara Lis Schiavinatto, e que coincidentemente também foram minhas orientadoras em momentos anteriores, na graduação pela Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba) e início de minhas atividades acadêmicas na Unicamp.

Aos professores da Unimep por despertarem em mim, durante o primeiro estágio da minha formação, o interesse pelo ofício de historiador. Em especial aos professores Donato, Chico, Márcia, Joseli, Fernando e Virgínia.

Ao Haldumont Nobre Ferraz (*in memoriam*) por ter-me aberto as portas do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP) para minhas pesquisas e demais atividades. À Dona Odila, também do IHGP, por ter auxiliado sempre que necessário com sua disponibilidade ímpar.

Gostaria também de agradecer as contribuições dos colegas de curso da Unicamp que muito contribuíram no debate de alguns temas, no companheirismo e momentos agradáveis: Érika Zerwes, Ana Rita Uhle, Daniel Faria e Vivane G. Ceballos. Não posso deixar de citar o secretário da pós-graduação da Unicamp, o Junior, que sempre contribuiu com prontidão na burocracia necessária para as atividades deste mestrado.

Agradeço aos amigos que acompanharam toda minha luta inicial e que participaram ativamente para hoje eu estar aqui: Fábio, o H, amigo fiel e historiador incansável de conhecimentos, por me auxiliar sempre nas dúvidas e sugestões. Ao Vitor, que participou ativamente da minha busca pelo mestrado até o ingresso na Unicamp, e à sua esposa Andréia, historiadora que compartilhou de suas idéias no início dos trabalhos deste mestrado. Aos amigos Jaime, que compartilhou de algumas atividades no IHGP e auxiliou no início desta dissertação, ao Max e à Maira, pelo companheirismo e amizade. Agradeço a vocês por todas as contribuições dadas no início dessa trajetória.

À minha família: meu pai, Edson Noedi Sgrignero (seu Nonô), e minha mãe, Teresinha Jud, pela formação da pessoa que sou hoje e por terem acreditado que eu chegaria até aqui. Aos irmãos, Edson (Junior) e Rodrigo (o Didi) e à minha irmã Elaine (a Nê), que muito me auxiliou nas dificuldades com a língua inglesa.

Agradeço aos meus sogros, Antonio Teodoro Ribeiro Guimarães, que se formou doutor durante a conclusão desta dissertação, muito me auxiliou na busca pelo conhecimento e me deu muita força durante períodos conturbados, à Rejane de Oliveira, também historiadora, que sempre debateu os temas da dissertação com muito interesse e auxiliou na reta final com sua revisão.

À minha esposa Verônica (Vevê) que acompanhou de perto e desde o início todas as atividades que envolveram o mestrado, me dando a força que eu precisava para acreditar que chegaria ao final (sabendo suportar com ternura compreensiva meus muitos momentos de ausência). Agradeço a ela o presente dado ao final de todo esse trabalho, o nascimento

do meu primeiro filho, Nícolas. Também à ele, que mesmo sem saber, e apenas com um olhar ou um sorriso nos lábios, me deu o impulso necessário para os momentos finais.

Para encerrar, agradeço a tantas outras pessoas que tiveram envolvidas nas diversas atividades que fizeram parte deste mestrado e que aqui não foram citadas (seria uma interminável lista). Para muitos, os nomes mencionados podem soar no vazio, mas foram pessoas que muito me auxiliaram neste período, de uma forma ou de outra, e que foram especialmente lembradas para este agradecimento.

O meu muito obrigado a todos!

Adriano Augusto Sgrignero

ÍTACA

Constantino Kavafis.

Se partires um dia rumo à Ítaca
Faz votos de que o caminho seja longo
repleto de aventuras, repleto de saber.
Nem lestrigões, nem ciclopes,
nem o colérico Posidon te intimidem!
Eles no teu caminho jamais encontrarás
Se altivo for teu pensamento
Se sutil emoção o teu corpo e o teu espírito tocar
Nem lestrigões, nem ciclopes
Nem o bravio Posidon hás de ver
Se tu mesmo não os levares dentro da alma
Se tua alma não os puser dentro de ti.
Faz votos de que o caminho seja longo.
Numerosas serão as manhãs de verão
Nas quais com que prazer, com que alegria
Tu hás de entrar pela primeira vez um porto
Para correr as lojas dos fenícios
e belas mercancias adquirir.
Madrepérolas, corais, âmbares, ébanos
E perfumes sensuais de toda espécie
Quanto houver de aromas deleitosos.
A muitas cidades do Egito peregrinas
Para aprender, para aprender dos doutos.
Tem todo o tempo ítaca na mente.
Estás predestinado a ali chegar.
Mas, não apresses a viagem nunca.
Melhor muitos anos levares de jornada
E fundeares na ilha velho enfim.
Rico de quanto ganhaste no caminho
Sem esperar riquezas que Ítaca te desse.
Uma bela viagem deu-te Ítaca.
Sem ela não te ponhas a caminho.
Mais do que isso não lhe cumpre dar-te.
Ítaca não te iludiu
Se a achas pobre.
Tu te tornaste sábio, um homem de experiência.
E, agora, sabes o que significam Ítacas.

Constantino Kabvafis (1863-1933)
in: O Quarteto de Alexandria - trad. José Paulo Paz. (grifos nossos)

RESUMO

Esta dissertação identifica e analisa a articulação entre a disputa pela definição de quais as razões e os critérios adequados a configuração de um *passado* para o Brasil e o projeto político Imperial. A partir do exame dos artigos nomeados de Juízos e Pareceres (avaliações de obras de escritores nacionais e estrangeiros que abordaram a História do Brasil contemporâneo a fundação do IHGB e publicados pela RIHGB), da exploração dos extratos das Atas das sessões periódicas e das sessões aniversárias, buscamos mapear o debate que se estabeleceu a propósito da escrita de uma História Geral para o Brasil, travado pelos membros do IHGB entre 1838-1860. Procuramos evidenciar o quanto essa discussão e seu trajeto perpassam questões e embates políticos vivenciados pelo processo de emancipação política da América Portuguesa, do decorrer do conturbado período regencial e nos primeiros anos do Segundo Reinado.

ABSTRACT

This dissertation identifies and analyses the articulation between the debate of which appropriate reasons and criteria to the configuration of a past to Brazil and its political Imperial project. From the exam of the articles named of Judgments and Opinions (valuation of the works of the national and foreign writers who approach the history of contemporary Brazil to the IHGB and published by RIHGB), of the exploration of the extracts of the regular and anniversary sessions, we tried to map the debate which established itself by the way of a Brazil General History, established by the IHGB members between 1838 and 1860. We tried to make evident how much this discussion and its pathway pass by the political questions and impacts experienced by the political emancipation process of the Portuguese America, during the troubled regency period and the first years of the Second Reign.

ÍNDICE

Introdução..... 01

1 - OBJETIVOS E PROPOSIÇÕES DO IHGB..... 08
1. Instituto Histórico: diálogo entre cultura e política..... 09
1.1 A fundação e os fundadores do IHGB..... 10
2. Proposições e desempenho do IHGB..... 20
3. A Revista do IHGB: conteúdo e significados..... 32
3.1 Conteúdo das Atas..... 36
4. Juízos e Pareceres publicados na RIHGB 46

2 – O INSTITUTO HISTÓRICO E A PRODUÇÃO ESTRANGEIRA SOBRE O BRASIL..... 53
1. Estrangeiros no Brasil: Dois momentos..... 54
1.1 Facilidades aos Ingleses e Germânicos..... 58
1.2 Os interesses Franceses no Brasil..... 60
2. Literatura de viagem: Construção de um saber..... 62
3. Juízos e Pareceres sobre obras de autores estrangeiros e contemporâneos à fundação do IHGB..... 68

3 – O INSTITUTO E A PRODUÇÃO "NACIONAL"..... 109
1. A "herança preciosa" – HistóriaS do Brasil conhecidas dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro..... 112
1.1 Pareceres do IHGB sobre a "herança preciosa"..... 115
2. Juízos e Pareceres sobre obras contemporâneas de autores nacionais..... 124

4 – DIFICULDADES PARA A CONFECÇÃO DE UMA HISTÓRIA GERAL PARA O BRASIL..... 189
1. Um consenso difícil..... 189
1.1 Orientações dos fundadores à escrita de uma História do Brasil..... 194
1.2 Orientações estrangeiras à escrita de uma História do Brasil..... 208
2. Dificuldades políticas à escrita de uma História do Brasil..... 219

CONSIDERAÇÕES FINAIS: juízos e pareceres norteiam a escrita de uma História do Brasil..... 224

Bibliografia Consultada..... 233

Obras de Referência..... 239

Fontes Consultadas..... 240

Anexos

Breve Notícia..... 243
Discurso..... 248
Estratos dos Estatutos..... 260

Introdução

Nesta dissertação exploramos os primeiros tomos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e privilegiamos como objeto de estudo os artigos nomeados "Juízos..." e "Pareceres...", que avaliam obras de escritores nacionais e estrangeiros que abordaram a História do Brasil. Procuramos identificar nesses artigos, publicados entre 1838 a 1860, quais as razões e os critérios estabelecidos pelos membros do IHGB para a escrita de uma História Geral do Brasil, e quais suas possíveis preocupações políticas. Pretendemos, dessa maneira, mapear as relações entre a política Imperial e a construção da narrativa histórica que se criou sob os auspícios daquela Instituição no período tratado[1].

Nas primeiras décadas do século XIX, a colônia portuguesa na América passou por uma intensa transformação. A vinda da família real e da corte portuguesa para o Rio de Janeiro viabilizou a abertura econômica e cultural, a ampliação do comércio e de outras atividades econômicas, a autorização e estimulo à entrada de estrangeiros e a criação da imprensa régia, bem como de outras instituições culturais. Simultaneamente, aconteceram importantes alterações institucionais, dentre elas a transformação da colônia em Vice-reino Reino Unido a Portugal e Algarves (1815) e, posteriormente, (1822) a proclamação da independência que, regida por uma constituição centralizadora, se empenhou não somente em evitar a fragmentação do território, como também em preservar a escravidão[2].

---

[1] Manuel Salgado Guimarães analisou um conjunto de artigos da RIHGB que chamou de "textos de fundação", sobre os quais aqui incluímos os respectivos juízos e pareceres. Guimarães indicou que para os membros do Instituto Histórico o passado da nação recém fundada se tornou não somente um objeto de disputa, como também a constituição da própria História do Brasil. Nesse sentido, tais textos constroem, ao mesmo tempo, seus objetos de estudo e seus respectivos aportes metodológicos. De modo semelhante ao de Guimarães, investigamos aqui os procedimentos (razões e critérios), nem sempre explícitos, que denominam um texto como texto de história. Entendemos, desta maneira, que a história não pode ser compreendida como algo natural, já instituída quando da fundação do IHGB, mas como um conhecimentos que se constrói a partir de um processo de disputas políticas. É a consciência desse processo político de construção do texto historiográfico brasileiro que nos permite historiar as formas de constituição de um material que será valorado como *história*. GUIMARÃES. Manuel Luiz Salgado. "A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar". IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) *História Cultural.Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. pp. 9-24; GUIMARÃES. Manuel Luiz Salgado. "A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil". IN: CARVALHO, José Murilo de. (Org.) *Nação e Cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 93-122

[2] DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. 1822 – Dimensões. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.

Segundo Lúcia Guimarães, as disputas partidárias do período regencial (1831-1840) e os conflitos provinciais (políticos de origem urbana e de formação e desempenho político diferenciado até então), exigiram a criação de novos espaços de atuação política[3]. Houve neste sentido, uma revolução ao acesso à palavra escrita com o surgimento de uma impressa periódica de opinião[4] e de associações literárias/cientificas, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838). Suas primeiras responsabilidades foram reunir documentos sobre a história pátria; estabelecer critérios para a escrita de uma História do Brasil "verdadeira" e que ressaltasse a originalidade do país, contribuindo para sua unidade política nacional, e oferecendo, assim, por intermédio da palavra impressa, subsídios para a solução de problemas relacionados à constituição desse novo Estado-Nação.

Assim, com o objetivo de escrever uma História para a recém fundada Monarquia Constitucional, os membros fundadores do IHGB se empenharam tanto em encontrar e selecionar documentos, como em divulgar, em um periódico (Revista do IHGB), as razões e os critérios para a confecção dessa História. Isso porque, eles não validavam, para essa tarefa, nem as histórias provinciais (crônicas ou relatos regionais, pois estavam comprometidas com a colonização portuguesa na América[5]), nem as histórias compostas por escritores estrangeiros (a exemplo da História do Brasil de Southey e outras obras, que comentaremos mais adiante). Para os membros do Instituto, por várias razões, tais imagens, produzidas tanto no novo quanto no velho mundo, seriam consideradas "imprecisas", "confusas" ou ainda, "equivocadas".

A Revista também divulgava textos de várias modalidades, todos feitos pelos participantes do IHGB: memórias, comentários de documentos, biografias e avaliação de

[3] GUIMARÃES, Lucia M. P. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889), Revista do IHGB, n° 388, Rio de Janeiro, 1995.

[4] Sobre a imprensa no inicio do século XIX sugerimos: LIMA, Ivana Stolze. Cores, marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeriro: Arquivo Nacional, 2003; MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de Barros. Palavra, imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003; LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

[5] Mencionamos: *Tratado da Terra do Brasil* e a *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil* de Pêro Magalhães Gândavo (1576); *Tratado Descritivo do Brasil* de Gabriel Soares de Souza (1587); *Diálogos das Grandezas do Brasil* de Ambrósio Fernandes Brandão (1618); *Cultura e opulência do Brasil* de André José Antonil (1710); *História do Brasil* de Fr. Vicente do Salvador (1627). *A Prosopopéia de* Bento Teixeira (1601); *Compêndio Narrativo do Peregrino da América* de Nuno Marques Pereira (1718); *Uruguai* de José Basílio da Gama (1769); *Caramuru* de Fr. José de Santa Rita Durão (1781); *História da América Portuguesa, desde seus descobrimentos até o ano de 1724* de Sebastião de Rocha Pita (1731).

diferentes textos. A maioria resultava de propostas efetuadas durante as sessões periódicas, visando a atender o objetivo maior de escrever a "verdadeira" História do Brasil, ou ainda atentando-se a questões mais pragmáticas, como: oferecer alternativas para a "civilização" dos índios, auxiliar com informações nas discussões ou decisões sobre os limites territoriais, ou ainda discutir sobre o desenvolvimento da agricultura.

De todos os materiais por eles produzidos, destacamos os juízos e pareceres divulgados entre os anos de 1838/39-1860, ou seja, aqueles que datam da fundação da Instituição e da publicação do primeiro número da revista, até o final da década de 1860, momento em que esse tipo de artigo deixou de ser incluído. Supomos que as razões da suspensão desses artigos se deram: pela superação das preocupações com a unidade política, devido ao estancamento das revoltas provinciais, o que pôs fim a necessidade frente à criação de uma História Geral unificadora, e pela incapacidade dos sócio-fundadores mais atuantes (Januário Barbosa, Cunha Matos, São Leopoldo, Aureliano Coutinho, por exemplo) não conseguirem, por razões políticas, chegar a um consenso sobre o perfil da pretendida História. Por isso, os trabalhos produzidos por brasileiros nesse período, como o *Compêndio de História do Brasil* (1843) de José Ignácio de Abreu Lima, as *Lições de História do Brasil* (publicadas em 1861/63 para uso dos alunos do Imperial Colégio do D. Pedro II) e as *Lições de História do Brasil* (para uso das escolas de Instrução Primária), ambos editados por Joaquim Manoel de Macedo, e o trabalho de Francisco Adolfo de Varnhagem, a *História do Geral do Brasil*, conforme explicitou Lúcia Guimarães, não que chegaram a receber a chancela oficial do IHGB.

Tais discrepâncias denotam que, apesar da formação intelectual muito semelhante, como apontada por José Murilo de Carvalho[6], e do compromisso dos sócios fundadores com a facção áulica (pertinentemente apontada por Lúcia Guimarães[7]), não chegou a haver uma homogeneidade de idéias e de concepções entre os sócio-fundadores do IHGB, o que inviabilizou um consenso. Surgiram, por exemplo, discordâncias sobre: por onde se deveria iniciar essa escrita da história, pelas provinciais ou pela corte? Quais experiências, episódios e personagens deveriam ser valorizados? Quais seriam seus heróis? Tais debates

[6] CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
[7] GUIMARÃES, Lucia M. P. O Tribunal da Posteridade. In: PRADO, Maria E. (org.) O Estado como vocação: Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentos. Rio de Janeiro: Access, 1999.

estiolaram-se frente à possibilidade de abalar a recente, e tão delicada, unidade nacional e, por isso, foram neutralizadas pela intervenção decisiva e firme dos secretários e censores: Januário da Cunha Barbosa (1838-1846), Manuel Ferreira Lagos (1846-1851); Francisco Adolpho Varnhagen (1851); Joaquim Manuel Macedo (1852-1855); Manuel de Araujo Porto-Alegre (1855-1859) e o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1859-1876).

Alguns desses documentos, que vamos analisar, já foram pontualmente abordados por outros autores, como por exemplo, o parecer sobre *Viagem Pitoresca ao Brasil*, de Jean Baptiste Debret, mencionado por Renata Vale, num estudo que tratou das concepções de história dos membros fundadores do IHGB, abordando as publicações de José da Silva Lisboa[8]. José Honório Rodrigues, em estudo sobre teoria e método da História do Brasil mencionou as criticas feitas por Adolfo de Varnhagen ao compêndio de José Inácio de Abreu Lima[9]. Manuel Salgado Guimarães mencionou em nota de rodapé, um intenso debate acerca dos limites territoriais ao Sul do Brasil, ele se referia aos pareceres publicados na Revista do Instituto no ano de 1853[10]. Outro estudo, de autoria de Valéria Lima abordou e comparou os pareceres realizados pelo IHGB e pelo *Institut de France* sobre a obra de Jean Baptist Debret[11]. Os outros pareceres e juízos, publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, também foram pontualmente mencionados por Lúcia Guimarães, para demonstrar o descompasso entre o discurso sobre a produção de uma História - reiterativo das orientações da Escola de Ranke e posteriormente da Escola Metódica Francesa - e sua prática efetiva. Em pesquisa minuciosa, o trabalho de Lucia Guimarães levantou o material publicado na RIHGB e constatou que houve, por parte dos fundadores, um empenho maior em constituir e divulgar uma *memória* para a nação do que escrever a sua História. Nesse sentido, os pareceres e juízos são ali concebidos como uma pequena parte efetivamente historiográfica dentre toda produção dessa instituição[12].

---

[8] VALE, Renata William Santos do. Lições da História. As concepções de história dos fundadores do IHGB. Dissertação de mestrado, Puc-Rio, 2003.
[9] RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica. São Paulo: Ed. Nacional, INL, Brasília, 1978.
[10] GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, cit. 13, p. 24.
[11] LIMA, Valeria Alves Esteves. A Viagem Pitoresca e Histórica de Debret: por uma nova Leitura. Tese de doutorado, IFCH/Unicamp. 2003.
[12] GUIMARÃES, Lucia M. P. Op. Cit. 1995.

Dessa maneira, percebemos que nosso objeto de estudo, até agora, não havia sido devidamente explorado, no que concerne à investigação acerca dos critérios e das normas neles presentes. Estas normas são de grande importância, pois explicitam as estratégias e os embates políticos que se digladiavam a fim de determinar a "verdadeira" História Geral do Brasil. A historiografia sobre o Instituto Histórico e sobre sua Revista tem destacado apenas outros textos publicados no periódico como, por exemplo, a documentação oficial: Atas dos encontros periódicos, relatórios e discursos proferidos, além das Memórias preparadas por seus membros.

Com o material de pesquisa selecionado, a metodologia seguiu as considerações de Michel de Certeau em *A operação histórica* e de Roger Chartier em *Por uma sociologia histórica das práticas culturais*[13]. O primeiro nos ensina que a "operação histórica" está no geral estreitamente ligada, em suas práticas e critérios, a instituições com expressivos compromissos políticos e sociais. Dessa maneira, é preciso considerar que a pesquisa histórica, como a empreendida pelo IHGB, guarda vínculos e articula-se a partir de seu lugar de produção: a corte, o Paço Imperial e a Monarquia constitucional. Assim, o discurso histórico está limitado por algumas decisões, ou seja, à escolha dos métodos, das questões relacionadas à documentação e às indagações dos envolvidos que se organizaram em meio a uma topografia de interesses[14]. Com o segundo autor, reforçando o ensinamento de Certeau, apreendemos que a intenção do Instituto Histórico Brasileiro em definir uma única e verdadeira História do Brasil se pautou nos interesses do grupo que a pretendia forjar. Percebemos com Chartier, que a percepção de mundo social de cada integrante do Instituto não era neutra, mas ao contrário, utilizava de estratégias e práticas para impor sua autoridade à custa de outras perspectivas, na tentativa de forçar uma concepção universal de mundo[15].

---

[13] CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. (Memória e Sociedade). Lisboa, Difel, s/d.; CERTEAU, Michel de. *A Operação histórica*. In: NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques. *História: Novos Problemas.* Trad. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1976.

[14] CERTEAU, Michel de. Op. Cit, p. 18. "Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Encontra-se, portanto, submetida a opressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os *dossiers* e as indações relativas aos documentos."

[15] CHARTIER, Roger. Op. Cit. p. 17. "As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem

Assim, selecionado o material e o caminho a ser percorrido, dividimos esta dissertação em três partes. No capítulo 1, abordamos, com apoio em bibliografia, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seus fundadores, destacando suas relações com os quadros administrativos e políticos do Império, as diferenças de origem, escolaridade e atividades de seus integrantes. Em seguida, recorrendo a fontes publicadas na RIHGB, apresentamos seus objetivos e proposições, o conteúdo das matérias da Revista, selecionando e classificando os pareceres e juízos: os que diziam respeito a textos estrangeiros e a obras nacionais.

No capítulo 2, apresentamos limites e condições, compartilhadas pelos estrangeiros, na construção de representações sobre a recém fundada nação. Nesse sentido, levamos em conta a prática de viagem, responsável pelos procedimentos da maioria das obras que se referem ao Brasil contemporâneo ao IHGB, e identificamos interesses e propósitos mais gerais de nações estrangeiras sobre o Brasil. Após esses esclarecimentos e seguindo a ordem cronológica de publicação, descrevemos os pareceres e juízos de obras estrangeiras e apresentamos as biografias dos autores abordados.

No capítulo 3, tratamos dos pareceres e juízos produzidos por comissões formadas por membros do Instituto Histórico que avaliaram obras de autores brasileiros. Muitas dessas obras foram escritas por membros da Instituição como é o caso do Visconde de São Leopoldo (Presidente do IHGB), de Abreu Lima e José Joaquim Machado de Oliveira. Serão descritas as polêmicas entre Adolfo de Varnhagem e Abreu Lima, a propósito do livro deste último, o *Compêndio de História do Brasil*, cujos personagens apresentam posturas políticas e historiográficas diversas; bem como, o debate lançado pelo parecerista Rodrigo de Souza da Silva Pontes sobre o trabalho de Machado de Oliveira, que abordou a questão da definição das fronteiras no sul do Brasil com seus vizinhos republicanos.

Por fim, encerraremos a dissertação com um capítulo conclusivo no qual exploraremos os argumentos que justificam as dificuldades para se construir uma posição de consenso para a construção da almejada História Geral do Brasil. Apresentaremos as diferentes propostas, pensadas por Januário Barbosa em *Lembrança do que devem procurar*

---

os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros; produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas".

nas províncias os sócios do Instituto Histórico, para remetterem à sociedade central do Rio de Janeiro[16]; por Cunha Mattos em *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*, lida na sessão de 15/12/1838, mas só publicada em 1863[17]; por Júlio Henrique Wallenstein[18] (proposição apresentada em concurso aberto pelo IHGB) *Memória sobre o plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*, e o artigo premiado: *Como se deve escrever a História do Brasil* de Von Martius. Além disso, sistematizaremos os resultados obtidos a partir das análises dos Juízos e Pareceres que explorados nos demais capítulos, nos apontam diferentes critérios que, por sua vez, desvelam múltiplos debates políticos.

[16] BARBOSA, Januário da Cunha. Lembranças do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à sociedade central no Rio de Janeiro. Revista do IHGB, n. 2. T. 1. p. 141-142. 1839.
[17] MATTOS, Raymundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. Revista do IHGB. n. 1. T. 26, Rio de Janeiro. p. 121-143. 1863.
[18] WALLENSTEIN, Júlio H. Memória sobre o melhor plano de se escrever a historia antiga e moderna do Brazil (datada de 30/09/1843). Revista do IHGB. n. 64. T.45, p. 159-160. 1882.

Capítulo 1

Objetivos e proposições do IHGB.

> Começamos hoje um trabalho que sem dúvida, remediará de alguma sorte os nossos descuidos, reparando os erros e enchendo as lacunas que se encontram na nossa história.
>
> Cônego Januário da Cunha Barbosa. *Discurso*. RIHGB, Rio de Janeiro. 25/11/1838, p. 12.

Nesse capítulo, concentramo-nos numa análise preliminar sobre a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e os propósitos iniciais que a motivaram. Privilegiamos o recorte de 1839 a 1860, período bastante marcado pela atuação e orientação dos sócios-fundadores, especialmente do primeiro secretário perpétuo Cônego Januário Cunha Barbosa, cuja preocupação se assentava em definir as razões e os critérios para a escrita de uma História Geral do Brasil, atuação esta que coincidiu com a consolidação e organização do Estado Imperial, assim como com o processo de centralização político-administrativa que assegurou a incorporação de todas as províncias do Império ao controle da corte do Rio de Janeiro, política que se completou somente com o Ministério da Conciliação (1853-1856)[19].

Nesse sentido, exploramos os Extratos das Atas das sessões ordinárias, das sessões públicas aniversárias, e três documentos específicos: a Breve Notícia sobre a fundação do IHGB, o Discurso de fundação e os Extratos de seus Estatutos. Fizemos também um estudo comparado dos autores que se debruçaram sobre a história do IHGB, bem como de seus membros fundadores a fim de analisar quem eram estas pessoas e a sua importância para a consolidação do IHGB. Identificamos ainda, as diversas iniciativas dos membros fundadores e seus principais objetivos, dentre os quais vamos destacar a produção e

[19] DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. 1822 – Dimensões. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986. p. 169-171.

publicação de uma série de artigos denominados de Juízos e Pareceres, uma iniciativa estreitamente vinculada ao propósito de construir uma História Geral do Brasil.

1. Instituto Histórico: diálogo entre cultura e política.

> (...) leu o seu primeiro secretario, marechal Raymundo José da Cunha Mattos, uma 'proposta', por elle assignada e também pelo secretário adjunto o cônego Januário da Cunha Barboza, para a creação de um Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, filial da Sociedade Auxiliadora, pedindo que se obtenha a necessária approvação da assembléia geral da mesma sociedade [20].

Em meados do século XVIII diversas nações se formaram nas Américas e na Europa; nesse período assistimos a organização de associações e instituições culturais, algumas delas fundadas na colônia portuguesa da América[21]. Muitas dessas instituições apresentaram críticas e defenderam reformulações ao próprio sistema colonial, embora em sua maioria, organizadas por funcionários da Metrópole, ou seja, sob a "dependência da autorização, do patrocínio e da vigilância oficiais"[22]. Neste formato, mas num novo contexto, novas e diversificadas instituições continuaram a ser criadas durante o XIX, no geral inspiradas por concepções científicas e românticas daquele século[23], traço que as legitimava e lhes conferia importância, até porque elas eram também portadoras e produtoras de um saber dito oficial.

A legalidade dessas instituições, portanto, devia-se à sua aproximação e vínculos com os governos, pelo *status* atribuído aos estabelecimentos científicos e pela comunhão e aprovação entre seus pares. Algumas dentre elas se dedicaram especialmente à pesquisa e

[20] BREVE NOTÍCIA. Revista do IHGB. n. 1. T. 1, Rio de Janeiro. 1839. p. 5.
[21] Mencionamos entre as agremiações do Brasil - Colônia do século XVIII: Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-25, Bahia); Academia dos Felizes (1736-40, Rio de Janeiro; 1770, São Paulo); Academia dos Seletos (1752, Rio de Janeiro); Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos (1759-60, Bahia); Academia Científica do Rio de Janeiro (1772-79) e a Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1768-90).
[22] A Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos foi, por exemplo, fundada e protegida pelo vice-rei do Brasil Vasco Fernandes César e Menezes e extinta em 1860, pelo Marques de Pombal quando manda prender seu presidente perpétuo. Outra agremiação caracterizada por uma agitação ideológica que suscitou ideal liberal defendido no século XIX, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro foi considerada perigosa pelas autoridades do período. CASTELO, José Aderaldo. *O movimento Academicista. i*n: COUTINHO, Afrânio (dir). A literatura no Brasil, Ed. Global, 2004, 7° edição, p. 170-185.
[23] NAXARA, Marica R. C. Cientificismo e Sensibilidade Romântica. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Unb, 2004.

reflexão sobre o passado e mantiveram entre si intensa correspondência, compartilhando métodos, documentos, resultados de trabalhos, como também, prestígio, legitimidade e integrantes, como foi o caso do IHGB[24].

Dessa maneira encontramos, também no Brasil, exemplos de instituições fundadas no processo de constituição do Estado, e que estiveram particularmente envolvidas com a Monarquia, num primeiro momento vinculado à Portugal pela condição de Reino-Unido e, após a independência, à recém fundada Monarquia Constitucional. São originárias deste período: as Escolas de Medicina do Rio de Janeiro (1809) e a Escola Médica da Bahia (1808), a Real Biblioteca (Biblioteca Nacional) (1810), a Sociedade da Indústria Nacional (SAIN) (1826), as Escolas de Direito de São Paulo e de Olinda (1828), o Arquivo Nacional (1838), o Colégio D. Pedro II (1838), o Museu Imperial (1842). Dentre elas, destaca-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838.

1.1 A fundação e os fundadores do IHGB

No último quartel de 1838, o cônego Januário Cunha Barbosa e o marechal Raymundo José de Cunha Mattos, membros do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)[25] e correspondentes do Instituto Histórico de

[24] Em alguns casos, muitos estudiosos que compunham o quadro de uma destas instituições, integravam também o quadro de outras, tanto de sua nacionalidade como a de estrangeiras. Como exemplo: Em Sessão aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a presença do então Regente Araújo Lima, o discurso informou o resultado obtido no primeiro ano, no que tange ao estatuto em estabelecer contato com instituições congêneres, pois contavam com o número de 175 membros correspondentes, dentre instituições de Nápoles, Portugal, Prússia, Baviera, Peru, Chile, França e Buenos Aires. WEHLING, Arno. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Revista do IHGB. n° 338 – Ano XII. Rio de Janeiro, jan/mar. 1983. p. 8; Ver também: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 2-3.

[25] A SAIN, criada em 1827, tinha características das instituições do mesmo gênero que surgiram durante o século XVIII na Europa. Marcada pelo espírito iluminista, foi encarada como parte do processo de centralização do Estado Monárquico Brasileiro, cuja pretensão foi pensar projetos que visualizassem a totalidade do Brasil, direcionando diferentes regiões a objetivos comuns. CORREA Filho, Eng. Virgilio. Como se fundou o Instituto Histórico. Revista do IHGB, n° 255. Rio de Janeiro, abr/jun, 1962. p 3-4.; "(...) cujo fim principal é auxiliar a indústria, mormente pelo que respeita à aquisição de Maquinismos, que, expostos às vistas do Público, façam-se conhecidos, possam ser copiados, e desafiem o interesse dos nossos Agricultores, e dos nossos Artistas: para que por meio deles consigam minorar os trabalhos da mão de obra, obtendo ao mesmo tempo com mais facilidades, perfeições, e com menos despesas maior soma de produtos", SILVA, José Luiz Werneck da. Isto é o que me parece. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 a 1877. Niterói: UFF (mimeo), Volume primeiro, 1979, p. 68. Apud: VALE, Renata W. S. do. Op. Cit. p. 16.

Paris (IHP), juntamente com políticos e membros importantes da sociedade da corte, organizaram a criação de um Instituto Histórico e Geográfico no Brasil, localizado na cidade sede do governo, o Rio de Janeiro.

Embora com origem, formação e desempenho muito diferentes, ambos já tinham, nesse momento, uma expressiva carreira política, particularmente envolvida com o processo de independência e com serviços do Estado. Januário da Cunha Barbosa (1780-1846) era natural da cidade do Rio de Janeiro, onde cursou o Seminário Episcopal e desenvolveu toda sua carreira eclesiástica. Foi ordenado sacerdote em 1801, e presbítero secular em 1803. Tornou-se pregador da Capela Real em 1808, e Lente Proprietário da Cadeira de Filosofia Racional e Moral da Corte em 1814. Membro da loja maçônica Grande Oriente e partidário de um pacto menos restritivo entre a metrópole e a colônia, atuou intensamente a favor da independência, sobretudo após 1821, quando as Cortes de Lisboa abandonaram a postura conciliatória e entraram em desacordo com os interesses dos grupos brasileiros. Fundou, juntamente com Gonçalves Ledo, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, periódico favorável à independência, que circulou entre setembro de 1821 até outubro de 1822, como um porta-voz da tendência política que dominava a Maçonaria e o Senado da Câmara no Rio de Janeiro, formada em sua maioria por "brasileiros" inclinados a um liberalismo questionador do domínio português. Participou do episódio do Fico, sendo um dos mentores da Representação do Rio de Janeiro que se dirigiu ao príncipe regente, estimulando-o a desobedecer as ordens da Cortes em Lisboa. Em dezembro deste mesmo ano de 1822 foi, por influência de José Bonifácio, preso e acusado de traição (de ser adepto do regime republicano), e deportado sem direito a defesa. Absolvido das acusações, retornou ao Brasil em 1823. A partir de então, passou a partilhar do ambiente da corte e dos meios parlamentares: foi cônego da Capela Imperial, a convite de D. Pedro I; deputado da Assembléia Geral na primeira legislatura (1826) e, em 1830, foi nomeado diretor da imprensa nacional Após a abdicação, reapareceu na vida política ao lado de Evaristo da Veiga, no conselho diretor da Sociedade Defensora, que batalhou pela mobilização da sociedade contra os adeptos da restauração de D. Pedro I. Em 1838, ao lado de Cunha Mattos, fundou o IHGB e ocupou até seu falecimento, a cadeira de secretário perpétuo[26].

[26] VAINFAS, Ronaldo (dir). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 394; ENVYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Organizado e redigido com a collaboração

Por sua vez, Raymundo José de Cunha Mattos era português de origem, nascido na cidade de Faro, reino de Algarves, a 2 de novembro de 1776. Com 14 anos assentou praça como soldado raso na sua cidade natal e estudou matemática aplicada à artilharia. Como militar exerceu diversas funções, sendo até Governador Interino nas ilhas africanas de São Tomé e Príncipe. Em 1817, deu continuidade à sua carreira militar no Brasil e, após a independência, iniciou uma bem sucedida carreira política. Foi nomeado Governador das Armas da província de Goiás (1823), com o objetivo de garantir a união da província ao Brasil recém independente. Eleito pela mesma província, em 1825, foi deputado à primeira legislatura, e reeleito em 1830. Em 1839, quando faleceu (2/3/39), havia chegado ao mais alto posto da hierarquia do exército, era Marechal de Campo Graduado e Vogal do Supremo Conselho Militar[27].

Na *Proposta* de criação do Instituto Histórico, apresentada em sessão da SAIN, defenderam a construção de uma História do país consoante ao projeto político de uma monarquia constitucional. Também propuseram a divulgação desta História, através de revistas, tendo por objetivo "educar, esclarecer, e representar a identidade do Brasil e dos brasileiros", além de legitimar um poder intelectual que ditaria o rumo político para a nação recém fundada. Em outros termos, na tentativa de ajudar a solucionar uma infinidade de problemas, questões e divergências relacionados à constituição de um novo Estado-Nação, um grupo de políticos e funcionários do estado imperial propôs a criação de um órgão que auxiliasse a administração e definisse os contornos políticos e simbólicos da Nação. A proposta de criação do IHGB, feita pelos membros da SAIN, atribuiu a nova instituição o papel de fundador de uma historicidade para o Brasil, procurando anular a existência de impasses e de diferenças políticas (já que se propõe construtora de um saber imparcial) e relegando ao esquecimento outros lugares (contemporâneos ou não ao HGB) e suas práticas historiográficas a escrita da História[28].

---

de distinctos homens de sciencia e de lettras brasileiros e portuguezes. Vol. 2. W. N. Jackson Editor. Rio de Janeiro. s/a. p. 1208.

[27] ENVYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Op. Cit. Vol. 12. p. 7135. s/a.

[28] Segundo Iris Kantor, academias setecentistas, ou seja, anteriores ao processo de emancipação do Brasil e da fundação do IHGB, desenharam seus próprios objetos e métodos. Naquele momento, por exemplo, as academias brasílicas dos Renascidos e dos Esquecidos fizeram uso da diplomática moderna, que a partir do final do século XVII modificou as técnicas para autenticação de documentos; consideraram necessário o domínio da técnica erudita que identificasse discrepâncias cronológicas; e, fixaram um cânon factual da História do Brasil, sendo os primeiros a abordarem o tema do descobrimento da América portuguesa por Pero Álvares Cabral. Nesse sentido, os membros das duas academias produziram um conhecimento sobre o

Vários estudos já trataram do Instituto Histórico e dos conteúdos da sua Revista Trimestral. Dentre eles destacam-se Manuel Luis Salgado Guimarães, Lilia M. Schwarcz, Arno Wehling, Lucia Maria Paschoal Guimarães e Temístocles Cezar. Quanto à história dos membros fundadores do Instituto Histórico e de seus vínculos com a política imperial, enfatizamos *Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional* de Manuel Luis Salgado Guimarães; *Os guardiões de nossa história oficial,* de Lilia M. Schwarcz; o artigo *As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* de Arno Wehling; e a tese de doutorado *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*, de Lúcia Maria Paschoal Guimarães, os últimos dois trabalhos foram publicados nas páginas da Revista do IHGB [29].

Arno Wehling registra que entre os vinte e sete fundadores[30], nove eram políticos - senadores, ministros e conselheiros de Estado - o que implica em reconhecer "a integração do Instituto ao establisment imperial". Ainda lembra que pertenciam à alta burocracia do

---

passado da América Portuguesa que abordou o processo de povoamento (atribuindo um destino provincial á colonização portuguesa) e discutiu questões geográficas (mito da ilha Brasil), além de uma historiografia instrumental, para o controle e posse do território. KANTOR, Iris. Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo: Hucitec, 2004. Capitulo 2 e 3.

[29] Destacamos entre o material consultado para a dissertação: Os artigos de GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, "Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional", *in*: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Jan/1988, nº 01; "Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte", *in:* HEIZER. Alda. VIEIRA, Antonio Augusto Passos. (org.) Ciência, Civilização e Império nos Trópicos. Rio de Janeiro: Access, 2001; "A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar", *in:* PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) História Cultural: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003; "A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil", in: Carvalho, José Murilo de. (org.) Nação e Cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; a publicação da socióloga SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os guardiões da nossa História Oficial. Os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP, 1989; GUIMARÃES, Lucia M. P. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889), Revista do IHGB, n° 388, Rio de Janeiro, 1995, e os artigos: "O Império de Santa Cruz: a Gênese da memória", *in: Ciência, Civilização e Império*. Op. cit, pp. 265-285 e "O Tribunal da Posteridade", *in:* PRADO, Maria E. (org.) O Estado como vocação: Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentos. Rio de Janeiro: Access, 1999; CEZAR, Temístocles. "Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX Ensaio de história intelectual", *in:* PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) História Cultural: experiências de pesquisa. Op. Cit. pp.173-208.

[30] Relação dos 27 membros fundadores: Alexandre M. de Mariz Sarmento; Antonio Alves da Silva Pinto; Antonio P. Guedes de Andrade; Aureliano de Oliveira Coutinho; Bento da Silva Lisboa; Caetano Maria Lopes Gama; Cândido José de Araujo Vianna; Conrado Jacob Niemeyer; Emilio Joaquim da Silva Maia; Francisco C. da Silva Torres e Alvim; Francisco Ge de A. Montezuma; Inácio Alves Pinto de Almeira; Januário da Cunha Barbosa, João Fernandes Tavares; Joaquim Caetano da Silva; Joaquim Francisco Vianna; José Antonio da Silva Maia; José Antonio Lisboa; José Clemente Pereira; José Feliciano Fernandes Pinheiro; José Lino de Moura; José Marcelino da Rocha Cabral; José Silvestre Rabelo; Pedro de Alcântara Bellegarde; Raimundo José da Cunha Mattos; Rodrigo de Souza Silva Pontes; Tomé Maria da Fonseca.

Império, pois funcionalmente "eram magistrados, advogados, funcionários públicos, administrativos, eclesiásticos e negociantes"[31], prestando serviços ao governo imperial. Ao analisar o quadro sócio-profissional, argumentou que as características da elite política do Império, definidas por José Murilo de Carvalho, - "defesa da unidade, consolidação do governo civil, redução dos conflitos a nível nacional, limitação da mobilidade social e da mobilidade política" – demonstravam uma unidade ideológica capaz de superar a heterogeneidade funcional[32].

Para Wehling, o Instituto Histórico tem sua origem relacionada a uma elite política moderada, opositora tanto dos liberais exaltados e de suas soluções democráticas, quanto do modelo neo-absolutista do partido da restauração de D. Pedro I. Esses fundadores temiam o grande contingente de não-cidadãos e de cidadãos livres, porém pobres, excluídos da participação política. O que demonstra a recusa em aceitar saídas liberais radicais que pusessem em perigo suas propriedades e seus direitos políticos[33]. Assim, aquele órgão emergiu no âmago da Corte e no conveniente seio da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, reduto de cafeicultores fluminenses que dependiam da escravidão e viam no liberalismo do modelo inglês, e de uma monarquia constitucional, a melhor forma de combater tanto o federalismo excessivo e um eventual desmembramento do país, quanto às ameaças dos opositores à escravidão[34].

Outro autor, Manuel Luiz Salgado Guimarães, ao examinar o quadro dos fundadores encontrou entre eles uma amostra do "perfil intelectual atuante naquela instituição". Podiam ser magistrados formados em escolas jurídicas e ou militares e burocratas, ou seja, a maioria desempenhava alguma função no Estado. Destacou que alguns eram portugueses vindos em 1808, e fiéis à coroa; e como Wehling constatou a partir do critério da origem social dos fundadores, que a "diversidade de origem social (...) é, contudo, nivelada por um processo de educação segundo a tradição jurídica de Coimbra" apesar de, não obstante, discordar daquele autor quanto ao uso de um único critério para definir práticas políticas e ou intelectuais[35].

[31] WEHLING, Arno. Op. Cit. 1983. p. 9.
[32] Ibid, p. 10.
[33] Ibid, p. 35-36.
[34] Ibid, p.12.
[35] GUIMARÃES, Manuel. Op. Cit. p. 11.

Lilia Schwarcz também indicou os vínculos entre os membros fundadores e as funções centrais do Estado, pois dos vinte e sete sócios fundadores, vinte e dois ocupavam espaços na "hierarquia interna do Estado". Para exemplificar, lembrou o político José Feliciano F. Pinheiros, visconde de S. Leopoldo, que acumulou os cargos de conselheiro e senador e a primeira presidência do Instituto Histórico. Além deste caso, outros membros eram empregados do Supremo Tribunal, desembargadores ou procuradores. O exame dos fundadores constata "nada menos que dez conselheiros de Estado, sendo seis destes ainda senadores", ou seja, o Instituto Histórico reunia a "nata da política imperial". Como Salgado Guimarães e Arno Wehling, aponta que parte dos integrantes nasceu em Portugal e eram "fiéis defensores da Casa de Bragança". Assim, Schwarcz considera que apesar "da definição formal do IHGB como estabelecimento cientifico – cultural", a instituição se apresenta interna ou externamente como uma fala oficial, única e verdadeira[36].

Para compreender o projeto de fundação do IHGB, Lúcia Maria Paschoal Guimarães examinou os membros fundadores e construiu um quadro sócio-profissional seguindo a tese de José Murilo de Carvalho, de "que a homogeneidade ideológica dos setores dominantes da sociedade imperial era propiciada, sobretudo, pela socialização dos seus integrantes". A partir deste modelo, levantou dados biográficos constatando aproximações nas características referentes tanto à origem, a escolaridade e a titulação, quanto às atividades desempenhadas pelos sócios.

Um aspecto relevante na análise sócio-profissional feita pela autora encontra-se na escolaridade de vinte quatro dos primeiros sócios. Constata que somente quatro possuíam curso médio obtido pela freqüência a "seminários, aulas régias e humanidades"; o restante concluiu o curso superior optando pelo ideal de educação luso-brasileiro - primeiro pelo curso jurídico, em segundo, pelas escolas militares e em terceiro pela opção menos conhecida, a de medicina nas faculdades francesas[37]. Para Lúcia Guimarães, essa formação além de designar uma homogeneidade cultural e ideológica, também indica a procedência social do grupo analisado – o funcionalismo público, a política e o comércio. Logo, entre os fundadores que concluíram curso superior, somente o Major Pedro de A. Bellegarde, formado na Academia Real Militar da cidade do Rio de Janeiro, não havia concluído sua

[36] SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 7-8.
[37] GUIMARÃES, Lucia M. P., 1999. p. 41.

formação na Europa[38]. É importante lembrar que somente nos anos seguintes à vinda da Família Real portuguesa (1808) é que foram criadas as primeiras escolas de nível superior na América Portuguesa[39], e por isso, no geral, cargos e funções foram ocupados por muitos dos portugueses que acompanharam o príncipe regente[40]. Não por acaso, os primeiros atos políticos de D. João também estiveram ligados à criação de instituições que pudessem fundar as bases de formação de recursos humanos visando a constituição de um Estado civilizado, dentre elas cursos jurídicos e médicos. É importante lembrar que, naquele momento, os caminhos para estudar em Lisboa estavam fechados pelas guerras napoleônicas. O processo de Independência veio reforçar a criação de escolas dedicadas à formação de uma elite política[41] e registrou duas gerações distintas de políticos. A primeira, com formação em Portugal (Coimbra) e atuante no processo de consolidação política do sistema Imperial (1822-1853), foi substituída por uma geração de brasileiros, que ocupou seu lugar ao final da Revolução Praieira (1848) e durante o processo de Conciliação[42].

Ainda examinando o perfil dos sócios fundadores, Lucia Guimarães reconhece que a grande maioria desenvolvia atividades políticas, mas havia entre eles um professor, um comerciante e dois militares, sendo que somente o Senador José Feliciano F. Pinheiro havia obtido o título de Visconde São Leopoldo das mãos de D. Pedro I. Nesse sentido, a autora discorda da tese que enfatiza a presença de pessoas oriundas da aristocracia rural no quadro inicial do IHGB. Para ela, predominavam personagens de origem urbana descendentes de militares e funcionários públicos que, articulados com o processo de independência e

---

[38] Ibid, p. 41.

[39] Construções e reformas apontariam o desejo da Corte portuguesa em permanecer no Brasil: "As construções não paravam: refere-se em sua correspondência [Luis dos Santos Marrocos] às reformas do arsenal da marinha, a um palácio no sítio de Andarati para Dona Carlota residir, a um aumento no palácio de S. Cristóvão para o verão da família real (abril de 1815), (...). Loterias e subscrições voluntárias atestavam os interesses de enraizar a Corte. (...) Também interessantes são as suas referências aos investimentos particulares das principais fortunas da Corte.". DIAS, Maria Odila Silva. Op. Cit. p. 172.

[40] CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A fundação de um Império Liberal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque: História Geral da Civilização Brasileira, 11° Ed. São Paulo: Difel, 1970, Tomo II, 1° Volume. p. 141; Ver também: "Numa perspectiva administrativa, o impacto mais imediato da transferência da Corte e da burocracia real para o Brasil, na primeira década do século passado [XIX], foi o crescimento fantástico do aparato estatal. (...) e uma aguda acentuação das dispensas patrimoniais de benefícios para um imenso grupo de favoritos reais e dependentes pessoais que não contavam com meios próprios de subsistência neste lado do Atlântico". URICOECHEA, F. O Minotauro Imperial. A burocracia do Estado Patrimonial Brasileiro no século XIX. São Paulo: Difel, 1978. p. 90-107.

[41] CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p. 59-60.

[42] Ibid. p. 59-66.

posteriormente com a regência, tornaram-se os homens públicos que comandaram o Brasil até meados do século XIX[43].

Assim como outros autores, Lúcia Guimarães também indicou a presença de portugueses entre os fundadores, "indivíduos que se deslocaram para o Brasil quando da transmigração da Família Real", em 1808, portugueses enraizados que haviam participado politicamente do processo de independência e ocupado cargos da administração durante o Primeiro Reinado[44]. Destaca o caso de José Silvestre Rebello (1779-1844), comerciante que estando no Brasil quando se proclamou a independência, optou pela nacionalidade brasileira e atuou como homem de confiança de D. Pedro I, encarregado dos negócios do Brasil nos EUA[45] tanto para resolver a questão do reconhecimento da então proclamada Monarquia Constitucional brasileira[46], quanto os problemas relativos a apreensão de navios negreiros[47].

Nesse grupo mais velho que integrou os fundadores estavam, além dos portugueses - os Marechais Cunha Mattos, Torres Alvim e o comerciante José Clemente Pereira – brasileiros que participaram da cena pública no processo de independência, ou ocuparam cargos desde a chegada do príncipe regente D. João, como o mencionado Visconde de São Leopoldo. Além deles, a autora menciona o financista José Antonio Lisboa, que fora Ministro da Fazenda no Primeiro Reinado, e alguns dos parlamentares que compuseram a Assembléia Constituinte de 1823, como Caetano Maria Lopes Gama, Cândido José de Araujo Vianna, José Feliciano Fernandes Pinheiro, José Antonio da Silva Maia e Francisco Gê de A. Montezuma[48].

Quanto aos membros mais jovens, no geral nascidos no Brasil, eles provinham tanto da capital como das províncias do Império – Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul[49]. Muitos iniciaram uma carreira política após o 7 de abril de 1831

[43] GUIMARÃES, Lucia. 1999, p. 42.
[44] GUIMARÃES, Lucia. 1999. p 40.
[45] Ibid. p 40.
[46] José Silvestre Rebello foi enviado aos Estados Unidos (EUA) para resolver a questão do reconhecimento do recém fundado Estado brasileiro. Soube captar simpatias da jovem república ao afirmar que a única diferença entre as formas dos governos americano e brasileiro consistia em que o seu magistrado se chamava Imperador e era vitalício e dos EUA, por sua vez, chamava-se presidente e era eletivo. SOUZA, Octavio Tarquínio de. História dos Fundadores do Império do Brasil, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 188-189.
[47] ENVYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Vol. 16. s/a. p. 9593.
[48] GUIMARÃES, Lucia. 1999. p. 43.
[49] Ibid, p. 40.

como participantes na abdicação do Imperador e na constituição da Regência[50]. Desta forma, encontramos relacionados a este último grupo, Aureliano de Oliveira Coutinho, Bento da Silva Lisboa, Joaquim Francisco Vianna e Rodrigo de Souza Silva Pontes.

Historiando a formação do grupo político que fundaria o IHGB, Lucia Guimarães esclarece que, após a morte do imperador Pedro I em 1834, a Regência aproximou elementos do partido restaurador e alguns remanescentes da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro, encabeçada pelo Deputado Evaristo da Veiga, antigo reduto dos liberais exaltados que, com o passar do tempo e diante das atribulações vivenciadas nos primeiros anos do período regencial, tornou-se mais moderada[51]. Afirma que, uma vez conhecidos alguns vínculos partidários dos membros fundadores, torna-se inadmissível aceitar alegações românticas para a criação do IHGB, como por exemplo, a motivação resultante do amor às letras. Nesse sentido, defende a idéia de que essas figuras teriam se aproximado, inicialmente, ainda em dezembro de 1833, durante a gestão do Terceiro Gabinete da Regência, quando Aureliano de Souza Coutinho, Bento da Silva Lisboa e Araújo Vianna compunham o Ministério. Naquele momento, haviam se aliado no episódio da destituição de José Bonifácio da tutoria do herdeiro da Casa de Bragança, quando ele foi aprisionado pelo Marechal Cunha Mattos. Eles dariam origem a um grupo político muito atuante no Paço Imperial e presença constante junto ao príncipe, e depois Imperador, que ficou conhecido como "facção áulica", no qual Aureliano Coutinho e Januário Barbosa tinham importante desempenho e influência[52].

Num segundo momento (1836-1839), o grupo de Aureliano foi perdendo espaço dentro do governo. Utilizando metáforas do jogo de xadrez, Lucia Guimarães comenta que a facção de Aureliano perdeu os "peões" com a extinção em 1836 da Sociedade Defensora; e os "bispos" com a renúncia de Feijó e a morte de Evaristo da Veiga, ambos em 1837. Então, sobrou-lhe somente a "torre", ou melhor, o Paço, lugar para onde convergiram

[50] Quadro n° 3. Sobre o Perfil sócio-profissional dos fundadores. GUIMARÃES, Lucia. 1995, p. 476-78; ver também: WEHLING, Arno. Op. Cit. 1983. p. 8-10.
[51] GUIMARÃES, Lucia. 1999. p. 44; ver também sobre o papel da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional: "impunha-se a criação de um outro instrumento de ordem, de preservação social, de orientação política e assim aos homens do feitio de Evaristo se afigurou indispensável a formação de um órgão que suprimisse as deficiências do estado, entendendo a sua ação até onde a do governo não alcançava". WERNET, Augustin, Sociedades Políticas (1831-1832). São Paulo: Ed. Cultrix, 1978, p. 9-20.
[52] Ibid, p. 44-45.

elementos dessas forças políticas desarticuladas pela instauração do "Regresso"[53], expressão que nomeou a corrente conservadora vitoriosa em 1837, defensora da centralização político-administrativa e reforço da autoridade imperial através do poder moderador e do Conselho de Estado[54].

Argumenta Lucia Guimarães que o grupo agora tornado oposição – por ter sido despojado de muitos postos no governo - necessitou abrir um novo espaço na corte que facilitasse seu trânsito no cenário político, essa seria uma das razões da fundação do Instituto Histórico em 1838[55]. No entanto, seu ostracismo político seria superado pelo crescimento e sucesso do "clube da Maioridade" (1840), a coroação de um menino de quatorze anos Imperador do Brasil, e a obtenção do cargo de Ministro do Primeiro Gabinete do Segundo Reinado para o vice-presidente do Instituto Histórico, Aureliano de Souza Coutinho[56]. Registrou-se então um desenlace satisfatório para os conturbados momentos da Regência, pois a partir da Maioridade ocorreu maior estabilidade do poder monárquico para enfrentar e superar os perigos de movimentos e revoltas[57] e redefinir as relações entre a Corte e as províncias. A nova Monarquia desejava ser reconhecida como um porto seguro em meio à confusa situação das repúblicas latino-americanas, "com um monarca de linhagem e estilos europeus que parecia garantir a paz, e por extensão, a civilização"[58].

Essa afinidade foi selada pela participação assídua de D. Pedro II às reuniões do IHGB (assistiu mais de quinhentas sessões entre 1845 a 1889), onde interveio de forma mais pronunciada na consolidação de uma política cultural para o país. O Imperador

[53] Ibid, p. 45.
[54] Segundo Oliveira Torres, a Regência tinha dois objetivos: "estabelecer a vigência pela da Constituição, não em sua letra, mas no seu espírito; garantir um governo eficaz, para impedir o desmembramento do Império, a ameaça real e não apenas retórica." Como medidas centralizadoras, o autor aponta (1841) a reforma do Código de Processo e a Interpretação do Ato Adicional, medidas que possibilitaram ao governo imperial implantar uma sua autoridade em todo território. TORRES, João Camillo de Oliveira. Os construtores do Império. Ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1968. p. 57-72.
[55] GUIMARÃES, Lucia. 1999. p. 45-46.
[56] GUIMARÃES, Lucia. 1999. p. 50.
[57] Entre as rebeliões regenciais podemos citar Cabanagem (1835-40), a guerra dos Farrapos (1835-45), a Sabinada (1837-38) e a Balaiada (1838-41).
[58] SCHWARCZ, Lilia M. As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2° ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. p. 125/126.

contribuiu sugerindo tema para discussão, estabelecendo prêmios a trabalhos de natureza cientifica e dando apoio financeiro que afiançou a consolidação do Instituto[59].

Encontramos desta forma, fortes vínculos entre os membros fundadores do Instituto e o jogo político desenrolado no processo de consolidação de um Estado brasileiro. Os portugueses que acompanharam o príncipe regente de Portugal ao Brasil sentiram os efeitos das conquistas napoleônicas e investiram numa Monarquia Constitucional. Também, o grupo dos "nacionais" de diversas províncias apostou no modelo monárquico como um meio para evitar a secessão do Império e os riscos para a escravidão.

2. Proposições e desempenho do IHGB.

A criação do IHGB foi descrita nas primeiras páginas de uma Revista elaborada por seus próprios membros e distribuída nas diversas províncias do Brasil, instituições da Europa e demais países das Américas[60], em documentos intitulados *Breve Notícia sobre a Criação do Instituto, Discurso,* e *Extractos dos Estatutos*[61]. Eles registram um calendário de realizações e os objetivos da criação daquele órgão, listam eventos ocorridos desde 8 de agosto de 1838, dia da apresentação da *Proposta,* até 25 de novembro. Quando fundado, o IHGB já contava com vinte e sete membros convidados que aprovaram os *Estatutos*, fizeram eleições para o conselho e para as comissões, e ouviram o *Discurso* de inauguração.

No entanto, além de um histórico da fundação, esse material nos possibilita ainda conhecer as posições de alguns membros importantes, indivíduos pertencentes à elite política do período, e rastrear suas concepções sobre a sociedade e sobre a orientação que tomava o Estado naquele momento. Dessa forma, o cônego Januário Barbosa e o marechal Raymundo Cunha Mattos apontam, tanto na *Proposta* quanto no *Discurso* inaugural,

[59] Ibid. p. 126. Ver também: GUIMARÃES, Manuel Op Cit. p. 10; POPPINO, Rollie. E. Um século da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Revista do IHGB, Vol. 266, Rio de Janeiro. 1965. p. 285-305; CORREA Filho, Eng. Virgilio. Op. Cit. p. 7-11.

[60] Até o ano de 1889 são receptores da Revista do IHGB cerca de noventa e sete (97) "sociedades brasileiras" e cerca de cento e trinta e seis (136) "sociedades estrangeiras". SANCHES, Edney Christian Thomé. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX. Dissertação de mestrado, IEL/Unicamp, 2003. p. 87-96.

[61] Documento em Anexo.

justificativas para a consolidação de um Instituto Histórico no Império, benefícios da História e Geografia para o Brasil, e preocupações dos sócios fundadores com os destinos do recém fundado Estado brasileiro:

> Sendo innegavel que as lettras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarchia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos,e em que a maior somma de luzes deve formar o maior grão de felicidade publica, são as lettras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquellas que versando sobre a historia e geographia do paiz, devem ministrar grandes auxílios á publica administração e aos esclarecimento de todos os Brasileiros.[62] (grifos nossos)

Esse pequeno fragmento apresenta "as lettras" como instrumento indispensável à sociedade, especialmente à brasileira, porque "tão necessária à civilização dos povos, faltava aos nossos patrícios"[63]. A História foi considerada um adereço da sociedade, mas também concebida como instrumento para o esclarecimento e formação dessa sociedade e para o auxilio a concretização da opção político-administrativa do Brasil recém constituído em Monarquia Constitucional. Em outros termos, era essencial na formação intelectual de um corpo burocrático com mérito e talento, porque era pensado como "soma das luzes" que esclarecem e unem brasileiros espalhados pelas províncias do território da antiga colônia portuguesa na América. As letras, mais especialmente, a História e a Geografia, forjariam traços físicos e sociais para uma suposta idéia de unidade [64].

Além disso, a criação do Instituto Histórico tinha por meta concentrar e organizar num "depósito comum" documentos, trabalhos e observações "reclusas" nas províncias do Brasil e, até mesmo, em arquivos e bibliotecas estrangeiras. Auxiliaria todo e qualquer patriota na tarefa, até então difícil "por falta de um tombo ou promptuario de que se possam aproveitar os nossos escriptores, de escrever exactamente" a História do Império a ser divulgada ao mundo[65].

[62] BREVE NOTÍCIA. Revista do IHGB. n. 1. T. 1, 1839. p. 5.
[63] BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. Revista do IHGB, n. 1. T.1, Rio de Janeiro. 1839. p. 19.
[64] GUIMARÃES, Manuel. Op. Cit. p. 5-27.
[65] BREVE NOTÍCIA. Op. Cit. p. 6.

> Não se compadecia já com o gênio brasileiro, sempre zeloso da glória da pátria, deixar por mais tempo em esquecimento dos fatos notáveis de sua historia, acontecimentos em diversos pontos do Império, sem dúvida ainda não bem designados. (...) a propor [a criação de um Instituto que] curasse de reunir e organizar os elementos para a historia e geografia do Brasil, espalhados pelas províncias, e por isso mesmo difíceis de colher por qualquer patriota que tentasse escrever exatamente tão desejada história.
>
> (...) e desta arte mostrarmos ás nações cultas que também prezamos a gloria da patria, (...) propondo-nos a concentrar, em uma literária associação, os diversos fatos da nossa historia e os esclarecimentos geográficos do nosso país, para que possam ser oferecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros [66]. (grifos nossos)

Os fundadores declararam intenção de organizar uma documentação para construir essa História Geral do Brasil, tarefa impossível de ser realizada por um único "patriota", já que, para os membros do IHGB, os "fatos notáveis" estavam espalhados pelas províncias do Império fazendo com que qualquer história produzida nessas condições se tornasse numa história regional, parcial e incompleta[67]. Entretanto, a mesma empreitada seria viável com a colaboração de brasileiros "esclarecidos das províncias do Império" que, motivados pela glória nacional não deixariam no esquecimento tais fatos notáveis, ou seja, com a cooperação de brasileiros unidos pelo mesmo "gênio" responsável pela fundação do IHGB.

Essas e outras pretensões do IHGB são reforçadas pelo *Extracto dos Estatutos*[68], produzido pelo Visconde de São Leopoldo, Januário da Cunha Babosa e Cunha Mattos e publicado na Revista Trimestral do Instituto Histórico. Eles esclarecem e regularizam objetivos, periodicidade dos encontros, informam o funcionamento e realização dos trabalhos da instituição. O primeiro objetivo destaca a tarefa de "colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil", não esquecendo que os materiais concentrados seriam purificados dos "erros e inexactidões que mancham muitos impressos", para que também fossem divulgados através do ensino público[69]. Destacamos que outras instituições contemporâneas ao IHGB partilhavam do mesmo objetivo como o Arquivo público e o Museu Nacional, que também

[66] Ibid, p. 10.
[67] Ibid, p. 13.
[68] EXTRACTO DOS ESTATUTOS. Revista do IHGB. n. 1. T. 1, Rio de Janeiro. 1839. p. 22.
[69] EXTRACTO DOS ESTATUTOS. Op. Cit. p. 22.

procuraram reverter o estado de dispersão e preservação em que se encontravam documentos, criando mecanismos para que materiais das municipalidades e das províncias fossem remetidos as suas sedes[70]. Desta forma, compreendemos que o IHGB não estava sozinho na tarefa de definir quais seriam os documentos legítimos para a escrita de uma História do Brasil, apesar de seu esforço em se caracterizar como único, outros lugares de atuação se faziam presentes.

Assim, o primeiro preceito estatutário pretendia não somente reunir documentos como também divulgar uma História da nação brasileira. Dessa forma, verificamos a incumbência atribuída a alguns membros que nos intervalos entre suas ocupações em cargos políticos ou diplomáticos, lecionavam no Colégio D. Pedro II. É o caso de Joaquim Manuel de Macedo, nascido em Niterói em 1820, mas estabelecido no Rio de Janeiro para cursar a faculdade de Medicina, (curso não finalizado) figura importante na imprensa periódica da corte e um dos fundadores do romance brasileiro[71]. Em abril de 1849 lecionou no Colégio Pedro II como responsável pelo ensino de História do Brasil, e foi professor das princesas imperiais D. Isabel e D. Leopoldina e de outras figuras do Império. Redigiu livros didáticos como as *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio do D. Pedro II*, e as *Lições de História do Brasil para uso das escolas da Instrução Primária*, publicados na década de 1860. Seriam essas obras, de certa forma, divulgadoras dos princípios e conteúdos fixados por Varnhagem em sua *Historia Geral do Brasil* (1854)[72].

O primeiro artigo dos estatutos também se refere ao propósito de reunir no Rio de Janeiro documentação para a História do Brasil. Assim, os membros do Instituto desenvolveram várias iniciativas, desde a indicação daquilo que deveria ser copiado nos arquivos provinciais e estrangeiros, até o financiamento de uma expedição científica pelo Brasil. No que diz respeito à procura por elementos para essa história em arquivos da Europa também ocorreram iniciativas particulares, mas com respaldo e instrução do Instituto.

---

[70] SCHAPOCHNIK, Nelson. Letras de fundação. Varnhagen e Alencar – Projetos de narrativa Instituinte. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP. 1992. pp. 12-14..

[71] Em 1844, publicou o seu romance mais conhecido, "A Moreninha" que lhe deu fama e fortuna imediatas. Formou-se neste mesmo ano em medicina, mas atuou como jornalista, professor de Geografia e História do Brasil no Colégio D. Pedro II e sócio fundador, secretário e orador do IHGB (1845-1849). Junto a Gonçalves Dias e Araújo Porto-Alegre funda a revista Guanabara e publica seu poema-romance "A nebulosa" (1857).

[72] MATTOS, Selma Rinaldi de. O Brasil em Lições. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Acess, 2000. p. 17.

Partiu de Januário da Cunha Barbosa a decisão de publicar, na Revista do IHGB, o artigo *Lembranças do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à sociedade central no Rio de Janeiro*. O secretário aconselhou seus correligionários a buscarem nas províncias e nos arquivos estrangeiros: "Notícias biográficas (...) de brasileiros distintos por suas letras, virtudes, armas, serviços relevantes ou por qualquer outra qualidade notável", ou na cópia de documentos e "extratos de notícias extraídas nas secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis quanto eclesiásticos"; notícias sobre a catequese e civilização dos índios, atividades comercial interna e externa, a população e até sobre "notícias de fatos extraordinários"[73].

Também foi regulamentado em 2° artigo, como estabelecer correspondência com associações estrangeiras e com membros correspondentes nas províncias. Sendo assim, a Revista do IHGB foi enviada às várias unidades do Império e houve uma troca de correspondências entre seus membros e outras organizações, especialmente com o Instituto Histórico de Paris e a Sociedade dos Antiquários do Norte. No que diz respeito às províncias, o Instituto relacionou-se com seus presidentes tornando-os membros – correspondentes ou honorários - e pedindo sua colaboração no envio de todo tipo de material útil à História Geral do Brasil.

Manuel Luis Salgado Guimarães destacou o contato com o *Institut Historique de Paris*, fundado em 1834 (dois anos antes da Instituição brasileira), e sua importância para a produção historiográfica do IHGB. Respeitando as semelhanças e diferenças entre os princípios que norteavam as produções historiográficas e a visão histórica dessas duas instituições, a ligação como Instituto de Paris funcionava, no caso brasileiro, como uma instância legitimadora e de significativo peso para o projeto de construção de uma história nacional[74]. As aproximações entre os Institutos de Paris e do Brasil ganham maior sentido ao verificarmos que na organização estrangeira existiu expressiva participação de alguns intelectuais brasileiros do IHGB, dentre eles os integrantes da Revista Niterói, que tiveram significativa produção intelectual na Revista Trimestral do IHGB[75].

---

[73] BARBOSA, Januário da Cunha. Lembranças do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à sociedade central no Rio de Janeiro. Revista do IHGB, n. 2. T. 1, Rio de Janeiro. 1839. p. 141-142.

[74] GUIMARÃES, Manuel. Op. Cit. p. 13.

[75] Entre os contatos e membros que integraram o Instituto de Paris: Manuel de A. Porto Alegre, Domingos José G. de Magalhães e Francisco Sales Torres Homem. Os três editaram a revista científica-literária

Em outro artigo, Manuel Salgado Guimarães explicita aproximações entre o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte, consagrada principalmente pelos seus trabalhos para a moderna arqueologia. Por fim, o autor considera que as duas instituições do velho mundo - o *Institut Historique de Paris* e a Sociedade dos Antiquários do Norte, nascidas no começo do século XIX, possuíam papéis distintos no cenário intelectual de suas respectivas sociedades, mas estavam fundadas em projetos científicos semelhantes onde a "tradição antiquária estará vivamente presente"[76]. Por sua vez, Nanci Leonzo e Lúcia Guimarães, arrolam outras aproximações: com o instituto Histórico e a Sociedade de Geografia e Etnologia de Portugal; a Academia das Ciências e Sociedade Real Borbônica de Nápoles; a Academia Real das Ciências e Letras de Bruxelas e a Comissão Real de História, da Bélgica[77].

Além da coleta de fontes para uma história nacional e do contato com outros Institutos, houve um esforço dos membros IHGB em organizar a Comissão Científica de Exploração (1859-1861) com a finalidade de percorrer o território do Brasil e pôr em prática os ideais do que seria concebido com uma ciência nacional. Assim, financiada pelo Imperador e formada por pessoas ligadas àquela instituição, a equipe da expedição contava, entre outras pessoas, com Antonio Gonçalves Dias e com pintor José dos Reis Carvalho, mais ajudantes. Para o sucesso da viagem, foi comprado na Europa o que havia de mais moderno em equipamentos científicos e encomendado a um livreiro europeu uma coleção contendo mais de 2.000 livros e periódicos, muitos ilustrados e todos escolhidos a dedo por Gonçalves Dias e Giacomo Raja Gabaglia, outro participante do grupo[78].

A expedição concebida como naturalista tinha por propósito estudar línguas nativas e constituir coleções etnográficas para melhor conhecer as comunidades indígenas do norte e nordeste, e colecionar e catalogar o possível sobre espécies de animais, vegetais e minerais. Segundo documentos oficiais, a expedição – também apoiada por Manuel Ferreira Lagos, assistente de zoologia do Museu Nacional, preocupou-se ainda em buscar

---

Nicteroy. FARIA, Maria Alice de Oliveira. II Parte – Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris (1834-1856). Revista do IHGB. Vol. 266, Rio de Janeiro, 1965. p. 118-121.

[76] GUIMARÃES, Manuel S. Op. Cit, 2001. p. 1.

[77] LEONZO, Nanci – Um reduto intelectual na intimidade: O Instituto Histórico e Geográfico. Relações Humanas, S. Bernardo do Campo/SP 8:41-51, 1987, p. 47.

[78] KURY, Lorelai. A Comissão Cientifica de Exploração (1859-1861). A ciência imperial e a musa cabocla. In: HEIZER. Alda. VIEIRA, Antonio Augusto Passos. (org.) Ciência, Civilização e Império nos Trópicos. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 29-54.

informações para eximir os erros difundidos pelos naturalistas estrangeiros em seus relatos de viagem[79]. No entanto, a expedição não atendeu a expectativas e curiosidades de brasileiros e de naturalistas estrangeiros sobre o país, sendo considerada um fracasso pela comunidade científica e por outros membros do IHGB[80].

No que diz respeito à coleta de fontes, o Instituto apoiou iniciativas particulares e financiou funcionários de estado, particularmente diplomatas. Assim, brasileiros vasculharam arquivos estrangeiros, principalmente portugueses e espanhóis, na procura de documentos úteis à história que se pretendia contar sobre o Brasil além de reunir argumentos e provas para questões políticas e diplomáticas contemporâneas, como o problema da definição das fronteiras com as nações que resultaram da colonização espanhola na América. Entre as atividades com esse objetivo, verificamos as pesquisas realizadas por Antônio Meneses Vasconcelos de Drummond e por Francisco Adolfo de Varnhagen, entre outros. O primeiro, um diplomata que pôde durante sua carreira "rebuscar em vários países europeus grande número de documentos, impressos ou manuscritos", os quais foram doados ao IHGB ou ao seu discípulo, o pesquisador vinculado ao Arquivo Nacional e ao Arquivo da Secretária do Império, Melo Morais[81]. Reconhecemos sua colaboração no relatório da sexta sessão aniversária.

> O Instituto começa a ver coroadas de feliz sucesso as diligencias que fez para obter copias dos raríssimos e importantes manuscriptos sobre o Brasil, existentes na bibliotheca publica de Évora: para este fim dirigiu-se ao director d´aquella repartição o Sr. Joaquim Eliadoro da Cunha Rivára, por intervenção do nosso sócio honorário o Exm. Sr. Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, que, sempre zeloso em promover a gloria do nosso Instituto, e em geral tudo quanto tende á prosperidade do Brasil (...)[82]

Em 1840, Adolfo de Varnhagen ofereceu ao Instituto manuscritos copiados dos arquivos portugueses. De 1842 a 1846, tornou-se adido em Lisboa, ou seja, um funcionário do Império com a incumbência de também prestar auxílio à tarefa do IHGB de coletar

[79] Ibid. p. 34-35.
[80] KURY, Lorelai. Op. Cit. p. 31-35.
[81] CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLÉNISSON, Jean. Iniciação aos Estudos Históricos. DIFEL, 2° Edição, Rio de Janeiro/São Paulo, 1977. p. 263-264.
[82] LAGOS, Manoel Ferreira. RELATORIO DOS TRABALHOS DO INSTITUTO. No sexto anno acadêmico, pelo 2° secretario perpétuo o Sr. Manoel Ferreira Lagos, Revista do IHGB. Suplemento ao Tomo VI. Rio de Janeiro. 1844. p. 544.

documentos fora do Brasil. Em Portugal se aproximou de Alexandre Herculano e do cardeal D. Francisco de São Luis, o que facilitou seu acesso à Torre do Tombo onde descobriu um manuscrito - o *Roteiro do Brasil* - de Gabriel Soares de Souza, cuja edição crítica permitiu que fosse admitido na Academia Real de Ciências de Lisboa[83]. Depois de 1847, foi enviado aos arquivos de Simancas na Espanha com financiamento do governo imperial brasileiro, para levantar documentos relativos aos tratados de limites da América Portuguesa. Obteve, para o Instituto, numeroso acervo sobre as negociações dos tratados de 1750 e 1777, decorrentes das questões sobre o limite do território no extremo sul do Brasil. Antes mesmo de regressar, em 1851, pesquisou também em arquivos holandeses, "aumentando o acervo de fontes destinadas a serem aproveitadas para a sua obra História Geral do Brasil". Retornou à Europa por mais duas vezes, entre 1851 e 1858, em serviço diplomático, e entre 1868 a 1876, quando teve acesso aos novos arquivos em Viena[84].

A respeito do empenho do Instituto Histórico em vasculhar arquivos e acervos na Europa, podemos ainda mencionar a viagem de Gonçalves Dias (1862-1864), que se dedicou à exploração do Arquivo do Conselho Ultramarino, em Portugal. Com atuação principalmente em arquivos franceses e Holandeses (1850-1853) destacamos Joaquim Caetano da Silva, que contribuiu para o estudo dos Holandeses no Brasil, e por fim, J. Franklin Massena que explorou os arquivos da Companhia de Jesus em Roma[85].

Dentre o abundante material enviado de outros países e regiões do Brasil, alguns documentos foram publicados pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conforme determinava o 3° artigo dos estatutos, além das fontes, aquele periódico poderia divulgar "memórias" e trabalhos de seus membros e de outras sociedades com as quais a instituição mantinha relação, desde que devidamente avaliados em pareceres por uma "comissão do seu seio":

> (...) alem das atas e trabalhos do Instituto, as memórias de seus membros que forem interessantes á historia e geografia do Brasil; e assim também as noticias ou extratos de historia e geografia das obras publicadas pelas outras sociedades e pessoas literatas, estrangeiras ou nacionaes,

[83] VAINFAS, Ronaldo Op. Cit. 2002. p. 285.
[84] Alem de arquivos europeus, Varnhagem pesquisou, antes de sua ultima viagem à Europa, o acervo de cartas de Jesuítas na cidade de São Paulo, no Brasil e no Paraguai, isso quando cumpriu estada diplomática. CAMPOS, Op. Cit. p. 123-124.
[85] Ibid. p. 124-125.

> precedendo a respeito delas o relatório de uma comissão de seu seio, para esse efeito nomeada[86].(grifos nossos)

Intencionaram divulgar sínteses das atividades da instituição, "memórias" produzidas pelos seus membros, "extractos" de obras elaboradas por escritores estrangeiros ou nacionais sobre História e Geografia do Brasil, e também, o que nos desperta interesse, as "notícias" e "relatórios" sobre essas obras. Prática que Januário da Cunha Barbosa considerou necessária, pois o silêncio ocorrido até então, deixou de apontar e corrigir imprecisões sobre a História e possibilitou que "inexatidões" fossem compartilhadas por inúmeros historiadores.

> Oxalá não tivéssemos nós infinitas provas desta verdade em tantas obras, mormente estrangeiras, que correm o mundo ! O nosso silencio, repreensível de certo em matéria que tanto afeta a honra da pátria, tem dado ocasião a que os historiadores não de outros copiem, propagando-se por isso muitas inexatidões, que derivam ser imediatamente corrigidas[87].

A pretensão de colaborar com a escrita de uma verdadeira História Geral do Brasil e evitar a propagação de erros e inexatidões[88] justificou avaliações de obras, confeccionadas tanto por literatos nacionais quanto por estrangeiros, no geral consideradas "repletas de erros", "de fatos desconfigurados" como, por exemplo, os alusivos à Independência. Dessa forma, fragmentos de obras, ou até mesmo, textos inteiros foram criticados e recusados pelos fundadores do Instituto.

No *Discurso*, Januário da Cunha Barbosa mencionou uma escassez de publicações a respeito do Brasil. Culpou os trezentos anos de colonização portuguesa e seu "intolerante monopólio", lembrando que a proibição portuguesa de instalação da imprensa no Brasil colonial fora a responsável pela perda de muitos dos escritos produzidos por "brasileiros" espalhados pelas províncias, ou em virtude da ação do tempo, ou por terem sido engavetados e, ou ainda mutilados para sua acomodação ao "sistema de monopólio". Por fim, lamenta, pois mesmo sendo "histórias particulares", ainda sim, se levadas a "publica luz" poderiam ser usados na posteridade[89].

[86] EXTRACTO DOS ESTATUTOS. Op. Cit. p. 22.
[87] BARBOSA, Januário. Discruso. Op. Cit. 1839. p. 11.
[88] Ibid. p. 11.
[89] BARBOSA, Januário. Discurso Op. Cit. 1839. p. 13.

Entretanto, apesar de lamentar pelo esquecimento dos trabalhos produzidos durante o período da colonização, Cunha Barbosa fez restrições a esse tipo de obra, pois segundo ele, os poucos escritos publicados por brasileiros anteriormente à Independência tanto tendiam à glorificação de Portugal, quanto diziam respeito à literatura da metrópole.

> Nos tempos da passada monarchia os escriptos brasileiros, que assim então se publicavam, punham a gloria de seus auctores em communhão com a dos Portugueses; e como por tantas difficuldades eram em muito menor numero, ficavam absorvidos pelo credito litterario da metrópole, que bem pouco refletiam sobre o Brasil[90].(grifo nosso)

Além dessa limitação, o *Discurso* comenta a existência de tantos escritos estrangeiros sobre o Brasil, muitos deles repletos de equívocos, e indaga: a quem corresponderia a tarefa de melhor produzir a História do Brasil[91].

> E deixaremos sempre ao gesto especulador dos estrangeiros o escrever a nossa historia, sem aquelle acerto que melhor pode conseguir um escritor nacional?[92].

Pelas pretensões dos membros fundadores e nas palavras de Cunha Barbosa, os estrangeiros não seriam os mais indicados a escrever a História do Brasil. E destacando Cícero – "A história (escreve aquele filosofo romano) é a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida." – o *Discurso* aponta a importância de um Instituto Histórico "composto de homens os mais conspícuos por suas letras e por suas virtudes", que se ocupe da história[93]. O que propôs Cunha Barbosa era um levantamento dos acontecimentos do passado para não apenas ilustrar o presente, tanto com lições como com modelos de virtude, mas também para definir um caminho ao futuro[94]. Assim, o conhecimento sobre o passado, argumentou apoiado na doutrina de Cícero, oferece lições para o futuro.

> O talento dos historiadores e dos geógrafos é só quem pode oferecer-nos essa galeria de fatos, que, sendo bem organizados por suas relações de tempo e de lugar, levam-nos a conhecer na antiguidade a fonte de

[90] Ibid, p. 14.
[91] Ibid. p. 18.
[92] Ibid, p. 18.
[93] Ibid. p. 11.
[94] "(...) a honrosa estrada que podem melhor seguir aqueles dos nossos patrícios em cujos peitos palpitam corações animados pelo amor da glória literária". Ibid. p. 16.

> grandes acontecimentos, que muitas vezes se desenvolverão em remoto futuro[95].(grifos nossos)

Nesse sentido, os historiadores do Instituto Histórico retirariam da obscuridade fatos pertinentes, pois todo material, mesmo que incompleto, duvidoso ou danificado pela ação do tempo poderia contribuir para formar "um complexo regular de factos, purificados no crisol da critíca"[96]; e arrancariam do esquecimento os exemplos contidos da vida de "tantos illustres brazileiros, que honraram a pátria por suas letras e por seus diversos e brilhantes serviços", verdadeiros exemplos para as gerações futuras:

> A nosssa historia abunda de modelos de virtude; mas um grande numero de feitos gloriosos morrem ou dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subseqüentes[97].
>
> Senhor ! É da Historia principalmente que se occupa este nosso Instituto: seu nobre fim é tirar do pó do esquecimento tantos feitos ilustres de distinctos Brazileiros que tem merecido a immortalidade: é colligir para um dia servir a Historia do Brasil, uma infinidade de memorias e documentos preciosos, que se achão dispersos e pouco apreciados.[98]

O processo da crítica histórica seria uma etapa preparatória e indispensável ao trabalho do historiador. Toda uma tradição erudita viria definir a postura diante dos documentos. Partindo da idéia de não agir ingenuamente e assim, não encarar o documento como autêntico portador do testemunho, deveriam os historiadores do XIX, com a ajuda desse método crítico, ou melhor, auxiliado por todo um cabedal de disciplinas auxiliares, conferir tanto "1° da autenticidade dos documentos", quanto "2° de sua sinceridade e exatidão"[99].

Havia todo um cuidado, pautado pelos critérios do método científico, no trato do material a ser usado na escrita da dita verdadeira História Geral do Brasil. Pretendia-se assim legitimar uma posição para o Império, colocando-o em pé de igualdade com as nações européias. Seríamos como as outras nações, pois compartilhávamos as mesmas pretensões científicas.

---

[95] BARBOSA, Januário. Discurso. Op. Cit. 1839. p. 15.
[96] Ibid. p. 14.
[97] Ibid. p. 19.
[98] COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. DISCURSO DO PRESIDENTE. Revista do IHGB Suplemento ao n. 8 Tomo II. Rio de Janeiro. 1840. p. 567-568.
[99] CAMPOS, Op. Cit. p. 167-168.

> (...) encarregada, como em outras nações, de eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos, e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes aglomeram a parcialidade, o espírito de partidos, e até mesmo a ignorância[100].(grifos nossos)

O lugar reservado ao Brasil na "marcha da civilização" e entre as ditas nações civilizadas também fez parte das preocupações dos sócios fundadores. Januário da Cunha Barbosa considerou necessário que o conhecimento histórico supostamente correto chegasse a todos os brasileiros visando à sua civilização. Como a constituição do Instituto Histórico da França, a criação do IHGB, mesmo que tardia, viria acertar qualquer descompasso com as nações civilizadas:

> (...) consolamo-nos de um tal descuido, porque também o celebre Rollin, nos tempos em que a França já muito florescia por suas letras, lastimava o sacrificar-se o estudo da história nacional ao de outras historias antigas, como se só na Grécia e em Roma tivessem aparecido fatos heróicos e varões prestantes, que merecem ser imitados.[101]

Tal como na França, toda essa dedicação teria por meta constituir uma história auxiliadora e formadora dos brasileiros, pelos seus exemplos e pela definição de uma direção a seguir. Acrescentamos, também, que a constituição e a divulgação dessa História verdadeira, legitimavam, para o Estado brasileiro em formação, um lugar entre outras nações, ou ainda, a existência de uma Monarquia cravada numa América quase toda proclamada em Repúblicas.

> Ainda estão eles [fatos] ao alcance das nossas vistas, porque apenas dezesseis anos se tem passado dessa época memorável de nossa história moderna, [processo de independência da colônia portuguesa na América] que acrescentou no Novo Mundo um esperançoso império ao catalogo das nações constituídas (...)[102].(grifos nossos)

Portanto, a constituição de uma verdadeira história, resultante de um processo de coleta e averiguação de "elementos para a história", "memórias da pátria" e "nomes dos seus melhores filhos" pretendia compor uma galeria de exemplos destinados à formação de um corpo burocrático para atender à administração pública, e, com os esclarecimentos e

[100] BARBOSA, Januário. Discurso. Op. Cit. 1839.p. 11. (grifos nossos)
[101] Ibid. p. 19.
[102] Ibid. p. 11.

virtudes encontradas no passado, levantar as melhores opções para os problemas emergentes nos conturbados momentos de formação do Estado brasileiro.

> A história, tornando-lhe presente à experiência dos séculos passados, ministra-lhe conselhos tão seguros como desinteressados, que lhe aclaram os caminhos que deve seguir, as escolhas que deve excitar, e o seguro porto, que uma sólida manobra pode felizmente fazer chegar a nau do Estado [103].(grifo nosso)

No esforço pela seleção de elementos para um passado comum, procurava também formar e reforçar, com uma única e verdadeira história, os elos entre várias regiões - ainda inexistentes em virtude do prevalecimento das histórias regionais – de maneira a fortalecer a Monarquia e a unidade do Império.

3. A Revista do IHGB: conteúdo e significados.

Conforme vimos, já nos primeiros momentos de existência do IHGB, estabeleceu-se uma série de proposições: auxílio à pública administração, à estabilidade política, ao reconhecimento do Brasil entre as ditas nações civilizadas, à formação e esclarecimento dos brasileiros. Além disso, buscou-se reunir uma infinidade de escritos e documentos dispersos pelas províncias do Império ou nos arquivos e bibliotecas estrangeiras, o que dificultava, em muito, o trabalho dos que desejassem escrever uma história que não fosse somente Regional. Tais fontes deveriam ser publicadas na Revista do Instituto.

> Composta quase em totalidade de artigos originaes de nossos consocios, ou manucriptos antigos, raros e inéditos, com indizível satisfação vos annuncio que ella [RIHGB] é apreciada não só por nacionaes, mas também pelos estrangeiros, que ahi vão beber, mais expurgadas de erros, noticias interessantes e documentos, que mui difficilmente ou jamais encontrariam:[104]

Das propostas iniciais feitas no art. 3° decorreu a criação do que se chamou originalmente de "Revista Trimestral de História e Geographia" - ou também "Journal do

[103] BARBOSA, Januário da Cunha. RELATORIO DO SECRETARIO PERPETUO. Revista do IHGB. Suplemento ao n. 8. Tomo II. Rio de Janeiro. 1840. p. 573.
[104] LAGOS. Manoel. Op. Cit. 1844. p 521.

Instituto Historico e Geographico Brazileiro[105], impressa até 1889, com um emblema oficial de forma circular contendo ao seu redor a inscrição "*laus Virtuti Ubique Quando Cumpre*"; e em seu interior duas figuras femininas, uma representando a história e a outra a geografia[106].

A primeira publicação desse Jornal, ou Revista, ocorreu em 1839, sendo que continua a circular periodicamente até nossos dias, sempre procurando atingir instituições científicas e políticas. A distribuição contava, ao final do seu primeiro ano, com cerca de 200 receptores entre sócios honorários, efetivos e correspondentes residentes nas províncias que formavam o recém criado Estado Brasileiro[107]. Exploraremos estudos que fizeram um levantamento e em parte, analisaram o conjunto do material publicado pela Revista.

Designado no século XIX pelos integrantes do IHGB como "cofre precioso", o conteúdo da "Revista Trimestral", que não contou com uma regularidade no número de páginas ou na sua estrutura[108], segundo Lilia Schwarcz, pode ser dividido em três partes distintas. Uma parte composta por artigos e documentos sobre eventos históricos, limites territoriais e etnografia indígena; outra, por extratos das Atas dos encontros periódicos; finalmente uma terceira compunha-se por biografias de brasileiros "distintos por letras, armas e virtudes"[109].

A publicação de biografias foi destaque na Revista do IHGB. Configurou-se numa forma de eleger heróis nacionais, de consagrar personalidades internas do Instituto e de constituir estudos de "origens" e "tradições" de famílias desejosas em se aproximar de alguma forma das aristocracias européias[110]. Vale ressaltar, no final da década de 60, apesar das biografias continuarem em destaque e serem numerosas na Revista, já não eram mais

---

[105] "Em 1850, alterou-se o titulo para 'Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil', o qual, em 1859, incorporou a expressão 'Ethmographico'. Assim, a Revista ficou conhecida como 'Revista do Instituto Histórico, Geographico e Ethmographico do Brazil' até 1886, quando o título mudou para 'Revista do Instituto Histórico e Geográphico Brasileiro' ". POPPINO, Rollie. Op. Cit. p. 290.

[106] Em alguns exemplares, figuras femininas foram substituídas por outros símbolos vinculados à idéia de civilidade e ilustração, como penas, livros e globos terrestres. SCHWARCZ. 1989. p. 18-19.

[107] SANCHES. Op. Cit. p. 87.

[108] Dos primeiros anos da Revista até 1864, não se organizou os textos por uma ordem temática; assim, documentos e textos contemporâneos dos mais variados assuntos são publicados sem maior distinção. Na gestão de 1° secretário do Cônego Joaquim Caetano F. Pinheiro (1860-1876) a Revista se reorganizou de forma a separar fontes primárias de outros textos, contudo, sem muito rigor. Assim, muitos textos que deveriam estar na primeira parte foram alocados na segunda. GUIMARÂES. Lucia. 1995, p. 566; SANCHES. Op. Cit. p. 104-105.

[109] SCHWARCZ. 1989. p. 19.

[110] Ibid, p. 22-23.

redigidas por membros do IHGB e sim, transcritas de diários da corte como o *Jornal do Comércio*, *Ostensor Brasileiro, Minerva Brasiliense*[111].

Reconhecemos entre os textos biográficos, práticas e atribuições distintas que nos possibilitam dividir esse escopo em dois. Parte dessas biografias corresponde a textos que auxiliariam a produção da História do Brasil, pois se dedicam a biografar membros da nobreza e personalidades da política de alguma forma ligadas ao Império, como D. Pedro I, D. Pedro II, Pedro Álvares Cabral e o Marquês de Pombal. O restante, Schwarcz chamou de "biografias internas"[112], compostas por pequenos ensaios escritos para serem lidos como discursos, com a pretensão de refazer a trajetória de vida de sócios do Instituto, em sua grande maioria, já falecidos. Essa prática[113], segunda Lilia Schwarcz estabelece distinções tanto para o biografado quando para o biógrafo, o primeiro na quantidade de biografias recebidas e ao "ver seu nome perpetuado entre as fileiras do Instituto"; o segundo, por ter seu nome vinculado ao lado de "grandes personalidades" e pela possibilidade de também ser biografado[114].

Outro autor que tratou do conteúdo da Revista do IHGB foi Manuel Guimarães, que o dividiu em três temas: a problemática indígena, as viagens e explorações científicas e o debate sobre história regional. Para o autor, os trabalhos e fontes que trataram da questão indígena são em maior número e se propõem a conhecer os costumes e a língua dos diferentes grupos, as experiências empreendidas pelos jesuítas na catequese e a comparar os resultados da utilização da força de trabalho dos indígenas com aqueles proporcionados pela escravidão negra[115].

Para Manuel Guimarães, o pensar sobre o índio ganha significado no processo de constituição da nação pela necessidade de integração geográfica do território, bem como pela definição do lugar que essas civilizações indígenas ocupariam nesse processo. Os estudos etnográficos de tribos nativas, mais significativos nos primeiros anos, pretendem

---

[111] GUIMARÃES, Lucia. 1995. p. 499; SANCHES. Op. Cit. p. 113.
[112] Composta por 1570 biografias. SCHWARCZ. 1989. p. 22.
[113] Os biógrafos (1839-1889) responsáveis por metade das Biografias são Francisco Adolfo de Varnhagem (18,46%), Januário da Cunha Barbosa (8,46%), Joaquim Caetano Fernandes Pinheiros (6,92%) Manuel Duarte Moreira de Azevedo (6,15%), Joaquim Norberto de Souza e Silva (5,38%) e João Manuel Pereira da Silva (3,84%). Biografaram poetas árcades, muitos literatos de épocas anteriores, mas poucos do século XIX. Somente José Feliciano Fernandes Pinheiro, Antonio Francisco Dutra e Melo e Manuel Odorico Mendes, sócios do Instituto Histórico, foram biografados. SANCHES. Op. Cit. p. 113.
[114] SCHWARCZ. 1989, p. 22-23.
[115] GUIMARÃES, Manuel. 1989. 5-27.

divulgar e fixar um "indianismo erudito"[116], ou seja, a criação de uma memória para as origens do Brasil.

A Revista do IHGB divulgou ainda, segundo esse autor, viagens e explorações do território nacional, relatos sobre a identidade física da nação que possibilitavam à administração central conhecer potencialidades econômicas e de integração de distantes regiões. Nesse sentido, são abordados os limites, as fronteiras, as riquezas e, novamente, a questão indígena.

Encerrando os temas que formam o conteúdo da "Revista Trimestral", encontra-se, segundo Guimarães, uma diversidade de trabalhos que são genericamente nomeados de História Regional e que apresentam elementos relevantes para a participação de cada região no conjunto do país. Tal temática não estava objetivamente colocada "mas aparecia implicitamente no discurso dos sócios e na própria concepção que tinham da história"[117]. Assunto delicado para ser discutido no período da Regência, a História Regional foi abordada, quase sempre no sentido de subordinar as diversas províncias ao centro do Império. O estudo de histórias provinciais foi considerado por demais perigoso, pois poderia reafirmar antigas identidades coloniais incentivando movimentos revoltosos em oposição a sentimentos de pertencimento nacional, o que deveria ser superado com a escrita de uma única História Geral[118].

Outra abordagem sobre o conteúdo da Revista foi desenvolvida por Lucia P. Guimarães através da análise de cinqüenta e dois tomos, relativos a oitenta e um volumes do século XIX, com o objetivo de reconhecer qual a contribuição historiográfica do Instituto nos seus primeiros anos de fundação. Assim, separou os textos impressos "de acordo com a época em que foram escritos", classificando-os de "contemporâneos" e "não contemporâneos", ou seja, em textos produzidos após a fundação do IHGB, ou produzidos anteriormente a esse marco. Entre os contemporâneos não incluiu aqueles relativos à estrutura e funcionamento do Instituto, como Atas, discursos, listas de associados, entre outros; nem os "Elogios Históricos" – necrologia de sócios – pois os considerou de pouco

[116] "Muito antes do indianismo de Gonçalves dias ou Alencar, há um indianismo erudito nas páginas da Revista do IHGB, a partir de 1839, quando são estudados os guaicurus, tupinambás e outras tribos.". WEHLING, Arno. Op. Cit. 1983. p 13.
[117] VALE, Op. Cit. p 109.
[118] VALE, Op. Cit. p 109.

valor historiográfico por conter apenas informações elogiosas escolhidas em vida pelo personagem tratado[119].

Dessa forma, Lúcia P. Guimarães - que averiguou se a pretensão historiográfica, escrever a História do Brasil, anunciada no momento da criação do Instituto por Januário da Cunha Barbosa, se concretizou[120] - selecionou como textos contemporâneos um material de natureza extremamente heterogênea[121], e o dividiu em dezesseis classes[122], dentre as quais destacamos: "criticas de textos"; "juízos e pareceres"; "memórias históricas", "miscelâneas" e "programas históricos"[123]. A série de artigos nomeados de Juízo e ou Parecer[124] tem destaque por realizar significativa análise historiográfica avaliando livros e manuscritos, documentos sobre tribos indígenas, memórias de tratados e "fatos históricos", manuscritos de viagens, e até mesmo, obras referentes ao Brasil e aos brasileiros produzidas tanto por nacionais, quanto por estrangeiros.

Salvo todo esse material, há na Revista um considerável volume de textos relacionados à funcionalidade do Instituto e, no final de cada número, Atas dos encontros periódicos de seus membros, material elucidativo das atividades cotidianas e funções dos administradores e integrantes daquela instituição. Do relato da convivência dos sócios nos encontros iniciados em 1° de Dezembro de 1838, e geralmente realizados a cada quinze dias, reconhecemos posicionamentos políticos e resoluções tomadas; averiguamos a importância e eventuais critérios do trabalho de avaliação de obras que se referissem ao Brasil.

3.1 Conteúdo das Atas.

[119] GUIMARÂES, Lucia. Op. Cit. 1995. p. 508.
[120] A produção de uma memória nacional seria 3,4 vezes maior do que uma produção historiográfica, (1838-1889). Ibid. p. 513.
[121] "Cartas de sócios e necrológios de personalidade importantes figuraram lado a lado de pesquisas documentais e estudos indígenas. Discursos de autoridades, memórias e relatos de viagens embaralhavam-se com estudos de genealogia e histórias de vida. Afora as inúmeras transcrições de discursos e de papéis oficiais do governo imperial". Ibid. p. 509.
[122] Tabela n° 3. Classificação dos documentos contemporâneos publicados (1839-1889). Ibid. p. 510-11.
[123] Ibid, p. 512.
[124] Nos dez primeiros anos IHGB (1839-1849), os Juízos e Pareceres constituem 46% de todo material produzido pelos sócios fundadores. Ibid, p. 517.

Levantamos nos extratos das Atas e sessões aniversárias dos anos 1838 a 1860 publicadas na RIHGB, uma amostra das propostas apresentadas naqueles encontros periódicos. O relato das Atas segue uma convenção que o divide em duas partes, com os títulos de *Expediente* para a primeira e de *Ordem do dia* para a segunda. Porém, muitos dos encontros periódicos descritos não deixam clara essa divisão. O relato inicia, no geral, com aspectos do funcionamento do IHGB e com propostas encaminhadas pelos sócios presentes:

> *Expediente* – Foram lidas as cartas de diversas pessoas acceitado a momeação de sócios, (...) Foram propostas e approvadas para membros correspondentes diversas pessoas residentes na corte e nas províncias[125].

As Atas nos informam, nesse momento, quais os contatos estabelecidos com as províncias do Império ou com associações científicas no exterior; quais as leituras realizadas nos encontros; informam ainda, doações à biblioteca e o agradecimento aos doadores; divulgam lista de novos membros e trechos de cartas enviadas ao Instituto; enfim, tornam público propostas de sócios e as respectivas comissões formadas para os trabalhos. Já o andamento e resultados das tarefas delegadas a essas comissões são informadas na segunda parte do relato:

> *Ordem do dia.* – O Sr. Cônego Januário participou ao Instituto ter dado principio a um trabalho acerca do objeto sobre que ella versava, e que não o apresentava, por não se achar ainda concluído; pediu também que se reservasse a mesma ordem do dia para a sessão seguinte, pois constava-lhe, que um dos mais eruditos membros dos Instituto tinha entre mãos um trabalho a tal respeito, e que tencionava apresental-o na sessão seguinte. Foi approvado.[126]

Exploramos os conteúdos das sessões desse período (1838-1860) e encontramos notícia sobre a formação de comissões incumbidas de várias questões, dentre elas, as relativas às despesas do Instituto, a exemplo do relato da décima primeira sessão, quando o secretário perpétuo – Januário da Cunha Barbosa – propôs pedir auxilio financeiro ao

[125] 3° Sessão em 19 de janeiro de 1839. Revista do IHGB. n. 1. T. 1, Rio de Janeiro. 1839. p. 48-49.
[126] 17° Sessão em 13 de junho de 1839. Revista do IHGB. n. 2. T. 1, Rio de Janeiro. 1839. p. 251-253.

Estado brasileiro. Então foi criada uma comissão para apresentar "os meios por que se poderia melhor pedir este subsidio"[127].

Outras temáticas foram tratadas na forma de "programas históricos", procedimento que Lúcia Guimarães aproxima do que hoje chamaríamos seminário interno[128]. Apesar da nomenclatura, essas propostas e trabalhos nem sempre se referiam a temas propriamente historiográficos, mas a questões históricas relacionadas a interesses políticos contemporâneos. Podemos mencionar, nesse sentido, a proposição do cônego Januário da Cunha Barbosa, desenvolvida por José Silvestre Rebello, sobre *Quem foram os primeiros introductores da canna, café, tabaco, e outros vegetaes que constituem a riqueza do Brasil*[129]. Ou o trabalho realizado pelo próprio Januário Cunha Barbosa sobre *Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o systema dos Jesuítas, fundado principalmente na propagação do Christianismo, ou se outro, do qual esperem melhores resultados do que os actuais*[130]. E, também, trabalhos voltados para a flora e a fauna, como na dissertação de Freire Allemão *Quais as principais plantas que hoje se acham aclimatadas no Brasil*, ou no estudo *Quais os principais animais introduzidos na América pelos conquistadores?* de José Ribeiro de Souza Fontes[131].

Outros "programas históricos" abordaram questões referentes à escrita da História do Brasil, tanto na qualificação de documentos e memórias para a composição de um passado adequado à jovem nação, quanto na reflexão sobre fatos recentes que problematizavam a consolidação do Império, ou ainda, quanto à contribuição das obras já existentes sobre História e a Geografia do Brasil. Ou seja, cumprindo propósito que

---

[127] Proposta de Januário da Cunha Barbosa da 11° Sessão: "« Proponho que se peça ao corpo legislativo um subsidio qualquer, dado em loteria, ou por outro qualquer meio, para ajuda das grandes despesas, que o instituto tem a fazer, afim de poder melhor preencher os importantes deveres que tem de cumprir. » - Esta proposta foi approvada, e remettida a uma comissão especial composta dos Ex mos Srs. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho e Candido José de Araujo Vianna, para darem o seu parecer sobre os meios por que se podeia nelhor pedir esse subsídio". 11° SESSÃO EM 4 DE MAIO. Revista do IHGB Op. Cit. 1839. p. 146-147.

[128] Informa que seguiam os moldes das academias setecentistas ,e no caso brasileiro, sugeria-se "temas e proposições para dissertação, formulados pelos próprios sócios efetivos, guardavam grande semelhança com as questões apresentadas e desenvolvidas na 'Sociedade Brasílica dos Acadêmicos Renascidos', núcleo de letrados que funcionava no Rio de Janeiro, sob o patrocínio do marquês de Lavradio". GUIMARÂES, Lucia. 1995. p. 568.

[129] 4° Sessão em 4 de abril de 1839. Revista do IHGB. n. 2. T.1. Rio de Janeiro. 1839. p. 145-146.

[130] 31° Sessão em 25 de janeiro de 1840. Revista do IHGB. n. 5. T. 2. Rio de Janeiro. 1840. p. 142-145.

[131] GUIMARÂES, Lucia. 1995. p. 568.

relatamos anteriormente, tais programas preparados pelos membros do IHGB diziam respeito tanto à história do passado já feita ou por fazer, quanto a questões políticas, sociais e econômicas do presente.

No que diz respeito à preocupação com o passado, nos relados apresentados nas Atas, encontramos programas relacionados a temas diversos, dentre eles, a definição de um percurso para a História do país. Por exemplo, Januário da Cunha Barbosa propôs na primeira sessão, que os sócios elaborassem uma periodização para a História do Brasil[132]. Foi prontamente atendido com trabalhos trazidos já na segunda sessão pelos membros fundadores Cunha Mattos, Lino de Moura, José Silvestre Rebello sobre *As verdadeiras épocas da História do Brasil*[133]. Também discutiram a necessidade de uma comissão para organizar um *Compêndio de História do Brasil*, proposta apresentada na trigésima segunda reunião pelo Dr. Justiniano José da Rocha, que sentia falta de "um bom Compêndio de Historia do Brasil, por onde se pudesse orientar" na "nobre tarefa" de lecionar no curso de História da Pátria do Colégio D. Pedro II[134].

Nesta mesma sessão, mostrando apoio ao projeto, o Sr. Inácio Accioli de Cerqueira (Coimbra, 1808 – RJ, 1865) sugeriu a divisão do Compêndio em períodos ou épocas, e para cada período estipulado a criação uma comissão especifica para desenvolvê-lo. No mesmo sentido, o Sr. Mariz Sarmento[135] sugeriu que se premiasse quem apresentasse o melhor trabalho. Mas, na contramão dessas idéias, Cunha Barbosa desaprovou a proposta do Sr. Justiniano José da Rocha, pois considerou não estarem elucidados todos os pontos da História do Brasil para se formar "bom" Compêndio, e por acreditar que não estavam de todo "necessitados de um bom Compêndio de Historia do Brasil, pois existe o do nosso digno Consorcio o Sr. Major Pedro d´Alcantara Bellegarde"[136].

Há "programas históricos" que indicam a preocupação dos fundadores com a definição da origem da nação, como na proposta apresentada pelo desembargador Pontes: *2° Quaes são os vestígios existentes no Brazil, que possam provar uma civilização anterior a conquista dos Portuguezes?*[137]. Com esse propósito, comissões foram organizadas para

[132] 1° Sessão em 1 de dezembro de 1838. Revista do IHGB. Op. Cit. 1839. p. 57.
[133] 1° Sessão em 1 de dezembro de 1838. Revista do IHGB. Op. Cit. 1839. p. 58.
[134] 32° Sessão em 8 de fevereiro de 1840. Revista do IHGB. Op. Cit. 1840. p. 146-148.
[135] 32° Sessão em 8 de fevereiro de 1840. Revista do IHGB. Op. Cit. 1840. p. 147.
[136] Ibid. p. 147.
[137] 9° Sessão em 6 de abril de 1839. Revista do IHGB. Op. Cit. 1839. p. 144-145.

desvendar a existência de inscrições e gravuras de civilizações antigas[138], a ocorrência de ossadas e objetos arqueológicos em cavernas[139], ou mesmo, para comprovar a existência de ruínas antigas ou cidades abandonadas.

Mencionamos, nesse sentido, duas iniciativas descritas nas Atas de março e abril de 1841. A primeira do Cônego Benigno José de Carvalho e Cunha, que em carta de agradecimento por sua nomeação como sócio correspondente relata que não obteve resultado positivo em sua primeira viagem de busca por uma "cidade abandonada n´estes sertões", mas que planejava outra viagem, à qual, poderia dedicar-se por quatro meses[140]. A segunda iniciativa, de outro clérigo, o Cônego Manuel Rodrigues da Costa, que enviou uma carta com uma pequena memória e "algumas observações sobre as ruínas que dizem existir entre os sertões da Bahia e Minas"[141].

Nas sessões, ficou expressa também a expectativa dos membros fundadores de estabelecer um modelo para a escrita da História do Brasil. Dessa forma, segundo o relato de 14 de novembro de 1840, o Instituto Histórico ofereceu um prêmio (200 mil réis) a quem desenvolvesse um *Plano de se escrever a historia antiga e moderna da Brasil, organisada com tal systema que nella se comprehendão as suas partes política, civil, eclesiástica e literária*[142], proposta que originou dois trabalhos.

O texto escolhido – *Como se deve escrever a História do Brasil* - foi escrito em 1843 por de Karl Friedrich Philipp von Martius, premiado em 1844, mas publicado na

---

[138] No 8° encontro, Januário da Cunha Barbosa leu para os presentes uma carta sobre a existência de "inscripções em caracteres phenicios" nas montanhas do litoral do Rio Janeiro e sobre um possível relatório apresentado a D. João VI, oferecido por um padre professor de Grego. Sessões mais a diante, Januário afirmou que a comissão criada para dar cabo da tarefa estava longe de afirmar se as inscrições eram ou não fenícias, e que não havia encontrado o relatório oferecido a D. João VI. Mesmo assim, pediu parecer positivo para publicação das estampas no segundo número da Revista IHGB. 8° SESSÃO (EXTRAORDINARIA) EM 23 DE MARÇO DE 1838. Revista do IHGB. Op. Cit. 1839. p. 66-67;.

[139] Ainda nos primeiros encontros, o marechal Cunha Mattos propõe que se convide Pedro Clausen Dinamarquez a examinar em Minas Gerais uma caverna chamada Lapa das pinturas, por conter pinturas em relevo sobre rochas e também, possíveis objetos arqueológicos existentes naquela província. O resultado de tal pedido foi apresentado pelo Sr. Clausen em Sessão do Instituto de maio de 1840, quando foi lida uma carta que descrevia as gravuras e apresentava algumas considerações. Ofereceu também, ao Instituto, um mapa Geológico da província de Minas Gerais. Finalmente, a carta foi enviada a Comissão de Redação da revista para avaliar sua publicação ou não, e do mapa se extraiu uma cópia para o arquivo do Instituto. 3° SESSÃO EM 19 DE JANEIRO DE 1839. Revista do IHGB. Op. Cit. 1839. p. 58-59; 38° SESSÃO EM 23 DE MAIO DE 1849. Revista do IHGB. n. 6, T. 2. Rio de Janeiro. 1840. p. 271-273.

[140] 60° Sessão em 27 de março de 1841. Revista do IHGB. n. 9. T. 3. Rio de Janeiro. 1841. p.141-144.

[141] 64° Sessão em 22 de abril de 1841. Revista do IHGB. n. 9. T. 3. Rio de Janeiro. 1841 p. 227-230.

[142] 51° Sessão em 14 de novembro de 1840. Revista do IHGB. n. 8. T. 2. Rio de Janeiro. 1840. p. 529-532.

Revista Trimestral somente em 1847[143]. O plano propõe que o historiador redija a sua história pátria "do ponto de vista da monarquia constitucional"[144], inclusive para consolidá-la. Também não valoriza a narrativa que privilegia episódios e grandes personagens, ou indica uma periodização, e não pretendeu compor uma visão orgânica da história com base na justaposição das histórias provinciais. Ao contrário, "o ensaio de von Martius lançava as bases para uma interpretação orgânica da história vazada em uma perspectiva 'filosófica e pragmática'"[145]. Na busca de um perfil original para a nação brasileira, destaca a mistura entre as três raças, cuja mescla de povos provocaria uma situação peculiar jamais acontecida anteriormente na história. Mais do que em outros países, aqui se colocava a necessidade de uma "história popular" que explicasse o "desenvolvimento progressivo" do país[146]. O premiado texto de von Martius também pensou uma forma particular de tratar cada um dos três grupos formadores da nacionalidade brasileira. Segundo o autor, a história brasileira se desenrolava "segundo uma lei particular das forças diagonais" que levaria os indígenas e grupos africanos a interagir com os portugueses – "o mais poderoso e essencial motor"[147]. Este projeto historiográfico proposto garantiria assim, uma identidade própria para o Brasil e para os brasileiros[148].

A *Memória sobre o plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil* de Júlio Henrique Wallestein (1790-1843)[149], foi o trabalho preterido pela comissão julgadora[150]. Este propunha estabelecer um sistema de décadas para se narrar acontecimentos dentro delas. Na parte introdutória, recomenda uma descrição das nações indígenas que habitavam o Brasil na época do descobrimento. O autor define dois pólos para a inserção do país no curso da história universal que demonstre, a partir de uma origem (o "descobrimento"), até um fim (a "independência"), um processo de constituição

[143] A publicação do trabalho de Martius, segundo Francisco Freire Allemão, Thomaz Gomes dos Santos e monsenhor Joaquim da Silveira encarregados de analisar as duas monografias, resultou de um descuido da comissão de redação da RIHGB. CEZAR, Temístocles. Op. Cit. pp. 175.
[144] WEHLING, Arno. Op. Cit. p. 13.
[145] SCHAPOCHNIK, Nelson. Op. Cit. 1992. pp. 35-36. CEZAR, Temístocles. Op. Cit. pp. 174-177.
[146] WEHLING, Arno. Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 38/39.
[147] SCHAPOCHNIK, Nelson. Op. Cit. p. 36.
[148] CEZAR, Temístocles. Op. Cit. pp. 183-185.
[149] Esse trabalho foi publicado 39 anos após o lançamento do concurso (1843), na Revista do IHGB. WALLESTEIN, Júlio H. "Memória sobre o melhor plano de se escrever a historia antiga e moderna do Brazil (datada de 30/09/1843)". Revista do IHGB. n. 64. T.45, Rio de Janeiro. 1882. p. 159-160.
[150] SILVEIRA, Joaquim da. SANTOS, Tomás Gomes dos. ALEMÃO, Francisco Freire.

de um lugar para a nação. O plano se concentra fundamentalmente em aspectos políticos, desprezando as outras partes requisitadas na proposta. Qualquer incursão no período posterior à independência foi considerada arriscada para os preceitos de objetividade, pois segundo o autor, não estaria suficientemente distante para ser avaliado[151].

No entanto, algumas propostas dos "programas históricos" referem-se a fatos da história do Império mais recentes: por exemplo, requisitam a criação de uma comissão para escrever sobre o processo de Independência do Brasil, e outra sobre a pertinência em se publicar acontecimentos de Pernambuco de 1817. Nesse sentido, o cônego Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira - preocupados com o destino dos relatos sobre aquele episódio onde estiveram diretamente envolvidos, compuseram uma comissão "encarregada de colligir e escrever tudo aquilo, que possa esclarecer ao historiador sobre a gloriosa época da nossa independência", atendendo solicitação de Sr. Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Camara[152]. Apesar da iniciativa, tais trabalhos não chegaram a ser realizados, pois remexer no passado recente poderia causar conflitos ou incômodo a outros integrantes do IHGB, também comprometidos com aqueles acontecimentos; em suma, originar um debate desagregador e contrário aos interesses da instituição. Como explicariam, por exemplo, a deportação de Gonçalves Ledo e do próprio Januário da Cunha Barbosa[153] redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense*, durante o governo de Dom Pedro I?

Outra comissão ficou encarregada de avaliar o pedido do General José Inácio de Abreu e Lima para publicação de documento oficial do governo da Província de Pernambuco, sobre acontecimentos que levaram à Revolução de 1817[154]. A comissão considerou o documento inadequado, apesar do seu apreço para com a documentação oficial, sua autenticidade e exatidão, comprovadas no testemunho do filho do autor daqueles registros, no caso o capitão-general Caetano Pinto Miranda. A opinião foi registrada no parecer do desembargador Pontes:

> **«** A comissão de historia, tendo examinado o documento offerecido ao Instituto Histórico e Geographico Brazileiro pelo Sr. General Abreu e

[151] SCHAPOCHNIK. Op. Cit. p. 33-34. CEZAR, Temístocles. Op. Cit. pp. 174.
[152] 10° Sessão de 20 de abril de 1839. Revista do IHGB n. 4 T. 1. Rio de Janeiro. 1839. p. 146.
[153] GUIMARÃES, Lúcia. Op. Cit. 1995. p. 514-515.
[154] 24° Sessão de 22 de outubro de 1839. Revista do IHGB. n. 4 T. 1, Rio de Janeiro. 1839. p. 362-363.

> Lima, e que consiste na original publicação official do governador de Pernambuco, Caetano de Miranda Montenegro, sobre a revolução d´aquella província no anno de 1817, entende que, conquanto um tal documento seja na verdade de muito preço, não convém todavia publica-lo já pelo comprometimento que a sua publicação poderia levar ainda a pessoas existentes; e por isso a commissão é de parecer que o sobredito documento seja guardado nos arquivos do Instituto até que todos os nomes nesse documento mencionados tenham comparecido perante o tribunal da posteridade **»** [155]. (grifos nossos)

Em uma Monarquia em processo de consolidação, mexer em feridas ainda não cicatrizadas como as ocorridas no processo de independência ou na Revolução de 1817, poderia indispor ou comprometer pessoas citadas e ainda vivas, não contribuindo em nada com a consolidação do Estado. Assim, mesmo documentos que cumpriam com os requisitos estipulados pelo Instituto (como autenticidade) foram depositados na "arca do sigilo". Literalmente, se propôs que houvesse na instituição uma arca para conservar em sigilo determinadas notícias históricas. O Sr. Freire Allemão,[156] autor da idéia, argumentou:

> « Proponho que no Instituto haja uma arca fechada com duas chaves, uma das quaes guardará o Exm. Presidente do mesmo Instituto, e outra o Exm. ministro do Impérioo, ou o director do Archivo Publico Nacional, para que n´ella se conservem debaixo de sigillo as noticias históricas contemporaneas que alguem queira enviar ao mesmo Instituto, noticias que virão lacradas em cartas, e só serão abertas no tempo que seu autor o determinar. – *Freire Allemão*.» [157]

Desta forma, versões prejudiciais à imagem de seus sócios ou que pudessem reacender algum conflito incompatível com a História do Brasil almejada, são arquivadas. Mesmo antes de Freire Allemão sugerir que fossem lacrados "com duas chaves" os

[155] 29° Sessão em 19 de dezembro de 1839. n. 4 T. 1. Rio de Janeiro. 1839. p. 374-379.(grifos nossos)
[156] Filho de modestos lavradores (João Freire Alemão e dona Feliciana Angélica do Espírito Santo) nasceu em Campo Grande, Rio de Janeiro, em 1797. Quando criança foi criado por Francisco de Couto da Fonseca, até 1810, sendo depois, acolhido pelo vigário da paróquia. Em 1817, entrou no Seminário de São José, onde estudou até 1821, grego e hebraico. Ao sair, dedicou-se ao magistério particular e ingressou na Academia Médica Cirúrgica do Rio de Janeiro. Atuou como cirurgião militar (1822) e se formou em 1829. Com auxilio de familiares foi a Paris e retornou doutor em medicina. Conquistou o concurso para a cadeira de botânico e zoologia, quando organizava a Academia de medicina do Rio de Janeiro, em 1831. Foi medico Imperial da Câmara. Em 1858, lecionou botânica a pedido de D. Pedro II, na Escola Central. No ano seguinte, foi nomeado presidente da comissão cientifica mandada ao norte do Império, onde atuou até 1861. De volta ao Rio de Janeiro publicou vários trabalhos. Faleceu em 1874. VAINFAS, Op. Cit. p. 290.
[157] 183° Sessão em 9 de dezembro de 1847. Revista do IHGB. 4° Trimestre. T. 9. Rio de Janeiro. 1847. p. 567.

documentos inconvenientes à contemporaneidade, os membros do Instituto já debatiam sobre os cuidados com a publicação de documentos para História que pretendiam construir.

> (...) conquanto um tal documento seja na verdade de muito apreço, não convém publicá-lo já, pelo comprometimento que sua publicação poderia levar a pessoas ainda existentes; (...) que seja guardado nos Arquivos do Instituto, até que todos os nomes nesse mencionado documento tenham comparecido perante o tribunal da posteridade.[158] (grifos nossos)

Mas, além dos impedimentos políticos, em quais outros critérios os fundadores e suas comissões se apoiaram para designar o que poderia ou não ser publicado na revista? No relato da *Quinta Sessão Publica Anniversaria* ocorrida em dezembro de 1843, o primeiro secretário indicou outras justificativas para a divulgação, em tempo oportuno, de documentos manuscritos remetidos do Maranhão, de título *Poranduba Maranhense,* que continham informações históricas daquela província e das linguagens indígenas:

> Este manuscripto [Poranduba Maranhense, ou Relação Histórica da província do Maranhão], além de abundante de esclarecimentos históricos e geographicos d´essa província, torna-se ainda mais precioso por um vocabulário da língua tupinambá, que lhe accrescentára seu auctor. O Instituto, ouvido e approvado o parecer da commissão de exame, aceitou para ser impresso, em tempo opportuno, este trabalho do Sr. Fr, Francisco de N. S. dos Prazeres, e mandou passar-lhe diploma de sócio correspondente[159]. (grifos nossos)

O relatório justificou, ainda, quais as motivações para a não publicação de outros tantos trabalhos ofertados ao Instituto: circunstâncias recentes ou narrativas imperfeitas:

> (...) muitos escriptos se tem apresentado, que o Instituto julga não dever ainda publicar, talves por circunstamcias mui recentes da nossa história, e talvez por menos perfeitos na comprehensão de factos que devem fazer o seu complexo[160].
>
> (...) se ainda não tem dado publicidade a outros escriptos por diversas pessoas affertadas, deve isso attribuir-se, ou a versarem sobre matérias

[158] 29° Sessão em 19 de dezembro de 1839. n. 4 T. 1. Rio de Janeiro. 1839.p. 379.

[159] BARBOSA, Januário da Cunha. RELATORIO LIDO NO ACTO DE SOLEMNIZAR-SE O 5° ANNIVERSARIO. Revista do IHGB. n. 20. Suplemento ao Tomo 5°. Rio de Janeiro. 10/Dez/1843. p. 17-18.. (grifos nossos). O que só aconteceu, entretanto, na parte 1° do Tomo LIV da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1891.

[160] BARBOSA, Januário da Cunha. RELATORIO DOS TRABALHOS DO INSTITUTO DURANTE O QUARTO ANNO SOCIAL. Revista do IHGB. n. 20. T. 5. 27/nov/1842. p.19-20. Apud. GUIMARÂES, Lucia. 1995 p, 571.

> alheias dos nossos fins, ou a não serem tão exactas as noticias que dispensem alguma correção, para que possam aproveitar pela sua publicidade.[161] (grifos nossos)

Além desses critérios impeditivos, encontramos nas Atas outra restrição: vetaram-se textos que repetissem informações já tratadas em trabalhos de autores ligados ao Instituto. Como alude o Parecer emitido por José Joaquim Machado de Oliveira e José Antonio Lisboa sobre o códice – *Relação dos factos acontecidos desde o anno de 1500, em que foi descoberto o Brasil, até o anno de 1777, em que houve a ultima guerra do sul, sobre os limites e demarcações entre a coroa de Portugal e a de Hespanha*:

> [...] vendo que n´ella [o códice] se desempenha esse titulo, pois que ahi se faz menção dos factos mais notáveis havidos no Brasil meridional no tempo a que o compilador se circunscreve; mas, porque esses factos e os documentos que os instruem ou lhe dão fundamento, e que vão exarados no fim do códice, já se acham consignados em varias historias do Brasil, e com especialidade nas *Memórias para a historia da capitania de São Vicente,* nas *Memórias históricas do Rio de Janeiro,* mas que escreveu o nosso ilustre e finado sócio o conselheiro Silva Lisboa, e em fim na *Dedução chronologica* de José de Seabra; entende a commissão que se pôde prescindir de sua puplicação pela imprensa, e deve ser conservado no archivo do Instituto [162].(grifos nossos)

Materiais avaliados como inexatos ou que tratavam de fatos recentes foram destituídos de publicidade, entre eles, muitas obras de estrangeiros ou de nacionais que circulavam nos oitocentos. Outras obras, no entanto, embora com alguma avaliação negativa, foram encaminhadas para publicação na RIHGB e tiveram indicação de sua leitura, porém mediante um Parecer ou Juízo explicativo também divulgado na mesma Revista. A divulgação do inexato seguido de correção, para que o erro não tomasse lugar da verdade, foi uma das preocupações e objetivos mais reiterados pelos membros do Instituto. Segundo Lucia Guimarães, foram publicadas vinte e seis avaliações de manuscritos, memórias e obras elaboradas por comissões que se preocupavam com o seu mérito no sentido de se tornarem material para a escrita da História do Brasil[163].

[161] BARBOSA, Januário da Cunha. 1843. p.16.
[162] 141° Sessão em 09 de novembro de 1845. Revista do IHGB. n. 26. T.7. Rio de Janeiro. 1845. p. 563-564.
[163] Ver tabela n° 3. GUIMARÂES, Lucia. 1995. p. 511.

4. Juízos e Pareceres publicados na RIHGB

> Antes de se encerrar a sessão, foi nomeado uma comissão composta dos Srs. desembargador Gustavo e Dr. Pereira da Silva para darem seu parecer sobre *Historia do Brazil* de John Armitage[164]. (grifos nossos)

Entre as principais metas do IHGB estava, portanto, a incumbência de avaliar publicações que se referiam ao Brasil. Nossa intenção nesse item é apenas comentar os Juízos e Pareceres produzidos, pois trataremos esse tema mais detalhadamente nos capítulos seguintes. Trata-se de material particularmente expressivo para o levantamento e compreensão das razões, critérios e expectativas dos membros do IHGB no sentido de construir uma História do Brasil capaz de criar uma identidade para a nação. Nesse sentido, os Juízos e Pareceres de certa maneira informaram e complementam, em parte, as indicações estabelecidas por Von Martius em seu célebre texto: *Como se deve escrever a História do Brasil.*

Na primeira metade do século XIX, muitas obras escritas por estrangeiros ou por nacionais foram escolhidas para passar sob o olhar crítico dos membros do Instituto:

> O 2° Secretario propôz que se nomeasse uma commissão especial afim de dar o seu parecer sobre a viagem ao Brasil, publicada em Allemão pelo príncipe Maximiliano de Wied-Newied. Membro honorário do Instituto: foi approvado, e o Ilm. Sr. Presidente nomeou em commissão *od hoc* os Srs. Francisco Adolfo de Varnhagen, o Barão de Planitz[165].(grifos nossos)

Segundo o *Diccionario da Língua Portugueza,* de Antonio de Moraes Silva, publicado em 1813 em Lisboa, a palavra *Parecer* pode ser entendida como um "conselho, voto de uma 'opinião'"; abrangendo ainda as idéias de "**«**Apparecer, mostrar-se a alma por meyo dos sentidos alguma desordem, máo feito, que se saiba."; e ou de "Representar-se ao entendimento"[166]. Por sua vez, a palavra *Juízo* também engloba os dois primeiros sentidos - "opinião", "conceito". Porém, ainda incorpora a idéia de uma "contestação litigiosa", ou

[164] 7° Sessão em 16 de março de 1839. Revista do IHGB n. 1. T.1. Rio de Janeiro. 1839. p. 66.
[165] 43° Sessão em 18 de julho de 1840. Revista do IHGB n. 7. T 2. Rio de Janeiro. 1840. p. 397/398.
[166] SILVA, Antonio de Moraes. Diccionario da lingua portugueza: recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. p. 398.

ainda, "dar juízo; i. é, o seu parecer, voto, decisão"[167]. Nesse sentido, esta última sistematiza com maior precisão a mensagem que pretendemos reconhecer naqueles documentos, ou seja, eventuais polêmicas e discrepâncias metodológicas e políticas entre os membros do IHGB.

Acompanhamos os encontros periódicos registrados nas Atas e percebemos que foram emitidos Juízos e Pareceres de diversos materiais. Não vamos tratar aqui daqueles que exploraram documentos do período colonial[168], achados arqueológicos[169] ou mapas[170], mas apenas daqueles referentes a obras sobre o Brasil de autores contemporâneos ao Instituto Histórico – brasileiros ou estrangeiros – cujos resultados foram divulgados na RIHGB no período entre 1839 e 1860. Tais marcos se justificam porque foi neste período que essa modalidade de documento apareceu expressivamente. No entanto, parte dessas avaliações, por razões diversas, não chegou a ser divulgada. Delas tivemos notícia pela transcrição de trechos sucintos no corpo dos Extratos das Atas, geralmente acompanhados do "voto" para arquivar a obra na Biblioteca; ou do "conselho" de sua leitura; ou do pedido para sua colocação na "arca do sigilo". Há ainda pedidos de avaliação que não foram atendidos[171].

Tabela demonstrativa da seleção do N° de Juízo e Pareceres publicados na RIHGB (1839-1860)

Ano da Publicação do Juízo ou Parecer	N° de Artigos Publicados	Obras Estrangeiras	Obras Nacionais
1839	03	02	01
1840	03	02	01
1841	01	01	
1844	01		01
1851	01	01	
1852	01		01
1853	02		02
Total	12	06	06

[167] Ibid. p. 193.
[168] Como as publicações na Revista do IHGB: *Parecer sobre Reflexões criticas sobre o escripto do século XVI, impresso com o título de Notícia do Brasil, no T. 3° da Coll. De Not. Ultr,* escrito por Francisco Adolfo de Varnhagen; ou *Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurus, e Guanás, com a descripção dos seus usos, religião, estabilidade, e costumes*, do Manuscrito original do Sr. Dr. Tenente-Coronel Jardim, avaliação publicada em duas partes na Revista do IHGB.
[169] Como a publicação de: *Parecer da commissão especial, encarregada de examinar os ossos fosseis, remetidos de Cantagallo ao Instituto* por M. Jacob Van Erven.
[170] Como a publicação de: *Parecer da comissão de Geographia sobre dous mappas offerecidos ao Instituto*.
[171] Encontramos pedidos emitidos para a avaliação de *Le Brésil* (1837) de Ferdinand Denis; Historia do Brasil (1831) de John Armitage; Viagem ao Brasil (1817), publicada em Alemão pelo Príncipe Maximiliano de Wied-Newied; História do Geral do Brasil (1855), do membro do Instituto Adolfo de Varnhagen; e o juízo acerca dos artigos sobre o Brasil, contidos no Dicionário Histórico e Geográfico do Sr. Bouillet.

Notamos sobre esse material, num primeiro momento, a existência de uma diferença na abordagem dos textos de estrangeiros e de brasileiros. Os Pareceres e Juízos que avaliaram obras estrangeiras estavam mais preocupados em apontar erros, em mostrar no que os autores estavam equivocados na sua descrição e avaliação do país e de sua história. Os membros do Instituto olhavam para tais obras com suspeita, pois, no geral, divulgavam imagens desabonadoras, especialmente da população e de seus costumes, em particular da escravidão. Contudo, a crítica das comissões avaliadoras dos textos estrangeiros era cautelosa, talvez por que muitos dos avaliados pertenciam a Instituições congêneres relacionadas com o IHGB.

Dos trabalhos produzidos por nacionais, os pareceristas apontaram além de erros e equívocos, os casos de plágio, um problema essencial quando levamos em conta que o Instituto tinha, dentre seus propósitos, construir uma identidade para a nação, identidade que só poderia ser comprovada a partir da constatação da originalidade e consistência de sua História. Nesses casos, a cautela dos membros das comissões no trato com o autor deixou de existir, e os pareceristas procuram de todas as maneiras acusar a ocorrência de cópia de outros textos. A preocupação aparece, por exemplo, na análise do trabalho de Antonio Ladislau Monteiro Baena (se teria plagiado o cronista colonial Bernardo Pereira Berredo), ou quando Varnhagen tenta demonstrar que o *Compêndio da História do Brasil*, de Abreu Lima, copiou Afonso Beauchamp, e este, por sua vez, teria plagiado Robert Southey.

Entre os Juízos e Pareceres a serem analisados, três foram publicados no ano de 1839, sendo dois de obras de estrangeiros. Deste modo, foi abordado o texto do político português Dr. Francisco Solano Constancio (1772-1846), *História do Brasil*, de 1839, publicado em Paris[172]. O segundo Juízo abordou a *Historie des relations commerciales entre la France et le Brésil*, de 1839, escrita pelo economista francês Horacio Say (1794-1860) e também publicada em Paris. Nesse caso, a comissão além de advertir o autor sobre a ocorrência de "erros e inexatidões", aconselhou reparos para uma segunda edição[173].

[172] PONTES, R. de S. da S., VIANNA, C. J. de Araújo. .Juízo sobre a História do Brazil publicada em Paris pelo Doutor Francisco Solano Constancio. Revista do IHGB, n. 2. T.1. Rio de Janeiro. 1839. p. 103-108.
[173] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Juízo sobre a obra intitulada Historie dês relations commerciales entre la France et lê Brésil, por Horace Say. (Publicada em Paris em 1839*).* Revista do IHGB, n. 4. T.1, Rio de Janeiro. 1839. p. 320 - 326.

> (...) a largo espaço de tempo, que decorreu até a publicação da sua mencionada obra no corrente anno de 1839, faziam acreditar que elle bem informado dos sucessos políticos ocorridos no Brazil em época tão memorável, fosse isento daquellas inexactidões, e erros de facto, que infelizmente se são em quase todos os viajantes estrangeiros, que tratam do Brazil[174].

O terceiro juízo publicado em 1839, com destaque aos rasgados elogios, tratou dos *Annaes da província de S. Pedro*, texto do político brasileiro e também presidente do Instituto Histórico, o Sr. José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774 – 1847), Visconde de São Leopoldo. A comissão considerou a narrativa bem fundamentada em documentos comprobatórios, o que lhe conferiu credibilidade. Contudo, preocupou-se em apontar o que faltou a obra. Lamentou ainda a ausência de alguns trechos não publicados na segunda edição[175].

Na década seguinte, foram divulgados cinco artigos, entre Juízos e Pareceres. No ano de 1840 são três juízos, dois de obras estrangeiras. O primeiro sobre o trabalho de Nicolau Dreys – *Noticia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul* de 1839, publicado no Rio de Janeiro. A comissão considerou o estilo do autor um tanto "impróprio e empolado", o que impossibilitaria para o leitor uma visão clara dos lugares descritos. Apesar das inúmeras criticas, recomendou que fosse guardada na biblioteca do Instituto Histórico por trazer muitas informações sobre a província[176].

A mesma comissão analisou o *Examen critique de l´historie de la Geographie du nouveau Continent* (1814-1834) do naturalista Alexandre Humboldt (1769 – 1859). Nesse caso, procurou justificar "deslizes", demonstrando especial respeito pelo autor estrangeiro. Assim, referindo-se ao descobrimento do Brasil, Humboldt ter-se-ia equivocado nas datas (mencionou 24/4 no 1°volume e 22/4 no 5° volume), pelo fato de desconhecer a carta de Pero Vaz de Caminha no momento da redação do primeiro volume, pois o documento fora publicado no intervalo de preparo entre as duas obras. Preocupou-se então em esclarecer o

[174] Ibid. p. 321.
[175] PONTES, R. de S. da S., PANTOJA, G. A. de A.,VIANNA, C. J. de Araújo. Juízo sobre os Annaes da província de S. Pedro, publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de S. Leopoldo (2° edição). Revista do IHGB, n. 4. T.1. Rio de Janeiro. 1839. p. 327-333.
[176] REBELLO, José Silvestre. REBELLO, Dr. Lino Antonio. Juízo sobre obra – Notícia descriptiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, por Nicolau Dreys. Revista do IHGB, n. 5. T. 2, Rio de Janeiro. 1840. p. 99-104.

engano "para que os leitores não creiam em um erro por todo o tempo que se passou entre a leitura do primeiro e quinto tomos"[177].

O último juízo publicado em 1840 diz respeito ao *Compendio das Eras da Província do Pará*, escrito por Antonio Ladislau Monteiro Baena. Nesse caso, os pareceristas acusam o autor de plágio ao cronista colonial que abordou a história da província do Pará, Bernardo Pereira de Berredo[178]. No ano seguinte (1841), veio à luz Parecer sobre dois volumes da obra do viajante francês, Jean-Baptiste Debret (1768-1848) – *Voyage pitoresque au Brésil*. (1834-1837), publicado em Paris[179]. Com relação ao 1° volume de Debret, constatou equívocos, mas como no caso de Humboldt justificou os erros, minimizando-os. Da afirmação de Debret sobre a Bahia de Guanabara ter sido descoberta por castelhanos, a comissão diz não se admirar com o erro, pois o autor desconhecia as recentes pesquisas desenvolvidas pelo Instituto sobre a História do Brasil, e por Adolfo de Varnhagem sobre o roteiro de viagem de Pero Lopes.[180]

Em 1844, foi publicado o *Primeiro Juízo submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo sócio Francisco Adolfo de Varnhagen a cerca do "Compendio da Historia do Brasil" do Sr. José Ignácio de Abreu Lima*[181], um trabalho duramente criticado, no qual Varnhagen constatou um duplo plágio: o autor copiara o historiador Afonso Beauchamp, e este, por sua vez, plagiara Robert Southey. E, para além de apontar o plágio, o parecerista deixou claro sua desaprovação frente a tal conduta.

> Magoou-nos profundamente o não conhecer quantos usos, invenção e falsidades iam ser communicadas aos nossos jovens, por uma pessoa de boa fé, e provavelmente com os melhores desejos de acertar; mas também ver a importância que essa mesma pessoa, tambem sem querer, acaba de reinvindicar para Beauchamp, que como escriptor publico, não inspira outro sentimento senão o do desprezo a quem louvor a virtude, e respeita

[177] REBELLO, José Silvestre. REBELLO, Dr. Lino Antonio. Juízo sobre obra intitulada – Examen critique de l´historie de la Geographie du nouveau Continent, par Alexandre Humboldt, membro honorário do Insituto. Revista do IHGB, n. 5 T. 2, Rio de Janeiro. 1840. p. 105-108.
[178] PONTES, R. de S. da S., PANTOJA, G. A. de A.,VIANNA, C. J. de Araújo. Juízo da Commissão de História sobre a obra intitulada – Compendio das eras da Província do Pará – por Antonio Ladislau Monteiro Baêna. Revista do IHGB, n. 6. T.2. Rio de Janeiro. 1840. p. 237-253.
[179] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Parecer sobre o 1° e 2° volume da obra – Voyage pitoresque au Brésil, par J. B. Debret. Revista do IHGB, n. 9. T.2. Rio de Janeiro. 1841. p. 95-99.
[180] Ibid. p. 97.
[181] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo sócio Francisco Adolfo de Varnhagen a cerca do "Compendio da Historia do Brasil" do Sr. José Ignácio de Abreu Lima. Revista do IHGB, n. 21. T.6,. Rio de Janeiro. 1844. p. 60-83.

> a propriedade mais sagrada que existe sobre a terra – o do entendimento[182].

Nos primeiros anos da década de 1850, foram publicados mais três novos Pareceres. Em 1851, sobre o opúsculo: *Une féte brésilienne celébrée à Rouen em 1550 suivie d´un fragment du XVI siécle roulant sur la Théoginie des anciens peuples du Brésil et des poésies em langue tupique de Christovam Valente* (1851)*,* obra de Ferdinand Denis (1798-1890)[183]. Em 1852 e 1853, analisaram-se duas obras de autores nacionais. A primeira, o *Índice Chronologico* escrito por Agostinho Marques Perdigão Malheiro, foi submetida à avaliação de Diogo Soares da Silva de Bivar, que indicou o quê o autor "deixou de mencionar"[184]. A segunda obra, *Memória histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevidéo*, por J. J. Machado de Oliveira foi submetida a dois pareceres e gerou interessante polêmica sobre a política do Império no rio da Prata. O primeiro parecer, de Duarte da Ponte Ribeiro[185], declarou enfaticamente o quanto a obra não correspondia com a política do Império em relação a seus vizinhos latinos. O outro foi emitido por Candido Baptista de Oliveira, que no caso, considerou o trabalho de grande valor para a História do Brasil[186]. Esses dois pareceres são acompanhados ainda por comentários apaziguadores de Gonçalves Dias, notas do Conselheiro Pedro d´Alcantara Bellegarde, uma defesa de Duarte da Ponte Ribeiro ao seu parecer e uma resposta de Gonçalves Dias[187].

Nos capítulos seguintes, vamos acompanhar mais circunstanciadamente a argumentação desses documentos: o objetivo é esclarecer e demonstrar as razões e os

---

[182] Ibid. p.631.

[183] SILVA, João Manuel Pereira da; SILVA, Joaquim Norberto de Souza e; MACEDO, Joaquim Manuel de.. Parece da comissão de História sobre *Une féte brésilienne celébrée à Rouen em 1550 suivie d´un fragment du XVI siécle roulant sur la Théoginie des anciens peuples du Brésil et des poésies em langue tupique de Christovam Valente por Ferdinand Denis*. Paris 1 vol., in n° 8 1851. Revista do IHGB. 3° Série, 4° Trimestre. T. 14. Rio de Janeiro. 1851. p. 443-449.

[184] BIVAR, Diogo Soares da Silva de. Parecer sobre o Índice chronologico do Sr. Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro. Revista do IHGB. 3° Série - 1° Trimestre. T. 15. Rio de Janeiro. 1852. p. 77-85.

[185] RIBEIRO, Duarte da Ponte. Parecer do Sr. Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro sobre a sobredita Memória. (Memória histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevidéo, por J. J. Machado de Oliveira). Revista do IHGB, 3° Série, 4° Trimestre, T. 16. Rio de Janeiro. 1853. p. 435-472.

[186] OLIVEIRA, Candido Baptista de. Parecer sobre a Memoria histórica do Sr. J. J. Machado de Oliveira acerca da questão de limites entre o Brazil e Montevidéo, do Sr. Conselheiro Candido Baptista de Oliveira. Revista do IHGB, 3° Série, 4° Trimestre. T.16. Rio de Janeiro. 1853. p. 473-476.

[187] DIAS, Gonçalves. A Memória histórica do Sr. Machado de Oliveira e o parecer do Sr. Duarte da Ponte Ribeiro por A. Gonçalves Dias. Revista do IHGB. 3° Série, 4° Trimestre. T.16. Rio de Janeiro. 1853. p. 477-478.

critérios científicos e políticos que lhes deram origem, assim como os pontos de polêmica que geraram.

Capítulo 2

O Instituo Histórico e a produção estrangeira sobre o Brasil.

> [...] Encarregou igualmente aos dignos socios effectivos Araújo Vianna e Silva Pontes um exame sobre os erros históricos e geographicos de que está impregnada a nova Historia do Brazil pelo Dr. Constancio; e já no segundo numero da *Revista* foi estampado o parecer d´esta commissão, approvado pelo Instituto. Espera-se ainda que os sócios Drs. Rocha e Firminio apresentem as suas observações sobre a obra de Ferdinand Denis, e da mesma sorte os Drs. Pereira da Silva e Aguilar Pantoja, sobre a obra de Armitage. [...].
>
> Cônego Januário da Cunha Barbosa. *Relatório*. 3 de novembro de 1839. RIHGB, p. 279-280.

Logo após a criação do IHGB, seus fundadores demonstraram preocupação com os parâmetros que definiriam a escrita de uma "verdadeira" História Geral para o Brasil. Contudo, antes que esses critérios estivessem prontos e antes mesmo que qualquer história comprometida com o novo Estado fosse escrita, como desejou o primeiro-secretário Januário Cunha Barbosa[188], seus membros se preocuparam com as Histórias sobre o Brasil e sobre os brasileiros que já circulavam pelo velho e novo mundo.

O relatório da sessão comemorativa do primeiro ano da instituição apresentou essas Histórias como inadequadas à idealizada pelo Instituto Histórico. Da mesma forma, o *Discurso* de inauguração indicou a preocupação dos fundadores com os impressos que apresentaram ao mundo "fatos equivocados" sobre a História do Brasil. Em resumo, uma vez que uma obra não havia sido escrita por alguém "compadecido" com "gênio brasileiro", ela já era vista com suspeita. Assim sendo, o IHGB tratou de prevenir os leitores brasileiros sobre o conteúdo das obras de autores estrangeiros.

Contudo, essa desconfiança não deixou de revelar a existência de afinidades com o imaginário europeu sobre o Brasil, tais como o exagero nos "louvores à terra, ao clima e às

[188] BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. Revista do IHGB. n. 1. T. 1. Rio de Janeiro. 1839, p. 10.

riquezas", a certeza das possibilidades materiais que projetariam o Brasil como uma nação do futuro, o perigo da expressiva presença de negros e de indígenas e o julgamento negativo sobre a colonização portuguesa. Idéias de Brasil construídas nas relações comerciais entre os continentes, nos processos imigratórios para a América (e, portanto, para o Brasil) e nos relatos de inúmeros viajantes que nutriram uma dada idéia de Brasil em suas narrativas de viagem, repletas de dados considerados precisos, mas também de outros confusos[189].

Especialmente por esta última razão, os membros do Instituto Histórico desconfiaram do conteúdo de tais obras e, assim, desenvolveram as avaliações denominadas de *Juízo* ou *Parecer*. Nesse capítulo vamos tratar desses documentos, publicados na Revista do IHGB entre 1839-1860.

1. Estrangeiros no Brasil: dois momentos.

O grande número de obras sobre o Brasil produzidas por estrangeiros no início do século XIX fez parte de um "novo descobrimento do Brasil"[190], ou seja, foi decorrente de facilidades de entrada e de circulação de estrangeiros por essas terras, depois da vinda da família Real, o que não havia ocorrido durante o domínio colonial português. Durante o Brasil colonial, os pedidos de entrada eram negados[191] aos estrangeiros pois a sua presença em território colonial tinha sido até então tomada como sinônimo de expansionismo e de empreendimento militar.

Esse *exclusivismo* foi característico da política comercial expansionista dos países europeus e no caso português, foi a forma de exploração adotada, o que impediu ao

[189] O texto aponta que dados confusos não escapavam aos viajantes e exemplifica: "A título de exemplo, lembramos J. Henderson, o qual em sua History of the Brazil, inclui o Paraguai no território brasileiro, constituindo a província do Paranna, com capital em Assunção". CAMPOS, Pedro Moacir. Imagens do Brasil no Velho Mundo. In: HOLANDA, Sérgio B. (org.). *História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico.* São Paulo: Difel, Tomo III, 1976. p. 60-63.

[190] Tomamos como base o título do livro primeiro do volume III da coleção História Geral da Civilização Brasileira, dirigido por Sérgio Buarque de Holanda.

[191] Podemos citar o caso da expedição do Barão de Humboldt, natural de Berlim, que teve sua entrada em terras da Coroa Portuguesa vetada pela suspeita de ser prejudicial aos interesses portugueses. HOLANDA, Sergio Buarque de. A Herança Colonial – Sua Desagregação. In: HOLANDA, Sérgio B. (org.). História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico. São Paulo: Difel. Tomo III, 1976. p. 12.

máximo que outras nações estabelecessem um comércio direto com as suas colônias. Com essa política, Portugal, desde o início da colonização na América, garantiu monopólio de exploração e comércio, freou incursões estrangeiras e resguardou para si informações sobre suas colônias, o que configurou num número restrito de representações sobre o Brasil[192].

Nesse sentido, com os impedimentos criados por Portugal, o conhecimento sobre a América portuguesa, entre os séculos XV e XVIII, teve um caráter circunstancial. Foi produto dos primeiros contatos dos portugueses com o novo território, como nas descrições contidas na *carta* de Pero Vaz Caminha e no relato de Manoel Caetano de Abreu – *Diário de Navegação dos rios Tietê, Grande, Paraná e Guatemi*[193]; ou foi resultado de situações muito especificas, como a que originou a obra do alemão Hans Staden, náufrago feito prisioneiro pelos índios Tupinambás no litoral de São Vicente[194].

Outros trabalhos sobre a colônia resultaram de empreendimentos comerciais colonizadores e missionários. Foi produzido por colonizadores portugueses o *Tratado descritivo do Brasil* (1597), do fazendeiro e senhor de engenho do interior da província baiana Gabriel Soares de Souza (década de 1540-1591) e a *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente Chamamos de Brasil* (1576) de Pedro de Magalhães Gândavo (1540-1579). Ambos descrevem animais, plantas, clima e aspectos da geografia e dos costumes indígenas[195]. Entre as narrativas missionárias, encontramos principalmente a de jesuítas, como Padre José de Anchieta (Tratado Descritivo do Brasil, de 1799) e Padre Antônio Vieira (1608-1697), entre outros que descreveram grupos indígenas e a natureza da América portuguesa[196].

Houve ainda, trabalhos produzidos por ocasião das invasões holandesas - com descrição minuciosa da fauna local -, resultado das incursões ao interior de Pernambuco, a exemplo da *Historia Naturalis Brasiliae* (1648) de George Marcgrav (1610-1644), Willem Piso (1611-1678) e João de Laet, integrantes da missão científica que aportou em Recife em 1637, durante o governo de Mauricio de Nassau, administrador da Nova Holanda

[192] LEITE, Ilka Boaventura. Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte, Ed. Da UFMG, 1996. p. 41; OLIVEIRA PINTO, Olivério Mario. Explorações cientificas. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.). História geral da civilização brasileira – A Época Colonial. São Paulo: Difel. Tomo II. 1976. p 161.
[193] Ibid. p. 41-44.
[194] Ibid, p. 41; OLIVEIRA PINTO, Olivério. Op. Cit. p. 162.
[195] Ibid, p. 41-42; Ibid. p. 164.
[196] Ibid, p. 43; Ibid. p. 163.

(1637-1644). A presença holandesa possibilitou estudos de História Natural tanto de artistas e cientistas, quanto de letrados que auxiliaram Nassau na sua administração. Marcgrav, naturalista alemão com formação em matemática, por exemplo, em sua primeira estada no Novo Mundo, descreveu um eclipse solar (13-XI-1640) e levantou a topografia da região costeira entre o Rio Grande do Norte e Sergipe, publicando seus trabalhos sob o título de *Brasília qua parte paret Belgis* (1647). Outros trabalhos desenvolvidos sobre a região são os dos Conselheiros políticos Johan Bodecher Benning (1606-1642) e de Elias Herckmans (1596-1644)[197].

Com as invasões francesas ao Rio de Janeiro no século XVI e ao Maranhão no século XVII, novos trabalhos foram produzidos. Na tentativa de Nicolas Villegaignon (1510-1571) de colonizar a baía de Guanabara, entre 1555 e 1567, veio para o Brasil o franciscano André Thevet (1502-1590) que publicou em Paris *Les Singularitez de la France Antarctique* (1557) e o calvinista Jean de Léry (1534-1611) que publicou *Historie d´um voyage fait em la terre de Brésil* (La Rochelle, 1578). Os missionários fazem descrições sobre a flora, fauna e nativos da região, mencionam quatis, aranhas-vermelhas, beija-flores e descrevem sobre certa preguiça dos índios. Na segunda tentativa francesa, entre 1612 e 1615, o nobre Daniel de La Touche, senhor de La Ravardiére, ocupou a costa Norte do atual estado do Maranhão e fundou São Luiz. Nesse período foram trazidos para França Equinocial levas de religiosos capuchinhos. Num grupo estavam Claude d´Abbeville que publicou *Historie de la mission des pères capucins en l'isle de Maragnan et terres circonvoisines* (Paris, 1614) e Yves d´Evreux, que no ano seguinte ao fim da breve ocupação publicou em Paris *Suitte de l´Historie des choses memorables adventures em Maragnan ès anés 1613 et 1614*[198].

[197] MELLO. J. A. Gonçalves de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.). História geral da civilização brasileira – A Época Colonial. São Paulo: Difel. Tomo I. 1976. p 246: PANTALEÃO, Olga e HOLANDA, Sérgio B. Franceses, Holandeses e Ingleses no Brasil Quinhentista. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.). História geral da civilização brasileira – A Época Colonial. São Paulo: Difel. Tomo I. 1976. p.167-168; OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLANDA, Sérgio B. (org.). História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico. São Paulo: Difel, Tomo III. 1976. p. 119.

[198] LEITE, Ilka Boaventura, Op. Cit. p. 43; HOLANDA, Sérgio B. Os Franceses no Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.). História geral da civilização brasileira – A Época Colonial. São Paulo: Difel. Tomo I. 1976. p 204-234; OLIVEIRA PINTO, Olivério. Op. Cit. p. 161-169.

Salvo ocasiões circunstanciais como essas, "o mundo não conhecia a respeito da flora, da fauna e da geografia do nosso país"[199]. Mesmo existindo outras obras, aqui não mencionadas, a afirmação ganha significado se compararmos a produção do período do domínio português com a intensa produção desenvolvida durante o século XIX.

As portas para a América portuguesa ficaram fechadas e isso somente se alterou no século XIX. Dessa forma, tomamos como marco significativo de mudanças na cultura científica sobre o Brasil, como mencionado inicialmente, o ano de 1808, pois com o fim do exclusivismo português ocorreu um aumento da presença estrangeira. O então príncipe regente D. João e sua administração promoveram varias iniciativas que abriram novos horizontes para a América Portuguesa. Possibilitou esse processo, o desembarque de representações diplomáticas e comerciais que se instalaram no Rio de Janeiro, especialistas solitários ou comandando comissões artísticas e cientificas com o objetivo de construir um conhecimento sobre esta parte do mundo[200]. Produziram diários, estudos sobre história natural, inventários e imagens e descrições da flora, fauna e dos habitantes difundidos na Europa, por um mercado editorial[201].

Assim, o governo luso-brasileiro incentivou a vinda de europeus formulando convites, contratando especialistas e financiando missões artísticas e cientificas, expedindo autorizações (vistos de entrada, permanência e saída) e cartas de recomendações que facilitaram hospedagens e possíveis favores das comunidades visitadas, apesar de não garantir a hospitalidade das populações locais. Podemos citar nesse sentido, alguns pintores franceses financiados pelo governo luso-brasileiro que auxiliaram na criação de Escola Real de Belas Artes, ou então, o caso de John Mawe e Eschewege que foram pagos para residir e prestar serviços (avaliar e identificar pedras, abrir minas, construir fábricas de metalurgia) em Minas Gerais[202]. Outro atrativo foi a possibilidade de se percorrer uma grande extensão territorial, com flora e fauna muito variadas, com certa segurança

[199] OBERACKER, Carlos. Op. Cit. p, 119.
[200] OBERACKER, Carlos. Op. Cit. p. 119
[201] VAINFAS, Ronaldo (dir). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 711.
[202] LEITE, Ilka Boaventura. Op. Cit. p. 59-68; LISBOA, Karen Macknow. A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo, Huritec, 1997. p. 29.

proporcionada na relativa estabilidade política e sem contratempos burocráticos ao se cruzar fronteira[203].

Vale mencionar que não foram somente representações políticas, financeiras ou científicas que aportaram no Brasil neste período. Durante o processo de Independência, muitos foram os imigrantes vindos para participar como soldados nas guerras de independências, como os alemães recrutados entre elementos de várias classes sociais, desde nobres, geralmente decaídos ou desocupados, até criminosos; ou como os irlandeses, que, enganados com a perspectiva de se tornarem agricultores, participaram da guerra da Cisplatina[204]. Dessa forma, a produção literária que resultou do contato dos imigrantes alemães com o Brasil tratou tanto sobre a possibilidade de existência de um eldorado na América, quanto de denúncias da crueldade que sofreram os seus imigrados[205].

Vieram ainda para o Brasil imigrantes de outras nacionalidades, como por exemplo: da China, Índia, Grécia, Cabo Verde, Rússia. No entanto, a parcela mais significativa foi proveniente da Europa. Esse afluxo forçou o convívio dos colonos com estrangeiros possibilitando que julgassem, com melhor senso de realidade, seus colonizadores; facultou o enriquecimento, especialmente de colonos portugueses, com o contato com ofícios até então desconhecidos; e proporcionou, nessas condições, um ambiente cosmopolita e ainda não experimentado pelos colonos[206].

1.1 Facilidades aos ingleses e germânicos

Interessa-nos em conhecer inicialmente, diante dessas mudanças, alguns aspectos, condições e incentivos para a vinda de ingleses, franceses e de povos de língua alemã. De forma mais geral, as nações francesa e inglesa representaram uma burguesia crescente com claros interesses comerciais e "exploração imediata". Os alemães, austríacos e os suecos, em franco processo de unificação, tiveram um interesse comercial mais tímido, mas não

[203] LISBOA, Karen Macknow. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTTA, Carlos Guilherme. Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2000. p. 269.
[204] PAULA. Eurípedes Simões de. A organização do exército brasileiro. In: HOLANDA, Sérgio B. (org.). História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico. São Paulo: Difel, Tomo III. 1976. p. 273;
[205] LISBOA, Karen. Op. Cit. 1997. p. 31-32.
[206] MOTA, Carlos Guilherme. Europeus no Brasil á época da Independência: Um Estudo. In: MOTA, Carlos Guilherme. 1822 – Dimensões. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986. p. 60. HOLANDA, Sergio Buarque de, Op. Cit. 1976. p. 11.

nulo. O interesse pelo Brasil se manifestou entre os povos germânicos por meio de expedições cientificas que, no entanto, não visavam somente uma contribuição para o conhecimento cientifico, mas implicaram também em um possível retorno econômico ou até prestígio político[207].

Os ingleses foram os primeiros a desfrutarem das mudanças promovidas pela corte portuguesa na América, com o Tratado de 1810. A presença britânica influenciou a vida cotidiana da antiga colônia[208]. Com o comércio entre essas duas partes do mundo, os produtos ingleses com as menores tarifas alfandegárias invadiram o Brasil, ocorrendo investimentos de capitais em mineração e vias ferroviárias. Costumes e pensamentos britânicos foram conhecidos por intermédio de governantas e professores, de livros técnicos e científicos e de escritos em prosa e verso[209].

Inicialmente, aproveitando o livre acesso ao Brasil durante as guerras napoleônicas, firmas inglesas interessadas em executar uma "exploração imediata" enviaram representantes, como John Luccock, que de 1808 a 1819 residiu e retratou o Rio de Janeiro e a região Sul em Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil (1820). Logo depois chegaram naturalistas como Charles Darwin, Richard Francis Burton e Henry Koster. Este último viveu no norte do Brasil entre 1809 e 1820 e publicou notícias sobre o comércio e a agricultura em *Travels in Brazil* (1816)[210].

Diferentemente dos britânicos, o interesse dos primeiros germânicos pelo Brasil[211] (de negociantes a artistas e de naturalistas a cônsules), vincularam-se às facilidades estabelecidas com os laços de parentesco criados com o casamento entre D. Pedro I e a Arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo[212]. No entanto, antes que a Princesa Leopoldina trouxesse, a partir de 1817, estudiosos austríacos, alemães e italianos, desejosos em comercializar diretamente com a jovem nação e descrever suas as potencialidades

[207] LISBOA, Karen. Op. Cit. 2000. p. 268.
[208] Na construção de casas distantes das regiões centrais das cidades, com jardins e com novos cômodos, móveis e melhorias na higiene; no refinamento das refeições com uso de garfo e faca; na forma de se vestir com novas cores, fazendas e roupas. PANTALEÃO, Olga. A Presença Inglesa. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.). História geral da civilização brasileira – O Brasil Monárquico. São Paulo: Difel. Tomo III. 1976. p. 64.
[209] PANTALEÃO, Olga. Op. Cit. p. 69.
[210] OBERACKER, Carlos. Op. Cit. p. 120; LISBOA, Karen. Op. Cit. 1997. p. 29-30; LISBOA, Karen. Op. Cit. 2000. p. 266-270; LEITE. Ilka Boaventura. Op. Cit. p. 53-55.
[211] LENZ, Sylvia Ewel. Relatos de Alemães no Rio de Janeiro Oitocentista. In: Revista História Social. Campinas (SP), n. 10. 2003. p 101-120.
[212] LEITE. Ilka Boaventura, Op. Cit. p. 50.

econômicas e condições naturais, Frederico Guilherme Sieber foi o primeiro, em 1801, a ter permissão para viajar pela Bacia Amazônica[213].

Entre as iniciativas alemãs que resultaram em representações sobre o Brasil e sobre os brasileiros, temos a expedição realizada pelo médico e botânico Carlo Frederico Felipe von Martius, que acompanhado do zoólogo João Batista von Spix percorreu cerca de 10.000 quilômetros pelo Brasil. Dentre os resultados alcançados pela expedição, apesar da morte de Spix na Amazônia, foi a publicação do trabalho escrito por Martius, em três volumes (1823 a 1831), da *Viagem pelo Brasil*[214]. Outras expedições realizadas durante a década de 1820 foram mediadas por Georg Heinrich von Langsdorff (1754-1852) que partindo do Rio de Janeiro, passaram por São Paulo e percorreram as províncias quase desertas do Mato Grosso e do vale do Amazonas sofrendo inúmeras privações e dificuldades. Com a substituição de artistas (Rugendas por Taunay), a desistência e o desentendimento se abateram entre os membros da expedição, além de doenças como a maleita e, por fim, o desequilibro mental. Os resultados desta desastrosa expedição foram apresentados pelos "sobreviventes" nas coleções de desenhos enviadas ao Museu de Petersburgo e no relato escrito posteriormente por Hércules Florence[215].

2.1 Os interesses franceses no Brasil.

Os franceses estiveram legalmente proibidos de manter contatos com o Brasil de 1808 até o ano de 1814, em virtude da invasão napoleônica na península Ibérica, que forçou a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. No ano seguinte, com a derrocada de Napoleão, a restauração da monarquia na França e a aclamação de Luiz XVIII (Bourbon – irmão de Luiz XVI), as relações diplomáticas entre as duas coroas foram restabelecidas.

Assim, chegou ao Rio de Janeiro em 1816, chefiada pelo Duque de Luxemburgo, a comitiva francesa com objetivos diplomáticos e de promover o conhecimento das potencialidades comerciais dessa parte do reino português[216]. No mesmo ano, a coroa portuguesa convidou vários artistas franceses para integrarem a missão artística que fundou

[213] OBERACKER, Carlos. Op. Cit. p.121–124.
[214] OBERACKER, Carlos. Op. Cit. p. 126-127.
[215] OBERACKER, Carlos. Op. Cit. p. 128.
[216] LIMA, Valeria Alves Esteves. A Viagem Pitoresca e Histórica de Debret: por uma nova Leitura. Tese de doutorado. IFCH/Unicamp. 2003. p. 88- 96.

a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, transformada em 1826, na Imperial Academia e Escola de Belas-Artes[217]. Fizeram parte desse grupo os pintores Jean-Baptiste Debret (publicou em sua volta a Paris uma obra em três volumes intitulada *Voyage pitoresque et historique au Brésil*, ou *Séjour d'un artiste français au Brésil* - 1834 a 1839) e Nicolas Antoine Taunay; os escultores Auguste Marie Taunay, Marc e Zéphirin Ferrez, e o arquiteto Grandjean de Montigny. Entre os incentivos para a vinda desses artistas ao novo mundo, estavam questões relacionadas à instabilidade política da França e ou falta de trabalho em Paris, para aqueles que estiveram envolvidos com o então destronado Napoleão.

Dentre outros viajantes franceses que por aqui aportaram, mencionamos Ferdinand Denis (1798-1890) e Auguste de Saint-Hilaire (1776-1853). O primeiro permaneceu no Brasil durante três anos (1816-1819) e passou por outros países da América Latina. Durante sua estada percorreu boa parte de nosso território e estudou as condições e recursos da região. Após seu regresso a Europa escreveu as obras *Lé Brésil,* ou *Histoire, moeurs, usages et costumes des habitants de ce Royaume*, em seis volumes (1822), *Scènes de la Nature sous le Tropique* (1824); *Résume de l'Histoire du Brésil, suivi du Résume de l'Histoire de la Guyane* (1825), ambos publicados em Paris[218]. O segundo, publicou a obra *Voyages dans l´intérieur du Brésil,* em vários volumes. Percorreu grandes extensões do território (1816 a 1822) e descreveu minuciosamente algumas províncias, que atualmente, formam a região sudeste, o sul do Brasil e o atual Uruguai, conhecido no período como província Cisplatina. Publicou, também, trabalhos científicos sobre a flora, fauna e sobre questões etnográficas com o estudo do vocabulário de indígenas[219].

---

[217] Ibid. p. 84. A idéia de uma missão francesa, ou seja, de um grupo de artistas franceses convidados por D. João a fundar a Academia de Artes foi recentemente contestada por Lilia Moritz Schwarcz em *O sol do Brasil*, que aborda *as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. Afirma a autora na Introdução que não discorda dos artistas terem chegado juntos, nem que foram amparados pelo príncipe, mas considera necessário "desconfiar das concepções finalistas, as quais tomam a conseqüência como causa e dão à 'Missão' um objetivo direto, que sem dúvida ela não tinha mas trataria de alcançar". SCHWARCZ, Lilia Moritz. O SOL DO BRASIL. Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

[218] ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Organizado e redigido com a collaboração de distinctos homens de sciencia e de lettras brasileiros e portuguezes. Vol. 6. W. N. Jackson Editor. Rio de Janeiro. s/a. p. 3422; VAINFAS, Ronaldo. Op. Cit. p. 272, 214, 286, 480, 842, 498, 511, 514.

[219] OBERACKER, Carlos. Op. Cit. p. 120-121; FERREIRA Neto. Maria C. N. O olhar analítico de um observador vigilante. In: Revista História Social. n. 10. Campinas/SP. 2003. p. 149-179.

2. Literatura de viagem: construção de um saber.

Desde os primeiros relatos feitos por conquistadores, colonizadores, invasores e missionários até a avalanche de obras estrangeiras publicadas no século XIX, tanto o conhecimento sobre o Brasil foi gradativamente ampliado e diversificado, como a forma de produzir esse conhecimento sofreu modificações. Conheçamos alguns elementos constitutivos das obras preparadas por estrangeiros, parte deles expressa também nos textos de teor histórico avaliados pelos membros do Instituto Histórico.

Como mencionamos anteriormente, a primeira iniciativa de esquadrinhar a colônia portuguesa na América se limitou às condições peculiares do exclusivismo português. Mas, de modo geral, as diversas partes do mundo ainda eram pouco conhecidas naquele momento. Por volta de 1600 ocorria pouca mobilidade, ou seja, a maioria da população européia mal conhecia a sua própria região, o que diria de outros territórios existentes no planeta[220]. Nesse momento, o conhecimento sobre o continente Americano era muito superficial e dos continentes restantes, somente alguns trechos de regiões costeiras foram relatadas, sendo seus interiores ainda totalmente obscuros e envoltos em lendas e mistérios[221].

Assim, o conhecimento europeu sobre o restante do mundo até os anos de 1800 foi incentivado, de forma mais geral, por ambições políticas e militares. Nesse período, os exploradores procuraram novas rotas comerciais para o Oriente, a fim de se empossarem de novos territórios, legitimando-se, sempre, pelo direito do primeiro ocupante, o que justificava a exploração de lugares ainda ignorados, como as regiões árticas, por exemplo. As viagens para a América e para o Brasil foram motivadas, principalmente, pela curiosidade de se conhecer/ver as maravilhas do mundo colonial, bem como pelo desejo de se aventurar por regiões ainda desconhecidas e, com isso, fazer fortuna. Outros importantes fatores foram: o recente progresso da navegação, e os longos períodos de paz na Europa[222].

---

[220] HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções, 1789-1848. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. Apud. LISBOA, Karen. Op. Cit. 1997. p. 32.
[221] MAURO. Frédéric. Expansão Européia (1600-1870). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 1980. p.101.
[222] Ibid. p. 101-107.

O crescente imaginário sobre os nativos – o exótico, geralmente nutrido pelos depoimentos daqueles que por aqui visitaram e retornaram desde o século XVI[223] – e as ambições científicas que ampliaram o conhecimento sobre o mundo, certamente também influenciaram as novas expedições ao Brasil. Assim, inúmeras foram as que se realizaram sob a orientação enciclopedista e pedagógica da ilustração e, em muitos casos, amparadas por embarcações armadas de bibliotecas e de instrumentos para medição e observação, para análises químicas e microscópicas de minerais, vegetais e animais, e repletas de especialistas prontos para nomear e classificar suas descobertas (o desconhecido) e assim integrá-las ao quadro do mundo conhecido[224]. Outra motivação, portanto, foi o interesse científico fundamentado em concepções da história natural e direcionado à observação e catalogação de características visíveis dos seres vivos, com intenções enciclopédicas de completar, de forma cada vez mais precisa e clara, um conhecimento sistematizado sobre o mundo. No entanto, o estímulo científico não se desprendeu de interesses comerciais e expansionistas, ávidos por conhecer as potencialidades, os recursos naturais e humanos exploráveis das regiões visitadas que antes mencionamos[225].

Mas, de forma geral, mesmo os viajantes que não participaram propriamente de grandes expedições científicas, dialogaram com seus preceitos. Ocorreram as *viagens de formação* como prática ideal de aprendizado e aperfeiçoamento pessoal. Muitas tiveram como destino não somente a península Itálica – quando a região foi considerada o lugar mais apropriado para se apreender um dado conhecimento científico e artístico[226] -, mas como também outras localidades do território europeu e dos continentes restantes.

Nesse sentido, para esses viajantes, o mundo visível foi a principio usado para classificar o "caráter" de indivíduos e espécies, de forma a agrupá-los e distingui-los por *unidades* gerais e numa organização em que todos os indivíduos e todos os grupos se encaixassem num único quadro, o universo. Com essa homogeneização, tanto um indivíduo representa todo um grupo, como também o contrário. Foi o mesmo princípio classificatório (*taxonomia*) que orientou os sistemas de Tournefort e de Lineu e que possibilitou aos

[223] NAXARA, Marica R. Capelari. Cientificismo e Sensibilidade Romântica. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília:Unb, 2004. p. 141.
[224] Ibid. p. 142.
[225] LEITE. Ilka Boaventura, Op. Cit. p. 59-68.
[226] LISBOA, Karen. Op. Cit. 1997. p. 34

viajantes, cientistas ou não, determinar o lugar específico a cada uma de suas descobertas[227].

No entanto, ainda no século XVIII, ocorreu uma modificação nesse processo. A classificação, usada para distinguir um ser ou um grupo de outro, mostrou-se um "princípio estranho ao domínio do visível". Assim, ocorreu uma mutação na forma de se representar o mundo, a partir de Jussieu, Lamarck e Vic d´Azyr[228]. A maior alteração ocorreu na história natural com a divisão entre os mundos orgânico e inorgânico. Na construção totalizante do mundo, a história natural, o organizado e o não organizado definem mais que duas categorias, pois elas se cruzam, mas não se qualificam numa oposição entre ser vivo e não-vivo[229].

A identificação desta mudança compatibiliza com a sugestão de Goethe (1749-1832) de unir ciência e poesia. O autor indicou, de forma semelhante a que foi pensado pelo viajante Alexander Von Humboldt, a deficiência de se representar o mundo apenas pela aparência e pelas características externas dos seres, valorizando a idéia de desenvolvimento interno, do reconhecimento das modificações e das mobilidades da própria vida ao longo do tempo[230]. Essa modificação desvinculou os critérios de classificação da aparência e da descrição para as funções vitais do organismo, no que confere vida aos seres[231]. Pensar a idéia de organismo, segundo Márcia Naxara, e de mudança dos seres vivos ao longo do tempo, evidenciou o conceito de evolução, e daí a questão das origens. Esse conceito passou a ser parâmetro para a compreensão do homem e seu lugar no mundo e definiu uma escala que aproximava homens de animais – selvagens – e distanciava outros – urbano/civilizado[232].

Desta forma, importantes contribuições que caracterizaram a literatura de viagem resultaram, portanto, das explorações do naturalista Fréderic Alexander von Humboldt (1769-1859). Sua experiência de cientista viajante começou com expedições a regiões do interior da Europa, acompanhando o naturalista Georg Foster.

---

[227] FOUCAULT. Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. [tradução: Salma Tamnus Marchall]. 6° ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 240-241.
[228] Ibid. p. 240-241.
[229] Ibid. p. 245-246.
[230] NAXARA, Marcia. Op. Cit. p. 142.
[231] Ibid 142-143
[232] Ibid. p. 143-144.

Dos tempos em que teve a companhia de Foster, Humboldt aprendeu a prática de viajar e formulou sua maneira de observar o mundo, tanto em aspectos sociológicos como filosóficos: aprendeu com ele, que a observação dos homens e de seus costumes seria a mais importante atribuição de um "viajante filósofo"; seguiu o conselho de investigação, cuja observação empírica começa pelo peculiar, pelas diferenças até atingir o geral, ou seja, elementos comuns a todos os povos e culturas; e se apropriou das idéias de Foster para uma história natural, a qual se baseava numa concepção holística do funcionamento da natureza, "cuja unidade seria determinada por diferenças, que agem como antagonismos". Assim, a descrição da paisagem deveria ultrapassar a simples enumeração dos fenômenos da Criação[233].

Ao final do século XVIII, a opção de investigar o interior dos continentes ganhou o entusiasmo dos europeus. Para Humboldt, a exploração costeira limitava a possibilidade de um conhecimento total do mundo, já que navegando ao longo das regiões costeiras não se descobre os caminhos para as cordilheiras, nem sua constituição geológica[234]. Nesse sentido, Humboldt se associou a recém fundada Sociedade para o Descobrimento das Zonas Interiores da África (1788) que encaminhava exploradores-escritores ao interior do continente africano. A região sofreu uma pequena invasão de viajantes naturalistas. No entanto, invasões francesas a África do Norte interromperam esse movimento em 1797. Devido às circunstâncias, Humboldt decidiu viajar para as regiões interiores do continente americano[235].

Assim, acompanhou a expedição do botânico francês Aimé Bonpland (1773-1858) que percorreu o interior do continente americano. A viagem se estendeu por cinco anos (1799-1804) passando pela América do Sul, México, Estados Unidos e Cuba. Percorreu da América Central às cachoeiras do Orenoco, caracterizando a natureza do planalto mexicano e a vegetação tropical da região amazônica[236]; só não passou pela Amazônia lusitana, pois lhe foi negado entrada pelo governo português. Bonpland ainda retornou à América em 1814 e se fez natural do Paraguai, vivendo no país até seu falecimento[237].

---

[233] LISBOA. Karen. Op. Cit. 1997. p. 39
[234] PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4 n. 8. 1991. p. 1.
[235] PRATT, Mary Louise. Op. Cit. p. 2.
[236] ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Op. Cit. Vol 10. p. 5673.
[237] PRATT, Mary. Op. Cit. p. 2.

De volta à Europa, Humboldt publicou mais de trinta livros, grande parte relativa a questões sobre a descrição física do planeta. Em sua maioria são tratados de taxonomia botânica, zoológica e anatomia, mas o viajante também produziu uma descrição demográfica de base ecológica em *Ensaios políticos*. Manifestou seu desinteresse pelas formas narrativas, negando-se a escrever, por muito tempo, "uma descrição narradora de sua viagem americana". Para o viajante, a narrativa limitava, em oposição às possibilidades da taxonomia, o alcance de um projeto totalizante da natureza. No entanto, podemos imaginar que o número de obras levadas ao conhecimento do público europeu, posteriores à sua viagem para a América, o tenha incentivado a começar em 1814 o *Rélation historique du voyage aux régions equinoxiales du Nouveau Continent*. Foram três livros escritos em cinco anos, sendo que desistiu no preparo do quarto volume[238].

Mesmo levando, com seus trabalhos, o projeto de ciência descritiva ao seu extremo enciclopédico, Humboldt não se conformava com o "empobrecimento espiritual e estético dos discursos científicos, com seu tédio inevitável". Temia que a influência da ciência nos relatos de viagem não fosse suficiente para despertar o interesse de futuros viajantes por "instrumentos e recompilações cientificas". Nesse sentido, produziu tratados sobre as Américas e experimentou formas não-especializadas de escrever que atenuassem esse aborrecimento científico, misturando a descrição de detalhes científicos com o estético, mesmo quando assegurava a autoridade da ciência sobre o domínio do pessoal[239].

Em *Ansichten der Natur* (Quadros da Natureza de 1806, ampliado em 1850), fruto de conferências que realizou após seu regresso, Humboldt promoveu uma maneira estética de tratar temas de História Natural, associando a descrição científica com formas românticas do sublime. Entendia a América do Sul como o palco privilegiado para alcançar a comunhão da natureza com a vida espiritual do homem, pois não existia nenhum outro lugar onde ela impressionava tanto com sua sensação de grandeza. Seu objetivo era reproduzir no leitor sensações obtidas com uma contemplação da natureza, e representar

[238] Para Mary Pratt, Humboldt foi seduzido pelo poder de uma ciência descritiva e classificatória, considerando a forma narrativa medíocre: "Na narrativa, uma pessoa conta somente uma pequena história, caminha um único e estrito caminho sobre a face da Terra. Por outro lado, as grandes categorias descritivas da ciência taxonômica cobrem o globo sem esforço algum, designando tudo, submetendo tudo a um conjunto de sistemas classificatórios que, como Humboldt esperava, expressaria finalmente, a harmonia e a unidade subjacente do cosmos". Ibid. p. 3-4.
[239] PRATT, Mary. Op. Cit. p. 3-4.

esta grandeza e comunhão. Estava convencido que a descrição estética complementaria e intensificaria as revelações da ciência sobre as forças que fazem a natureza funcionar[240].

Humboldt começa seu primeiro ensaio, *estepes e desertos*, com um viajante imaginário que desvia seu olhar para as planícies do interior da Venezuela. A natureza é um espetáculo. Humboldt transformou a descrição de uma região desolada em algo maravilhosamente vivo para os seus leitores. Nesta descrição, o viajante imaginário é um novo Colombo que agora explora o interior do continente: as planícies são vivas, mas desprovidas de seres humanos. Essa ausência se torna característica essencial da visão de America de Humboldt, pois é nesta ausência que as forças da natureza se desenvolvem com maior intensidade[241].

A estetização está separada de um ser humano histórico, pois a história somente seria admitida quando o pensamento evolucionista permitisse catalogá-la como natureza. Nesse sentido, a história natural tratada de uma forma estética por Humboldt representa a América em estado primitivo, mas dependente da iniciativa dos europeus para alcançar um estado de civilização[242].

Esse esforço em unir ciência e estética teve muitos seguidores. Sua solução anunciou uma nova forma de descrição das viagens cientificas e inspirou o trabalho da maioria dos viajantes de expedições cientificas (ou não) que aportaram por aqui, após as condições favoráveis seguidas aos anos de 1808[243].

Assim foram caracterizadas as inúmeras viagens empreendidas nesse período, razão e sensibilidade a serviço da descrição do lugar visitado. Os viajantes observaram a fauna e a flora, as sociedades nativas e as relações sociais nos centros urbanos e rurais, trataram de questões econômicas e sobre a escravidão. Dentre os viajantes, os naturalistas aprofundaram temas específicos sobre história natural. Nota-se que essa *literatura de viagem* se manifestou em obras configuradas em relatos, crônicas, epístolas, romances, poesias, diários e relatos científicos, quase sempre acompanhados de rica iconografia[244]. Tornou-se condição para a produção dessas obras o deslocamento físico do autor a outro espaço geográfico, em que permanece por um tempo determinado e transforma suas

[240] PRATT, Mary. Op. Cit. p. 5-6.
[241] Ibid. p. 5.
[242] Ibid. p. 7.
[243] LISBOA, Karen. Op. Cit. 1997. p. 44
[244] Ibid. p. 33-35.

observações e experiências em narrativa[245], algo relativamente novo para o momento. Apesar das múltiplas classificações que damos ao viajante, como naturalista, artista, comerciante e historiador, entre outras, esses estrangeiros, cada qual com suas peculiaridades, integraram um grande grupo de europeus que se deslocou de suas regiões de origem e permaneceu por longos períodos nas regiões visitadas[246].

Portanto, conhecidas as motivações, dificuldades e facilidades mais gerais que proporcionaram a vinda de estrangeiros ao Brasil, e compreendido os critérios que redimensionaram a produção de representações sobre o Brasil e sobre os brasileiros, no século XIX, vamos tratar dos Pareceres e Juízos desenvolvidos por membros do IHGB, ou seja: sobre os textos que, de alguma forma, não deixaram de externar as características, os princípios e as expectativas aqui mencionadas.

3. Juízos e Pareceres sobre obras de autores estrangeiros.

No início do século XIX, o número de textos estrangeiros publicadas sobre o Brasil foi alvo das preocupações dos membros do Instituto Histórico, como anunciado no artigo 3° dos seus Estatutos. Com o objetivo claramente definido de avaliar o olhar estrangeiro sobre o Brasil, no quarto encontro realizado pelos fundadores em 4 de fevereiro de 1839, o desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes requisitou à instituição uma avaliação da obra oferecida à biblioteca pelo Sr. Bento da Silva Lisboa, *História do Brasil* do autor português Francisco Solano Constancio (1772-1846)[247].

Nascido em Lisboa e filho de um reputado cirurgião, Solano Constâncio estudou Medicina na Inglaterra e na Escócia, onde se diplomou em 1791. Após doutorar-se em Edimburgo, viajou para a Alemanha e França. Retornou a Lisboa em 1800, mas deixou a cidade com a invasão de Portugal pelos franceses. Percorreu várias regiões da Europa e estabeleceu residência em Paris. Eleito deputado das Cortes Constituintes portuguesas em 1820, foi nomeado agente diplomático de Portugal em Paris e, logo em seguida designado

[245] Ibid. p. 34.
[246] LIMA. Valéria. Op. Cit. p. 8.
[247] 4° Sessão em 4 de feveiro de 1839. Revista do IHGB. n. 1. T. 1, Rio de Janeiro. 1839, p. 60.

para o mesmo posto em Washington. Deixando os Estados Unidos em 1829, Solano Constâncio regressa à capital francesa, onde termina seus dias. Foi um escritor de idéias liberais[248].

Presidindo a reunião, José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo) encarregou a Comissão de História de emitir o Juízo, sendo ela composta pelo então diretor do IHGB, Candido José Araújo Vianna (Marques de Sapucaí em 1872)[249] , Antonio Alves da Silva Pinto e Emílio Joaquim da Silva Maia. No entanto, o juízo publicado traz a assinatura de Rodrigo da Silva Pontes e de Candido José Araújo Vianna.

Os dois fundadores trilharam carreiras semelhantes. Após a Europa pacificada das invasões napoleônicas, embarcaram para Portugal em 1816 para cursar direito em Coimbra e retornaram ao Brasil em 1821. Rodrigo Silva Pontes (1799-1855) seguiu a magistratura até sua nomeação de desembargador da Relação do Maranhão. Foi juiz de direito e ouvidor e também atuou como político: foi presidente e deputado da província do Pará e deputado por Alagoas e pelo Rio Grande do Sul. Nos últimos dez anos de sua vida exerceu a atividade de diplomata, começando como encarregado dos negócios do Brasil no Uruguai em 1845 e sete anos depois, na Argentina. Faleceu em 1855, durante a tentativa de negociação de paz entre Buenos-Ayres e as Confederações Argentinas[250].

Araújo Vianna, que ainda cursou algumas cadeiras de Medicina enquanto residiu em Portugal, retornou ao Brasil e ocupou o cargo de Juiz de Fora da comarca de Sabará. Em 1822, após a aclamação de D. Pedro I, foi nomeado Juiz de Fora de Mariana/MG. Posteriormente, indicado à presidência de Alagoas, conseguiu resolver as desavenças entre as principais autoridades da província. O Imperador manifestou durante um beija-mão o quanto lhe agradava tal desempenho: "Ora bem [disse S, M, I.] sossegou uma província, vá agora sossegar outra"[251]. Assim, como Presidente do Maranhão, reprimiu as resistências à independência, restaurou a "ordem publica", organizou as câmaras municipais e elegeu um

[248] ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Op. Cit. Vol 5 p. 2905; LAROUSSE, Pierre. Grand Dictionaire Universel du XIXe. Siècle, Paris: Libraire Classique Larousse et Boyer, 1866-1877. p. 1976.
[249] Candido José de Araújo Vianna: o Visconde de Sapucaí nasceu (1793) em Sabará província de Minas Gerais e faleceu no Rio de Janeiro em 1875. VALE, Renata William Santos do. Lições da História. As concepções de história dos fundadores do IHGB. Dissertação de mestrado, Puc-Rio. 2003. p.54-55
[250] VALE, Renata. Op. Cit. p. 40-41; ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Op. Cit. Vol 17. p. 10703;
[251] SISSON, Sebastião. Galeria dos Brasileiros Ilustres. São Paulo: Livraria Martins. ed., 2 vols., 1948. p.101.

juiz de paz[252]. Atuou como constituinte em 1823 e nas quatro legislaturas seguintes pela província de Minas Gerais. Araújo Vianna, em setembro de 1832, tomou posse do Ministério da Fazenda e apoiou Aureliano de Oliveira Coutinho na destituição de José Bonifácio como tutor de D. Pedro II. Senador pela regência, em 1839 exerceu função de Mestre de literatura e ciências positivas do jovem monarca D. Pedro II e de suas irmãs[253].

Em sessão de 1° de junho, o Desembargador Pontes leu o "Juizo sobre a Historia do Brazil publicada em Paris pelo Dr. F. S. Constancio" e pediu urgência na sua aprovação e publicação na Revista do Instituto[254]. A comissão de História definiu, logo no inicio do artigo, uma fronteira para a disciplina histórica, pois a obra avaliada começava com uma "Introducção Geographica", considerada território da Comissão de Geografia. No entanto, como lhe foi atribuído a tarefa de avaliar toda a obra,

> (...) não póde deixar de fazer patente o vivo desgosto, e dissabor, que sentiu ao ler tantos, e tão notaveis erros de geographia espalhados por cada pagina assim d´aquella Introducção, como da mesma Historia[255].

Segundo a comissão, como inventariar todos os erros contidos na obra seria um trabalho árduo e, assim sendo, apontou "a esmo" alguns erros somente como exemplos. Apesar dessa consideração inicial, entendemos que, nesse apontamento, nenhuma escolha foi inocente, que não existiu isenção, mas que na realidade, a comissão deixou claro quais tipos de deslizes seriam inadmissíveis. Assim, ainda na introdução, o primeiro "erro" selecionado se refere a uma descrição geográfica da Lagoa dos Patos:

---

[252] ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Op. Cit. Vol. 17 p. 10350; SISSON, Sebastião. Op. Cit.. p. 99-104; SOUZA, Octavio Tarquinio de, História dos Fundadores do Império do Brasil, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 137(v.1) e p. 505 (v.6).

[253] "Caso verdadeiras as expressões consignadas no artigo do *Correio Oficial*, de 28 de dezembro de 1833, atribuído a Araújo Vianna, depois Marques de Sapucai – artigo escrito aliais durante a apaixonada campanha movida para destituição do odiado Andrada [José Bonifácio], da tutoria dos príncipes imperiais – não as explicariam apenas o temperamento vibrátil e a língua solta de José Bonifácio: seria também a irritação mal contida do observador atento dos sucessos políticos do mundo, depois da Revolução Francesa, contra a sofreguidão de alguns agitadores, o quase desespero do governante que se traçara um plano de luta e ação e que o via ameaçado pela precipitação de homens, sem dúvida sincero e por vezes utilíssimos a causa da independência, mas também impelidos por sentimentos menos elevados e pouco compatíveis com o papel de lideres populares, isto é, a disputa da privança do príncipe D. Pedro." SISSON, Sebastião. Op. Cit. p. 99-104; VALE, Renata. Op. Cit. p. 54-55; ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Op. Cit. Vol 17 p. 10350; SOUZA, Octavio. Op. Cit. vol. 3. p. 137.

[254] 13° Sessão em 1 de junho de 1839. Revista do IHGB. n. 1. T. 1, Rio de Janeiro. 1839, p 149.

[255] PONTES, R. de S. da S., VIANNA, C. J. de Araújo. .Juízo sobre a História do Brazil publicada em Paris pelo Doutor Francisco Solano Constancio. Revista do IHGB, n. 2. T.1. Rio de Janeiro. 1839. p. 103-104.

> Ali diz o autor, que essa Lagoa recebe a maior porção das suas agoas da parte septentrional, e oriental da província pelo Jacuhy ao norte, e o rio de S. Gonçalo ao sul, accrescentando que dasagua no oceano pelo Rio Grande do Sul, que tem três legoas de longo, e uma de largo[256].

Considerados *graves* os *erros* cometidos pelo historiador português, a comissão esclareceu: o *rio Jacuhy*, um dos rios caudalosos que desemboca diante na cidade de Porto Alegre forma o lago de Viamão, que por sua vez, pelo estreito de Itapoan abastece de água a Lagoa dos Patos; já o rio S. Gonçalo nem deveria ser assim chamado, pois este é somente um estreito de água que liga a Lagoa dos Patos à Lagoa Mirim, e não um rio como descrito. Outros equívocos geográficos, principalmente os relacionados à hidrografia da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, foram aproximados aos cometidos pelos *antigos descobridores*, quando de passagem pela região pensaram ser a Lagoa dos Patos um rio. Ou seja, Constancio reiterava equívocos já resolvidos pelos estudiosos brasileiros.

Assim, a descrição – *sobre a extensão e largura das duas lagoas* – foi avaliada como *igualmente inexata*, quando comparada com dados do trabalho do Visconde de S. Leopoldo, membro do IHGB. Nesse sentido, amparada nos *Annaes da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, encerrou seu apontamento sobre a parte geográfica do texto expondo a dimensão que considerava correta da Lagoa dos Patos:

> A Lagôa dos Patos portanto desde a de Viamão exclusivamente até à sua juneção com a Lagôa Mirim tem 41 legoas de comprido, e 8 na maior largura, e não 46 de comprido, e 10 de largura: e a Lagôa Mirim tem de comprido 33 1/2 legoas, e de largo 7 no seu maior bojo, e não 26 de comprido. O estreitamento da Lagoa dos Patos, impropriamente denominado de rio, é de 2 milhas de largo, e não de 1 legoa[257].

Também mencionou a existência de outros erros de caráter histórico-geográfico, como o número de províncias que compunham o Brasil, as datas de fundação ou de elevação de vilas a cidades, assim como sua localização ou ainda, a tonalidade da *bandeira Nacional Brazileira perdendo, a seus olhos, a côr verde para ser vista azul, segundo a lente de Constancio*. Exemplificou esse tipo de equívoco com o local da edificação da cidade da Bahia, que segundo o autor estrangeiro se situava na foz do rio Parnaíba e numa altura de 600 pés do nível do mar. A comissão ironizou o dito equivoco:

[256] Ibid. Op. Cit. p. 104.
[257] PONTES, R. de S. da S., VIANNA, C. J. de Araújo. p.104.

> Como deveria recrear-se a imaginação do autor ao figurar um rio terminando por uma bella catadupa de 600 pés de altura, e tendo a seu lado a segunda cidade do Brazil sobre uma das mais bellas enseadas do mundo, posto que o imaginado rio carecesse de barra ![258].

Após essas constatações, deduziu que dificilmente os leitores de Constancio passariam a ler a parte histórica *confiando na veracidade, e na imparcialidade do historiador*. Crendo que quanto mais o *leitor sensato, e versado nas cousas da pátria*, percorresse o enredo da obra, mais se afligiria e sentiria sensações desagradáveis. Desta maneira, encerrou a avaliação da primeira parte do livro valorizando critérios de *veracidade* e *imparcialidade* para a produção historiográfica, qualidades nobres ao historiador:

> Alteração da verdade histórica, injustiça para com os homens, e política absolutamente errada, são as qualidades mais preeminentes do historiador, a que se applica o escalpello da critica[259].

Seguindo, dividiu o conteúdo histórico da obra em duas partes. Com relação à primeira, considerou sua avaliação fora de propósito uma vez que o próprio Constancio afirmou ser ela narrada a partir dos trabalhos do já consagrado historiador inglês Robert Southey. Assim, caso fosse encontrada *alguma cousa de menos exacta,* não se deveria censurar os escritos de Constancio, mas os de Southey, que foi copiado. O máximo a se fazer com esta parte seria comparar os dois trabalhos e verificar se Constancio, *copiou fielmente* ou não o trabalho do autor inglês[260], objetivo que não se colocava naquele momento.

A comissão justificou a opção pela análise da segunda parte argumentando que nela se encontravam os fatos mais importantes naquela circunstância, avalizados como verdadeiros por Constancio em sua *Advertência Preliminar*. Apesar de englobar, *desde o seu descobrimento* [do Brasil] *por Pero Álvares Cabral até à abdicação do Imperador D. Pedro I*, os avaliadores detiveram-se nas questões referentes à emancipação política da colônia portuguesa na América, sobre o que consideraram:

[258] Ibid. p. 105.
[259] Ibid. p. 105.
[260] Ibid. p. 105-106.

> A primeira reflexão, que ocorre ao leitor Brazileiro é a do manifesto doloroso sentimento de despeito, que acompanha sempre o autor pela emancipação das antigas colônias de Portugal na America[261].

Demonstraram-se aborrecidos com as desconsiderações e ofensas do autor para com o processo de emancipação, pois sempre se "valia de insultos e calunias" para tratar dos homens simpáticos a esta *justa causa*, ou dos que desejaram abalar o domínio português:

> Elle tem na verdade sempre à mão um insulto, uma calunnia, um convício, para lançar em rosto à maior parte dos homens, que prestaram serviços à Independência do Império [...] A um lançará a pecha de fanfarrão, e inhabil, a outro a de astuto, e pérfido; este será, na polida phrase do nosso historiador, inimigo declarado dos Portuguezes, e um dos mais astutos, e perfidos facciosos, aquelle um general desleal, est´outro um almirante traidor[262].

Não escaparam às ofensas, nem personagens importantes como D. Pedro I, que tendo *abraçado cordialmente a causa da Independência* foi acusado de traição à nação portuguesa. Além dos insultos, a comissão se preocupou com *calumnia* a outros personagens. A partir de um trecho da obra[263], acusou Constancio de manchar a memória do Conde dos Arcos[264], por apresentá-lo como traidor e corrupto nos episódios da Revolução de Pernambuco:

> « Ao Conde dos Arcos (escreve o historiador) deveram os habitantes compromettidos da Bahia o não serem processados; e parece certo, que para o conseguirem lhe deram sommas consideráveis de dinheiro. »[265]

Não concordando com a acusação feita, os pareceristas esclarecem:

> As offertas, que annos depois da revolução de Pernambuco lhe foram feitas pelos commerciantes d´aquella praça na Bahia, posto que tivessem a principal origem nas sympathias nascidas do systema de moderação,

[261] Ibid. p. 106.
[262] PONTES, R. de S. da S., VIANNA, C. J. de Araújo. Op. Cit. p. 106.
[263] Ibid. p. 106.
[264] Marcos de Noronha e Brito (Lisboa, 1771 — Lisboa, 1828) foi um administrador colonial português. Foi o último vice-rei do Brasil, e com a chegada da Família Real ao Brasil, foi transferido para a Bahia, como governador. "Membro da renomada família dos Noronha, o nobre da casa dos condes dos Arcos, era integrante de um seleto grupo que exercia relativo controle sobre os principais cargos administrativos no império colonial português do século XVIII". Faleceu em abril de 1828. VAINFAS, Ronaldo. Op. Cit. p. 519-520.
[265] PONTES, R. de S. da S., VIANNA, C. J. de Araújo. Op. Cit. 106.

> que a politica, e os sentimentos pessoaes do Conde (e não as relações e intelligencias com os conjurados) lhe fizeram adoptar, estavam bem longe de ser o pouco d´essa moderação. O facto de haverem tido logar essas offertas muito depois de terminada a administração do Conde na Bahia assaz a prova[266].

Contornadas a traição e a infâmia do administrador e dos revolucionários, os pareceristas anotaram contradições no trabalho de Constancio, particularmente relativas à avaliação sobre a forma como se deu a independência e ao regime de governo implantado. Nesse sentido, demonstrou que primeiro o autor afirmou que a *tendência democrática era conforme aos sentimentos de todas as cidades do Brazil,* [sendo portanto] *a republica a forma de governo mais conveniente ao paiz*[267], posição inicialmente insuficientemente fundamentada em critérios geográficos e administrativos:

> Á comissão, contudo, não passará d´aqui sem observar, que os únicos elementos necessários as forma democráticas, segundo a opinião do escriptor, consistem na extensão do território, e na falta de nexo nas províncias; o que seria bastante para ajuizar sobre a exactidão, e profundidade de suas idéas políticas[268].

No entanto, posteriormente, tanto afirmou que D. Pedro I alcançou o trono com o voto de todos os brasileiros, como mencionou o entusiasmo das câmaras do Rio de Janeiro com a proposta para que a câmara da capital erigisse uma estátua em homenagem ao monarca. Apesar disso, o autor criticou o comportamento das cortes e desvalorizou a forma como a independência havia se efetivado, mais especialmente o rompimento do "nexo político" com Portugal. A comissão, por considerar relevante, transcreveu no parecer trecho da obra que menciona as injúrias à emancipação:

> (...) que se acha exarado a pag. 266 do Tomo 2°, onde o Sr. Constancio, tendo anteriormente envetado contra a emancipação do Brazil, se exprime da maneira seguinte: - «O único arbítrio sensato era desde logo proclamar que o Brazil seria governado por uma constituição feita por seus próprios deputados, e uma assembléia residente no paiz, sendo o poder executivo confiado a um Príncipe da Família Real. D´esta maneira regulando-se os direitos de entrada, e sahida, sobre os navios e gêneros de ambos os Estados, como convinha aos mútuos interesses do commercio nacional, e mantido o nexo político entre o Brazil e Portugal,

[266] Ibid. p. 106-107.
[267] PONTES, R. de S. da S., VIANNA, C. J. de Araújo. Op. Cit. p. 107.
[268] Ibid. p. 107.

> gozaria o primeiro de todas as vantagens da Independencia, sem que todavia ficasse desligado do Reino-Unido»[269].

Para Constancio, após o retorno de D. João VI a Portugal, as Cortes portuguesas não souberam criar um sistema que, conciliando interesses dos habitantes do Brasil, apertasse os laços entre a colônia e a metrópole. Considerou a negociação difícil e delicada, sendo impraticável submeter novamente à metrópole tão remotas províncias, já que nem obedeciam as Cortes do Rio de Janeiro[270]. Assim, a solução sensata seria instalar um reino-unido a Portugal, e dotado de um governo próprio: "*desde logo proclamar que o Brazil seria governado por uma constituição feita por seus próprios deputados, e uma assembléia residente no paiz, sendo o poder executivo confiado a um Príncipe da Família Real"*.

No entanto, tal solução foi criticada pelos pareceristas. Lembraram se realmente isso não havia sido tentado; questionaram se "independência" consistia apenas em possuir governo, constituição e assembléia legislativa próprios, porém atrelados a um império sediado na Europa. Considerou-se o nexo proposto pelo estrangeiro um tanto fora do habitual, *extravagante*:

> Que nexo político é esse com que o autor pretendia fazer que o Brazil gozasse da independencia permanecendo ligado à mâi-patria? Seria uma federação entre povos, que a natureza collocou em tamanha distancia? Mas o autor nenhum desenvolvimento deu á sua idea: e a commissão hesita em acreditar que ella entenda por esse famoso nexo político, de que falla, o regulamento dos direitos de entrada, e de sahida, de que tambem falla, pois que um tal pensamento na verdade, teria muito de extravagante[271].

Encerrada a apresentação dos equívocos da obra, supostamente escolhidos *a esmo*, a comissão considerou relevante avaliar o estilo do autor, mesmo ponderando que os elementos levantados até o momento eram suficientes para julgar as peculiaridades do autor estrangeiro.

> (...) não é todavia fora de propósito o dizer-se, pelo que respeita a estylo, que este é muitas vezes por negligente impróprio da gravidade da

[269] PONTES, R. de S. da S., VIANNA, C. J. de Araújo. Op. Cit. p. 107.
[270] CONSTANCIO, Francisco Solano. Historia do Brasil, desde o seu descobrimento por Pedro Alvarel Cabral até á Abdicação do Imperador D. Pedro I. Com um Mappa do Brasil. Tomo II, Paris, 1839. pg. 266.
[271] PONTES, R. de S. da S., VIANNA, C. J. de Araújo. Op. Cit. p. 108.

> historia, e mais vezes ainda improprio de um philologo portuguez por inçado de torpes gallicismos[272].

Assim, indicou um exemplo para cada dito *defeito* de estilo. Primeiro apontou o uso equivocado de *assentar*. Para comissão, a palavra significaria: *pôr a artilharia a ponto de poder jogar e ferir no alvo*. O descuido estaria em usar a palavra *assentar*, tanto para *barris de pólvora* como para *fangas de farinha*, ou seja, como uma medida de cereais. Segundo, considerou que a expressão *teria sido mui feliz*, tendo sido usada para dar elegância à frase, como uma imitação imprópria de expressões francesas[273].

A comissão encerrou o parecer, com a mesma advertência inicial - reiterou a quantidade de "defeitos, erros e inexatidões" e as razões da seleção empreendida:

> Resta sómente advertir, que se a commissão intentasse notar, e censurar todos os defeitos, erros e inexactidões de qualquer natureza, com que ella deparou na obra, que faz o assumpto do seu exame, teria emprehendido, como já vai ponderando, um trabalho longo, e summadamente penoso, e o presente parecer excederia muitos dos limites, que o uso tem prescripto a este gênero de escriptos[274].

Desta forma, não admitindo inocência na seleção dos temas apresentados, consideramos que o Juízo sobre a obra de Francisco Solano Constancio se debruçou principalmente sobre critérios para a confiabilidade do texto historiográfico (exatidão e veracidade) e temas políticos candentes no momento: a Independência política da nação e a escolha da monarquia constitucional. Assim, alegando *justa causa,* defendeu-se das "inexatidões", "insultos e calunias" e das propostas de um reino-unido a Portugal, ou do modelo republicano . Esta última, inclusive, tornara-se uma ameaça efetiva para o país em virtude das revoltas que eclodiam pelo território nacional e ameaçavam a sua integridade. No ano da publicação do Juízo, (1839), ocorria o movimento Farroupilha que conquistou Santa Catarina e fundou a República Juliana; por sua vez, em 1837, na Bahia, acontecera a revolta conhecida como Sabinada, que pretendia instituir uma república durante a menoridade de D. Pedro II; e não menos importante era a rebelião então em curso na província do Maranhão, a Balaiada, que durou de 1838 a 1841.

[272] PONTES, R. de S. da S., VIANNA, C. J. de Araújo. Op. Cit. p. 108.
[273] Ibid. p. 108.
[274] Ibid. p. 108.

Naquele mesmo ano de 1839, momento em que Pontes e Araújo Vianna contestaram Constancio, outras comissões foram designadas para emitirem Pareceres de trabalhos de estrangeiros sobre o Brasil. Assim, nomearam-se os sócios Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues da Silva para avaliarem a obra de Ferdinand Denis (1798-1890) – *Le Brésil* (1837); enquanto o Desembargador Gustavo Adolfo d'Aguilar Pantoja e o Dr. João Manuel Pereira da Silva foram encarregados da *História do Brasil* (1831) do escritor inglês John Armitage (1807-1856). Apesar dessas indicações, não encontramos esses trabalhos na Revista. Contatamos que o próximo Juízo publicado na Revista tratou da *Historie des relations commerciales entre la France et le Brésil* (1839), de Horace Say (1794-1860), solicitado na sessão em 16 de novembro pelo Desembargador Pontes.

O economista francês nasceu em Noisy, perto de Paris. Foi enviado para estudar em Genebra, onde parte da família havia se fixado após a revogação do Édito de Nantes. Em 1813, Horace Say foi para a América e residiu nos Estados Unidos por vários anos; de regresso à França passou pelo Brasil e fundou uma casa de comissão. O casamento com a filha de um rico comerciante francês assegurou-lhe estudos teóricos em economia. Em 1839, logo no inicio de sua carreira política como conselheiro, publicou *Historie des relations commerciales*[275], resultado das observações e investigações feitas durante sua estada na América, trabalho agora avaliado pelo IHGB.

Formaram a comissão avaliadora José Domingues de Attaide de Moncorvo e Bento da Silva Lisboa (1793-1864), sendo que este último leu o Parecer solicitado na sessão seguinte, realizada pouco mais de um mês depois. O orador nasceu na Bahia, e veio para o Rio de Janeiro em 1808 acompanhando o pai, José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairú, designado Professor de Economia Política pelo então príncipe regente D. João. No ano seguinte, aos dezesseis anos, foi nomeado para Oficial da Secretária do Estado dos

[275] ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Op. Cit. Vol 17 p. 10404; Como político exerceu os cargos de membro do conselho municipal e do Conselho Geral do Sena (1837-1848); foi eleito em 1847 para Conselheiro Geral do Estado e obteve, em 1848, o mandato de deputado na Assembléia Nacional; no ano seguinte foi nomeado conselheiro, permanecendo no cargo até o 2 de Dezembro de 1851; Foi ainda, juiz ao tribunal de comércio em 1831 e membro da câmara de comércio em 1834. Em 1840, com essa experiência administrativa, Say publicou *Estudos sobre a administração da cidade de Paris e o departamento do Sena*. São ainda de Horace Say numerosos artigos redigidos para o Jornal do Comércio, Dicionário da economia política e para a Enciclopédia do direito. Mas, foi quando dirigiu a presidência da câmara, de 1848 a 1851, que redigiu o *La mémorale enquête sur l´industrie parisienne*, relatório da investigação do comércio e da indústria de Paris. Essa obra, um inquérito sobre a indústria parisiense, lhe valeu a sua eleição para a Academia das ciências morais e políticas. LAROUSSE, Pierre. Op. Cit. p. 9450.

Negócios da Guerra e de Estrangeiros para trabalhar com Silvestre Pinheiro Ferreira, seu professor de alemão durante a preparação para a carreira diplomática. Ocupou, em 1832, o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros sob o ministério comandado por Aureliano de Souza Coutinho.[276] Foi enviado em 1841, como Ministro Plenipotenciário responsável por negociar com a nobreza do Império Austro-húngaro um casamento para D. Pedro II. Sem sucesso firmou compromisso com o Reino das Duas Sicilias, que acertou o casamento do jovem imperador com a princesa Tereza Cristina[277]. Foi enquanto Oficial da Secretária do Estado dos Negócios Estrangeiros, e membro do IHGB, que participou do Parecer sobre a obra de Horace Say, lido na sessão de dezenove de dezembro de 1839.

O Parecer traça inicialmente um panorama do conteúdo das 328 páginas da obra: um grande resumo de acontecimentos políticos da Europa, *desde o anno de 1807 até a paz de 1814*; observações corretas, mas sem novidades, sobre a emancipação da América; exposição de fatos notórios da política do Brasil; dissertação sobre questões econômicas, mas desconsideradas por não prestarem esclarecimentos sobre o presente e nem colaborarem com idéias para o futuro; a ampliação de princípios conhecidos e de lugares comuns da economia, como erros da doutrina da balança comercial, efeitos negativos do sistema proibitivo das alfândegas e inconveniências do monopólio colonial. Finaliza a obra com mapas relativos ao desempenho das alfândegas que, no entender da comissão, deveriam ser comprovados, uma tarefa inviável na medida em que eram cópias de documentos oficiais franceses e que atendiam a interesses do país estrangeiro. Contudo, advertem os pareceristas, que de todo conteúdo da obra, a questão das relações comerciais entre França e Brasil, apontada no título, foi tratada pelo autor somente na página 151[278].

Em seguida, expressam sua decepção com o autor. Como Horace Say havia passado um longo tempo no Brasil, e como havia sido um dos primeiros franceses a aqui aportar após o período napoleônico (permanecendo até o ano da publicação da obra em 1839), acreditou-se que ele estivesse isento dos equívocos e dos erros *que infelizmente se dão em quase todos os viajantes estrangeiros, que tratam do Brasil*. Porém, o autor não fugira

[276] SOUZA, Octavio. Op. Cit. vol. 3. p. 139 e vol. 5 p. 394.
[277] VALE, Renata. Op. Cit. p. 36 e 37.
[278] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Juízo sobre a obra intitulada Historie dês relations commerciales entre la France et lê Brésil, por Horace Say. (Publicada em Paris em 1839*).* Revista do IHGB, n. 4. T.1, Rio de Janeiro. 1839. p. 320.

àquela regra, e o Parecer passou a apontar parte dos equívocos e erros encontrados, citando algumas passagens [279].

Começou pelos comentários de Say sobre os vexames passados pelos habitantes do Rio de Janeiro quando da chegada do Príncipe Regente em 1808. Segundo ele, os cariocas foram afrontados ao serem desalojados de "suas pousadas", exceptuando-se aqueles que se tornaram criados do Paço – exercendo, por exemplo, a função de porteiro-mor - os quais, ironizou o autor, muito pouco faziam, pois se limitavam a acender fogueiras, todo ano, no largo do Paço Imperial, na véspera do dia de S. João. No entanto, segundo os pareceristas, *todo mundo sabia* que aquela cerimônia era de uso da casa real e exercida *pelos moços da câmara, e não pelo porteiro-mor, que é um emprego superior no palácio*[280].

A próxima discordância se refere à posição do autor sobre as motivações da revolução de Pernambuco de 1817. Enquanto Say destacou os impostos cobrados pelo tesouro e a ampliação da revolta a outras províncias do norte, o que ocasionou o deslocamento de tropas estacionadas no sul, o Parecer considerou que as causas da revolução foram "diversas" e apontou que a origem das forças que a combateram haviam vindo da Bahia e da corte:

> As causas foram bem diversas; e nem a revolução estendeu-se ás outras províncias do norte, como assevera o autor, nem o governo do Sr. D. João VI mandou vir do Rio da Prata as tropas Portuguezas, para pacificar a província. É notório que da Bahia partiu logo uma expedição de mar e terra, enviada pelo benemérito conde dos Arcos, e d´esta corte outra debaixo do comando do general Luiz do Rego. Estas expedições conseguiram restabelecer immediatamente a ordem[281].

Contestada as causas da Revolução de 1817, e a origem das forças que a haviam debelado, a comissão se "espantou" com a leitura equivocada de outro episódio da história do Brasil abordado pelo estrangeiro, por ser um fato *tão memoravel e recente*. Discordou da afirmação de que D. Pedro I anunciou num teatro e por sua iniciativa, que ficaria no Brasil, *para bem de todos*. Replicou:

> Nenhum de nós ignora que foi o senado da camara d´esta leal e heroica cidade, que se dirigiu em solemme acompanhamento ao paço no dia 9 de

[279] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit. p. 321.
[280] Ibid. p. 321.
[281] Ibid. p. 321.

> Janeiro de 1822, que fôrma época no imperio, para requerer áquelle soberano, que ficasse entre os Brasileiros, ao que elle benignamente annuiu[282].

Da mesma forma, discordou da "inexatidão" da narrativa sobre os acontecimentos de 6 de Abril de 1831, segundo a qual, na abdicação do imperador D. Pedro I, haviam sido importantes os "ajuntamentos de mulatos" e sua associação ao quartel de artilharia, "imprudentemente" comandado por Francisco de Lima e Silva:

> (...) affirma [Horace Say] que ajuntamentos, compostos principalmente de mulatos, formaram-se em diversas partes da cidade, e se dirigiram ao quartel de artilharia, cujo commando tinha sido imprudentemente dado ao brigadeiro Francisco de Lima. Essa passagem é tão absurda, que não precisa de commentario[283].

A comissão também destacou os erros de H. Say ao abordar a guerra entre o Brasil e as províncias do Rio da Prata, considerando: *A confusão, que faz, é espantosa*, sobretudo no que dizia respeito à periodização do conflito. Para Say, numa primeira passagem do 2º. capítulo, o conflito teria durado 12 anos, terminando em 1826. Mais à frente, no capítulo 19, acrescentou mais 2 anos à duração do episódio. Para a comissão as datas não correspondiam, pois se a primeira menção queria se referir ao tempo que durara a guerra promovida por D. João VI, enquanto príncipe regente, e encerrada com a ruína de Antilhas, ela não durara 12 anos e nem finalizara em 1826, já que o monarca há muito partira para Portugal. Porém, se o autor se referia à segunda guerra, acontecida no reinado de Pedro I, ela também não durara 15 anos, já que fora declarada em 1825 e finalizada com um tratado preliminar de paz em agosto de 1828[284].

Na visão dos membros da comissão, apesar de Horace Say censurar o governo do Brasil nos casos de semelhantes guerras, tratara os conflitos no Rio da Prata *apaixonadamente*. Assim, indicou certa falta de imparcialidade do autor no trato das questões de fronteira com os vizinhos do Brasil, questões delicadas que se resolveriam com uso da documentação oficial, *que por si falla*.

Contra a censura do escritor estrangeiro ao desempenho dos governantes nesses episódios, argumentou: a motivação que levou D. João ao conflito foi a constante

[282] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit. p. 321-322.
[283] Ibid. p. 322.
[284] Ibid. p. 322.

devastação e os roubos que sofriam os habitantes portugueses naquele território. Em relação à guerra empreendida por D. Pedro I, o Parecer afirmou: não foi o monarca português que declarou guerra a Bueno-Ayres, mas este governo que pretendia retirar as tropas brasileiras da região, mesmo tendo a população da província, através de seus representantes, decidido por sua incorporação ao Império do Brasil. Desta forma, em defesa de D. Pedro I, questionou se a atitude do Imperador estaria realmente equivocada. A comissão apontou para manifesto de 10 de Dezembro de 1825 como a prova cabal de seus argumentos, pois o documento era uma resposta incontestável às censuras de Horace Say.

> Depois d´esta ameaça, e dos insultos acintemente feitos ao representante do Império em Buenos-Ayres, seria decoroso que o Imperador soffresse tamanha injuria, e não repelisse a força com a força? O manifesto de 10 de Dezembro de 1825 contém razões tão sólidas sobre a justiça d´este indispensável procedimento, que por si falla, e é resposta mais cabal ás censuras do Sr. Horace Say[285].

A propósito da opinião de Say sobre os primeiros monarcas portugueses a fixarem-se na América, a comissão considerou extremamente injusta a avaliação do autor estrangeiro sobre o caráter de D. João e D. Pedro I, pois:

> (...) quando louva o primeiro pela abertura dos portos do Brazil a todas as nações pela carta regia de 28 de Janeiro de 1808, que justamente chama decreto simples, mas que por si só continha uma revolução,por acabar com o systema colonial, e fazer a independencia do Brazil; e ao segundo, por se ter identificado com Brazileiros, pondo-se à testa da sua independencia, e prestando-lhe mui relevantes serviços[286].

Após essas restrições, manifestou desejo em atuar com imparcialidade, não deixando de reconhecer as boas intenções de Say para com o Brasil quando ele atribui quase que exclusivamente à política francesa a responsabilidade pelos entraves existentes nas relações de comércio entre os dois países. Contudo, criticou a tese do autor sobre uma suposta inferioridade na relação comercial entre França e Brasil, quando comparada com a Inglaterra, por considerá-la *especulativa demais*, e comprometida com os rígidos princípios do livre comércio. Explicou que, para Horace Say, o comércio entre Brasil e França não se desenvolveu satisfatoriamente, como o que ocorria entre Brasil e Inglaterra, porque a

[285] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit. p. 323.
[286] Ibid. p. 323.

França permaneceu presa a um sistema *caduco* que privilegiou um ineficiente monopólio colonial:

> O Sr. Horace Say, discípulo da escola econômica, que seu parente fundou, é partidista da liberdade do commercio, e adversario pronunciado do monopolio colonial. Tendo-se, como negociante, achado envolvido por espaços de 25 annos em especulações commerciaes, conheceu que as existentes entre a França e o Brazil, embora prosperas, e indo sempre em progresso, não adquiram contudo aquelle desenvolvimento, de que elle as julga susceptíveis, e com pezar as considera mui inferiores ás da Inglaterra[287].
>
> Na opinião do Sr. Horace Say é isso devido unicamente á obstinação da França em manter para as suas miseráveis colônias um monopolio não só nocivo á massa da nação Francesa, mas sobretudo fatal ao seu commercio externo, e á sua navegação marítima; á cegueira, com que está affermando à um systema caduco, cujo estabelecimento o Sr. Say censura acremente ter sido feito pelo ramo primogênito dos Bourbons, por ocasião da sua restruturação ao throno. Accrescenta que a França quer favorecer à Martinica, Guadeloupe, a ilha de Bourbon, e mesmo a do Haiti, sómente pela vaidade de ter possessões territoriais na América, e no caminho da Índia, e pela triste satisfação de não renunciar inteiramente a posse de uma ilha, cujos antigos escravos pretos foi obrigada a reconhecer como senhores legitimos[288].

O Parecer apresentou algumas considerações tecidas pelo autor estrangeiro para atestar sua tese: demonstrou a existência de um desequilíbrio entre as importações francesas no império, que em dez anos subiram para 15 milhões contra um crescimento de 10 milhões das exportações brasileiras; comparou a importação e consumo francês do café brasileiro com o café haitiano, enunciando que a importação e o consumo do produto de sua colônia foi maior; argumentou que partiram da Europa (da freguesia portuguesa de Cete) para o Brasil, nos últimos 20 anos, 449 navios carregados principalmente com vinhos, mas somente um terço dessas embarcações eram francesas; mencionou que antes dos franceses transportarem madeira de jacarandá, o valor do frete por tonelada subiu de 80 para 100 francos, mas que depois diminuiu 40%:

> Conforme a opinião do Sr. Say seria ainda menor o frete das embarcações; os vinhos francezes se exportariam exclusivamente em vasos nacionaes, e o comercio de navegação da França se ampliariam em

[287] Ibid. p. 323.
[288] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit. p. 323-324.

> geral muito mais, se os nossos cafés e assucares fossem admitidos para o consumo, ao par dos outros paízes estrangeiros; e tanto mais que os brasileiros não tem ainda marinha mercante, que possa utilizar-se com igualdade de lucros, que resultariam d´esta alteração de systema[289].

Sobre este ultimo ponto, os pareceristas argumentaram que, talvez, para o governo francês, as suas colônias (das quais fez pouco caso o autor) tivessem uma importância que nenhum acordo isolado poderia compensar. E consideraram como um dever, inspirado na imparcialidade, se opor às conclusões de Say, pelo menos no que se referia aos abusos de algarismos, freqüentes em economistas.

Com esse propósito, concordou com a indicação sobre a alta das importações francesas no Brasil para 15 milhões, no prazo de dez anos. No entanto, advertiu: ao se examinar separadamente a quantidade de cada ano, constatou um progresso de ano a ano, chegando ao final do último ano a um acréscimo total de 60%. Quanto às exportações brasileiras, segundo o critério da comissão, foi mantida uma média de 9 milhões de francos[290].

O Parecer anunciou, em seguida, que outras conclusões feitas pelo autor estrangeiro não eram factíveis:

> (...) elle exagera, por exemplo, a força dos hábitos, e diz que á chegada dos Franceses aos mercados do Brazil, muitos annos depois dos Inglezes, tinham tido a desvantagem de achar os consumidores já mui acostumados aos productos britanicos[291].

Contra a suposta desvantagem para superar os obstáculos comerciais, argumentaram que, por mais enraizados que estivessem hábitos e dificuldades, todos seriam vencidos *pela força ou pela inteligência*. Esclareceram: no comércio se entende por *força*, o maior número de recursos que se opõe aos concorrentes; e por *inteligência*, a capacidade de cativar fregueses com preços baixos e qualidade no produto oferecido. Nesse sentido, advertiram ainda,

> (...) o Sr. Say não poz em linha de conta se a França possue capitaes tão vastos, engenheiros e officiaes mecânicos tão hábeis como a Inglaterra; e

[289] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit. p. 324.
[290] O parecer apresentou os números que comprovam um aumento das importações francesas. "(...) em 1834 a importação foi de 21.245.000 francos, em 1935 de 22.683.000 francos, e em 1836 de 15.200.000". Ibid. p. 325.
[291] Ibid. p. 325.

> se as machinas que produzem o bom mercado multiplicam com velocidade os producto, dão-lhe uma igualdade e uma perfeição que a mão do homem em vão procuraria alcançar, mesmo ao paiz em que a mão d´obra custasse o *minimum* dos preços possíveis; e enfim se os Francezes, nação essencialmente agrícola, possuem o genio manufactureiro e genio de empreza no mesmo auge que os Inglezes."[292].

Após essa comparação, o Parecer advertiu que o próprio Horace Say contradisse seu argumento quando, tratando das primeiras relações comerciais da França com o Brasil, observou que foram enviados *simples commissarios volantes* para estabelecer o comércio, e que os franceses investiram mais pessoas do que capitais neste comércio. Além disso, ao se referir aos tecidos franceses, os considerou muito pesados e pouco elásticos para o Brasil e complementou:

> (...) que se os não procuravam não era isso por effeitos de hábitos contrahidos, mas sim porque taes mercadorias não correspondiam ás necessidades locaes, nem se conformavam á lei do clima, lei suprema no vida e costumes de qualquer povo[293].

A comissão considerou correto o contraste feito por Horace Say entre as províncias meridionais, em progressiva expansão, com a situação estacionaria das províncias ao norte, observando que a qualidade do algodão brasileiro era boa, mas tanto sua colheita e cultura deveriam ser aperfeiçoadas, quanto facilitadas as suas vias de comunicação para a exportação pelos portos. Segundo o Parecer, o autor estrangeiro explica ainda:

> Expende mais que os Estados-Unidos enviam á França quinze vezes mais algodão que o Brasil, e no entanto não é sobrecarregado este gênero; e continuando seu raciocínio attribue tudo ao monopolio, asseverando que bastaria importar no seu paiz mais café e assucar para se exportar tambem mais algodão[294].

Encerrando o Parecer, a comissão considerou importante mencionar sobre as *observações que o autor faz sobre a conveniência de se ir gradual e prudentemente exterminando a escravidão dentro do paiz* e indicou a leitura do 17° capítulo aos que se interessavam no bem e prosperidade do Brasil. E recomendou: caso ocorresse uma segunda

[292] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit. p. 325.
[293] Ibid. p. 326.
[294] Ibid. p. 326.

edição, deveria Horace Say submeter a obra a uma revisão, *para que possa melhor preencher as vistas do seu autor, cujas louvaveis intenções se compraz de reconhecer*[295].

O terceiro Juízo publicado abordando obras de autores estrangeiros avaliou a *Notícia descriptiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul* (1839) de Nicolau Dreys (1781-1843), obra recentemente divulgada na corte e adquirida por proposta do Desembargador Pontes, sobre a qual a comissão de Geografia também foi consultada e emitiu Parecer[296]. O autor, natural de Nancy, foi militar e funcionário público após a queda do império napoleônico. Permaneceu no Brasil de 1815 até 1842, dedicando-se ao comércio. Entre os anos de 1818 a 1827 percorreu o interior do Rio Grande do Sul, e depois, mudou-se para a Vila de Iguape/SP, onde provavelmente trabalhou com produção de açúcar que utilizava de mão de obra escrava. Após 1839, residiu no Rio de Janeiro[297].

Os avaliadores da *Notícia descritiva* foram o Dr. Lino Antonio Rebello e José Silvestre Rebello. Este último, como relator da Comissão de Geografia, leu o Parecer aos presentes na sessão de 11 de janeiro de 1840. Negociante do Rio de Janeiro, Silvestre Rebello (1770/90-1844) nasceu em Portugal, mas estando na América portuguesa quando da emancipação do Brasil, optou pela nacionalidade brasileira e aderiu à independência, sendo enviado aos Estados Unidos para tratar do reconhecimento da recém fundada nação. Também atuou como juiz brasileiro na Comissão Mista Anglo-Brasileira para questões relativas à apreensão de navios negreiros. Para captar simpatias dos americanos, Rebello teria dito que a única diferença entre as duas nações consistia que, no Brasil, quem ministrava o governo era um Imperador vitalício e nos EUA era um presidente eleito. Daí até seu retorno ao país em 1830 atuou ainda como Ministro Plenipotenciário do Brasil nos EUA e depois da Colômbia[298]. No Brasil participou junto com Januário da Cunha Barbosa e Cunha Mattos, da fundação do Instituto Histórico, onde integrou a Comissão de Geografia.

Seu Parecer sobre a obra de Nicolau Dreys começa e termina com considerações sobre o estilo narrativo do autor, mas se atém especialmente a marcos geográficos, como

[295] Ibid. p. 326.
[296] 20° Sessão de 24 de agosto de 1839. Revista do IHGB n. 4 T. 1. Rio de Janeiro. 1839. p. 257.
[297] SILVA, Innocencio F. Diccionario Bibliographico Portuguez, Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-1885. p. 177.
[298] ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Op. Cit. vol. 16. p. 9593; VALE, Renata. Op. Cit. p.49-51; SOUZA, Octavio. Op. Cit. vol. 3. p. 188.

densidade demográfica, descrição da hidrografia e topografia do sul do país. Referindo ao estilo do autor como *improprio e empolado* considerou:

> (...) e em vez de apresentar as suas descripções simplices e claras, de modo que parecesse ao leitor o estar vendo os lugares descripto, pelo contrario, pelas palavras e phrases de que faz uso, o guinda eleva tão alto, que lá se perde na região das nuvens, e fica sem entender o que leu[299].

Após a crítica à forma com que o autor estrangeiro descreveu as paisagens da região, Rebello passou seu crivo sobre o mapa que acompanha a obra de Dreys. Os pareceristas notaram a falta de parte do território; observando também que os limites com as regiões vizinhas não foram definidos e que, por se tratar de um mapa exageradamente resumido, não possibilitava idéias claras sobre a topografia da província:

> O mappa que acompanha o livro, é tão resumido, que mal se póde por elle formar idéas da Topographia da Província; pois que nem a contêm toda, faltando uma parte do terreno entre o Arapehy, limite meridional da Província ao Sul, e o Uruguay; e nem designa os limites da mesma ao Norte, entre as de Santa Catharina e São Paulo [300].

A imprecisão dos limites territoriais chamou a atenção da comissão que os comparou aos estabelecidos nos *Annaes da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, obra do sócio visconde de São Leopoldo, e constatou sensível diferença:

> (...) – é verdade que está última [divisa meridional] pode considerar-se insignificante, pois que o autor se serviu da expressão pouco mais ou memos; mas não é assim a primeira [divisa estabelecida por S. Leopoldo], porque oito leguas, e um pouco mais, são uma quantidade considerável, a que o author devia attender, e tanto mais que os limites da Província nesta parte nunca foram questionados [301].

Em seguida, transcreveu um trecho da descrição da *Serra Geral* contendo aspectos topográficos da região, direção de cordilheiras e rios, a qual considerou *um amontoado de palavras, que tudo confundem*:

---

[299] REBELLO, José Silvestre. REBELLO, Dr. Lino Antonio. Juízo sobre obra – Notícia descriptiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, por Nicolau Dreys. Revista do IHGB, n. 5. T. 2, Rio de Janeiro. 1840. p. 99-100.
[300] Ibid.. p. 100.
[301] Ibid. p. 100.

> O rio Taquary, e outros seus braços, nascem nos campos da Vaccaria, cortam os dous ramos da Serra, o que dá a entender que os ditos campos são tão elevados como a mesma Serra, excepto em alguns picos, e por tanto estes montes mal merecem o nome de Serra, se olhados do Sul[302].

Prosseguindo, questionou outro trecho da obra que aborda a hidrografia da região. Segundo o Parecer, Dreys considerava o rio Jacuhy o único responsável por abastecer a bacia do ancoradouro de Porto Alegre e o canal de nove lagoas que se esgota na Lagoa dos Patos:

> "Os outros affluentes da Lagôa dos Patos, procedentes pela mór parte da vertente meridional da Serra Geral, e das Serras pequenas do Herval, e dos Tapes, são: o Cahy, o Sino, o Gravatahy, que se lanção no canal que termina ao N. a Lagôa dos Patos". [303]

Discordando, o Parecer argumenta que os rios não desaguavam no canal de escoamento, mas na bacia conhecida desde as primeiras explorações por *Lagôa de Viamão*. Indicou ser os rios Gravatahy, *Sinos* e não Sino como mencionou Dreys, Cahy e o Jacuhy que desembocavam na bacia da Lagoa de Viamão formando o porto da capital Porto Alegre, e um canal de nove léguas, para então, finalmente, desaguar na Lagoa dos Patos.

Ainda preocupado com a hidrografia da região, atentou o Parecer para uma confusão, quando o autor trata sobre a Lagoa Mirim e a da Lagoa dos Patos:

> Na parte segundo, a pag. 10, depois de dar a entender a divisão de duas lagôas distinctas, com as palavras *dous mediterrâneos*, e no penultimo paragrapho da pág. 21, differenciando a lagõa Mirim da Lagoa dos Patos; a pag. 22 as une, e confunde em uma: eis-aqui as suas palavras: - *O rio Grande não é senão o desaquadouro de uma grande lagôa*[304].

De outro pequeno trecho – *a lagôa Mirim communica-se pelo sangradouro com o Rio de S. Gonsalo*, considerou que, segundo o autor, o sangradouro e o rio seriam duas coisas distintas. Mas para a comissão, amparando-se em *geographos* e *mappas* do lugar, as duas são nomeadas da mesma forma. A lagoa não possui um desaguadouro que não seja o rio de São Gonsalo. Concluiu:

> (...) o certo é que não é nesse baixo, nem perto delle, que deságua a Lagôa Mirim, mas sim pelo S. Gonçalo, que entra no Rio Grande tres ou

[302] REBELLO, José Silvestre. REBELLO, Dr. Lino Antonio. Op. Cit. p. 101.
[303] Ibid. p. 101.
[304] Ibid. p. 102.

> quatro léguas mais ao Sul do mesmo baixo, que é com pouco fundo, mas não terra[305].

Corrigidos alguns pontos sobre a hidrografia da região, o Parecer avaliou a terceira parte da obra – *Geographia, Historia Natural* - que na página 44 alude à idéia de que as terras em volta das lagoas e ao longo dos rios foram aplanadas pela mão da natureza. Considerou a expressão tão esquisita que não sabia como chamá-la, e apontou que o Morro da Itapuã às margens da Lagoa dos Patos possuía *não menos de quatrocentos pés de elevação; logo não é terra aplanada*[306].

Comentou, ainda, que a descrição feita sobre a vegetação menciona somente o mate e a cana, *diz que há poucas fructas nos matos, e nada diz das arvores dos bosques*. Admitindo não ter muito conhecimento sobre o assunto, a comissão afirmou que existia nos campos:

> (...) abundantes araçás, fructo de um arbuso; e que nos matos se colhem infinitos bacuparís; e que os bosques contêm, entre outras arvorés, grandes e elevados Curis, *Arancuria Brasiliense*, e a Guarapiapunha, optima madeira de construcção naval, pois que conserva o ferro em vez de oxidar, como fazem cá na Norte a Secupira, o Vinhático, e outros.[307].

Avaliando o capítulo dois – *Topographia Phisica*, considerou inexata a descrição sobre a capital Porto Alegre. Segundo o Parecer, o local nunca havia sido chamado de *Porto das Casas*, *mas sim Porto dos Casaes, porque primitivamente foram alli arranchados alguns casaes, vindo das ilhas dos Açores*; a colina onde a cidade repousa está distante duas léguas dos morros de Santa Ana; a mais antiga vila rival de Porto Alegre teria sido a cidade do Rio Grande e não do Rio Pardo, pois essa dependia dos gêneros do comércio provenientes da Capital[308]. Ainda, afirma que o autor havia se informado *redondamente mal* sobre a fundação da freguesia de S. Francisco de Paula:

> A pág. 118 diz o author: - *A Freguezia de S. Francisco de Paula, nome primitivo da cidade, subsistindo ainda entre o vulgar, deve sua creação a D. Diogo de Souza, Governador e Capitão General do Rio Grande, o qual, na volta de sua campanha do Uruguay, em 1815, formou alli um*

[305] REBELLO, José Silvestre. REBELLO, Dr. Lino Antonio. Op. Cit. p. 102.
[306] Ibid. p. 102-103.
[307] Ibid. p. 102.
[308] Ibid. p. 103.

> *acampamento, a que acudiram logo alguns mercadores, que foram os primeiros povoadores.*[309]

Para a comissão, a cidade não surgiu do acampamento das tropas de D. Diogo de Souza em seu retorno da campanha ao Uruguay, em 1815, e da afluência de mercadores. Observou que, como a região estava repleta de *charqueadas* e também abrigava *capitalistas;* e como *custava-lhes virem a Matriz,* projetaram e criaram uma freguesia mais próxima. Assim:

> ( ) depois de varias duvidas sobre si se erigiria no logar á margem do Arroio de Pelotas, ou no Capão do Leão ás bordas da Lagôa dos Patos, prevaleceu o sítio em que hoje se acha, e medrou desde logo, porque tinha já em si os elementos de uma população numerosa e escolhida, e com grandes cabedaes.
> Nem D. Diogo de Souza formou jamais acampamento no sitio, hoje cidade de Pelotas. Recolhendo-se da campanha de Monte Vídeo em 1812, e não em 1815, como erradamente diz o author, fez alto na nossa fronteira, e alli despediu-se, e abandou o exercito, seguindo o General Marques com sua divisão para a fronteira do Rio Grande, e o General Curado com a sua para a do Rio Pardo[310].

Do ponto de vista dos pareceristas, os erros mencionados acima e os contidos no capitulo três – *Da População* – eram indesculpáveis. Assim, o autor mencionara o inicio da povoação da província e os caracteres de seus diferentes habitantes, mas não seu número, lacuna considerada um grave defeito para quem desejava passar uma imagem precisa da província. Outro erro, semelhantemente e indesculpável, foi não mencionar as distâncias entre as diferentes vilas e cidades e sua capital[311]. E, encerrando o Parecer, a comissão reafirmou sua critica inicial sobre o estilo do autor ser "empolado e esquisito" e transcreveu outros dois trechos como prova. Sobre o primeiro trecho:

> Se chegar por mar (refere-se ao viajante) a primeira impressão será penosa; sentirá o coração opprimido, e a imaginação entrestecida pelo expectaculo daquellas áreas deslavadas, que confundem suas tintas monótonas com a cor branquecente das águas e do Céu;[312]

[309] REBELLO, José Silvestre. REBELLO, Dr. Lino Antonio. Op. Cit. p. 102.
[310] Ibid. p. 104.
[311] Ibid. p. 104.
[312] Ibid. p. 104.

Com certa ironia, os avaliadores afirmaram nunca terem se deparado com o adjetivo "branquecentes", para caracterizar os mares e os céus da região. Sobre o segundo trecho, que configura o Rio Grande como "um mediterrâneo dividido em dous lóbulos ovóides", declarou:

> Se porque um corpo é mais comprido do que largo, como são as duas principaes lagôas do Rio Grande, se lhe pódem applicar os epitheto – Lóbulos Ovóides – também o Sr Nicolao Dreys, pois que é o mais comprido do que largo, póde chamar-se a si – Lóbulo Ovóide[313].

Como indicação final, a comissão aconselhou que a obra de Nicolau Dreys, mesmo estando repleta de defeitos mencionados ou não, fosse guardada na biblioteca do Instituto. Recomendou também a sua leitura, pois "dá bastante idéas da Provincia, e porque o seu estilo esquisito diverte ao leitor"[314].

Recomendação semelhante foi dada pela mesma comissão a outra obra estrangeira. Na sessão 32°, em 5 de fevereiro de 1840, Dr. Lino Antonio Rebello e José Silvestre Rebello aconselharam a leitura do *Examen critique de l´historie de la geographie du nouveau continent,* de Alexandre Humboldt, e também que a obra fosse conservada na biblioteca do Instituto Histórico. No entanto, essa recomendação não se deve à presença de um estilo divertido, como o atribuído a Nicolau Dreys, mas às "idéas excellentes sobre o assumpto", de Humboldt[315]. Esclareceram que o autor berlinense ocupava um lugar de destaque entre os sábios modernos e suas idéias mal podiam ser contestadas por "indivíduos com poucos conhecimentos, e que vivem em paizes, onde por ora não ha recursos litterarios, que consultar"[316].

Neste parecer, a comissão foi cautelosa ao questionar o autor estrangeiro, preocupando-se em justificar alguns de seus equívocos. Apontou que no 1° volume, citando as *Décadas* de João de Barros, Humboldt considerou ter Pedro Álvares Cabral aterrado no novo mundo em 24 de abril de 1500; mas depois, no 5° volume, após a divulgação da carta de Pero Vaz de Caminha enviada ao El-Rei D. Manuel, anotou 22 de abril como a data do

[313] REBELLO, José Silvestre. REBELLO, Dr. Lino Antonio. Op. Cit. p. 105.
[314] Ibid. p. 105.
[315] REBELLO, José Silvestre. REBELLO, Dr. Lino Antonio. Juízo sobre obra intitulada – Examen critique de l´historie de la Geographie du nouveau Continent, par Alexandre Humboldt, membro honorário do Insituto. Revista do IHGB, n. 5 T. 2, Rio de Janeiro. 1840. p.108. (2)
[316] Ibid. p. 105.

descobrimento do Brasil. Então a comissão optou por considerar correta a segunda data, pelo fato de citar uma *authoridade irrefragável, pois que se achava a bordo da Esquadra*; desta forma, um testemunho feito *dous dias antes de seguir Cabral a sua derrota para a Índia*[317]. E apesar das referências contraditórias da obra a respeito da data do descobrimento do Brasil, justificou a falha: entre a impressão do 1° volume, feita em 1836, e do 5°, em 1839, o autor pode ler a carta de Caminha na *Corographia Brasílica do Padre Ayres*, obra onde pela primeira vez aquele documento é mencionado. E adverte aos leitores:

> A Commissão faz pois estas reflexões para que os leitores não creiam em um erro por todo o tempo que se passar entre a leitura do primeiro e quinto tomos[318].

Logo em seguida, no entanto, o Parecer discordou de Humboldt sobre ter sido Martim Afonso de Souza o primeiro colonizador a chamar de *Bahia do Rio de Janeiro* o lugar antes denominado por Fernão de Magalhães, como *Bahia de Santa Luzia*. Segundo ela, a região já era designada por *Bahia do Rio de Janeiro* desde as primeiras explorações portuguesas após o descobrimento. Apesar dessa restrição, diferentemente dos pareceres anteriores, o autor estrangeiro não foi acusado de ter cometido erros e equívocos, de ser confuso ou de sua obra conter defeitos. A comissão procurou simplesmente provar seu ponto de vista diante de uma sumidade estrangeira e demonstrou a presença portuguesa nas costas brasileiras desde 1501:

> Sabe-se hoje com bastante certeza, que isto não foi assim. Do roteiro do mesmo Martim Affonso, escripto por seu irmão Pero Lopes de Souza, e impresso em Lisbôa no anno passado, por diligencias do nosso sócio correspondente Varnhagen, se vê que a entrada da esquadra neste ponto, está descripta dando ao porto o nome, que já tinha. É provavel que os nomes de muitos dos portos da nossa costa, entre o Cabo de S. Roque e o porto do Rio Grande do Sul, fossem postos pela esquadra que em 1501 mandou El-Rei D. Manuel explorar as novas terras descobertas por Cabral: o nome do Comandante da qual ainda hoje se não sabe com certeza[319].

Seguindo com a análise do 1° tomo da obra, discute com o autor a existência ou não de mulheres Amazonas. Humboldt, segundo o parecer, considerava o tema uma ficção,

[317] REBELLO, José Silvestre. REBELLO, Dr. Lino Antonio. Op. Cit. p. 106. (2)
[318] Ibid. p. 106.
[319] Ibid. p. 106-107.

fruto da imaginação *poética ou religiosa de todas as raças dos homens, e de todas as épocas, se move quase instintivamente* e que, quando Colombo chegou à América, acreditou existir uma ilha habitada por mulheres, *donde elle queria roubar algumas para as dar de presente à Rainha*.

Embora concordando com Humboldt sobre a inexistência de nações de Amazonas, a comissão declarou acreditar na presença de mulheres Amazonas. Fundamentou sua conclusão na obra *Historia da Província de Sancta Cruz,* de Pedro de Magalhães Gandavo, transcrevendo trecho que afirma a existência de índias que escolheram ser castas, caçadoras e guerreiras como os homens, e servidas por esposas com as quais conversavam como marido e mulher. Para reforçar a tese da existência de mulheres Amazonas, observa:

> (...) a commissão lembra que nos nossos dias, na guerra da Independência, assentou praça no exercito levando nos recôncavos da Bahia uma Cabocla, a qual cumpriu tão bem com os seus deveres, como soldado, que foi promovida ao posto de Alferes: nós a vimos aqui na Côrte concorrer a um beijamão com os seus uniformes militares, cortejando o Imperante na linha dos outros officiais de sua classe, e cathegoria[320].

Partindo dessa colocação, considerou certa a presença de tais índias Amazonas e a probabilidade de Orellæna, o primeiro a explorar a região, ter encontrado nas margens do rio Amazonas tais figuras, que nomeou de Amazonas. Portanto, não se tratava de uma invenção, mas resultado do encontro com mulheres, em aldeias às margens do rio, que se apresentaram armadas e desacompanhadas dos homens das mesmas aldeias[321].

Por fim, a comissão considerou a obra tão "digna" como outros trabalhos do autor, a exemplo das *Viagens de Humboldt e Bompland as terras Equatoriaes, as Viagens das Cordilheiras e monumentos dos povos da América*, além de outras obras publicados por Humboldt e por seu companheiro de viagens (Aimé Bonpland), "sem se pouparem os trabalhos, fadigas, investigações e incômodos". Encerrou a avaliação, conforme já mencionamos, pedindo que a obra fosse conservada na biblioteca e, também, recomendada sua leitura a todos que quisessem "adquirir idéas excellhentes sobre o assumpto da mesma obra"[322].

---

[320] REBELLO, José Silvestre. REBELLO, Dr. Lino Antonio. Op. Cit. p. 107. (2)
[321] Ibid. p. 108.
[322] Ibid. p. 108.

A avaliação seguinte contemplou a hoje famosa *Voyage Pitoresque et Histórique au Brésil ou Séjour d´um artiste français au Bresil, depuis 1816 jusqu´en 1831 inclusivement*, de Jean-Baptiste Debret. (1768-1848). Na primeira sessão do mês de março de 1840, foram novamente designados o Bento da Silva Lisboa, J. D. de Attaide Moncorvo para emitir parecer sobre os *3 volumes em folio grande*, publicados pelo autor em Paris (1834-1837)[323].

Os laços entre Debret, o Império e o Instituto eram estreitos. Desde 1837, o governo brasileiro pagava uma modesta pensão ao já conhecido artista em reconhecimento aos serviços prestados ao Brasil durante os reinados do príncipe regente e depois monarca D. João VI e de D. Pedro I. Ainda foi admitido, a partir de 1839, no Instituto Histórico, como sócio correspondente.

Nascido em Paris, Jean-Baptiste Debret viveu até os oitenta anos de idade[324]. Manteve contato com a arte e a ciência na infância através do pai, o escrivão do tribunal de Paris Jacques Debret, um curioso das artes e da história natural que se relacionou com celebres naturalistas e foi aparentado a importantes artistas de sua época: do arquiteto real Desmaisons aos pintores François Boncher e Louis David[325].

Fez seus estudos secundários no colégio Luis le Grand, e dedicou-se à pintura, sendo instruído por seu primo, o Mestre Jacques-Louis David. Completou os estudos com uma viagem à península Itálica, em companhia desse seu parente. Retornando em 1785, ingressou na Academia de Belas Artes, mas com a eminência de uma invasão à França, foi convocado pelo governo a cursar engenharia na Escola de Pontes e Calçadas, onde se dedicou ao estudo de fortificações. Nos primeiros anos da Revolução Francesa, freqüentou a Escola Politécnica[326].

De volta à pintura, participou de um concurso, em 1798, com o quadro *le general méssénien Aristomêne delivré par une jeune fille* e ganhou o segundo prêmio. Até 1814, expôs grandes quadros históricos com cenas que enalteciam Napoleão Bonaparte, trabalho interrompido pela morte de um filho, então com dezenove anos, e pelos efeitos do retorno da monarquia Bourbon, desejosa de apagar as lembranças do império napoleônico. Foi

[323] 34° Sessão em 7 de março de 1840. Revista do IHGB n. 5. T 2. Rio de Janeiro. 1840. p. 151.
[324] ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Op. Cit. vol. 6. p. 3356; VAINFAS, Ronaldo. Op. Cit. p., 317-318.
[325] MORAES, Rubens Borges de. Nota da 2 edição. In: DEBRET, Jean Baptiste. (1768-1848). Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (tradução e notas de Sérgio Milliet, noticia biográfica de Rubens Borges de Moraes) 6° ed. São Paulo, Martins: Brasília, INL, 1975. p. XV.
[326] MORAES, Rubens. Op. Cit. p. XV.

aconselhado por Louis David a viajar para a península Itálica, e por Grand-Jean a seguir para a Rússia, em uma missão artística solicitada pelo Czar Alexandre[327].

Recusou as duas propostas e embarcou para o Brasil, em janeiro de 1816, aos 48 anos de idade, com a suposta missão cientifica organizada em Paris a partir de uma solicitação de D. João VI. A viagem significou para o artista tanto a possibilidade de contribuir, com aspectos considerados benéficos da cultura francesa, para o progresso e civilização do novo mundo, quanto à possibilidade de realização de um trabalho que justificasse sua carreira profissional. No entanto, consideramos também, que a situação política e profissional dos integrantes daquela que veio a ser chamada de missão francesa, não era muito favorável, e que a partida para o Brasil, talvez não se configurasse uma livre escolha. Assim, fosse por razões pessoais ou políticas, Debret e muitos franceses viajaram ao Brasil com ou sem um apoio oficial[328].

No Brasil ficou ao encargo dos artistas franceses organizar a Escola Real das Ciências, Artes e Oficio, tarefa que enfrentou várias dificuldades em virtude de desavenças internas entre os membros da dita missão[329], e entre ela e a direção portuguesa da academia. Igualmente, a situação política do país dificultou o funcionamento dessa Academia, nos dez primeiros anos. Diante dessa morosidade, os artistas necessitaram encontrar formas de garantir seu sustento, e nosso viajante usou seus conhecimentos de pintor e ministrou, desde 1823, aulas a um grupo de alunos[330]. Quando se iniciou efetivamente a Academia, Debret empregou-se em tarefas acadêmicas e realizou as primeiras exposições em nome da Instituição[331]. Na inauguração da Academia, a 5 de novembro de 1826, expôs trabalhos de seus alunos. Em 1829, realizou uma mostra com 115 obras das suas classes de pintura histórica, paisagem, arquitetura e escultura. Repetiu a mostra no ano seguinte[332].

---

[327] Ibid. p. XVI ; LIMA, Valeria. Op. Cit. p. 84.
[328] LIMA, Valeria. Op. Cit. p. 85.
[329] Segundo Valeria Lima, a situação política da França foi um dos fatores que reuniu os integrantes da missão. No entanto, esse elemento não foi fator de coesão em que contribuiu com uma idéia de missão. Apontou a autora, serem conhecidos os desentendimentos que envolviam Joachim Lê Breton. A autora mencionou carta de Debret a De La Fontaine, onde o primeiro comenta a ira que sentia Nicolas-Antoine Taunay de sua aproximação com o rei português. Ibid. p. 86.
[330] LIMA, Valeria. Op. Cit. p. 96.
[331] Ibid. p. 84.
[332] A exposição de 1829 recebeu o título de *Exposição da Classe de Pintura Histórica na Imperial Academia das Belas Artes*. Ibid. p. 97.

Com a morte da rainha de Portugal, D. Maria I, e logo que chegou ao Brasil, Debret participou, ainda, da organização da cerimônia de aclamação do novo monarca. Esse trabalho marcou o início de uma movimentada relação entre o artista e a família real, sendo ele o primeiro a retratar D. Pedro I e os principais personagens da corte. Não lhe faltou oferta de trabalho por parte da corte. Além de pintor áulico, realizou inúmeros desenhos de índios e negros, aspectos do cotidiano, paisagens, fauna, flora, modos de vida da corte e das províncias por onde viajou, como a São Paulo e do sul do Brasil.

Permaneceu no Império por 15 anos e voltou à França em 1831, após a abdicação de D. Pedro I, quando contava 63 anos. Levou consigo todo o material produzido durante sua estada aqui, desenhos, rascunhos, anotações e impressões, com os quais lá organizou e publicou em três volumes a *Viagem Pitoresca*.

O Parecer que analisou a obra de Debret foi lido por Bento da Silva Lisboa, em duas sessões do IHGB: na de 18 de junho foi apresentada a avaliação sobre o primeiro volume, e no dia 31 de outubro, a do segundo volume. Apesar de ter sido feito um pedido de análise dos três volumes da obra, não encontramos nenhuma noticia sobre um Parecer do terceiro volume.

A exposição esclareceu que o 1° livro foi composto por uma introdução de dezesseis páginas e por textos que explicaram as várias ilustrações que acompanharam a obra. No entanto, da introdução, o Parecer destacou o comentário de Debret sobre o convite que recebeu para vir ao Brasil, trabalho que permitiu a produção da *Viagem Pitoresca*. Não se referiu, entre outras colocações do autor, ao fato da obra pretender ser "uma descrição fiel do caráter e dos hábitos dos brasileiros em geral"[333].

> O auctor, depois de expor que foi enviado pelo Márquez de Marialva, Embaixador de Portugal em Paris, para ser professor n´Academia das Bellas Artes, que fora creada n´esta cidade, refere que fora encarregado de contribuir com os seus talentos para o acto da reclamação d´El-Rei D. João VI no Rio de Janeiro. Isto deu-lhe muita facilidade, segundo affirma, para consultar a historia do paiz, e o fez comprehender a sua viagem pitoresca, tendo residido no Império 16 annos.[334]

[333] DEBRET, Jean Baptiste. (1768-1848). Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (tradução e notas de Sérgio Milliet, noticia biográfica de Rubens Borges de Moraes) 6° ed. São Paulo, Martins: Brasília, INL, 1975. p. 8.
[334] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Parecer sobre o 1° e 2° volume da obra – Voyage pitoresque au Brésil, par J. B. Debret. Revista do IHGB, n. 9. T.2. Rio de Janeiro. 1841. p 95-96.

Mencionou os elogios de Debret aos seus "discípulos brasileiros", muitos deles empregados como professores em escolas de pintura, cuja formação lhe possibilitou recursos para voltar à França e cuidar da impressão da primeira parte da obra. A comissão se declarou "satisfeita" também com o depoimento do autor sobre os progressos da civilização no Brasil:

> Igual satisfação experimenta a Commisão, quando o auctor diz que o Brasil vae desenvolvendo progressivamente uma civilisação que honra muito ao povo que habita, o qual é dotado das qualidades as mais preciosas[335].

Com relação às ilustrações e suas respectivas descrições, não analisou nenhuma figura em especial. Limitou-se a esclarecer que os desenhos se referem às plantas, animais e a diversas tribos indígenas que o artista visitou. Considerou que as descrições sobre os hábitos, língua, religião e armas das tribos visitadas harmoniza com as de outros viajantes estrangeiros, a exemplo do Príncipe Maximiliano de Wied-Newied, outro autor estrangeiro que teve seu trabalho requisitado[336] para análise pelos membros do Instituto Histórico, mas sobre o qual não encontramos nenhum resultado divulgado. Por fim, anunciou o Parecer, *que elle* [1° volume] *é de um interesse real, e que merece ser collocado na Bibliotheca do Instituto*[337].

Contudo, tal opinião não se repetiu na avaliação sobre o segundo livro, que principiou com uma descrição do seu conteúdo:

> O segundo volume da Viagem Pitoresca ao Brasil do Mr. J. B. Debret contêm, alêm de uma pequena introducção, uma descripção muit succinta das províncias do Brasil, e as explicações das estampas, de que se compões a obra, relativamente aos usos e costumes dos habitantes do Imperio[338].

Feito isso, passou às "observações que lhe excitou a leitura do volume". A primeira questão se referiu à contribuição, ou não, da colonização portuguesa para a civilização do

[335] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit. p. 96.
[336] Pela proposta do 2° Secretário (Manoel Ferreira Lagos) de emitir parecer da obra do príncipe Maximiliano, publicada em alemão, o então Presidente do Instituto Visconde de São Leopoldo nomeou F. A. de Varnhagem e o Barão de Planitz, 43° Sessão em 18 de julho de 1840. Revista do IHGB n. 7. T 2. Rio de Janeiro. 1840. p. 397.
[337] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit. p. 96.
[338] Ibid. p. 96.

Brasil. Para Debret, apontou o parecer, a civilização do Brasil teria ficado estacionada até a vinda da família real em 1808. No entanto, a comissão argumentou que somente concordaria com essa leitura se o autor *dissesse que depois d´aquelle memorável acontecimento ganhou muito o paiz*, pois acreditava que progressos na civilização ocorreram apesar do sistema colonial. Nesse sentido, atestou o aumento do comércio agrícola e no número de edifícios e escolas públicas existentes antes da chegada do rei e de sua corte ao Rio de Janeiro, tanto assim que o próprio soberano, e as pessoas de influência que o acompanharam, se admiraram em achar tantos melhoramentos[339].

As avaliações seguintes acusaram Debret de ter cometido erros. Preocupado em provar que os primeiros ocupantes do litoral carioca eram portugueses, o Parecer discordou do autor, assim como o fizera de Humboldt, a propósito da identidade do primeiro indivíduo que nomeou a baía de Guanabara, se o navegador castelhano Juan Dias de Solis ou Martim Afonso de Souza:

> a opinião antiga de haver sido Juan Dias de Solis, **navegador castelhano**, quem descobrira em 1515 a bahia de Guanabara, a quem elle pozera o nome de Santa Luzia, mudado depois pelo de Rio de Janeiro, por ter n´ella aportado no 1° de Janeiro de 1532 o celebre Martim Affonso de Souza[340].

Por outro lado, a comissão não se admirou em encontrar tal erro, pois considerou que o autor estrangeiro não tomara conhecimento das recentes investigações sobre a História do Brasil promovidas pelo Instituo Histórico. Segundo o Parecer, Debret desconhecia o *Roteiro de Pero Lopes*, *descoberto* e *ilustrado* com notas de Adolfo de Varnhagen, que identificou as localidades da costa da América do Sul no Atlântico batizadas antes de 1508 por armadas portuguesas exploradoras da região depois de Cabral[341], atestando ao Instituto a ocupação primeira daquela baía pelos portugueses.

O Parecer também acusou um erro na data da invasão francesa ao Rio de Janeiro por Duguai Trouin, e criticou a falta de imparcialidade do autor na descrição do evento:

> A fls. 3 era o A. na data da invasão de Duguai Trouin, que foi em 1711 e não em 1671; e se parece lisongear o orgulho nacional do A. esta ousadia, que refere de haver a esquadra entrado na bahia do Rio de

[339] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit.. p. 97.
[340] Ibid. p. 96.
[341] Ibid. p. 96.

> Janeiro, passando por debaixo de fogo de todos os fortes que o fulminavam, a imparcialidade exigiria que alguma cousa dissesse tambem de tentativa similhante, que o anno anteriror fizera Du Clerc, com resultado de certo muito menos glorioso para as armas francezas[342].

Outro equívoco foi anotado na informação de que o Marquês de Pombal teria enviado, em 1753, seu irmão para governar o Rio de Janeiro. Amparada em um catálogo de governadores, impresso na revista de n°5 do Instituto Histórico, a comissão esclareceu que o governador do período em questão seria Patrício Manuel de Figueiredo, que substituiu Freire de Andrade. Segundo o Parecer:

> Para o Pará é que foi o irmão do Márquez, quando este ministro começou a executar os grandes planos que tinha em vista, a respeito da immensa região onde corre o soberbo Amazonas[343].

Esclarecidos os erros, seguiu-se um comentário crítico a três estampas do 2° volume, as gravuras: *Um funcionário a passeio com sua família*, *Mercado da Rua do Valongo* e *Feitores castigando negros*[344]:

> Entre as estampas há trez, que, se não fosse a consideração de que em geral o autor faz elogios aos Brasileiros, pareceria que elle queria fazer uma verdadeira caricatura[345].

Assim, considerou que as duas primeiras estampas *excitam o riso*; e tratou a terceira cena com certa repulsa. A primeira representaria a saída de uma família de um funcionário público para o passeio, conforme um costume da época, e colocava à frente o patriarca, seguido em linha pelos seus filhos em ordem de idade, pela esposa grávida e depois por seus escravos[346]. O Parecer revela que os avaliadores estavam convictos de que, quando da chegada do artista em 1816, tal cena seria um tanto improvável. Argumentou que mesmo não tendo o Brasil naquele momento adquirido o *grau de civilisação que hoje tem* (1840, ano da avaliação), não havia registro de que empregados públicos saíssem a passeio com a esposa no final da gravidez. Ainda, ironizaram a cena construída por Debret, ao demonstrarem-se "aliviados" com a idéia do pintor apresentar o empregado como um

[342] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit. p. 97.
[343] Ibid. p. 98.
[344] As figuras estão em anexadas no final do trabalho.
[345] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit. p. 98.
[346] DEBRET, Jean Baptiste. Op. Cit. p. 126.

homem casado, pois caso fosse ao contrário, deveria pintá-lo acompanhado de sua mãe, suas irmãs, ou parentes, *como hydropicas, a quem os médicos aconselhassem o exercício de andar*[347].

Na segunda estampa, que representa um mercado de escravos, Debret pintou, segundo o Parecer, os escravos em tal magreza que mais pareciam esqueletos para se aprender anatomia. Os pareceristas continuam a desqualificar a ilustração:

> e para levar o riso ao seu auge, descreve a um cigano sentado em uma poltrona, em mangas de camisa, meias cahidas, de maneira que provoca o escarneo. Bem diferente é o desenho que apresenta a Senhora Graham nas suas Viagens ao Brasil; pois que é feito com serenidade e veracidade.[348]

A última gravura "repugnou" a comissão por representar (na estampa número 25), em primeiro plano, um escravo com as mãos amarradas, com os braços passados pelas pernas de forma que o feitor pudesse colocar uma vara entre os joelhos para imobilização da vitima, e numa posição tão passiva que *permite ao feitor saciar sua cólera*[349]. Considerou que Debret pode até ter presenciado cena semelhante, na medida em que *senhores bárbaros* existiam em qualquer lugar, mas isso não foi senão um abuso. Assim, defendeu os senhores de escravos portugueses argumentando, juntamente com outros "escritores de nota", que eram mais humanos do que os de outras nações, especialmente os traficantes ingleses; e advertiu sobre o perigo de se fazer generalizações:

> É confessado por escriptores de nota, que entre todos os senhores de escravos, os Portuguezes eram os mais humanos; ao menos não se lhes attribuiam as crueldades praticadas por outras nações com estes infelizes. Ora porque se vê em um povo praticarem-se acções censuráveis dever-se-há concluir que todo elle é mau ? Na obra dada á luz em Londres em 1837 pelos Officiaes de Marinha Britânica, Macgregor Laird, e R. A. K. Oldfield, com o título de – Narração de expedição ao interior d´Africa pelo rio Niger - lêem-se os dois seguintes cazos altrozes – A Jenne Estelle, perseguida por um cruzador inglez, metteu doze pretos em tonéis, e o alijou ao mar. – Em 1831 as embarcações de guerra inglezas, Black Joke, e Fair Rosamond, encontraram o Herules e o Regent, dois navios negreiros, no rio Bonny. Logo que avistaram os cruzadores, procuraram entrar outra vez no porto, e alijaram ao mar mais de quinhentos entre humanos, prezos com cadeias, antes que fossem capturados. Póde este acto bárbaro e deshumano, que faz arripiar os cabellos, ser attribuido á

[347] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit. p. 98.
[348] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit. p. 98.
[349] DEBRET, Jean Baptiste. Op. Cit. p. 195.

> nação franceza, quando o seu Governo aboliu tão detestavel trafico? Veja pois o Sr. Debret o perigo que há de tirar de casos particulares proposições geraes[350]. (grifos nossos)

Após explícita defesa da escravidão praticada no Brasil, a comissão anunciou se limitar a essas observações. Julgou inadequado e pouco político avaliar *algumas passagens da obra sobre o caracter dos habitantes do Brasil em geral*. Decretou o 2° volume de pouco interesse para o Brasil, pois Debret, mesmo vivendo por aqui entre 1816 a 1831, não compreendeu as alterações de costumes, artes e ciências ocorridos nesse meio tempo, embora tenha anotado os "melhoramentos" que aconteciam no país e defendido a emancipação brasileira de Portugal:

> En un mot, tout est en marche d´amélioration dans ce pays, où le progrès des lumières, qui dicta l´émancipation du Brésil le dota en même temps de la noble émulation de se distinguer par la science, les arts et le luxe[351].

Passamos então para a última avaliação de obra estrangeira publicada na Revista do Instituto Histórico, obra escrita por Jean-Ferdinand Denis (1798-1890), outro francês que aqui aportou aproveitando o término dos problemas políticos entre Portugal/Brasil e França, e que, como Debret, permaneceu um longo período no Império.

Denis começou a viagem em Paris (1816), e pretendia uma rápida passagem pelo Brasil antes de chegar ao Oriente, acompanhado de um negociante de Benguela (Angola), amigo da família. No entanto, mudou seus planos e aqui permaneceu até 1820, onde estudou as condições e recursos do país. Retornou à França e publicou em Paris (1822) suas experiências de viagem, na obra *Le Brésil, ou Histoire, mœurs, usages et coutumes des habitans de ce royaume*[352], em parceria com o pintor Hippolyte Taunay.

Ainda viajou por Portugal e Espanha antes de seguir carreira como bibliotecario da Biblioteca do Ministério da Instrução Pública (1838) sendo depois promovido a administrador da Bibliothèque Sainte-Geneviève (1841-1865), cargo que exerceu até sua aposentadoria em 1885. Produziu diversos livros e artigos sobre o Brasil como o *Résume de*

---

[350] LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit. p. 97-98.
[351] *Em uma palavra, tudo está em harmonia com as melhorias neste país, onde os progressos luzes, o que ditou a emancipação do Brasil deu ao mesmo tempo o nobre incentivo de distinguir-se através da ciência, das artes e do luxo.* LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Op. Cit. p.99. (tradução nossa)
[352] ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Op. Cit. vol. 6. p. 3422; VAINFAS, Ronaldo. Op. Cit. p. 272, 214, 286, 480, 842, 498, 511, 514.

l´histoire du Brésil que, traduzido em 1831, foi adotado pelas escolas brasileiras durante o segundo reinado.

Um dos principais trabalhos de Denis foi a obra *Le Brésil*, publicada em 1837. Trata-se de um estudo que aborda as tribos indigenas Tupinanmbás usos, costumes, festas e tradições de várias provincias. Antes de von Martius, que só escreveria na década de 1840, o autor delineia nessa obra o tema das três raças que povoaram o Brasil; esboça um juízo sobre a escravidão e critica os acordos comerciais entre Inglaterra e Brasil[353]. Um avaliação desse livro foi requisitada logo nos primeiras encontros dos membros do Instituto Histórica pelo 2° secretário Emílio Joaquim da Silva Maia, e apesar da cobrança feita por Janúario da Cunha Barbosa, na primeira sessão anversária, aos sócios encarregados da avaliação, não temos conhecimento de nenhum resultado deste trabalho[354].

Na verdade, a obra analisada com Parecer divulgado foi outra, de título, *Une féte brésilienne celébrée à Rouen em 1550 suivie d´un fragment du XVI siécle roulant sur la Théoginie des anciens peuples du Brésil et des poésies em langue tupique de Christovam Valente*, que narra a participação de índios Tupinambás em uma cerimônia acontecida em Rouen (1550), de recepção aos soberanos Henrique II e Catarina de Médicis, que na ocasião visitavam a Normandia. Conforme a obra, foram construídas aldeias indígenas às margens do rio Sena onde atores, acompanhados de 50 nativos da América portuguesa, representaram o cotidiano dos índios brasileiros. Como ponto alto do episodio, encenou-se uma batalha entre os Tupinambás e os Tabajaras, na qual estes últimos, já derrotados, incendiaram uma construção portuguesa diante dos olhos dos reis da França e da rainha da Escócia, Maria Stuart, de membros da corte, da igreja e embaixadores de Portugal, Espanha, Alemanha e Veneza. A obra, segundo Ferdinand Denis, foi uma edição comemorativa na França, daquele acontecimento do século XVI[355].

A comissão responsável por avaliar esse pequeno texto foi composta pelos membros: o Dr. João Manoel Pereira da Silva (1817-1895), que nasceu no Rio de Janeiro e atuou como deputado geral desde 1848, e senador do Império de 1888 a 1889, além de ter

[353] VAINFAS, Ronaldo. Op. Cit. p. 274.
[354] BARBOSA, Januário da Cunha. RELATORIO DE SECRETARIO PERPETUO. 3/nov/1839. RIHGB, n. 1 T. 1, 1839. p. 279-280
[355] DENIS, Ferdinand. Uma festa brasileira celebrada em Rouen em 1550: teogonia dos antigos povos do Brasil, um fragmento recolhido no século XVI; poemas brasílicos de Cirstovão Valente; tradução do tupi, prefácio e notas Eduardo de Almeida Navarro; tradução do francês Júnia Guimarães Botelho – São Bernardo do Campo: Usina de Idéias / Bazar das Palavras, 2007. p. 17 e 19.

escrito vários trabalhos sobre a história do Império; Joaquim Norberto de Souza Silva (1820-1891), carioca que apesar de destinado ao comércio pelo pai, deixou a atividade e se dedicou à carreira de funcionário público. Serviu como primeiro oficial na Secretária da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro e da Secretária dos Negócios do Império. Colaborou com diversos períodicos como o *Minerva Brasiliense*, *A Semana* e *Jornal do Comércio* e escreveu ainda, novelas, poesias, peças teatrais, critíca histórica e literária e a primeira obra de estatística brasileira[356]. O último integrante, Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), atuou como deputado provincial e geral pelo Partido Liberal (1864/66, 1867/68 e 1878/81) e sempre foi partidário da Monarquia Constitucional, além de ter defendido reformas que abrissem um caminho seguro para a libertação dos escravos, ou seja, sem a excitação dos ânimos ou lutas partidárias[357].

Logo no início, o Parecer deixou claro a estima da comissão pelo autor estrangeiro. Considerou-o uma autoridade sobre as coisas do Brasil e atestou que suas obras foram baseadas em documentos *na lingua de Cabral e Caldas* e assim, estariam livres de inexatidões. Mencionou ainda que Ferdinand Denis, logo após a Independência, tornou conhecida na Europa uma *literatura nascente*, mais especialmente "os nomes dos Srs Magalhães, Porto Alegre, Varnhagen, Machado de Oliveira, Bayena, Accioli e tantos outros que não podiam ser esquecidos", que progrediu e foi divulgada com orgulho aos povos da América, apesar de não ter amparo, proteção e não possuir "um núcleo para o qual não poderiam convergir tantos e tão esperançosos talentos"[358]. Para a comissão, a obra de Denis certifica suas considerações:

> E pois uma nova publicação de Mr. Ferdinand Denis veio provar que elle ainda prossegue, e com ardor, nas pesquizas e indagações sobre as cousas d´esta terra, que tanto ama como si fora sua pátria, e o estudo que agora patentêa da língua dos Tupis é uma prova de seu interesse pela acquisição de perfeito conhecimento sobre a historia do Brazil, o erudito Francez no desenvolvimento de sua nova obra compraz-se em citar esses nomes que

[356] ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Op. Cit. vol. 17 p. 10894; Vf. (pag. 413, 414, 416).
[357] MATTOS Selma Rinaldi de. O Brasil em Lições. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Acess, 2000. p. 14.
[358] SILVA, J. M. Pereira da. SILVA, Joaquim Norberto de Souza. MACEDO, Joaquim Manuel de. Parecer da Comissão de História: Une féte brésilienne celébrée à Rouen em 1550 suivie d´un fragment du XVI siécle roulant sur la Théoginie des anciens peuples du Brésil et des poésies em langue tupique de Christovam Valente por Ferdinand Denis. Paris 1 vol., in n° 8. 1851. Revista do IHGB. 3° Série, 4° Trimestre. T. 14. Rio de Janeiro. 1851. p. 402-407.

> representam na actualidade a nossa literatura: assim os nomes dos Srs Magalhães, Porto Alegre, Varnhagen, Machado de Oliveira, Bayena, Accioli e tantos outros não podiam ser esquecidos[359].

Encerrados os elogios e aprovações, o Parecer esclareceu que a obra tratava de uma "festa brasileira" promovida em Rouen, cidade do noroeste da França, e incluía documentos do século XVI sobre a formação dos antigos povos do Brasil, e poesias escritas em Tupi por Christovam Valente. Segundo os pareceristas, a festa resultou do desejo de melhor receber Henrique II e sua esposa Catarina de Médicis, para que "a jovem rainha não sentisse saudades de sua cidade", Florença. A cidade de Rouen tentava superar recepções anteriormente oferecidas aos monarcas pela cidade de Lyon; por isso reuniu artistas e nativos da América portuguesa no intuito de diversificar e surpreender com sua festividade. Assim, nas margens do rio Sena, mesmo não estando na estação apropriada, foram organizadas com muita pompa, cenas pitorescas, segundo a comissão, de uma natureza luxuriante, extraordinária e que os franceses não se cansavam de admirar[360]. O Parecer esclareceu como se deu a apresentação:

> E, como nota Mr. F. Denis, a vida guerreira dos Índios, suas alternativas de alegria e terror, os incidentes do commercio do páo brazil, os estratagemas empregados na caça, as danças que succediam ao trabalho, tudo enfim, devia ser ingenuamente apresentado ao natural, e tão ao natural, que os intrépidos marítimos de Rouen, Dieppe e Havre não quizeram alterar em cousa alguma o costume primitivo dos Tabajaras e Tupinambás, e os Índios se mostraram, seguindo a bella e sublime expressão do magnanimo Christovam Colombro : « Nus mas vestidos de pura innocencia»[361].

Do ponto de vista dos avaliadores, tal acontecimento foi importante para a história do Brasil, pois toda a encenação inspirou-se em um pequeno texto do século XVI[362] aqui ainda desconhecido. Seu autor, que se supôs ser Maurice Seve, com um estilo ingênuo e

---

[359] SILVA, J. M. Pereira da. SILVA, Joaquim Norberto de Souza. MACEDO, Joaquim Manuel de Op. Cit. p.402.

[360] SILVA, J. M. Pereira da. SILVA, Joaquim Norberto de Souza. MACEDO, Joaquim Manuel de Op. Cit. p. 403.

[361] Ibid. p. 403.

[362] O parecer apresenta o extenso título da obra: *Cest la deduction du sumptueux ordre plaisantz spectacles ete magnifiques theatres dresses et exhibes ete exhides par les citoiens de Rouen vile Metropolitaine du pays de Normandie, A la sacre maistpe de Treschristian Roy de France, Henry secund leur souverain Seigneur, et à tresillustre dame, maDame Katharine de Medicis, la oduenement em icelle ville, que fut es jours de marcredy et iedy premier et secund juors d´octobre, mil cinq cens cinquante, Et pour plus expresse intelligence de ce tanta excellenttriumphe, les figures et pourtraicts des principalx oarnementz d´iceluy y sont apposez chascun em son lieu comme t´on pourra veoir par lê discours de L´historie.* Ibid. p. 403.

característico de um fiel observador, referiu-se ao episódio - chamado pelos contemporâneos de *schimachie dês suavages* -, como *esbatement americain*. Mas, Ferdinand Denis chamou-o de *fête brésilienne*.

Sobre tal documento, o Parecer descreveu, num único e extenso parágrafo, o que considerou essencial para a compreensão do seu leitor. Começou com uma descrição do cenário do espetáculo, no qual se representou uma natureza exuberante, densa e repleta de nativos:

> Numa praça ou prado á margem do Sena, de mais de duzentos passos de comprido e 35 de largo e pela maior parte naturalmente plantado de salgueiros se formou um como bosque, enchendo-se os espaços vazios de outras muitas arvores e arbustos revestidos de folhas, adornados de flores e enriquecidos de fructos levados das florestas do Brazil ou imitados do natural, e povoados pela maior parte de aves e animaes do novo mundo. Viam-se nos extremos d´esse improvisado bosque cabanas construídas de troncos de arvores, cobertas de cannas e fortificadas como as habitações de nossos indígenas. Vagavam pelo meio de suas arvores e arbustos cerca de trezentos homens, todos nus, á maneira de nossos selvagens, entre os quaes haviam realmente cincoenta transportados de proximo pelos navios mercantes de Rouen, entretidos no commercio do pão brazil em despeito dos zelos e ciúmes dos Portuguezes, e traziam os lábios e orelhas furadas, adornadas a seu modo[363].

Comparou os gestos dos artistas franceses no evento com os dos indígenas brasileiros, e os considerou perfeitos, como se fossem nascidos entre os índios. Na realidade, devido aos contatos já existentes entre os dois continentes em 1550, sobretudo em virtude do comércio de pau-brasil, os atores, em sua maioria, já conheciam os nativos brasileiros e até falavam sua língua. Descreveu cenas em que os personagens usavam arcos e flechas como os Gregos e Troianos, enquanto outros embalavam o sono na rede, corriam atrás da caça ou cortavam o cobiçado pau-brasil e o transportavam para uma fortificação de onde, posteriormente, seria trocado por mercadorias européias de navios franceses, tal como no passado ocorrera no Brasil[364].

Em meio a encenação dos "costumes dos selvagens", segundo o Parecer, soou um grito de guerra. O momento foi descrito como o confronto entre duas nações indigenas, que agradou a rainha e suas damas:

[363] SILVA, J. M. Pereira da. SILVA, Joaquim Norberto de Souza. MACEDO, Joaquim Manuel de .Op. Cit. p. 404.
[364] Ibid. p. 404.

> Era a hora aprazada para simularem seus combates e de subito os Tupinambás (*toupinambauls*) foram atacados pelo Tabajaras (*Tabagerres*) que tinham á sua frente o seu chefe ou Morbichá. A luta foi renhida e pelejaram a arcos e settas, a golpes de massas e com outras armas de que faziam fatal uso em suas batalhas mortíferas, que o caso pareceu ser mais verdadeiro do que fictício. A victoria coube ao Tupinambás que redobrando de coragem puzeram os seus contrários em desordem, e incendiaram suas choupanas. O rei, a rainha e toda a côrte se mostraram satisfeitos com este espetáculo que o autor do opusculo intitula o simulacro da verdade, e que sendo ainda renovado no segundo dia attrahiu de novo a attenção de Catherina de Medicis e suas damas, as quaes sem malicia se deleitavam com similhantes scenas[365].

Concluída a apresentação do documento, e convicta da existência de Caramuru e de sua contribuição para a civilização dos nativos do Brasil, a comissão concordou com nota de Denis, na qual argumenta sobre a impossibilidade de Caramuru e Paraguassú terem estado na França na ocasião do espetáculo narrado, conforme afirmara o historiador português Rocha Pita em sua obra sobre a América Portuguesa. Apesar disso, como prova da existência dos dois personagens, Denis afirmou ter se sentando na mesma sombra de árvore em que se abrigou Diogo Álvares Corrêa, ter lido a inscrição do túmulo de Paraguaçu[366], mas discorda da afirmação de Rocha Pita, de que Caramuru e Paraguaçu teriam ido à França[367].

> Com effeito, diz elle, se é provavel por autoridades irrecusáveis que Diogo Álvares Corrêa se achava em 1549 na Bahia de todos os Santos, já na idade, por assim dizer, de um patriarcha, se a sua ulterior cooperação para a civilização dos Tupinambás está mais do que comprovada, parece assaz difícil que os dois esposos assistissem ante Catherina de Médicis, á sumptuosa entrada em Rouen[368].

Sobre a presença de indígenas americanos nesse tipo de evento, apesar de outros autores não mencionarem tais episódios, afirmou o Parecer que Denis prova com o

[365] Ibid. p. 405.
[366] Ibid. p. 405.
[367] Foi requisitado ao Instituto que premiasse trabalhos que elucidassem algum ponto interessante da História do Brasil. Foi criado o programa: *Qual o grau de veracidade em que se deve ter o facto maravilhoso de Diogo Álvares Corrêa, e da celebre Paraguasú, conforme refere Rocha Pita na sua América Portuguesa, Liv. 1° pág. 59, as 98 e 99 - que deixando a nado as praias de Bahia de todos os Santos, acolhidos em uma nau franceza, e levados a França, onde reinava Henrique II, alli foi ela baptisada com o nome da Rainha Catharina de Medicis, e unidos em matrimonio sendo padrinhos os sobreditos monarchas*. 67° Sessão em 3 de julho de 1841. Revista do IHGB n. 10. T 3. Rio de Janeiro. 1841. p. 353.
[368] SILVA, J. M. Pereira da. SILVA, Joaquim Norberto de Souza. MACEDO, Joaquim Manuel de. Op. Cit. p. 404-405.

testemunho da história que essa ocorrência se tornou usual no renascimento. Citou a passagem da *Entrada* de Carlos IX em Bordéos, na qual o historiador francês anota a participação de índios brasileiros que, apresentados como míseros selvagens brasilienses, mal sabiam o papel que deveria representar. Os índios, naquele evento, eram mais dignos de pena do que da censura irônica feita por Montaigne, quando afirmou que se mostraram "miseráveis" por se deixarem seduzir pelas novidades do velho mundo[369]. Sobre os índios de Rouen, o Parecer comentou:

> Dos vestigios dos Indios em Rouen resta ainda hoje em seu museu de antiguidades um baixo relevo que outr´ora pertenceu a um hôtel situado na rua Malpalu n. 17, denominado *ile du Brésil*, assim como a cidade de Dieppe possue ainda na igreja de Saint Jacques iguaes obras, que recordam as freqüentes expedições de seus marítimos ao Brazil[370].

Nessa altura, a comissão informou que não abordaria novas questões por não possuir a documentação necessária. Então, considerou toda a obra válida, e relevou a afirmação de Ferdinand Denis segundo a qual pertenciam a uma única tribo todos os índios reunidos à margem do rio Sena, afirmação problemática porque na América do tempo de Cabral, Tupinambás e Tamoyos eram inimigos mortais.

A comissão também fez considerações sobre os poemas em língua Tupi - *Fragment d´une théogonei brésiliense recueilli au XVI sciécle* - que Denis apresentou como complemento para suas idéias sobre o desenvolvimento intelectual de povos que não mais existiam, mas que ainda sobreviviam em algumas tribos. Identificou-os como um extrato da obra de André Thevet - *Légére croyance des sauvages auxtraux* - incluídos na sua *Cosmographie universalle*, e em seus manuscritos depositados na Biblioteca Nacional de Paris[371]. Para a comissão, os poemas se dividiam em cinco hinos transcritos do *Cathecismo brasílico* de padres jesuítas, que em nada poderiam contribuir para o conhecimento da *língua geral do Brasil*, pois Fernand Denis não os traduzira.

Finalmente, o Parecer fez sua sugestão final. Aconselhou que a obra fosse arquivada na biblioteca para a consulta de estudiosos interessados no Brasil:

---

[369] Ibid. p. 405.
[370] Ibid. p. 405-406.
[371] SILVA, J. M. Pereira da. SILVA, Joaquim Norberto de Souza. MACEDO, Joaquim Manuel de.Op. Cit. p. 406.

> A commissão é pois de parecer que a interessante obra de Mr. Ferdinand Denis a quem o Instituto elevou á cathegoria de sócio honorário, e com toda justiça, e a quem ella vota toda a consideração e estima pela sua decidida dedicação á historia de nossa pátria, pela importância que dá á nossa litteratura, e pelo affecto que consagra aos Brazileiros, seja archivado na Bibliotheca do Instituto para ser consultada pelos estudiosos de nossas cousas[372].

* * *

Com base nessa série de avaliações desenvolvidas pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre obras de autores europeus referentes ao Brasil, constatamos que o tratamento a eles dado se alternou. Francisco Constâncio, Horace Say, Nicolau Dreys e Jean Baptist Debret foram duramente criticados, muitas vezes ironizados, naquilo que as comissões consideraram como erros e equívocos. Mesmo assim, os pareceristas ainda indicaram a leitura da obra de Dreys e do primeiro volume da *Viagem Pitoresca...* de Debret. Em sentido contrário, Alexandre von Humboldt e Ferdinand Denis foram abordados com mais cautela e mesmo, foram nitidamente elogiados. Os dois autores tiveram suas obras indicadas para consulta. Mesmo com Humboldt, que se equivocou na data em que Cabral aportou na América, a comissão compreensivamente afirmou que o autor desconhecia o conteúdo da carta de Pero Vaz de Caminha.

No geral, as obras estrangeiras foram consideradas pelos membros das comissões, como "repletas de erros e equívocos", dentre os quais se destacaram questões científicas históricas e geográficas. Assim, a visão de Constâncio sobre a emancipação do Brasil foi criticada por Silva Pontes e Araujo Vianna. Já a colonização portuguesa, criticada por Horace Say, teve aprovação de Silva Lisboa e Attaide de Moncorvo, mas não foi assim considerada quando os mesmos pareceristas avaliaram a obra de Debret, pois ali ela aparece como uma dificuldade para a civilização do Brasil.

Outros três pontos, relacionados à questão territorial, à escravidão e às características das mulheres brasileiras, foram tratados com relevância pelas comissões do IHGB. Nesse sentido, Nicolau Dreys teve sua descrição das províncias do sul questionada por seu estilo "embolado" e por erros topográficos e hidrográficos; e Horace Say, por tratar os conflitos da região de forma confusa. Outro "erro" ligado à questão geo-histórica foi

[372] Ibid. p. 406-407.

apontado pelos membros do IHGB, Silva Lisboa e Attaide de Moncorvo. Discordaram de Debret sobre o nome do primeiro colonizador que nomeou o Rio de Janeiro.

No que diz respeito à escravidão negra no Brasil, estes mesmos pareceristas consideraram relevante a leitura da obra de Horace Say, porque o autor propôs um fim gradual para a escravidão. No entanto, quando avaliaram as estampas publicadas na obra de Debret, discordaram do artista e saíram em defesa dos senhores de escravos portugueses e das condições dos escravos no Brasil. Uma pequena discordância foi anotada em relação a Humboldt sobre a existência ou não de mulheres Amazonas no momento dos descobrimentos. Assim, os pareceristas José Silvestre Rebello e o Dr. Lino Rebello consideraram aceitável a existência de índias Amazonas naquele momento, e não das nações de Amazonas desacreditas pelo naturalista e geógrafo alemão.

No apontamento dos erros e dos equívocos dos autores estrangeiros, identificamos o estabelecimento de alguns critérios para a escrita da história do Brasil. Parece unânime para os pareceristas a necessidade do uso de documentos comprobatórios. Outros dois critérios são levantados: o primeiro diz respeito, e condena, a prática do plágio e o segundo insiste na necessidade da imparcialidade do historiador. Assim, as restrições a Horace Say são respaldadas em documentos que "falam por si" e, ainda, Ferdinand Denis não comete erros porque fez bom uso dos documentos em língua portuguesa. A fidelidade a um autor citado foi lembrada quando Horace Say afirmou ter se baseado em Robert Southey para escrever os temas tratados na primeira parte de sua obra.

Por último, mas não menos importante, identificamos uma preocupação com uma suposta imparcialidade, especialmente quando a comissão avaliou Constâncio, e constatou que os seus leitores não acreditariam em sua isenção após verem os equívocos na descrição geográfica da província do Rio Grande do Sul, existentes na a introdução geográfica da obra e, especialmente, sua interpretação, eivada de erros, sobre os eventos relacionados à independência. Say, por sua vez, foi criticado pela falta de objetividade ao tratar das relações comerciais entre o Brasil, a França e a Inglaterra; e Debret, acusado de não ser imparcial no relato das invasões francesas ao Brasil.

No próximo capítulo identificaremos quais critérios definiriam uma História do Brasil a partir da análise dos pareceres e juízos sobre obras de autores nacionais e contemporâneos, em muitos casos, membros da própria instituição avaliadora.

Capítulo 3

O Instituto Histórico e a produção "nacional".

> Nos tempos da passada monarchia os escriptos brazileiros, que assim então se publicavam, punham a gloria de seus auctores em communhão com a dos Portuguezes; e como por tantas eram muito menor numero, ficavam absorvidos pelos credito litterario da metrópole, que bem pouco reflectia sobre o Brasil. Quem examina a volumosa *Biblioteca Lusitana* do abbade Barboza, encontra ai os nomes de alguns Brazileiros preclaros, que provaram, por seus escriptos em diversos ramos, genio fecundo e amor das lettras. Pertence agora ao nosso Instituto, ou ao zelo de cada um de seus illustres membros, extremar essa herança preciosa, que pertence ao Brazil, e que nos pôde servir na organisação da sua historia geral. De todos esses materiais informes, incompletos, e mesclados dos prejuízos do tempo, poderemos formar um complexo regular de factos, purificados no crisol da critica.
>
> Cônego Januário da Cunha Barbosa. *Discurso*. RIHGB, Rio de Janeiro. 25/11/1838, p. 14.

No discurso proferido na fundação do Instituto Histórico, Januário da Cunha Barbosa lembrou a existência de inúmeros documentos espalhados e perdidos pelas províncias do Império, e de muitos outros trabalhos realizados por "brasileiros" durante o período colonial, que ficaram esquecidos ou foram proibidos pela política colonial portuguesa. Diante disso, o Instituto se mobilizou para encontrá-los e publicá-los, pois os fundadores do IHGB estavam cientes de que, por um lado e em sua maior parte, os autores daqueles textos haviam sido "absorvidos pelos créditos litterarios da metrópole, que bem pouco reflectia sobre o Brasil"; mas, por outro, constituíam uma "herança preciosa", capaz de contribuir para a "organização de uma História Geral do Brasil". Nesse sentido, se considerarmos, por exemplo, o comentário de Varnhagen ao *Compêndio da História do Brasil* (1843) de Abreu Lima, advertindo-o de que as "injúrias" por ele feitas aos bandeirantes paulistas já haviam sido rebatidas nas *Memórias para a historia da capitania*

de S. Vicente, hoje chamada S. Paulo de fr. Gaspar de Madre de Deus[373], texto do século XVII, compreenderemos que aquela "herança preciosa" à qual se referiu Januário também serviu de referência na avaliação dos trabalhos contemporâneos e na produção novas obras.

Neste capítulo, analisaremos os juízos e pareceres publicados na revista do IHGB relativos a trabalhos que abordaram a história do Brasil e foram produzidas por nacionais contemporâneos ao Instituto. Para tal tarefa, inicialmente levantamos as obras que informaram os pareceristas do IHGB, produzidas desde o período colonial até a contemporaneidade do Instituto Histórico. Seguimos a orientação de José Honório Rodrigues, e abordamos memórias, descrições e crônicas dos séculos XVI ao XVIII, bem como trabalhos contemporâneos ao IHGB até 1860[374]. Descartamos uma documentação oficial como cartas, representações, autos, requerimentos e petições, entre outros documentos do Estado português. Levamos em conta, ainda, as circunstâncias da divulgação de cada material, pois as publicações editadas após meados do século XIX eram desconhecidas dos fundadores do Instituto Histórico e dos possíveis autores que almejaram escrever uma História do Brasil, naquele momento.

Assim, os trabalhos editados por empenho do pesquisador Capistrano de Abreu na década de 1880 - a *História do Brasil*, de Fr. Vicente do Salvador (1564-1635)[375], e *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de João Antônio Andreoni não compunham o acervo do IHGB no período tratado nesta dissertação (1838-1860). O primeiro desses textos, pois foi impresso no *Diário Oficial* (1886) e em 1888 nos *Anais* da Biblioteca Nacional. Frei Salvador abordou os primeiros 125 anos da história da colônia em 5 livros. Do descobrimento da terra até a conquista dos holandeses enfatizou a ação dos governantes; mencionou a presença dos negros, apesar desse aspecto ainda não ser marcante na colonização; denunciou a falta de iniciativa dos portugueses por não

[373] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo sócio Francisco Adolfo de Varnhagen a cerca do "Compendio da Historia do Brasil" do Sr. José Ignácio de Abreu Lima. Revista do IHGB, n. 21. T.6,. Rio de Janeiro. 1844. p. 82.
[374] RODRIGUES, José Honório. História da História do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. xv-xx
[375] A primeira dessas obras foi escrita a pedido do historiador português Manuel S. de Faria no início do século XVII. Nascido em Matuim (seis léguas ao norte de Salvador), seu autor foi batizado como Vicente Rodrigues Palha, iniciou seus estudos com os jesuítas no colégio da cidade de Salvador e depois partiu para Coimbra onde se formou em direito. Retornando à colônia, ordenou-se frade franciscano com 35 anos, mudando seu nome para Frei Vicente de Salvador. Durante a primeira invasão holandesa na Bahia (1624-1625) foi feito prisioneiro pelos conquistadores estrangeiros. Ibid, p. 30.

adentrarem pelo interior; censurou práticas de furto e abusos de poder dos colonizadores; criticou a espoliação da colônia e os conflitos com os índios[376].

A autoria de *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, obra do século XVIII, foi desvendada por Capistrano em 1886, pois na primeira edição, de 1711, constava apenas o pseudônimo André João Antonil (1649-1716)[377]. O texto descreve a experiência daquele padre jesuíta no Brasil, o cotidiano dos engenhos e das fazendas de gado, a produção de açúcar e tabaco, as tecnologias e condições de trabalho. Introduz ainda, algumas informações sobre a descoberta das minas e dos caminhos abertos pelos criadores de gado em direção ao nordeste. Apesar de obter todas as licenças necessárias, o livro não foi divulgado e os poucos impressos foram recolhidos pelo governo português que julgou perigoso tornar públicas informações sobre drogas do sertão e sobre áreas de mineração[378]. Ou seja, a obra esbarrou na política de direitos exclusivos da metrópole sobre a colônia.

No entanto, apesar dessas ausências importantes, entre 1838 e 1860 foram impressas, em decorrência do esforço do próprio Instituto, o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587* de Gabriel Soares de Souza, *Diálogos das Grandezas do Brasil* de Ambrósio Fernandes Brandão e a *2° Parte da Chronica dos Frades Menores da Província de Santo Antonio do Brasil* do Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatão. Da mesma forma, quando da criação daquela instituição, já circulavam o *Tratado da Terra do Brasil* e a *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil* de Pêro Magalhães Gândavo; *Anais históricos do Estado do Maranhão* de Bernardo Pereira Berredo; *Memória da capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo do Estado Brasil*, do paulista frei Gaspar de Madre de Deus; *História da América Portuguesa, desde seus descobrimentos até o ano de 1724* de Sebastião de Rocha Pita.

[376] Sua inclinação em defender os nativos e criticar os colonos foi destacada no início do século XX pelo frei Venâncio Willeke, biógrafo de frei Salvador, como um tímido "nacionalismo" e como o motivo para não publicação da obra. IGLÉSIAS, Francisco. Os historiadores do Brasil: Capítulos da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Perspectiva; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000, p. 29-31.
[377] Oriundo da região de Toscana (Itália), Antonil entrou para a ordem dos jesuítas em 1667, tornando-se uma figura de destaque. Em 1681, com 32 anos, viajou para a colônia portuguesa para ocupar cargos importantes junto à Companhia, proprietária do engenho Sergipe do Conde, além de ter lecionado em colégios da Bahia. Ibid, pp. 36-37.
[378] Ibid, pp. 36- 37.

1. A "herança preciosa" – HistóriaS do Brasil conhecidas dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Iniciamos o mapeamento dessas histórias com Pero de Magalhães Gândavo (? - 1579) que escreveu a *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* (publicado em Lisboa em 1576) e o *Tratado da Terra do Brasil* por volta dos anos de 1570, esta última foi publicada pela Academia Real de Ciências de História de Lisboa somente em 1826. Contendo descrições da natureza e dos nativos, as obras se configuram como uma propaganda das terras portuguesas na América para atrair colonos[379].

Esse cronista português foi Provedor da Fazenda da Capitania da Baía de Todos os Santos. Viveu seis anos na colônia e quando de voltou a Portugal, escreveu suas Histórias[380]. Ciente de seu papel pioneiro, Gândavo comentou em seu *Prólogo* a motivação principal de seu trabalho: ou seja, setenta e poucos anos depois que a colônia fora conhecida, ninguém ainda, havia escrito sobre ela. O autor descreveu as potencialidades do território; enunciou noticias geográficas da colônia como um todo e de algumas capitanias em especial; abordou a escravidão e descreveu costumes indígenas que partem de curiosidades e chegam a juízos morais negativos[381].

Do mesmo período, outro escritor, o padre Fernão Cardim (1549-1625), também jesuíta, viveu na colônia por quarenta e dois anos como secretário visitador da Companhia de Jesus. Essa longa estadia foi interrompida somente por uma viagem a Roma quando, no retorno, Cardim foi aprisionado em Londres por piratas de Francis Cook, que operavam a serviço da monarquia inglesa. Atuou como reitor do Colégio baiano da Companhia de Jesus (1587-1592) e do Colégio do Rio de Janeiro (1594-1598). Inicialmente, atribuía-se ao padre Cardim apenas três obras: *Do clima e terra do Brasil*; *Do principio e origem dos índios do Brasil* e *Narrativa Epistolar de uma viagem e missão jesuíta.* A primeira descreve a flora e a fauna; a segunda, narra os costumes e cerimônias indígenas; a última, o autor tratou das

[379] Ibid, p. 27.
[380] Ibid, pp. 27-28. VERÍSSIMO, José. História da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Edelbra, 1916. p 34; BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira, São Paulo: Cultrix, 33. ed. 1994. p. 18-20; RODRIGUES. José Honório. História da História do Brasil. Op. Cit. p. 426-429.
[381] BOSI, Alfredo. Op. Cit. p. 18-20.

missões jesuítas, seus colégios e residências e teceu considerações sobre o progresso e a decadência da colônia[382].

Ainda no século de quinhentos apareceu o *Tratado descritivo do Brasil* (1587), de Gabriel Soares de Souza (1540-1591), obra organizada e publicada em 1851 por Adolfo de Varnhagen. O autor nasceu em Portugal, veio para o Brasil entre os anos de 1565 a 1569 e aqui permaneceu por 17 anos. Estabeleceu-se na Bahia como colono, casou-se e prosperou como senhor de engenho e vereador da Câmara de Salvador. Depois de receber informações e amostras de metais e pedras preciosas enviadas por seu irmão, entusiasmou-se com a possibilidade de encontrar ouro na região do Rio São Francisco. Requereu concessões e privilégios da Coroa para procurar tais riquezas e saiu de Lisboa em 1591 com 360 homens e quatro religiosos. Entretanto, a expedição não atingiu seus objetivos, pois muitos de seus participantes adoeceram e o próprio Gabriel de Souza veio a falecer, sem nada encontrar.

Como resultado de sua primeira estadia no Brasil, o autor produziu um texto rico em descrições da natureza, no qual enfatiza a grandeza e fertilidade das províncias da colônia, principalmente da Baía de Todos os Santos. A obra seria um memorial com as justificativas apresentadas ao governo português para obtenção de concessões de exploração, mas acabou excedendo seu propósito. Assim, teceu elogios: "(...) a terra, dizendo que quase toda é muito fértil, sadia e fresca, lavada de bons ares e regada de frescas e frias águas". Chamou a atenção para os perigos e ameaças de corsários, alegou que os moradores da colônia estariam sempre atentos a ponto de deixarem suas roupas entrouxadas, para assim melhor correrem a qualquer momento para o mato se esconder, pois lhes faltavam fortificações[383].

No século seguinte, os seiscentos, outro texto tratou do período da conquista: os *Diálogos das grandezas do Brasil* (1618), escrito por Ambrósio Fernandes Brandão (1560-

[382] Os dois primeiros textos foram editados em Londres (1625), numa coleção de viagens de Samuel Purchas, sobre o título "Atreatise of Brasil written by Portugal which had long lived there". Outras publicações desses mesmos trabalhos foram editadas sobre a orientação do Instituto Histórico em 1881, e por Capistrano de Abreu, em 1885. Somente em 1925, com introdução e notas de Capistrano e com o título: *Tratado da terra e gente do Brasil*, que os três escritos foram impressos juntos. Um quarto trabalho foi considerado de autoria de Cardim pelo padre Serafim Leite em 1945, anteriormente atribuído por Capistrano de Abreu ao padre José de Anchieta. Serafim havia encontrado, nos *Archivum S. L. Romanun*, a "Enformación dela Provincia del Brasil para Nuestro Padre", feita na Bahia, a 31 de dezembro de 1583. RODRIGUES, José Honório. História da História do Brasil. Op. Cit. p. 265-272.

[383] IGLÉSIAS, Francisco. Op. Cit, pp. 27-29. VERÍSSIMO, José. Op. Cit. p. 27; José Honório Rodrigues. História da História do Brasil. Op. Cit. p. 433-436.

1630), e reeditado em parte, em 1849, por iniciativa do sócio José Feliciano de Castilho (1838-1864) que trouxera uma cópia de Portugal. Somente mais tarde, em 1883 e 1887, divulgou-se uma edição mais completa a partir de cópia trazida de Leiden por Adolfo de Varnhagen, e outra, em 1900, organizada por Capistrano de Abreu[384].

Do século XVIII lembramos a *História da América portuguesa* (publicado em Lisboa em 1730), texto que, diferentemente da obra de Antonil, enalteceu especialmente a metrópole e não encontrou resistências para sua publicação. O seu autor, Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), nasceu na Bahia. Bisneto de importante figura do governo colonial – Capitão-Mor Sebastião de Rocha Pita, estudou com os jesuítas no colégio de Salvador até 1676 e completou sua formação em cânones pela Universidade de Coimbra. Bacharelado, voltou ao Brasil e assumiu o cargo de coronel de um regimento de infantaria de ordenanças; estabeleceu-se numa fazenda à margem do rio Paraguaçu, perto de Cachoeira, momento em que escreveu *Breve compêndio e narração do fúnebre espetáculo que na cidade da Bahia se viu na morte d'El-Rei D. Pedro II* (1709) e *Sumário da vida e morte da Ex.ma Srª D. Leonor Josefa de Vilhena e das exéquias que se celebraram a sua memória na cidade da Bahia* (1721). Participou como sócio-fundador da Academia Brasílica dos Esquecidos (Salvador, 1724). Fixou residência em Lisboa onde passou a pesquisas sobre as terras portuguesas na America e publicou sua *História da América portuguesa, desde o ano de mil e quinhentos de seu descobrimento até o de mil setecentos e vinte e quatro*[385].

Da mesma forma que Frei Vicente Salvador, Rocha Pita descreveu a trajetória da colônia desde os primeiros anos até a invasão holandesa, recorrendo a arquivos e depoimentos de seus contemporâneos. Inventariou atos de governantes e mencionou rebeliões, como a guerra dos Mascates e dos Emboabas, mas foi expressivamente favorável à metrópole e se posicionou contrário a essas contestações. Dessa forma, podemos entender a produção de Rocha Pita como uma representação de apoio à ordem estabelecida[386].

Ainda nesse século outras obras foram elaboradas, porém tratando de aspectos particulares de províncias – como a busca de índios e riquezas minerais – a exemplo da *Memória da capitania de São Vicente hoje chamada São Paulo do Estado Brasil* (1797) do frei Gaspar de Madre de Deus (1715-28/1800), escrita após o movimento entradista chegar

[384] IGLÉSIAS, Francisco. Op. Cit, p. 32.
[385] VERÍSSIMO, José. Op. Cit. p. 59; IGLÉSIAS, Francisco. Op. Cit, p. 33.
[386] IGLÉSIAS, Francisco. Op. Cit, pp. 33-36.

ao fim[387]. O autor nasceu em Santo Antonio, na freguesia de Santos, e foi batizado como Gaspar Teixeira de Azevedo. Sua família foi proprietária de terras e estava vinculada a uma pequena nobreza vinda de Portugal. Quando perdeu o pai, Domingos Teixeira de Azevedo, Gaspar foi levado à Bahia para ser educado no Mosteiro de São Bento, onde fez carreira. Ao receber o hábito em 1731, tornou-se Frei Gaspar Madre de Deus. Sua origem social e condição econômica muito influíram na formação de seu pensamento, e o tornaram um vassalo leal e um cronista preocupado com a limpeza de sangue dos cristãos velhos, ou seja, livres de qualquer mestiçagem com judeus, índios ou negros.

Produziu vários trabalhos, resultado de pesquisas nos arquivos e cartórios de São Paulo, Santos, do Rio de Janeiro e Salvador. Essa prática de pesquisa documental em arquivos e cartórios, principalmente no estudo regionalizado, imprimiu um novo caráter à historiografia setecentista[388]. Contudo, a principal obra de Frei Gaspar teve sua primeira edição apenas quando o autor completou oitenta anos, em 1797. Nela citou e criticou outros escritores como Gândavo e Vicente Salvador e destacou a nobreza dos povoadores portugueses de São Vicente[389].

1.1 Pareceres do IHGB sobre a "herança preciosa".

O texto do século XVIII, *Anais históricos do Estado do Maranhão, em que dá notícia de seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto até o de 1718*, foi publicado em Lisboa um ano após o falecimento de seu autor, Bernardo Pereira Berredo (?-1748) natural de Serpa, no Alentejo. Nomeado governador do Maranhão em 1722, permaneceu em São Luís por mais de um ano, onde consultou documentos e, de volta a Portugal, preparou os Anais. Abrangendo o período entre o descobrimento e o fim de seu governo, a crônica privilegiou acontecimentos militares, religiosos e políticos, e tratou pouco de questões econômicas e sociais[390]. Varnhagen considerou o livro de Berredo precioso, embora na *História Geral do Brasil* tenha criticado seu estilo "empolado, escuro e enganoso". Na edição de 1849, Gonçalves Dias advertiu que

[387] Ibid, pp. 32-33.
[388] RODRIGUES, Jose Honório. História da História do Brasil. Op. Cit. p. 144-145.
[389] Ibid, p. 147-148.
[390] Ibid, p. 93-94; IGLÉSIAS, Francisco. Op. Cit, p. 38-39.

Berredo era português e escrevia sobre a conquista de Portugal, seu maior defeito. Ainda, a crônica seria limitada, pois "não explica, expõe os fatos, enumera-os, classifica-os pelas datas", mas também por ser tediosa, sem cor, movimento ou vida.

Além da crônica de Berredo, outros textos produzidos antes da fundação do Instituto Histórico foram examinados por seus membros. Na revista de n° 7, publicada no ano de 1840, encontramos parecer assinado por Diogo Soares da Silva de Bivar, sobre a *2° Parte da Chronica dos Frades Menores da Província de Santo Antonio do Brasil*, de Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatão[391]. O parecerista propôs, na quarta sessão do Instituto, que se consultassem os religiosos de São Francisco da Bahia sobre a possibilidade de publicação daquele texto. Com a proposta aprovada na mesma sessão, ficou encarregado da tarefa de contatar os religiosos o sócio correspondente Ignácio Accioli de Siqueira. Cerca de seis meses depois, Accioli escreveu da Bahia informando que havia "obtido o consentimento dos Religiosos do Convento de S. Francisco d´aquella cidade, para a impressão da 2° parte da chronica de Jaboatão". Segundo ele, os padres não fizeram nenhuma restrição. Pelo contrário, ofereceram ao Instituto os serviços do Padre-Mestre Fr. Assis para a confecção de notas ao manuscrito e, para verificar/corrigir o material que seria impresso. Um único pedido foi feito, a doação de dois exemplares da obra impressa para a sua livraria.

Diante dessa anuência, o sócio Ignácio Accioli remeteu a crônica pelo comandante da Corveta Boas de Julho. Vale mencionar que naquele mesmo momento, outra cópia do primeiro volume da obra chegou ao Rio de Janeiro enviado por outro consocio residente na Bahia. Com o material em mãos, o Instituto passou a considerar relevante a impressão das duas partes da Crônica de frei Antonio de Santa Maria de Jaboatão, e não somente da segunda como proposto inicialmente.

> (...) a falta de edições tem tornado mui rara a parte da chronica até hoje publicada, e persuadida de que o Instituto faria uma obra completa, se, mandando reimprimir a primeira parte, desse à luz a parte inédita (...) [392].

Nesse sentido, outra comissão foi criada para emitir parecer sobre o primeiro volume da obra do frei baiano e discutir a pertinência, ou não, de reimprimi-lo[393]. As

[391] Parecer sobre a 2° Parte da Chronica dos Frades Menores da Província de Santo Antonio do Brasil, por Fr. Antonio de S. Maria Jaboatão. Revista do IHGB, n. 7. T.2. Rio de Janeiro. 1840. p. 370-379.
[392] 19◦ Sessão em 10 de Agosto de 1839. Revista do IHGB n. 1. T 1. Rio de Janeiro. 1829. p. 254-255
[393] 35◦ Sessão em 21 de Março de 1840. Revista do IHGB, n. 5. T 2. Rio de Janeiro. 1840. p. 151-153.

tarefas de emitir um parecer sobre a crônica[394] e "sobre a melhor maneira porque o Instituto pode levar a effeito a impressão" das duas partes da crônica do Padre Jaboatão[395], foram cumpridas por Diogo Soares da Silva Bivar.

O autor do parecer iniciou com "additamentos" sobre a 1° parte. Afirmou que não pretendia "tirar a claro todos os pontos históricos", pois para cumprir com tal pretensão necessitaria de uma "copiosa erudição e insano trabalho", tendo de "compôr uma obra em verdade superior" à sua capacidade. Por isso, se limitou, como precisado pelo Instituto, a uma "exposição simples e geral do merito da Chronica"[396]. Mas considerou pertinente também, a indicação de algumas passagens em que Jaboatão "escreveu pouco bem informado e com menos ajustado critério, e em que por conseguinte veio a truncar factos, e a cahir em anachronismo que importa que não fiquem em silêncio"[397].

Assim, anotou nove pontos ("additamentos") que pretendia "tirar do silêncio". Retificou enganos sobre a chegada de Gonçalves Coelho e Américo Vespúcio ao Brasil e da descendência de Jerônymo de Albuquerque; desconfiou da afirmação de que os indígenas conheciam o cultivo e a extração do açúcar já na época em que Martin Afonso fundou a cidade de São Vicente; corrigiu o autor sobre a fundação e povoação da Capitania da Paraíba; acrescentou nomes que faltavam à obra; e apontou descuidos dos Ministros Provinciais e até as falhas da primeira impressão. Indicou também:

> (...) dando noticia por occurrencia de uma Academia que se instalára na Bahia em o anno de 1759, pretende o author sustentar em confirmação do que já havia escripto na primeira parte de sua Chronica, que Diogo Álvares Corrêa, conhecido vulgarmente pelo celebrado nome de Caramurú, fora o primeiro Portuguez, ou ainda do outra nação, que aportará à Bahia. E falando do casamento de Diogo Álvares com a Índia Paraguaçú, e da sua viagem á França, que elle tem por certa, demonstra assaz plausivelmente que o ter ella sido baptizada com o nome de Catharina, não fora em obzequio á Catharina de Médicis, que então não estava ainda em França casada com Henrique II, mas sim em reverencia ao nome da Rainha de Portugal e Senhora D. Catharina, mulher do Sr. Rei D. João III. Tenta o A. tambem neste additamento da chegada de

[394] 47◦ Sessão em 18 de Setembro de 1840. Revista do IHGB, n. 7. T 2. Rio de Janeiro. 1840. p. 418.
[395] 52◦ Sessão em 21 de Novembro de 1840. Revista do IHGB, n. 8. T 2. Rio de Janeiro. 1840. p. 354.
[396] BIVAR, Diogo Soares da Silva de. Parecer sobre a 2° Parte da Chronica dos Frades Menores da Província de Santo Antonio do Brasil, por Fr. Antonio de Saneta Maria Jabotão. Revista do IHGB, n. 7. T 2. Rio de Janeiro. 1840. p. 370/371.
[397] Ibid. p. 371-372.

> Thomé de Souza á Bahia, da fundação da cidade, e da razão que fizera dar-se-lhe o nome de – Todos os Sanctos.[398]

Sobre Thomé de Souza ter batizado a "Bahia de Todos os Santos", o parecerista retificou: "na verdade", quando Lisboa soube da chegada de Pedro Álvares Cabral e da "descoberta Terra de Vêra Cruz", o Rei D. Manuel mandou duas armadas, uma em 1501 e outra em 1503, "visitar, explorar e demarcar as terras descobertas". E na narração da segunda destas viagens, em carta enviada a Lisboa em 1504, Américo Vespúcio, cosmographo da expedição, já denomina aquela enseada de "Bahia de Todos os Santos". Com a carta de Vespúcio e o *Diário* de Pero Lopes de Souza, publicado em Lisboa com notas de Varnhagen, o parecerista comprovou o equívoco da *Crônica* e questionou: como poderia o Caramuru ter sido o primeiro português a aportar e descobrir a Bahia? Como seria possível considerar Tomé Souza o nomeador da Bahia de Todos os Santos se assim foi chamada, quarenta e seis anos antes, por seus descobridores? Era preciso então, distinguir a enseada da povoação "aquella ficou-se chamando desde a descoberta a – Bahia de Todos os Sanctos, - e a cidade, quando Tomé de Souza a veio fundar"[399]. Além disso, a Carta de Vespúcio comprovou que os primeiros portugueses a fixarem-se na Bahia foram náufragos da segunda expedição enviada por D. Manuel[400]. Advertiu que não pretendia, naquele momento, indagar como Diogo Álvares Corrêa veio parar na Bahia e sobre sua estadia aqui:

> (...) mas se devemos dar credito á narração de Pero Lopes de Souza, irmão do Grande Martim Afonso de Souza, capitão de uma das náos que fazia parte da armada com que aquelle General sahira de Lisboa em 1530, a chegada, fortuita ou não fortuita, de Diogo Álvares á Bahia succedeu alguns annos antes do que lhe assigna o Padre Jaboatão; pois que no Diário da navegação daquella armada lê-se que – chegado ella á Bahia em 13 de Março de 1531, aqui se encontrára a um Portuguez que havia 22 annos que estava nesta terra, e déra larga razão do que nella havia. – Ora este Portuguez não podia ser outro que Diogo Álvares Correa, o Caramuru, e neste suposto a sua estada na Bahia data do anno de 1508 ou 1509, e não de 1516 ou 1518 como quer o author. E se este Portuguez não era o denominado Caramuru, outro o precedeu, e deixa portanto de ser elle o primeiro Portuguez ou ainda de outra nação que

[398] Ibid. p. 370-371.
[399] Ibid. p. 372.
[400] Ibid. p. 373-374.

> aportára á Bahia de Todos os Sanctos, como pretende o mesmo author, contra a asserção de Vespucio na carta já citada.[401]

Nesse sentido, o Parecer demonstrou que a *Crônica* se equivocara quanto à época exata do descobrimento da Bahia e a vinda de Diogo Alvarez Corrêa; e também quanto à cronologia da ocupação portuguesa na América:

> (...) o primeiro na ida de Martim Affonso de Souza á Bahia, que o Padre Jaboatão dá acontecida no anno de 1534, quando teve logar em 1531; e o 2° em attribuir ao mesmo Martim Affonso de Souza o descobrimento do Rio de Janeiro, na sua volta de S. Vicente em 1532, quando aliás na ida em 1531 e aos 30 de Abril entrára elle o Rio de Janeiro já então conhecido por este nome; (...) podendo asseverar-se, sem temor de errar, que a magnífica enseada do Rio de Janeiro, já de muitos annos antes (e quiçá do 1° de Janeiro de 1502) era conhecida e visitada pelos Portuguezes, embora ao surgidouro onde aferrára a armada de Martim Affonso de Souza em 1531, e ao lugar onde desembarcára a sua equipagem se ficasse chamado desde então o porto de Martim Affonso.[402]

Importou ao parecerista indicar momentos, lugares e personagens exatos que estivessem envolvidos em tais acontecimentos. Em alguns casos a demarcação cronológica da ocupação e ou estada numa determinada região poderiam corresponder ao direito, ou não, àquele território. Isso se torna extremamente relevante se pensarmos que ainda não estavam oficialmente demarcadas muitas das fronteiras do Brasil com as repúblicas vizinhas. E, nesses encaminhamentos, políticos e diplomatas brasileiros recorriam ao auxílio da História e do IHGB, para acertar tratados, acordos e oficializar os limites territoriais.

Encerrando os comentários sobre a 1° parte da Crônica do Padre Jaboatão, o parecerista examinou a segunda parte, ou seja, o conteúdo dos sete livros que tratavam da "história da Ordem, a datar da fundação do Convento de S. Francisco da cidade da Bahia"[403], narrando especialmente a fundação de conventos e igrejas, do hospício Boa Viagem, da criação da Ordem Terceira, da origem e do progresso do Mosteiro de Santa Clara do Desterro da Bahia:

[401] Ibid. p. 372-373.
[402] Ibid. p. 374.
[403] Ibid. p. 370.

> (...) lembranças e memórias em geral para a historia da Província, com especificação de algumas graças e previlegios a ella concedidas pelos Senhores Reis de Portugal[404].

Para o autor do Parecer, Jaboatão descreve de forma muito extensa e demasiadamente minuciosa a fundação de conventos na América portuguesa e a vida de seus clérigos. Nesse sentido, o religioso expressaria o "mau gosto" do estilo seiscentista, utilizando frases mal ritmadas e períodos extensos que cansam e descompassam a leitura. No entanto, para cumprir com o protocolo de imparcialidade, Bivar considerou que a C*rônica* não continha somente relatos curiosos, mas também notícias "até importantes" para a História Geral do Brasil. Assim, no relato da fundação de alguns conventos, mencionaria fatos referentes à invasão holandesa, e ao "memorar" cargos, ações e alianças familiares apresentaria dados factíveis de serem aproveitados, ou seja, de "factos que não sãos destituídos de interesse para a gloria do paiz" [405].

> E em summa, Senhores, a obra do Padre Jaboatão, como quer que seja, destinada a consagrar os factos da Ordem de Sancto Antonio no Brasil, abraça no seu complexo tantos factos e noticias interessantes para a historia geral do nosso paiz, que o seu A. tem um direito incontestável a ser contado entre os seus mais graves escriptores.[406]

Por fim, perto de reafirmar o voto positivo à *Crônica*, o Parecer aconselhou uma avaliação histórica mais minuciosa da 1ª parte e autorizou a impressão da 2ª. Concluiu que a obra completa deveria ser impressa com as devidas correções e advertências apontadas, e outras tantas que pudessem surgir de uma argüição mais acurada, as quais formariam um corpo de notas que, segundo Bivar, seriam interessantes e ilustrativas para a História do Brasil:

> Pelo bosquejo que tenho apresentado da segunda parte da Chronica do Padre Jaboatão, ao pouco que na minha vista alcança, fácil é de concluir que eu entenda que ella merece ver a luz publica, imprimindo-se com as correções e advertências apontadas, e outras muitas que por ventura possa suggerir um exame mais accurado de seu contexto, tudo o que formará um corpo de notas nessas interessantes e illustrativos. Imprimir porém a segunda parte, sem reimprimir também a primeira, que é hoje

[404] Ibid. p. 375
[405] Ibid. p. 376.
[406] Ibid. p. 376.

> raríssimo e apenas conhecida de nome, seria o mesmo que expor em uma galeria um quadro primoroso, cuja metade se deixasse coberto.[407]

Outro Parecer publicado no ano de 1840, assinado por Rodrigo Silva Pontes, Thomaz J. P. Serqueira e Candido José de Araújo Vianna analisou uma *Reflexão Crítica* do sócio correspondente Francisco Adolfo de Varnhagen sobre um documento do século XVI impresso com o título *Noticia do Brasil*, no tomo III da "Colleção das notícias para a história e geographia das nações ultramarinas" de D. Frei Francisco de S. Luiz, publicado pela Academia Real das Ciências de Lisboa em 1836.

Dois anos antes da publicação do documento, Varnhagen dedicara-se ao estudo da poesia medieval lusitana, o que o aproximou de Alexandre Herculano, do cardeal D. Francisco de São Luiz e de outros escritores que, então, pesquisavam a literatura portuguesa. Essas relações facilitaram ao autor das *Reflexões* o acesso ao arquivo da Torre do Tombo, e a realização de uma pesquisa documental que lhe permitiu copiar o *Roteiro do Brasil* de Gabriel Soares de Souza. A edição crítica desse documento constituiu o exame de proficiência que o integrou à Academia Real de Ciências[408].

O acesso de Varnhagen à Torre do Tombo rendeu à biblioteca do Instituto Histórico cópias de inúmeros documentos, particularmente a partir do momento em que aquele pesquisador se tornou um enviado especial do Governo Imperial, com a missão de coletar nos arquivos europeus fontes úteis à escrita da história do Brasil. Nessa ocasião, obteve documentos relativos aos tratados de limites da América Portuguesa – nos arquivos de Simancas encontrou um significativo acervo sobre as negociações dos tratados de 1750 e 1777 que foram usados nas negociações dos limites do território brasileiro no Prata[409].

Em carta ao Secretário do Instituto, o sócio correspondente e Ministro Plenipotenciário do Brasil em Portugal, Sr. Antonio M. Vasconcellos de Drummond, mencionou as contribuições de atividades de Varnhagen:

> O Sr, Francisco Adolfo de Varnhagen já remetteu por esta Legação a V. S. um exemplar das suas Reflexões criticas sobre o escripto do século XVI, impresso com o titulo de – Noticia do Brasil – no tomo 3° da

[407] Ibid. p. 376-377.
[408] ENVYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Organizado e redigido com a collaboração de distinctos homens de sciencia e de lettras brasileiros e portuguezes. Vol. 1-20. W. N. Jackson Editor. Rio de Janeiro. s/a. p. 11825; VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 285 e seguintes.
[409] ENVYCLOPEDIA ... Op. Cit. p. 11825; VAINFAS, Ronaldo. Op. Cit. p. 285 e seguintes.

> Collecção de *Not. Ultr*: - e, remette agora por esta mesma via um exemplar do Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa, que elle acaba de publicar com documentos importantes, pela maior parte copiada dos autographos da Torre do Tombo; (...)
> O autor offerece os mencionados dous exemplares ao nosso Instituto Histórico, que achará nelles, quando a mim, apurada a verdade histórica da primeira época da Historia do Brasil, e são por isso de muita valia e estimação.
> O Sr. Varnhagen occupa-se ainda em procurar outros documentos de mesma natureza, e igualmente interessantes á nossa Historia. Devemos esperar de seu talento e grande actividade que continue a prestar ao Paiz do seu nascimento importantes serviços deste genero.[410]

Nesse sentido, de todo material enviado, apenas as *Reflexões* passaram pelo olhar crítico de uma comissão. A leitura do Parecer foi feita pelo Desembargador Pontes na 33ª sessão. Conforme a ata, ele foi aprovado, remetido à comissão de Redação da revista e publicado no número seguinte (n° 05) com o título: *Parecer acerca da obra intitulada. – Reflexões críticas sobre o escripto do século XVI, impresso com o título de Notícia do Brasil, no T. 3° da Coll. De Not. Ultr, por Francisco Adolfo de Varnhagen, membro correspondente do Instituto*.

A comissão aprovou as opiniões de Varnhagen sobre o título e a autoria do documento: para a 1ª parte, o título de *Roteiro* Geral como "traz o erudito Abbade de Sancto Adriano de Sever"; e *Memorial* para a 2ª, como se encontraria na Biblioteca Lusitana. Em relação à autoria, o compositor seria Gabriel Soares de Souza e não Francisco da Cunha. A comissão declarou também que as correções "foram dictadas pelos princípios da boa razão, e de uma excellente critica", embora esperassem de Varnhagen, com relação à pronúncia e ortografia de termos de língua indígena, que ele determinasse sempre a melhor ortografia e pronúncia a ser seguida e não apenas "referisse os diversos modos, por que os escreveram, e pronunciaram os diversos escritores, interpondo sómente a sua opinião, quando se persuadiu certo, e seguro do facto"[411]. Para amenizar o tom da restrição, a comissão justificou-se afirmando que pretendia apenas lembrar aos eruditos a utilidade e a importância do trabalho filológico:

---

[410] 30◦ Sessão em 11 de Janeiro de 1840. Revista do IHGB, n. 9. T 2. Rio de Janeiro. 1840. p. 138.
[411] PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. SERQUEIA. Thomaz José Pinto VIANNA, Candido José de Araújo. Parecer acerca da obra intitulada. – Reflexões criticas sobre o escripto do século XVI, impresso com o título de Notícia do Brasil, no T. 3° da Coll. De Not. Ultr, por Francisco Adolfo de Varnhagen, membro correspondente do Instituto. Revista do IHGB. n. 5. T.2, Rio de Janeiro. 1840. p. 109.

> A Commissão apressa-se comtudo a declarar, que está mui longe de levantar daqui uma querela ao illustre author das Reflexões Criticas, o qual há muitos annos, fóra da sua patria, não podia julgar de per si acerca da verdadeira pronunciação de todos os nomes Brasílicos, e teve (mui judiciosamente) por mais acertado referir os diversos modos, por que os escreveram, e pronunciaram os diversos escriptores, interpondo sómente a sua opinião, quando se persuadiu certo, e seguro do facto. A comissão apenas pretende aproveitar o ensejo para lembrar aos eruditos um trabalho philologico, de cuja utilidade ocioso fora desenvolver aqui as provas."[412]

Suavizou mais ainda. Logo em seguida, informou o que pretendia com as várias observações feitas ao documento louvando a Varnhagem, pois mesmo longe de seu país se dedicou e se instruiu sobre as coisas da pátria. Julgou ainda, desnecessário fazer novas observações, porque acabaria copiando uma parte da obra, tamanha sua importância para o Brasil, para o escrito de Gabriel Soares e para outras histórias.

O parecer anunciou que na obra de Varnhagen consta um suplemento: com informações sobre cópias da obra de Gabriel Soares e um artigo, intitulado conclusão, com uma síntese de todo o percurso da obra:

> (...) isto é, que Gabriel Soares de Souza veio ao Brasil, logo que El-Rei D. Sebastião subiu ao throno, é que tendo residido dezesete annos em que o nosso continente, escreveu muitos apontamentos, com os quais tornou à Europa, dirigindo-se a Madrid, onde coordenou os seus escriptos, e os offereceu a D. Chistovão de Moura. [413]

Antes de encerrar o Parecer, a comissão destacou três contribuições do trabalho de Varnhagen. Lembrou, "como se póde ver citado em logar das Reflexões Criticas", a existência de "uma prova" de que Academia Brasílica dos Esquecidos havia existido, pois parte dos seus trabalhos considerados perdidos em um incêndio encontrava-se na Biblioteca Pública de Lisboa. Notou também que a hipótese de ser um "erro do copista" o tratamento de Majestade, e não de Alteza, dado ao Rei D. João III, poderia ser substituída por outra suposição: o "erro" seria do próprio Gabriel Soares de Souza, autor do documento. Isso porque, ele se apresentava repetidas vezes "e seria necessário suppôr outros tantos enganos de cópia". Nesse sentido, a explicação mais plausível é que embora Gabriel Soares de Souza fosse português e estivesse habituado com o tratamento de Alteza, recorreu ao

[412] Ibid. p. 110.
[413] Ibid. p. 110.

tratamento de Majestade, usual na Monarquia Espanhola porque "escreveo em Madrid, onde já se usava nesse tempo do tratamento de Magestade". Por fim, apoiado nas *Memórias Históricas da Bahia* de Acciolli, o Parecer discordou ainda da afirmação dos autores citados na nota (i) a página 84 sobre o falecimento do Bispo Pedro Fernandes Sardinha às margens do rio Coruripe[414].

Encerrando os comentários de forma semelhante ao Parecer desenvolvido por Diogo S. da Silva Bivar sobre a *Crônica de Jaboatão*, a comissão apresentou referendo positivo em três recomendações. Assim, decidiu agradecer a cópia da obra enviada por Varnhagen, aconselhou que ela fosse conservada na Biblioteca do Instituto Histórico e recomendou "a leitura das Reflexões Criticas a todos os estudiosos das cousas do Brasil"[415].

2. Juízos e Pareceres sobre obras contemporâneas de autores nacionais.

Essa incursão nos Pareceres da obra de Jaboatão e das *Reflexões* de Varnhagen a propósito de Gabriel Soares de Souza nos permite perceber que o preparo de Pareceres tinha por objetivo maior assinalar o que seria relevante à escrita da história do país, ou seja, apontar anacronismos, corrigir lacunas, descuidos e equívocos provindos da falta de informações ou critérios dos autores. Mas, também, atribuir àqueles trabalhos um valor positivo, ao sugerir sua leitura aos escritores que pretendessem escrever uma verdadeira História do Brasil. Desta maneira, referências para a escrita dessa história foram sendo criadas a cada novo documento encontrado e criteriosamente analisado, assim como, de avaliações de livros preparados tanto por estrangeiros como por nacionais.

No entanto, como visto no primeiro capítulo, encontramos especificidades nas avaliações feitas às obras estrangeiras e às nacionais. Os juízos e pareceres publicados sobre obras estrangeiras apontaram com cautela e, muitas vezes, compreensão, os equívocos dos autores nas descrições do país e relato de sua história. No que diz respeito às obras nacionais, além dos equívocos, anotou-se rigorosamente casos de plágio e outras críticas. É importante mencionar que o conteúdo dos pareceres também expressa o

[414] Ibid. p. 111.
[415] Ibid. p. 112.

intrincado debate político sobre questões relevantes para a constituição do Brasil enquanto nação, como por exemplo, as questões de fronteira com os estados republicanos vizinhos.

A primeira avaliação de um autor nacional foi anunciada já na sessão de 10 de setembro de 1839, quando se aprovou a proposta de Januário da Cunha Barbosa para que uma única comissão de História analisasse duas obras que tratavam de áreas de fronteira no sul e no norte do país: os *Annaes da província de S. Pedro do Sul*, de autoria do Visconde de São Leopoldo, e publicado em Paris em 1838 e, o *Compendio das eras da província do Pará*, de Antonio Ladislau Monteiro Baena. A comissão designada para a tarefa foi constituída por Rodrigo de Souza da Silva Pontes, G. A. de A. Pantoja e Candido José de Araújo Vianna, sendo que os dois primeiros, como vimos no segundo capítulo desta dissertação, já haviam avaliado com rigor e duras críticas a *História do Brasil*, do escritor português Francisco Solano Constâncio.

Cumprida a missão, o relator Rodrigo Silva Pontes leu, nas últimas sessões de 1839, primeiro a avaliação do *Compendio* e, um mês depois, a dos *Annaes*[416]. Em relação a este último, logo de inicio, manifestou a dificuldade dos pareceristas em examinar e censurar a edição brasileira dos *Annaes* em virtude do preparo do autor. Lembremos que o Visconde ocupava naquele momento a função de presidente do Instituto Histórico. Nesse sentido, a ele se dirigem reverentemente, ressaltando sua competência, e tratando-o por "illustre autor", "illustre escriptor", "sábio elogiado" ou de "nobre visconde", "pessoa munida com títulos correntes". Alegam, inclusive, que as restrições anotadas poderiam ser recusadas, já que a comissão nada teria a acrescentar ao texto e que não desistiu da tarefa por estar atendendo a uma solicitação do Instituto.

A reverência e as dúvidas são compreensivas, pois o autor conhecia bem a região tratada – a província de S. Pedro do Sul – por ter ali iniciado sua carreira política e administrativa; sem contar sua sólida formação e importância política na história do império. O visconde de São Leopoldo, ou melhor, José Feliciano Fernandes Pinheiro nasceu em maio de 1774, na cidade de Santos onde concluiu a instrução primaria, estudou língua latina, com o professor régio José Luis de Melo, e aprendeu francês com seu

[416]A primeira, das duas avaliações impressas na RIHGB, foi o Juízo sobre a 2° edição de *Annaes da Província de S. Pedro* de *José Feliciano Pinheiro* (Visconde de S. Leopoldo), PONTES, R. de S. da S., PANTOJA, G. A. de A.,VIANNA, C. J. de Araújo. Juízo sobre os Annaes da província de S. Pedro, publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de S. Leopoldo (2° edição). Revista do IHGB, n. 4. T.1. Rio de Janeiro. 1839. p. 237.

padrinho, o Dr. José Xavier de Toledo. Em 1792 partiu para Portugal e, sem vocação eclesiástica, formou-se em direito canônico na Universidade de Coimbra (1798), permanecendo algum tempo em Lisboa.

De volta ao Brasil, em 1799 foi nomeado juiz das Alfândegas do Rio Grande do Sul. Acumulou "os cargos de juiz conservador dos contratos do quinto e dizimo ao inspetor do papel selado" e foi encarregado de organizar a alfândega, tarefa que passou a desempenhar somente em 1804 com a elevação do Rio Grande a capitania Geral.. Depois de 1810 recebeu a patente de Tenente-Coronel e no ano seguinte passou a integrar as tropas do capitão-general do Rio Grande, D. Diogo de Souza, marchando com ele até Montevidéu, onde atuou como membro da comissão militar responsável pelo julgamento dos implicados em crimes de deserção ou motim.

Em 1821, quando proclamado o governo representativo em Portugal, dada à importância de sua família, Fernandes Pinheiro foi eleito deputado às Cortes constituintes de Lisboa pela província de São Paulo[417]. Enquanto constituinte, teve um desempenho contraditório: primeiramente recusou, como outros representantes de sua província, a proposta de criação de um Reino Luso-brasileiro, postura reformulada pouco depois[418].

Regressou ao Brasil após a proclamação de D. Pedro I e em 1823 foi nomeado 1º presidente da província do Rio Grande do Sul, onde estabeleceu a colônia de S. Leopoldo e a primeira tipografia da província. Pelos serviços prestados, o Imperador o nomeou Conselheiro e Ministro do Império (1825), quando atuou nas negociações para a convenção de paz entre o Brasil e a Argentina e nos tratados de amizade, navegação e comércio com a Grã-Bretanha e a Prússia. Encerrou as atividades de conselheiro em 1830 devido a uma enfermidade que o manteve recolhido no período em que ocorreu a Abdicação (1831) e a eclosão da Farroupilha (1835)[419]. De volta ao Rio de Janeiro, em 1837, exerceu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e presidiu uma comissão para determinar os limites territoriais do Brasil.

---

[417] SISSON, Sebastião. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. São Paulo: Livraria Martins. ed., 2 vols., 1948. p.164-165.

[418] Ibid. p. 166; SOUZA, Octavio Tarquinio de, História dos Fundadores do Império do Brasil, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 54

[419] Sendo conhecida sua inteira adesão à dinastia reinante temeu pela sorte de sua família, pois teve sua casa vigiada e ficou recluso durante os nove meses em que os republicanos de Piratini dominaram a capital da província. SISSON, Sebastião. Op. Cit. p. 167.

Retomando o conteúdo do Parecer sobre o trabalho de S. Leopoldo, após os elogios iniciais, e comentando a dedicação da obra ao jovem Imperador, a comissão evidencia os "sentimentos de adhesão ao throno e ás instituições liberais" do autor. Apontou também dificuldades anunciadas no prefácio da obra, para uma nova edição no Brasil, particularmente porque aqui não existia "um collegio especial de litteratos escolhido, incumbido de recolher e transmitir os feitos que constituem a vida das nações", questão levantada por São Leopoldo, porém como indicado pelos pareceristas, já resolvida com a fundação do Instituto Histórico:

> Apraz se a commissão em pensar que nesta parte se acham preenchidas as aspirações do nosso ilustre presidente pela fundação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro; e tanto mais se apraz neste pensamento quando pondera que todos os representantes da nação, o governo imperial e todos os homens notáveis da nossa pátria, assim como alguns de nações estranhas, se nos prestam de optima vontade com o seu valioso auxilio.[420]

Em seguida, a comissão destacou a importância desta obra, já que defende uma orientação para a demarcação dos limites territoriais do império no sul – respeitar-se o direito do primeiro ocupante e não Tratados posteriores pelo que, a margem setentrional do Rio da Prata deveria pertencer ao Brasil. Dessa forma, demonstrou que o trabalho não continha, unicamente, feitos do passado, ou mesmo, contemporâneos da Província, mas que abordava "os argumentos e as provas" que confirmariam sua posição sobre os limites do Império na região ao sul. Nesse sentido, justificou o porquê de vários capítulos do livro dedicados especialmente às guerras, tratados e convenções relacionadas aos acordos e desacordos sobre os limites territoriais da província, ocorridos entre Portugal e Espanha e posteriormente, entre o Império Brasileiro e seus vizinhos recém independentes da metrópole espanhola. Como, entre outros, o tratado de 1750 e o tratado de anulação de 1761, ambos abordados no capítulo 3° e o tratado de Paris de 1763, mencionado no capítulo 5°, que fora violado pela Espanha, e:

> (...) o capitulo 9°, onde se encontra conforme a historia, e as disposições relativas ao assumpto conforme ao tratado de paz de 1° de Outubro de 1777, e ao tratado de amizade, garantia, e commercio de 11 de Março de

[420] PONTES, R. de S. da S., PANTOJA, G. A. de A.,VIANNA, C. J. de Araújo. Juízo sobre os Annaes da província de S. Pedro, publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro. Op. Cit. p. 328.

> 1778, em que suscitando-se os tratados anteriores se renova, e revalida no artigo 3° a garantia já *estipulada* no artigo 25 do tratado de limites de 13 de Janeiro de 1750; o capitulo 10°, onde se encontra a historia da demarcação, e onde se acham inabilmente desenvolvidos os embaraços, e enredos, com que da parte dos Hespanhoes se protelava aquella diligencia, e se torcia o verdadeiro sentido d´alguns dos artigos tratados; o capítulo 14°, onde se encontra, como esses tratados foram rotos pela guerra posterior; e o capitulo 17°, onde se encontra a historia da convenção de 1819 (...)[421]

Pelo relato do capítulo 17°, que apresentou os resultados da convenção de 1819 (decidindo pela incorporação de Montevidéu ao Brasil) e da Convenção de 27 de Agosto de 1828 (sobre a separação daquele território, após a derrota de Pedro I) a comissão concluiu, apoiando o autor, que enquanto não se estabelecesse um acordo definitivo, "a justiça estaria nos termos" da convenção de 1819. Para demonstrar sua opinião, transcreveu trecho da página 335 onde S. Leopoldo argumentou que não tendo sido estipulado um acordo definitivo, "no qual talvez convenha buscar mais ao sul a natural divisa de uma coxilha, ou espinhaço de terreno elevado", ficariam vigentes incontestavelmente os limites estipulados na convenção de 1819.

Recorreu a quatro justificativas. Primeira, a convenção seria resultado de um acordo bilateral; segunda, o acordo permitia estabilidade, pois a vila de Alegrete foi criada numa região já povoada por "fazendeiros cidadãos Brazileiros, e a povoação de Belém, sobre o Uruguay, composta de súbditos do Brazil"; terceira, pelo reconhecimento dos adversários, que aceitaram o acordo preliminar da convenção 1828, "obrigando o exercito argentino a recolher-se ás fronteiras da província Cisplatina", não se atrevendo a reclamar direitos de conquista e nem inferir em artigo do tratado, considerou a região "in statu ante bellum"; quarta, por ter sido essa divisão constantemente defendida por oficiais brasileiros. Argumentou ainda, que o comandante da fronteira de Alegrete avisou ao presidente da província que Fructuoso Riveira dividia com seus protegidos as propriedades de brasileiros e como conseqüência se reiteraram protestos, com pálidas promessas de devolução, "e remoção da colonia junto ao Guaraim"[422].

Em seguida, o Parecer abordou outros temas inscritos na obra, especialmente a descrição física (no 1° capítulo) e a história da província até 1816 (o capítulo 16° registra

[421] Ibid. p. 328-329.
[422] Ibid, p. 329-330.

"importante esboço da campanha de 1811 e 1812, e da occupação de Montevidéo em 1816", além de notícias indicando suas causas). Assim, considerou que se alguém se interessasse em conhecer "a topographia, o aspecto, o clima, e a composição do terreno deve ler, e estudar" tanto este capítulo, quanto a 1° parte do capítulo 13°, onde estava descrita a topografia das sete Missões. Destacou ainda, a importância da história do descobrimento da província e das ações de seus habitantes, em especial nos conflitos armados:

> (...), a guerra com os Índios das Missões, sucitada e dirigida pelos padres da companhia de Jesus, a invasão de D. Pedro Cebaldo com os outros sucessos com a guerra de 1762 e suas consequências (...) a guerra de 1801 com a mui notavel conquista do território das sete Missões, e os mais acontecimentos, que tiveram lugar até o tempo da administração do conde de Rio Pardo D. Diogo de Souza.[423]

Após isso, lamentou que o autor tivesse retirado da 2ª edição parte do capítulo 16° que apresentava a organização política recente da província, justificando "que esse capitulo deveria passar por muitas alterações em virtude da nova ordem de cousas"[424]. Lamentou, também, que não tivesse cumprido a promessa, feita na 1ª edição, de dar continuidade à história da província a partir de 1816, apesar de ter mencionado no epílogo algumas memórias sobre fatos recentes[425]. Tal menção levou os pareceristas a deduzir que S. Leopoldo poderia cumprir aquela promessa preparando uma história circunstanciada do que anunciou como memórias dos fatos recentes, "e se assim é, a commissão desde já felicita a litteratura brazileira"[426]. Lastimou ainda que, apesar de incluso entre os administradores, o autor não tenha descrito a história de seu governo sob a justificativa de que:

> « os planos de bem commum, e o desenvolvimento d´elles desafiam interesse, e instrucção, quando são descriptos pelo mesmo genio, que os concebeu, e executou ».[427]

---

[423] Ibid, p. 331.
[424] Ibid, p. 330
[425] Trecho transcrito no Juízo: "« Aqui (diz o nobre visconde a pág. 289) a meta, que me havia prescripto na primeira edição dos *Annaes*, julguei prematuro o empenho de produzir a historia dos períodos, que se seguiram, conformando-me com os dictames, e exemplos dos doutos abalisados; contudo para contentar de algum modo a curiosidade do publico ávido de conhecer os factos recentes, traçarei em epílogo simples memórias, como se pôde *por agora* exigir de mim.»". Ibid, p.300
[426] Ibid, p. 331.
[427] Ibid, p. 333.

Também advertiu os leitores para o fato da obra não se limitar a "feitos de guerra, questões de limites e descripções topographicas (o que já seria muito)", mas relatar também os empreendimentos dos administradores militares. Assim, destacou "os feitos de paz" realizados por um "hábil general" e "destro administrador" – José Marcelino de Figueiredo. Incluiria ainda, no capítulo 2°, o relato sobre os "limites da província", ou seja, "a descripção e abreviada historia da província de Santa Catarina". Nesse sentido, apresentou realizações dos primeiros fundadores como a "fatal" conquista pelos espanhóis, em 1777, e os serviços do capitão Cypriano Cardoso de Barros Leme, que impediu o "progresso da conquista", e do coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral da Câmara – ao assumir a administração da região devastada pela guerra, o coronel impulsionou a agricultura, restaurou repartições públicas e organizou a segurança interna e externa da província[428]. Havia, por fim, o relato da história das Missões e nela o esclarecimento do desempenho dos jesuítas:

> A conquista de Missões era um negocio muito importante para não ser tomado em toda a consideração Além da descripção, topographica d´aquelle territorio, acham-se nos *Annaes*, muitas noticias da fundação das Missões, e da sua historia até aos tempos actuaes, acompanhadas essas de um recto julgamento sobre a questão muitas vezes discutida da innocencia, ou dos crimes da famosa companhia de Santo Ignácio de Loyola.[429]

Encerrando a avaliação, a comissão concluiu que a obra era "digna de ser conservada" no acervo do IHGB.

O segundo Parecer, denominado *Juízo sobre a obra intitulada Compêndio das eras da Província do Pará por Antônio Ladislau Monteiro Baena, membro correspondente do Instituto*[430], ficou a cargo de Rodrigo de S. Silva Ponte, Candido José de Araújo Vianna e G. A. de Pantoja, sendo publicado em 1840, na revista n° 6. O autor nasceu em Lisboa (1782-1851), chegou ao Brasil em 1803 e fixou-se no Pará como ajudante de campo de D. Marcos de Noronha e Brito (Conde dos Arcos). Serviu como 2° Tenente e depois, como Major do Corpo de Artilharia na repressão a Cabanagem (1835-1840).

---

[428] Ibid, p. 333.
[429] Ibid, p. 332-333.
[430] PONTES, R. de S. da S., PANTOJA, G. A. de A.,VIANNA, C. J. de Araújo. Juízo da Commissão de História sobre a obra intitulada – Compendio das eras da Província do Pará – por Antonio Ladislau Monteiro Baêna. Revista do IHGB, n. 6. T.2. Rio de Janeiro. 1840. p. 237.

Dedicou-se ao estudo da história do Pará a partir de 1822 quando propôs à Junta Governativa a elaboração de um cadastro sobre aquela província, pedido reiterado em 1825, durante o período em que esteve detido, sob a acusação abandonar seus comandados durante a contensão de uma revolta. Em 1832, foi designado Secretário, com a função de organizar a estatística da província. Finalizou o trabalho no ano seguinte com esses dados e o publicou em 1839[431].

Descrevendo o conteúdo do texto, o Parecer comentou que o relato inicia com um resumo da história da Província do Pará, baseado em documentos oficiais e registros públicos. Teria consultado também o livro de Bernardo Pereira de Berredo (16.–1748), os *Annaes Históricos do Estado do Maranhão* (1749) que tratou da história do Maranhão e do Pará: "desde o começo até ao anno de 1718". Para a comissão, no que se referiu aos fatos notáveis, Baena seguiu os passos de Berredo e se distinguiu pouco deste autor:

> Durante este período o historiador moderno, pelo que respeita aos factos de maior importância, trilhou os vestigios, que deixara seu antecessor, do qual, geralmente fallando, apenas differe porque não se fez cargo de referir os sucessos do Maranhão, que na verdade estavão fora do seu propósito; porque trajou a exposição a seu modo; e porque algumas vezes é mais breve, e n´outras mais demorado[432].

Neste sentido, para que seus leitores pudessem acompanhar a comparação, constatou-se no que a obra avaliada diferia de sua principal referência, sendo transcritos trechos relativos aos temas abordados ("lições"), em duas colunas dispostas lado a lado, e com os títulos "TEXTO DE BERREDO" e "TEXTO DO SR. BAENA":

> Para que porêm se faça um juízo exacto do que se acaba de ponderar, a Comissão offerece ao Instituto a lição de alguns SS da obra de Berredo, e em frente a lição dos SS correspondentes na obra de Sr. Buêna[433]

Seguindo esse formato, a primeira "lição" foi sobre agitações ocorridas em São Luis do Maranhão por ocasião da revolta contra a Companhia de Jesus e pela expulsão do Padre

[431] ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Op. Cit. p. 1106.
[432] PONTES, R. de S. da S., PANTOJA, G. A. de A.,VIANNA, C. J. de Araújo. Juízo da Commissão de História sobre a obra intitulada – Compendio das eras da Província do Pará. Op. Cit. p 237.
[433] Ibid. p. 237.

Vieira em 1759; sua repercussão entre os moradores de Belém do Grão-Pará, manifestação que, segundo o trecho transcrito no Parecer, requereu a convocação de eleições entre nobres que tivessem interesses em comum com o Senado da Câmara, e com o compromisso de tomar as melhores providências para a Capitania, ou seja, livrá-la da intervenção e domínio dos padres sobre os índios. No entanto, como a referida eleição não teve os resultados esperados, "o povo" ficou enlouquecido, cessando o tumulto somente quando os ministros elegeram Diogo Pinto. Berredo então afirmou que "não se pode esperar mudança quando se utiliza um remédio brando", pois ele somente agravaria a doença[434].

O relato de Baena diferiria do de Berredo somente porque "trajou a exposição a seu modo, mais breve". Assim, os dois autores explicam a nomeação de Diogo Pinto como resultante de um pedido popular que foi aceito pelo monarca, concluindo de forma muito semelhante: o povo prendeu o Padre Vieira e o enviou ao Maranhão[435].

Numa segunda "lição", o Juízo emparelhou trechos que se referiam "à captura dos conspiradores, denunciados ao Governo de Pedro Cezar de Meneses pelo Padre Jesuíta Francisco Velloso"[436]. Após isso, o Juízo avaliou fatos abordados unicamente pelo *Compêndio* de Baena, considerando que, aparentemente, alguns deles não tinham importância:

> Verdade é que entre os factos, de que Berredo não fez menção, e entre os factos posteriores ao anno de 1718, alguns há mencionados pelo author do Compendio, que á primeira vista parecem de mui pouca, ou de nenhuma importância[437].

Como exemplo, apontou dois episódios: um sobre o indeferimento da solicitação de construção de um convento e outro, sobre um impasse entre os moradores da cidade de Juiz de Fora do Pará e os ajudantes da Ordem do Conde dos Arcos. No entanto, apesar de considerar pequeno o significado político da obra, o Parecer constatou sua importância numa avaliação dos costumes e do "espírito de um tempo". Também destacou a "atenção, cuidado e esmero" do autor na sondagem de "fonte abundante" dos arquivos públicos, o

[434] Ibid. p. 238-240.
[435] Ibid. p. 238-240.
[436] Ibid. p. 240.
[437] Ibid. p. 245.

que lhe permitiu explorar "por suas forças" o período posterior àquele tratado por Berredo, ou seja, do momento da fundação da província do Pará (1645) até o ano de 1718:

> Além de que a relação de notícias tão particulares indica, a prova claramente a attenção, cuidado, e esmero, com que o Sr. Baena, compulsou os archivos públicos, e pelo que seria escandalosa injustiça denegar-lhe o merecido louvor.(..) ficou o Sr. Baena quase entregue ás suas próprias forças, e fôrão desde então os archivos públicos a mais abundante fonte donde fez derivar a sua historia[438].

Mas, também lamentou o uso incorreto de algumas fontes realizado por Baena, tanto na descrição do território quanto na incorporação de opiniões sem a devida crítica. Assim, para o parecer, nas páginas 323 e 324 o *Compêndio* utilizou um mapa do rio Branco feito em 1781, pelo Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra e pelo Astrônomo Antonio Pires da Silva Pontes, o qual passaria uma idéia confusa e indeterminada de seu objeto. Como se Baena desejasse "desgraçar com a reputação de seus autores". Inconformados, os pareceristas saíram em defesa do astrônomo. Lembraram que o autor servia de referencia para outros trabalhos e que isso, provaria sua inteligência, instrução e dedicação. Continuou sua defesa, mencionando ainda, outras realizações que validariam sua opinião, e lastimando não possuir os diários dos autores do mapa, com as bases da carta geográfica.

> A Commissão indica outrosim o manuscripto existente em poder dos herdeiros do Sr. Tenente General Arouche, e que consiste em uma colleção de Diários da viagem dos membros da Comissão encarregada da demarcação das Possessões Portuguezas do Norte do Brasil, e de que fazião parte o Major Serra, e o Dr. Pontes. Ahi se vê que estes dous membros da Commissão forão especialmente encarregados da exploração do Rio Branco, e de outros confluentes do Rio Negro, para o qual partirão da villa de Barcellos no 1° de Janeiro de 1781, e da qual chegárão em Maio seguinte. Desse mesmo Diário, que a Commissão muito sente não poder ao menos extractar, se mostra a exacção e escrúpulo com que os dous exploradores assignarão os diversos rumos, a extensão de terreno ou a um, ou n´outro sentido, a sua configuração, e as outras bases, que devião servir para a organisação do mappa, retrogradando sómente daquelles pontos, além dos quaes lhes foi impossível dar um passo, ou porque a natureza punha barreira invencível, ou porque faltavão os recursos, e os meios para progredir[439].

[438] Ibid. p. 245.
[439] Ibid. p. 246.

Pela ausência de uma postura crítica frente às fontes oficiais portuguesas, Baena também teria se equivocado na apresentação do desempenho do botânico Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, ao aceitar a acusação a ele feita pelo governo português de não ter organizado devidamente a expedição exploratória na região do Pará. Para os autores do Parecer, pelo contrário, fora o governo que se negara a prover financeira e administrativamente a empreitada, fatos que poderiam ser comprovados pelos documentos citados no *Compêndio*, a exemplo do aviso, de 13 de outubro de 1787 do governador ao chefe da expedição (Dr. Ferreira), questionando a demora do grupo no Rio Negro em virtude da espera de ordens do Ministério. Nesse sentido, a autoridade metropolitana alegou "que expedições botânicas não deveriam aguardar uma direção para cumprirem com seus deveres de investigar da natureza"; que a expedição se descuidara em plantar sementes de "linho, canãmo e da Teca"; além de reclamar da pequena remessa de "peixes, bichos, e plantas achadiças, e alguns pássaros todos perdidos". O referido aviso termina com ordens do governador ao botânico: investigar toda extensão do rio Madeira na procura de "minas" e dos produtos dos rios, "como peixes, arbustos d´agua, conchas, pedras das cachoeiras, e igualmente musgos, lichenes, grama, arbustos, plantas, e amostras de madeiras"[440].

Em defesa do botânico, a comissão acusou o governo português de não cumprir com seu dever em suprir administrativa e financeiramente a expedição; e esclareceu como o Dr. Ferreira soluciona o descaso de seus superiores:

> Revela pois notar agora que o Governo Portuguez ao mesmo passo que reprehendia o Dr. Ferreira pela falta de remessa dos productos naturaes do Pará, não lhe dava os dinheiros necessarios para pagar as despesas dessa mesma remessa. Fôrão pagas pelo capitão Luiz Pereira da Cunha, correspondente do novo illustre compatriota na cidade de Santa Maria de Belém: e como se queixasse o capitão de haver despendido somma sufficiente para constituir o dote de sua filha D. Germana Pereira de Queiroz, respondeou-lhe o Dr. Ferreira que por isso não ficaria aquella senhora sem esposo, e elle mesmo a recebeu em casamento. Offertou o sábio a sua própria pessôa para solução da divida, que contrahira o Governo injusto, que elle havia servido, como prova o longo inventario, que suas obras se fez por sua morte, das quaes cincoenta e uma Memórias são relativas á viagem do Pará. Veja-s no Tom. 5° da Historiae Memorias

[440] Ibid. p. 247.

> da Academia das Sciencias de Lisbôa o Elogio do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira pelo Sr. Manoel José Maria da Costa e Sá[441].

Após apoiar os autores do mapa e criticar o governo português pela falta de empenho no financiamento de expedições de reconhecimento a província do Pará, a comissão questionou Baena pelas fontes usadas em sua obra. Sinalizou a ocorrência de uma intencionalidade política nos documentos oficiais, sempre a favor do Estado português, o que apontava a necessidade de submetê-los a uma análise critica. Para ela, outros assuntos eram ainda mais ilustrativos dessa necessidade, como as medidas daquele Estado contra a proclamação de uma forma representativa de governo e a independência do Brasil:

> (...) a expressão das idéas e sentimentos das administrações do Pará, que pretenderão suffocar as vozes que proclamavão a forma de governo, que nos rege, e da independencia nacional[442].

Além deste, o *Compêndio* revelaria outras limitações de seu autor, particularmente no que dizia respeito ao método:

> Se porém a Commissão pôde attribuir a outrem as posições errôneas, que se depárão nos logares citados, e nos que lhes são parallelos, um defeito capital existe, que não pôde deixar de ser attribuido ao author do Compendio; e esse defeito está no methodo, ou antes na falta de methodo, com que foi escripta a obra do Sr. Baêna. (Grifos nossos)[443]

Exemplificando essa "falta de método", o que estaria na periodização, o Parecer mencionou a questão do uso indevido dos vocábulos - Era e Época – considerados sinônimos por Baena. Nesse sentido, lembrou que geralmente a palavra *era* seria "aguelle instante de tempo, donde data a existência de alguma cousa, ou em que teve logar algum sucesso". Se respeitado esse sentido, o *Compêndio* das *eras* da província seria uma breve lista em ordem de dias, meses e anos, "em que succederão os acontencimentos notáveis na historia dessa província". Contudo, não foi este o significado conferido por Baena à expressão, mas sim o de *época*:

[441] Ibid. p.246.
[442] Ibid. p. 248.
[443] Ibid. p.249.

> Vê-se todavia que o author deixou muitas vezes de assignalar com precisão o dia, mez, e anno dos casos, que refere; e pela distribuição de sua obra parece igualmente claro, que elle deu á palavra era a mesma significação da palavra época, sempre que este termo designa um período de tempo determinado por dous sucessos dignos de memória. [444]

Dessa forma, Baena abordou: uma grande época da História da província do Pará começando em 1615, com os primeiros momentos da fundação da província, até 1823, ano em que ali se proclamou a independência do Brasil[445], e a subdividiu em quatro partes – épocas: a primeira delimitada pela fundação da província até o fim do domínio espanhol em Portugal (1640); a segunda, deste ponto até 1808, com a vida da corte ao Rio de Janeiro; outra, deste ponto até 1821, com o regresso de D. João a Lisboa; e por fim, uma quarta época, deste momento até os episódios da independência em 1823, limite imposto pela obra[446]. O parecer indicou, ainda, outras subdivisões (épocas) e critérios assinalados por Baena, procedimento considerado muito confuso para a escrita da história da província:

> Não contente porém o Sr. Baêna com ter encarado a historia do Pará debaixo do ponto de vista de acontecimentos importantes, que affectavão a toda antiga monarchia Portugueza, fez ainda outra divisão, considerando o seu assumpto debaixo do ponto de vista da centralização do Governo do Brasil. (...)
>
> Mas o nosso author ainda considera a historia do Pará debaixo de uma nova relação, isto é, em quanto á sua união, ou separação da Província do Maranhão pelo que respeita ao governo; (...)
>
> O author considera igualmente a historia, que reinarão sobre o Brasil depois da fundação da Provincia do Pará, e de cada reinado fará igualmente uma época. Todas estas épocas finalmente são ainda subdivididas em outras, para designar as quaes uma vez parece que se tomou por base o tempo de administração de um governador, ou Capitão_mór, e outra vez não será fácil descobrir qual o principio, que a isso levou o author, resultando desta multiplicidade de divisões e subdivisões uma tal confusão e embaraço que muito deve estovar ao que pelo Compendio da Eras do Pará quizer estudar a historia desta Província. [447]

[444] Ibid. p.249.
[445] Ibid. p.249-250.
[446] Ibid. p.250.
[447] Ibid. p. 250.

Ainda tratando de questões de método, o Parecer avaliou negativamente o estilo empregado no *Compêndio*. O considerou muito próximo da obra de Berredo, ou seja, tratou-se de um estilo "affectado, guindado, e redundante" dos seiscentos, com exemplos de "gallicismos", vocábulos empregados sem propriedade, palavras afrancesadas e neologismos.

No encerramento do juízo, a comissão renovou os elogios ao zelo com que o autor trabalhou com os arquivos públicos do Pará. Contudo, aconselhou que, para uma segunda edição do *Compêndio* ou em novos trabalhos, seria preciso corrigir o estilo e aplicar um método de critica documental, indispensáveis para se atingir o grau de aperfeiçoamento "a que podem chegar às produções do homem"[448].

Tratamento semelhante ao conferido ao *Compêndio das Eras do Pará* foi dado a outros autores nacionais. Em 1844, foi publicado um juízo de autoria de Adolfo de Varnhagem sobre o *Compêndio de História do Brasil* de José Ignácio de Abreu Lima, obra editada por Eduardo e Henrique Laemmert, em 1843, em formato pensado para os "COLLEGIOS". Assim, o livro tinha um formato pequeno e constando somente notas que fossem absolutamente imprescindíveis "à mocidade brasileira"; um segundo volume, por sua vez, incluía documentos comprobatórios. Dessa maneira, os editores objetivaram uma edição menos dispendiosa e capaz de facilitar e "propagar sua leitura":

> (...) o que, sem diminuir a proficua instrução que a Mocidade deve colher sobre a Historia pátria, abrevia um pouco a leitura, torna o livro mais manual, e diminui consideravelmente esta indespensavel despeza.[449]

O autor nasceu em Recife em 1794, filho de José Ribeiro de Abreu Lima – o padre Roma, executado por seu envolvimento com a revolução em 1817. Integrou o regimento de artilharia de Olinda, Recife e Angola, e em 1817, preso por uma desavença, foi encaminhado para a fortaleza de São Paulo, em Salvador, onde assistiu a execução do próprio pai. Ajudado por maçons, fugiu para os EUA em 1818 acompanhando seu irmão Luis Inácio Ribeiro Roma. Em novembro daquele ano foi para Venezuela e se alistou como capitão no exército de Simon Bolívar, onde se tornou general por concessão do próprio

[448] Ibid. p. 251-253.
[449] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo sócio Francisco Adolfo de Varnhagen a cerca do "Compendio da Historia do Brasil" do Sr. José Ignácio de Abreu Lima. Revista do IHGB, n. 21. T.6,. Rio de Janeiro. 1844. p. 60.

Bolívar, por ter participado de batalhas importantes no movimento de independência da Venezuela e Colômbia.

De volta ao Brasil após a abdicação de D. Pedro I, fixou residência na cidade do Rio de Janeiro onde apoiou a facção restauradora (caramuru), pois acreditava que um regime monárquico centralizado, como o do primeiro reinado, seria a maneira mais eficiente para assegurar a unidade do Império. Da capital retornou ao Recife em 1844 e, juntamente com seu irmão Luís Inácio, tornou-se partidário do Partido da Praia - atuando na imprensa -, e envolvendo-se na Revolução Praieira, pela qual foi preso e condenado, cumprindo pena em Fernando de Noronha até ser absolvido, em um segundo julgamento realizado em abril de 1850[450].

Varnhagen iniciou o Juízo com uma longa introdução na qual, inspirando-se em Alexandre Herculano[451], enfatizou a importância da constituição de uma literatura brasileira e o amor "das velhas cousas da pátria" para a solidificação do Estado e da nacionalidade:

> « A falta de amor das velhas cousas da pátria, diz um dos primeiros representantes contemporâneos da litteratura nossa co-irmã, – o meu illustre amigo o Sr. Alexandre Herculano – « é indicio certo da morte da nacionalidade, e por conseqüência do estado decadente e da ultima ruína de qualquer povo. ».[452]

Destacou, portanto, a importância do trabalho de Abreu Lima para a constituição uma literatura nacional, e de outras iniciativas, feitas pelo monarca e seus ministros, pelas câmaras legislativas e do próprio Instituto, a quem, segundo Varnhagen, se deveria confiar o futuro das letras. Nesse sentido, declarou sua satisfação para com os esforços realizados "no Pará pelos Pontes, e Baenas, na Bahia os Acciolis, e finalmente S. Leopoldo, Januário, e Machado d´Oliveira nas províncias do Sul"[453].

Essa "satisfação" aumentou na abordagem da qualidade da edição e da perfeição da estampas impressas na obra, pois não satisfariam apenas a opinião dos mais severos, mas de

---

[450] VAINFAS. Ronaldo. Op. Cit. p. 436-437; MARSON, Izabel A. *O império do progresso*: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855). S. Paulo:Brasiliense, 1987. p.181-187. Abreu e Lima é autor de outra obra, *O Socialismo*, publicada em 1855.

[451] Autor que juntamente com o cardeal D. Francisco de São Luis lhe abrira as portas da Torre do Tombo no momento em que estudava poesia Medieval Lusitana. Biografia varnhagem.

[452] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo sócio Francisco Adolfo de Varnhagen a cerca do "Compendio da Historia do Brasil" do Sr. José Ignácio de Abreu Lima, Op. Cit. p. 60.

[453] Ibid. p. 60.

todos os leitores. E por isso, agradeceu aos editores e artistas pela maneira como estariam melhorando as "artes, typos, e lithographia no nascente Brasil"[454]. Considerou ainda, o prefácio bem elaborado, e declarou se identificar com algumas das idéias ali contidas, em especial aquela que exprimia a necessidade de se constituir uma literatura nacional a partir de trabalhos dedicados à história:

> E como na litteratura, propriamente dita, tem o primeiro lugar a historia, nenhum serviço será mais apreciado do que aquelle, que começar por preparar-lhe os elementos, averiguando e ordenando os factos, corrigindo e verificando as datas, e sobre tudo esmerilhando antigos documentos para salval-os do esquecimento, ou para comprovar muitos feitos que pela diuturnidade passam hoje por meramente fabulosos, ou que virão a parecel-o no futuro, se correrem sem provas da sua realidade.[455]

Contudo, ao longo do Juízo, também apontou procedimentos que lhe causaram "estranhamento", além de fazer algumas restrições à metodologia do autor, dentre elas: a "despoetização" de personagens importantes; a proximidade do texto com a obra de um autor francês pouco respeitável (na verdade um "plagiador" de Southey); o pequeno uso feito por Abreu e Lima da documentação já divulgada pelo IHGB; e a difusão de uma imagem negativa e inverídica dos "paulistas".

Dessa maneira, em primeiro lugar, o *Compêndio* divulgou dois retratos sem a devida fundamentação, ou seja, "inventados" e "despoetizados" – do chefe índio Camarão (Poty) e de Henrique Dias – onde o objetivo deveria destacar "a memória de homens célebres":

> Embora os retratos inventados, como o do chefe índio Camarão (aliás Poty), e o de Henrique Dias; que só desejáramos para a nossa instrucção saber onde o Sr. Abreu e Lima descobriu que fora comprovinciano natural de Pernambuco, como diz à pág. 142, desagradem á opinião dos mais severos, que, crendo com fé viva na importância do passado reduzido a escripta (que se chama historia), assentam se não deve assim despoetizar a crença com taes fantazias, preferindo antes o uso de bustos cegos, quando o fim que se pretende é o de substancialisar ou materializar a memória dos homens celebres[456].

Outra polemica foi quanto ao uso declarado por Abreu e Lima, da obra de um autor estrangeiro, no caso: a *História do Brasil* de Afonso de Beauchamp (1815). Se num primeiro momento, o parecerista não deu maior importância a essa menção por considerá-la

[454] Ibid. p.61.
[455] Ibid. p.61-62.
[456] Ibid. p. 61

"filha da modéstia", posteriormente passou a desaprová-la por se preocupar "com os seus efeitos [da obra] para a juventude". Assim, "todo o entusiasmo se transformou em tristeza e melancolia" na medida em que classificou o trabalho de Beauchamp de "desprezível". Entretanto, não condenou Abreu Lima de imediato, por acreditar que seu compatriota teria agido com boas intenções:

> Magoou-se profundamente o não só conhecer quantos usos, invenções e falsidades iam ser communicadas aos nossos jovens, por uma pessoa de boa fé, e provavelmente com os melhores desejos de acertar; mas também ver a importância que essa mesma pessoa, também sem o querer, acabava de reinvindicar para Beauchamp, que como escriptor publico, não inspira outro sentimento senão o do desprezo a quem louva a virtude, e respeita a propriedade mais sagrada que existe sobre a terra – a do entendimento.[457]

Em seguida, Varnhagen avaliou aquela referência. Acusou o escritor francês de ter plagiado a respeitável *História do Brasil* do "litterato e poeta inglez" Robert Southey, escrito em momento "em que a Europa volta seus olhos às transformações transcorridas com a vinda da família real para a América portuguesa". Uma condenação clara a abordagem de Abreu Lima a acontecimentos recentes e ainda, embaraçosos a alguns membros do IHGB. Lembrou que Southey fez uso da coleção de documentos do tio, Herbert Hill, reunida em mais de 30 anos de residência em Lisboa[458]. Valorizou o conteúdo do primeiro volume daquele trabalho, editado em 1810, pois abrangia "o que havia de mais essencial" para uma *História do Brasil*, a partir de uma necessária leitura e confrontação de muitos documentos. Sobre a obra de Southey concluiu:

> Não diremos que fez uma obra completa: elle mesmo reconheceu que não, quando em Dezembro de 1821 dizia avaliar quanto a mesma Historia do Brasil podia ser acrescentada por alguém, que viesse a compulsar os archivos em Lisboa; mas fez quanto pôde, e ninguém n´aquella época faria melhor.[459]

Segundo o juízo de Varnhagen, Beauchamp seria apenas um imitador mal intencionado de Southey que reproduziu para o francês a obra daquele historiador,

[457] Ibid. p. 62-63.
[458] Ibid. p. 63.
[459] Ibid. p. 62-63.

introduzindo somente algumas modificações para disfarçar o plágio, tanto do texto quanto da bibliografia consultada:

> Julga boa a especulação de uma História do Brasil em francez, quando n´elle estava um throno europeu, no qual se filavam os olhos e curiosidade dos povos, aproveita-se do trabalho alheio, procura disfarçar o plagio, dá a algumas idéas novas fórmas, supprime outras, sacrifica muitas das verdades histórica ao estylo fascinador, e por tanto mais perigoso e desconfiado de não lucrar tanto, tendo que esperar pela continuação do trabalho de Southey arranja o trabalho como pôde, e publica em 1815 um obra com o título de «Historia do Brasil » (...)
> É por Southey seguir o uso de todos os historiadores modernos de bom *criterio*, de citarem á margem, e em notas os fundamentos do seu juízo o discurso, procura metter a ridículo o *ser erudito*. Mas esquecido logo do que disso, vai ainda como arrempendido, pelas margens da obra de Southey sem conhecimento algum dos livros e dos auctores aproveitar as migalhas das suas citações, para em breve ostentar-se erudito ao prefácio!.[460]

Além do plágio, criticou a desvalorização feita pelo plagiador da obra do autor inglês, desqualificando sua "erudição" e ridicularizando Southey pela demora na publicação do segundo volume da *História do Brasil*, embora tenha tirado proveito dela. A essas cobranças o "poeta inglês" teria respondido com ironia e desprezo:

> (...) olhou com o riso de escarneo para o homem desprezível e indigno, lembrou-lhe os plágios que tinha feito ao seu compatriota *De Paissage*, e publicou no anno de 1817 mais dois grossos volumes, em continuação do primeiro [de 1810], confiando o resto á justiça dos contemporâneos, e ainda mais talvez á da posteridade, conscio de que uma reputação injustamente conquistada vem a soffrer por fim em compensação o desprezo.[461]

A crítica de Southey ao "desprezível plagiador" francês retomada por Varnhagen não deixa de atingir a obra de Abreu e Lima, pois, na verdade, acabou demonstrando que Lima não consultara Southey senão "atravez do falso prisma" de Beauchamp "cuja obra resumida foi apresentada em períodos pelo Sr. Abreu Lima". Segundo o Juízo, a obra de Beauchamp estaria esquecida se não fosse "pelo trabalho do Sr. Abreu e Lima". Apesar disso, o parecerista afirmou que não teve o intuito de polemizar ou prejudicar "a reputação" do autor avaliado e nem dos seus editores, e solicitou compreensão para "seus protestos",

[460] Ibid. p. 64.
[461] Ibid. p. 64-65.

pois foram motivados pelo "amor do justo" e pela convicção de estar prestando um serviço "ao Instituto, ao país, às ciências, à liberdade de expressão e à verdade":

> Para tudo pois quando vamos a dizer, temos primeiro que pedir a competente vênia do Sr. Abreu e Lima e rogar-lhe que aceite os nossos protestos firmes de que só o amor do justo é que nos move, e que assim somos tão poucos propensos a polemicas, e prezamos tanto respeitar as melindres do auctor, que quanto fica dito e vamos a dizer nada houvéramos escripto, a não ser a persuação, em que estamos, de que com este serviço, que desejamos prestar ao paiz e ao Instituto, a cujo exame submettemos este primeiro esboço do nosso juízo, só a alguns paragraphos da obra, em nada vamos offuscar a sua reputação, nem tão pouco prejudicar os dignos editores, que tão generosamente se prestaram á publicação de uma historia nacional com tanta nitidez. Não: as linhas que vamos escrever apenas têem a mira de se aproveitarem da garantia civilizadora, que mais devem ás sciencias os seus progressos, isto é, da liberdade da discussão, única que termina por adaptar a verdade.[462]

Julgou ainda, se caso fossem atendidas suas considerações e outras que o Instituto Histórico substituísse ou acrescentasse numa nova edição, ficaria satisfeito por ter "lançado uma pequena pedra n´esse edifício da nossa regeneração intelectual", desejada pelos brasileiros e por Abreu Lima. No entanto, também esclareceu que compêndios seriam trabalhos muito difíceis de se desenvolver em qualquer ciência, em especial um compêndio de História do Brasil, cujos fatos ainda eram desconhecidos e não averiguados. Dificuldade admitida pelo próprio Abreu Lima ao justificar sua estreita dependência de outros textos, tanto no que dizia respeito às informações quanto aos estilos da escrita:

> (...) o nosso compatriota lava as mãos de toda a accusação, quando é o primeiro a dizer que « não compulsou archivos, nem repassou livros», mas apenas compilou de vários auctores, o que pelos saltos, as vezes repentinos, produziu desigualdade de estylo, que o mesmo Sr. não desconhece, antes é também o primeiro a confessar. « A variedade pois do estylo, diz elle, que se encontra no meu compendio, não é um defeito, como se poderia suppôr, mas tão pouco é filha da arte; pois que, como já disse muito pouco há na própria redacção; extractando ou copiando, conservei muito de propósito o estylo dos auctores, de que me servi, alterando poucas vezes uma ou outra palavra, uma ou outra phrase.» [463]

Amparado nessas declarações, liberou Abreu Lima de maiores responsabilidades quanto à solidez das informações contidas no *Compêndio*, e esclareceu que a avaliação se

[462] Ibid. p. 65-66.
[463] Ibid. p. 66.

restringiria à parte reproduzida da obra de Beauchamp. Contudo, não deixou de aconselhar que o mais correto tivesse sido recorrer ao original de Southey, conforme fizera John Armitage, em sua História do Brasil[464]. Com essa indicação, o avaliador deu por encerrado um "preâmbulo" sobre a obra. Afirmou que apesar de "enfadonha", essa anatomia foi necessária para reconhecer em quais momentos a obra de Abreu Lima copiou Beauchamp:

> Tirando uma ou outra nota, uma ou outra phrase, todo o *Compêndio* desde a pagina 27 até pág. 257 (do primeiro volume se entende, pois que o segundo é quase todo formado de documentos especialmente modernos de 20 annos pra cá), todo o *Compendio*, dizemos, não é mais do que um amontoado de pedaços da traducção portugueza de Beauchamp, tirados seguidamente, desde a pág. 99 do tomo 1.° até uma das ultimas paginas, das que foram vertidas, até a pag. 274 do tomo 6° (...).[465]

Para demonstrar a expressiva presença do autor francês no *Compêndio*, Varnhagen cotejou os dois textos transcrevendo-os em duas colunas, o trabalho francês e a obra de Abreu Lima, um ao lado do outro. Pretendia, com isso, proporcionar uma "idéa do systema de redacção, por ventura commodo de mais, que é seguido no Compendio"[466], mas também, identificar possíveis plágios no trabalho de seu compatriota, além de acusar equívocos na fonte francesa sobre a história do Brasil. Dessa forma, antes mesmo de transcrever os primeiros trechos para comparação, Varnhagen desqualificou as considerações de Beauchamp sobre os indígenas do Brasil e acusou, pela primeira vez, Abreu Lima de plágio:

> Capitulo 5° pág. 27 a 42. – *Na tradução de Beauchamp Tomo I, pág. 99 a 133.*
>
> Este paragrapho, ou antes Tit. 5.° do cap. 1.°, a respeito dos indígenas do Brasil, de nenhuma emenda nos parece susceptível, a não ser fazel-o todo de novo. O *S* 1.° é exactamente o mesmo do de pág. 99, citada d´onde foi copiado, com a diferença única de escrever –*quase todas errantes*- onde estava –*muitas errantes.*- Os *SS* 2, 3, 4 &c., são igualmente os que se seguem depois de um corte feito dois mais indifferentes; e assim successivamente se continua este, permitta-se-nos dizel-o, pio plágio até o fim.[467] (grifos nossos)

[464] Ibid. p. 67.
[465] Ibid. p. 66.
[466] Ibid. p. 66.
[467] Ibid. p. 67-68.

Então, passou a demonstrar o "plágio até o fim". Avaliou que os dois autores foram peregrinando página a página pelas mesmas idéias. Transcreveu, do quinto capitulo do *Compêndio* de Abreu Lima, quatro trechos emparelhados com trechos da obra de Beauchamp, das páginas 88 a 133 do Tomo 1. O primeiro trecho cotejado mencionou a distância de 1500 léguas entre a colônia e a metrópole, e que ela havia sido inicialmente desprezada pelos colonizadores portugueses, para depois, tornar-se "refúgio" da monarquia lusitana. O cotejamento seguinte se referiu à existência de mais de cem nações indígenas espalhadas pelo território colonial, quando da chegada do primeiro português,. A terceira comparação, que segundo o juízo encerraria a parte histórica, refere-se à chegada da família real portuguesa ao Brasil e as potencialidades do porto do Rio de Janeiro[468]. Podemos nos certificar como indicou Varnhagen, da prática de plágio, pois com a exceção da terceira comparação, onde o texto de Abreu Lima é um pouco mais resumido, todos os outros são idênticos. O parecerista sugeriu correções históricas e que trechos fossem reescritos. Varnhagen, ainda, considerou tais erros como de responsabilidade do autor francês, já que, naquelas partes, Abreu Lima não criara um estilo próprio, favorecendo os autores consultados:

> Ora, se ainda que, como dizemos, este título não é susceptível de correcção, senão escrevendo outro novo, não passaremos d´elle sem fazermos algumas reflexões, que sobre erros ou faltas mais frisantes, já se sabe, vão todas apenas contender com Beauchamp, ou com o seu traductor portuguez, uma vez que o Compendio professa obnegações de um estylo proprio seu a favor dos auctores de que serviu.[469]

Discordou o parecerista, logo em seguida, do uso da palavra *brasileiro* para designar grupos de indígenas selvagens, castas ou nações. Apontou que a expressão *índio*, embora imprópria, seria a mais adequada, bastando somente adicionar o nome da nação ou da casta como complemento. Esse procedimento evitaria os "*quis pro quos*" que apareceram no *Compêndio* como, por exemplo, a frase: "nem todos os brasileiros eram anthropophagos (pag. 32, &c)" ou "Seguindo quase sempre o instincto da natureza os brasileiros possuem algumas virtudes sociaes (pag. 34 &c)". Para esses casos, alertou Varnhagen, o melhor seria utilizar "os adjetivos brasiliense, brasiliano; e quando em referencia aos indígenas, o

[468] Ibid. p. 68-69.
[469] Ibid. p. 70.

nome de *brasis*, que é o único empregado pelos clássicos, e que tem a vantagem de ser mais curto"[470].

Ainda sobre as nações indígenas, lastimou que o *Compêndio* não recorresse à opinião dos críticos e historiadores modernos, como a de von Martius, defensor da idéia "de que nunca houve no Brasil uma grande nação de indios tapuyas". Segundo o avaliador, a expressão não denominaria a existência uma única nação indígena, pois em língua geral, tapuya designaria genericamente "inimigo", aplicando-se, portanto, a toda e qualquer nação na condição de oponente. Ou seja, os grupos indígenas chamavam seus rivais de *tapuyas*. Da mesma maneira, utilizou-se da expressão *bugres* em São Paulo, palavra que designaria "escravos". Contudo, todos os indígenas com os quais se conversou nas regiões dos rios Paranapanema, Fachina e Curityba diziam não serem *bugres*, "e todavia é esse o nome que por lá damos aos índios não domiciliados". Criticou ainda, o uso incorreto de histórias indígenas, de nomenclaturas e de uma acentuação utilizada pelo *Compêndio*, nas palavras de origem indígena:

> Tambem sentimos que se désse credito ás historias de tupis, derivadas de *tupa*, que encerram a sua theologia, que são tudo cousas ditas no ar. Além de que veja-se bem que nunca existiu rio algum 5 graus distante do Camamú, chamado *Circere*; mas sim o bem conhecido *Cricaré*. *Syputaba*, que vem nos dois exemplares, deve ser de accentos é tão sensível erro nas palavras brasílicas, principalmente n´um Compendio, como os accentos demasiados, taes como o que se lê na ultima palavra de Tupinambazanás (pág. 108).
> E que diremos d´essa serie de nomes de nações índias, de que nunca ninguém ouviu se quer sonsa elles approximados! A custo se descobre que por *marcajas* se quis fallar dos *marcaiás*:por *jeicos* dos *iccós* do Rio Grande do Norte; (...) [471]

Desconfiou também, de uma série de nomes atribuídos aos grupos indígenas presentes no livro, ironizando o desconhecimento de Abreu Lima e acusando Beauchamp de ter inventado tais nomes para encher algumas páginas de sua obra:

> E sobre tudo que galante cousa não são os pigmeus (!!) *aguigiros*, e os exquisitões ignigracuphos? O próprio Beauchamp que viesse do outro mundo não sabemos dizer, e muito menos o Sr. A. Lima, que com elle até quis ser novo Guliver indo achar nos sertões do Brasil gente como a

[470] Ibid. p. 70.
[471] Ibid. p. 71.

> do Lilliput. Parece-nos que Beauchamp, para encher algumas paginas que lhe faltavam para completar o capitulo, inventou todos estes nomes. Era muito capaz de o fazer, e os *ighigracuphos* bem parecem inventados....[472]

Apesar da desconfiança em relação ao trabalho de Beauchamp, o Juízo anotou que Abreu Lima excluiu, sem maiores critérios, muitos grupos ali abordados, considerando que uma vez mencionados alguns, o autor brasileiro deveria copiar todos os presentes no trecho reproduzido. E concluiu:

> (...) melhor fora que o tivesse feito a todo o capitulo até ao ultimo paragrapho, com que ambos rematam (*), apenas com mais variantes em palavras do que em todos os outros, copiados quase sempre ipsis verbis. Porém a respeito de nações sobre indígenas nada achamos mais curioso de que a longa perigrinação que o famoso chefe do Maranhão *Japi-Assú* se dá a entender (pág. 86 do Compendio) ter elle feito desde o Rio de Janeiro até o Amazonas por terra e a pé s´talvez para ir lá no século seguinte, pelos annos de 1614, proteger os francezes contra os colonos portuguezes, como fez. D´esta vez, como de muitas outras, esqueceu-se o Sr. Abreu Lima de que tinha a confiança em si, asseverado no prefacio que organizára os factos em serie, por meio de uma muita exacta deducação cronologica[473] (grifos nossos)

Ao analisar o 2° capítulo, Varnhagen mostrou novamente que "quase todas as considerações que vamos dizer nada tem haver com o auctor do *Compendio*", mas com Beauchamp. Apesar disso, considerou que Abreu Lima confiara demais, "a ponto de copiar como por habito" e de não dar a devida atenção a documentos já conhecidos e publicados pelo IHGB, procedimento que deu origem a vários equívocos.

O primeiro deles aparece no cotejamento entre o *Compêndio* e outro trecho da obra de Beauchamp (também copiado de Southey) onde os autores abordam a criação das capitanias hereditárias. Nele percebe-se que as diferenças são mínimas, a não ser por uma nota de Abreu Lima – que Varnhagen põe em evidência – na qual o autor brasileiro indicou a existência de informações documentais sobre títulos de doação e cartas de foral publicadas pelo Instituto Histórico em 1839. Nesse momento, o parecerista acusou Abreu Lima de não ter dado a devida atenção ao documento, "pois que em tal caso teria modificado alguma cousa as expressões de que se serviu Beauchamp"[474]. Ou seja, alegou

[472] Ibid. p. 71-72.
[473] Ibid. p. 72.
[474] Ibid. p. 73-74.

que o autor do *Compêndio* "limitou em nove" o número de donatários das capitanias do tempo de D. João III, apesar dos documentos que conhecia mencionarem doze donatários.

Segundo o Juízo, um importante critério para a escrita da história seria a consulta da documentação própria do país já divulgada, medida eficaz contra as "invenções" presentes no *Compêndio*. Dessa maneira, avaliando o "que se disse errado", Varnhagen cobrou de Abreu Lima o conhecimento de todos os documentos e obras que, com a ajuda do Imperador e com o empenho do IHGB, estariam sendo colecionados e divulgados para melhor servir na tarefa de escrever uma história do Brasil. A critica destacou o "descuido" do *Compêndio* por não ter averiguado as informações contidas em Beauchamp, por sua vez copiadas de Southey. No entanto, Varnhagen eximiu o poeta inglês de tais erros, pois no momento em que publicara sua obra (1810), essas "verdades" sobre os donatários e suas capitanias ainda não tinham sido descobertas[475].

> Perdoe-nos o Sr. Abreu e Lima que ao admitamos a sua conciliação, que, quando temos documentos positivos que fallam, a historia não póde inventar, nem fazer conciliações. (...) Pois os melhores e mais seguros guias quer para a historia de que os próprios documentos originaes e autographos, guardados nos archivos de um paiz, que os conservou sempre no maior recato, e que são submetidos a exames paleographos, quando há n´elles a mínima suspeita ![476] (grifos nossos)

Um segundo "erro" de Beauchamp preservado no *Compêndio,* apesar da disponibilidade de informações documentais, diz respeito a Martim Affonso de Souza como primeiro donatário de uma capitania no Brasil. Para o Juízo, essa informação se opõe aos dados contidos na carta de D. João III (1532) - copiada em notas no diário de Pero Lopes e publicada pelo Instituto – que Varnhagen acreditou ter sido lida pelo Sr. Lima. A respectiva carta mencionaria que o rei já havia adotado o sistema de distribuição de terras a donatários (1° de Março de 1532), "e em todo caso Martins Affonso não foi possuidor de terras antes de Pero Lopes". E completou: Martin Affonso de Souza não desembarcou como donatário em São Vicente; São Vicente (e não Santo Amaro) foi a primeira colônia estabelecida pelos portugueses na América. Ainda afirmou: Abreu Lima saberia que Martim Affonso não

[475] Ibid. p. 75-77
[476] Ibid. p. 72.

havia permanecido no Brasil mais do que um ano como presidente da colônia de São Vicente caso tivesse lido a biografia do donatário[477].

Outros equívocos relacionados à presença de Beauchamp no *Compêndio* diziam respeito ao local de morte de Pero Lopes e a aspectos atribuídos à história de Diogo Álvares (o Caramuru):

> Seguia-se fallarmos de Diogo Álvares (não Alves Corrêa), o celebre Caramuru, e da sua falsa etymologia de *dragão do mar e filho do trovão* (como se uma ou outra fossem a mesma coisa); e da sua Paraguasú, e da ida à França, e do nome Catharina que lhe deu a rainha d´este Estado, com que aquella se ensoberbeceu (!!); e por fim da violenta opposição do mesmo Caramuru ao donatário da Bahia: mas essa questão, força é dizel-o, não está ainda pela imprensa sufficientemente tratada e documentada, para o escriptor do *Compendio* poder assenhorear-se d´ella. Houve alguém (por ora está no sigillo do concurso) que emprehendeu estudal-a, e só aguardamos o juízo do Instituto Histórico e Geographico sobre as opiniões a tal respeito a seguir.[478]

Varnhagen destacou do primeiro capítulo do Compêndio, onde Abreu Lima abordara o início da colonização, algumas escolhas equivocadas como: a afirmação de que Cristóvão Jacques chefiara uma expedição a Colônia portuguesa na América em 1503, quando na verdade fora em 1526; que Martim Afonso aportara em São Vicente em 1531, quando isso acontecera em 1532; e que sua armada apreendera somente dois navios franceses. E, ainda, que a América tivera um papel secundário nas explorações portuguesas, opinião contrária à do parecerista e à do Visconde de São Leopoldo. Nesse sentido, Varnhagen discordou das afirmações feitas no prospecto da obra analisada, produzido pelos editores, no qual se afirmou ter o autor consultado tudo que se havia publicado desde o séc. XVI até aquele momento; e que também, por ele, muitos fatos haviam sido corrigidos e elucidados[479].

Por fim, Varnhagen contestou "opiniões não aceitáveis" sobre os "paulistas". Assim, como "Paulista", não aceitou "injurias" ao passado de seus compatriotas, muitas delas feitas por influência de jesuítas espanhóis. Contrapondo-se a essas opiniões, considerou os paulistas "descobridores dos sertões brasílicos até o Paraná a cujos esforços, e derrotas, que deram aos hespanhoes, o império deve hoje a extensão vasta de seus

[477] Ibid. p. 77.
[478] Ibid. p. 79.
[479] Ibid. p. 79-80.

limites". Esclareceu que tais "injurias" já haviam sido rebatidas anteriormente por fr. Gaspar de Madre de Deus em suas *Memórias para a historia da capitania de S. Vicente, hoje chamada S. Paulo*. Ilustrando as opiniões de Beuachamp, e conseqüentemente de Abreu Lima sobre os paulistas, Varnhagen transcreveu outros trechos emparelhados de cada autor, os quais os paulistas aparecem como "castas perversas" (em Beauchamp) e "raça perversa" (em Abreu Lima); como "uma população inquieta e turbulenta" (em Beauchamp) e "população perversa" (em Abreu Lima). No entanto, o que mais desagradou ao avaliador foi a comparação feita entre os paulistas e os "mamelucos, que lhes fez dar a sua semelhança com os salteadores do Egypto moderno"[480].

Apesar dessa "indignação", Varnhagen tentou amenizar as restrições feitas por Abreu Lima aos paulistas considerando que o "mal dito" do autor não "foi por querer", mas pelo seu apoio em Beauchamp. No entanto, aconselhou Abreu Lima a recorrer a outro trecho, no qual o plagiário francês emprestou de Southey uma opinião positiva dos paulistas, apesar de contraditória com as primeiras afirmações:

> Em contraposição pois ao que fora dito contra os paulistas, vem este período emprestado do A. inglez. (tom. 1.° pag. 346)
>
> « Entretanto formava-se no Brasil uma nova raça de mestiços que por sua perseverança nos trabalhos, por seu valor altivo e mais que tudo por sua independencia quasi selvagem, tinha de assegurar para si, o para a dynastia de Bragança, a posição das mais ricas minas, e de mais bella porção do mundo habitavel.[481]

Discordou ainda, da forma como no *Compêndio* relatou uma espécie de rebelião religiosa e política dos paulistas que resultou na expulsão dos jesuítas de S. Paulo, em 1640:

> Mas nada mais fora da verdade, e até da verosimelhança do que a maneira de se contar a historia dos feitos dos paulistas, quando expulsaram os jesuítas em 1640. É tal que há de ficar sem resposta, e só deixando-nos saudosos do que o novo scisma improvisado, não tivesse também tido o seu Mafoma e a sua Meca, para ficar mais completo e ser mais galante. Vejamos lá a pag. 207 do Compendio. « Criaram (os paulistas) uma seita, nomeiam um chefe da nova igreja a quem deram o nome de papa.; (já tivemos um anti papa no Brasil !!) institue sacerdotes, fundam collegios, e prégam uma doutrina favorável a seus sórdidos interesses, resultando d´ahi uma mescla impura do christianismo com as

[480] Ibid. p. 82.
[481] Ibid. p. 82.

> supertições brasílicas. Organizaram também uma nova forma de governo, crearam tribunais, etc.[482]

A ironia com que tratou a narrativa do episódio, considerando-a divertida por demonstrar a existência de uma seita contrária ao catolicismo no Brasil, deixou claro seu ácido desacordo com Abreu Lima e a sua desaprovação à obra avaliada, e não somente a Affonso de Beauchamp, conforme declarara várias vezes. A ironia se expressou ainda no recado final enviado ao autor: *Et* voila comme on écrit l´histoire ! E de forma mais contundente, reiterou como a Historia do Brasil não deveria ser escrita – ou seja, "pela especulação estrangeira" – reproduzindo trecho do próprio prospecto do *Compêndio* que advertia aos letrados sobre a necessidade daquela tarefa ser realizada por uma "penna nacional". Ou seja, o livro contradizia seus princípios e objetivos:

> « A dignidade do paiz (diz o prospecto da obra do Sr. Abreu Lima) e a illustração do povo brasileiro, exigiram que uma *penna nacional* se occupasse, pela primeira vez, de escrever a sua história, visto que até agora não possuímos, além de poucos escriptos dos séculos XVI e XVII, senão algumas memórias incompletas, ou esquecidas em mãos particulares. Era doloroso ver que a historia do Brasil se tivesse tornado uma *especulação estrangeira*, e que se importassem no paiz todas as falsidades, que resumbram em cada página dessas produções, empestadas de mão gosto, e recheadas de insultos à intelligencia nacional.».[483]

Na década de 1850, a acidez com que alguns desacordos foram tratados pelos membros do Instituto se tornou mais explícito. Junto de cada Parecer foram publicados notas, apêndices e até mesmo, novos pareceres. Duas obras inflamaram o debate: o *Índice cronológico dos fatos mais notáveis da História do Brasil, desde seu descobrimento em 1500 até 1849, seguido de um sucinto esboço do estado do país ao findar o ano de 1849* do Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro e a *Memória histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevidéo*, por J. J. Machado de Oliveira.

O autor do Índice Cronológico, Perdigão Malheiro, nasceu na cidade de Campanha em 1824, na província de Minas Gerais. Foi filho de pai com o mesmo nome nascido em Portugal e de D. Urbana Cândida dos Reis Perdigão. Cursou Bacharel em Letras pelo Imperial Colégio D. Pedro II no Rio de Janeiro, mas se formou Doutor em Ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de São Paulo. Quando o Parecer de Diogo da Silva Bivar

[482] Ibid. p. 83.
[483] Ibid. p. 83.

ao Índice cronológico foi lido, Malheiro advogava na cidade do Rio de Janeiro e no Conselho d´Estado.

Na leitura que ocorreu em 22 de novembro de 1850, o Sr. Bivar se concentrou no que estaria faltando ao Índice, em equívocos cometidos pelo autor e desacordos sobre o descobrimento do Brasil. Numerou sua exposição em 24 pontos. O primeiro ponto foi um alerta. Bivar lembrou que o autor do Índice não pretendia escrever uma História do Brasil, "mas tam somente a registrar, pela serie dos annos, os factos que devem servir de material" nesta atividade. Em seguida, criticou a arranjo do Índice, organizado por título que abrangeriam quase um século. Para Diogo, um título serviria para designar o conteúdo da matéria e não, passar a idéia de alguns anos[484].

Nos pontos seguintes, o Parecer levantou questões referentes aos relatos da viagem de Pedro Álvares Cabral e sobre a causalidade (ou não) do descobrimento do Brasil:

> 3. Começa o A., em 1500, por dizer que partindo de Lisboa com destino à Índia, uma esquadrilha sob o commando de Pedro Alves Cabral, obrigado este a descambar (são as suas próprias palavras) para o O., afim de desviar-se das costas, acossado pelos ventos e impelido cada vez mais para este rumo, a *entregue assim á mercê da Providencia*, avistára as terras da América meridional em 22 de Abril..[485]

Desta maneira, o autor começou com a partida da esquadrilha, que sob comando de Cabral seguiu viagem de Lisboa com destino à Índia, foi atingida por um vento que a levou cada vez mais para Oeste, acabando assim, *entregue assim á mercê da Providencia*. Para o parecerista, um fato tão significativo como a chegada dos portugueses à América, ou melhor, o marco de partida para a História do Brasil, não resultaria do acaso ou, de algo divino:

> 4. Ora este – entregue assim à mercê da Providencia – a cuja conta aliás todos nós andamos, não deve passar desapercebido pela crítica, porque similhante modo de exprimir, dá logar a pensar que a navegação de Pedro Alves Cabral fora obra do acaso, o da sorte dos ventos, em ter parte n´ella a previsão do navegador, o que assim não é.[486]

[484] BIVAR, Diogo Soares da Silva de. Parecer sobre o Índice chronologico do Sr. Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro. Revista do IHGB. 3° Série - 1° Trimestre. T. 15. Rio de Janeiro. 1852. p. 75
[485] Ibid. p. 75.
[486] Ibid. p. 75.

Contrário ao acaso descrito no Índice, Diogo expôs sua versão deste fato: a esquadra teria saído de Lisboa em 9 de Março com vento favorável, mas que no dia 22 do mesmo mês, os navios foram atingidos por um temporal. Após este episódio e para fugir da calmaria, a esquadra saiu para oeste, para melhor dobrar o cabo da boa esperança, mas como desviou demasiadamente, deparou-se com terras desconhecidas em 22 de Abril. Esclareceu ainda, que esta versão já havia sido escrita há mais de 40 anos, num resumo impresso sobre a vida de Cabral. Conclui:

> 6. Logo Pedro Alves Cabral não se entregou aos mares como fatalista, que é que de alguma maneira que dizer – á mercê da Providencia - ; traçou a sua derrota para a Índia por um trilho novo, e si n´este trilho avistou a descobrir a terra de Santa Cruz, a achada pode-se dizer casual, mas os meios que conduziram á descoberta não foram por certo casuaes.[487] [grifos nosssos]

Desfeita a confusão, o Parecer levantou o que estaria faltando ao Índice sobre a chegada dos portugueses a América: como o registro correto do dia da partida de Cabral; ou de quando foi celebrado o sacrifício incruento e a reação dos indígenas ao episódio. Por fim, coloca-se contrário a descrição feita pelo Índice que depreciaria a esquadra de navios sob o comando Pedro A. Cabral, pois na realidade, segundo Diego Soares da S. Bivar, Cabral foi responsável por comandar "treze vélas, sendo 10 caravelas e 3 navios redondos, nos quaes vinham embarcados 1.200 homens de armas!"[488].

Esclarecidas as circunstâncias do "descobrimento de Brasil", o Parecer continuou sua avaliação. Levantou outros detalhes que faltaram ao Índice e alguns equívocos. Assim, no item 8 faltou informar, segundo o Parecer, que em 1502 foi o ano em que Fernando de Noronha descobriu a ilha que levou seu nome; no item 10, disse que em 1549 vieram à Bahia os primeiros jesuítas, mas faltou mencionar que junto vieram também ministros, militares, homens de oficio e alguns degredados num número de cerca de mil pessoas; no item 11, disse quem foi o 1° Bispo do Brasil, mas não o fim que este levou; no item 13, desejou o Parecer que se fosse informado, além do nome do primeiro governador geral da Bahia (Luiz de Brito de Almeida), que ele foi o primeiro que extraiu pau-brasil e foi fundador, com auxílio do padre Ignácio de Azevedo, da primeira igreja dos jesuítas; no item 20, confirmou a posse D. Francisco Rolin de Moura após a expulsão dos holandeses

[487] Ibid. p. 75.
[488] Ibid. p. 76.

da Bahia, mas sentiu falta do relato de um episódio ocorrido durante a guerra de restauração: um escravo subiu num jenipapo e matou a pedradas todo holandês que pudesse e por isso, ganhou a liberdade e foi nomeado capitão num forte com o seu nome – Santo Antonio, edificado no local do jenipapo; no item 21 e 23, o Parecer criticou o autor por não ter mencionado os governadores que sucederam a Francisco Rolin e os nomes dos governadores instituídos entre os anos de 1650 a 1675; e finalmente, no ultimo item, de número 24:

> 24. Não lembrou ao A., que a rainha a Sr. D. Luiza, regente do reino na menoridade de seu filo D. Affonso VI, dividira o governo geral do Brazil em duas repartições, do norte e do sul, nomeando para esta o celebrado Salvador Correia de Sá e Benevides. E ainda que desde então a maior parte das capitanias foram governadas por governadores, já com a patente de capitães mores governadores, já com a de capitães generaes, sem immediata sugeição ao governo geral, tadavia com a sede d´este ora com a patente de vice-rei, ora sem ella, continuou sempre na Bahia, parece, que devia o A. continuar tambem a serie desde 1678 até a época em que a capital de todo o estado se transferiu para o Rio de Janeiro. (...)[489] [grifos nossos]

Encerrou o mesmo item, listando os nomes dos governadores que estariam faltando à obra de Perdigão Malheiro. Nos itens 17 e 18, o Parecer indicou tanto o que faltou ao Índice, quanto o que nele, errou o autor. Assim, teria faltado mencionar alguns governadores entre 1602 a 1621 e teria errado a data (não sendo 1603 e nem 1622), em que os governadores Diogo Bueno e Mendonça Furtado tomaram posse; da mesma forma, no item 19, para o Parecer, o autor do Índice esqueceu de registrar a data da rendição dos Holandeses. No mesmo item, o Parecer apontou que o Índice errou a data da entrada da armada de D. Fradique de Toledo Osório na Bahia.

Em outros itens, o parecer indicou equívocos na datação de eventos e dos nomes dos envolvidos. Como no item 14, em que Malheiro, segundo o Parecer, trocou o nome de Lourenço da Veiga por Diogo Lourenço e no item 15, trocou a data de 1584, da chegada do governador Manoel Telles Barreto, por 1582; o Parecer indicou no item 16: "Não é de todo exacto", que o governador interino Christovão de Barros recebeu ordem de expulsar índios que "infestavam algumas povoações" e faltou mencionar que Barros seria também,

[489] Ibid. p. 75.

provedor da real fazenda; outro erro foi apontado no item 22: "O ataque da Bahia por Segismundo creio ter sido em 8 de março de 1647, e não em 1646"[490].

Até o momento, o Parecer apresentou vinte e quatro pontos sobre o Índice cronológico de Perdigão Malheiro. Como todos os itens mencionados se relacionavam com eventos anteriores ao século XIX, Diogo Soares Bivar esclareceu sua opção por abordar mais o passado, do que momentos mais contemporâneos:

> Tenho-me demorado muito no que respeita á historia do Brazil até os fins de seculo passado, mas pouco direi pelo que toca ao em que vivemos, já porque todos os factos não consignados no índice são por nós todos sabidos, já porque a fazer resenha de tudo o que me parece devêra notar-se ou registrar-se no Índice Chronologico, e ahi não está, me empenharia em obra sobejamente comprida, e para a qual me falta habilidade sufficiente e tempo tambem.[491]

Assim, justificou que apesar dos eventos da História do Brasil contemporâneos ao parecerista serem conhecidos de todos e que tal empreitada tornaria o Índice excessivamente extenso, o autor do Parecer fez mais algumas observações, mas "não para argüir, mas para lembrar e rectificar"[492].

Nesse sentido, o Parecer apontou o que faltou ao Índice sobre a transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Brasil. Chamou a descrição de *minguada*, pois não informaria o dia da sua saída; nem a força de sua esquadra; nem o encontro da esquadra portuguesa com a inglesa, que veio saldar e acompanhar os integrantes da corte; afirmou que não teve lugar no Índice o nome do almirante Manuel da Cunha Souto-maior que dirigiu a armada durante uma tormenta e o nome do almirante Sidney Smith, que comandou a esquadra britânica; o Parecer indicou que Malheiro se esqueceu, que a mesma nau levou o príncipe regente e a rainha a Sr. D. Maria I; equivocou-se na data da chegada desta nau ao Rio de Janeiro e se esqueceu ainda, de mencionar que a princesa D. Maria Benedicta, tendo chegado antes de seu sobrinho e de sua irmã, esperou os dois para desembarcar. Para o parecerista, este dado sobre memória da princesa não poderia "escapar ao historiador do tempo"; notou que o Índice não menciona o nome do oficial que tomou a "Caiena franceza"; e ainda, indicou o que seria essencial para o leitor do Índice e para o historiador:

[490] Ibid. p. 75-81.
[491] Ibid. p. 82.
[492] Ibid. p. 82.

> Noto mais, que, registrando o A. os tratados com a Gran-Bretanha, assignados em 10 de Fevereiro de 1810, em que os quaes, diz elle, se estipulou muita cousa acerca do Brazil, não especifique d´essa muita cousa, o que é de mais essencial para conhecimento do leitor e do historiador, e vem a ser a declaração magnânima do Brazil, e a abolição do trafico da escravatura nos portos da costa d´Africa, que não pertencessem ao domínio da corôa de Portugal.[493] [grifos nossos]

O parecer indicou como inexatos alguns fatos ocorridos no ano de 1815. Bivar lembrou que, segundo o Índice, neste ano, a Inglaterra assinou em Viena a convenção determinando o pagamento de uma indenização aos cofres portugueses de trezentas mil libras, pelo aprisionamento de seus navios e um tratado, encerrando no Brasil o comércio de escravos ao norte do equador. No entanto, Bivar sentindo a falta de um evento considerado por ele importante, questionou-se:

> E porque não registrou o A. no seu índice, que o príncipe regente de Portugal e do Brasil fora por seus plenipotenciários um dos signatários do tratado de paz geral, e que n´esta alta cathegoria tivera assento no famoso congresso de Vienna, aberto em 3 de novembro de 1814, e fundado em 9 de junho seguinte, figurando assim e merecidademente, esteve os maiores potentados do mundo ?[494] [grifos nossos]

Uma última crítica, antes do encerramento do Parecer, foi feita por Bivar ao Índice: Perdigão Malheiro deveria somente registrar os fatos e não moralizá-los. Neste sentido, o parecer condenou cinco momentos da obra: uma reflexão sobre os cursos jurídicos; a argüição sobre o tratado de comércio fechado com a Inglaterra em 1817; o discurso contra as exigências da França; opinião sob a lei de interpretação do ato adicional; e a condenação do governo no conflito com as guardas nacionais. Com estas considerações e um último aviso, o Parecer foi encerrado com um o desacordo sob o número de habitantes existentes no Brasil, daquele momento:

> Tal é, senhores, o que me ocorre dizer sobre o índice chronologico de que é questão. A sai apreciação pertence ao Instituto. Quanto ao succinto esboço do estado do Brazil nos fins do anno próximo passado, e que vem por modo de appendice ao índice, abstenho-me de entrar na sua analyse, que me levaria a considerações mui profundas e quiçá impertinentes. Reconhecendo por boas as interpretações do A., e n´ella estudo e talento, direi contudo que me parece algum tanto exagerado na sua exposição de estado do paiz; e accrescentarei que de nenhuma sorte me conformo com

[493] Ibid. p. 83.
[494] Ibid. p. 83-84.

> o calculo da população do Brazil orçada pelo A. em sete a oito milhões de habitantes, sendo três de escravos. Ora entre 7 e 8, tomados os numeros em abstrato, a diferença já é muita, Seja o que fôr; o que não póde haver estatística, por mais que ella se estique, que dê o resultado dos cálculos do A., ou mesmo que se lhe aproxime. [495] [grifos nossos]

Mesmo assinalando sua despretensão em analisar o esboço do Índice sobre a contemporaneidade no Brasil, Diogo Soares da Silva Bivar considerou incorreta a cifra de 7 a 8 milhões de habitantes, como indicado no Índice Cronológico de Perdigão Malheiro.

No entanto, os desacordos não se encerram junto com o Parecer, pois foi publicado na Revista do Instituo dois outros artigos, onde posições se confrontaram. Um Apêndice e uma Nota, cada qual, à sua forma, discordando de Bivar. O primeiro, publicado como extensão da avaliação, foi oferecido ao Instituto Histórico pouco mais de seis meses depois da leitura do Parecer feito por Bivar e, foi escrito por Joaquim Caetano da Silva. O segundo, uma curta Nota escrita por Candido Batista de Oliveira sobre a posição de Bivar com relação ao número da população existente no Brasil.

No Apêndice, Joaquim Caetano lançou mão de várias referências, que colocaram em dúvida as indicações contidas no Parecer. Foram quarenta e sete dúvidas apresentadas no apêndice. Vejamos um exemplo do procedimento empregado por Caetano:

> 5° Duvida. Ensina o sábio Censor, no mesmo paragrapho 10, que nas mil e tanta pessoas, que Thomé de Souza trouxe para colonizar o Bahia, vinham *alguns* degradados. Porém Gabriel Soares, Mariz, o padre Simão de Vasconcellos, Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatão, Robert Southey, e o Sr. Ignácio de Cerqueira e Silva, declaram, que eram 400.
> Soares: parte 2° cap. 1; na Coll. Ultr. T. 3, p.96; na Corogr. do padre Ayres, t.2 p. 93.
> Mariz: Dialogo 5° cap. 2; edição de 1758, t. 2. p. 43.
> Vasconcellos: *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil,* 1663; b. 1. n. 42.
> Jaboatão: *Orbe Seráfico Novo Brasílico*, 1761; p.75.
> Southey: *History of Brazil*, 1810; t. 1. p. 213.
> Accioli: Memorias historicas e politicas da provincial da Bahia, 1835; t. 1. p. 65. [496] [grifos nossos]

Deste modo, o autor do Apêndice primeiro apresentou a sua dúvida, e depois listou as referências contrárias às argumentações do parecerista. Neste artigo, foi mencionada uma ampla gama de publicações contemporâneas ao Instituto, de trabalhos escritos no

[495] Ibid. p. 84-85.
[496] Ibid. p. 89.

período da colonização portuguesa, além de memórias, cartas e documentos oficiais, configurando-se na "herança preciosa" do início deste capítulo. Joaquim Caetano da Silva citou trabalhos de autores como Alexandre Humboldt, Robert Southey, Rocha Pita, Gabriel Soares de Souza, Fr. Antonio de Santa Maria Jaboatão, Bernardo Pereira Berredo, Pêro Magalhães Gândavo, e até, Adolfo de Varnhagen.

Com este suporte, Caetano indicou um descompasso entre a análise de Bivar e uma dezena de outros trabalhos que o antecederam. Começou pelos eventos relacionados à viagem de Cabral. Assim, Bivar ensinaria que se escreve Pedro *Alves* Cabral e as referências citadas por Caetano: *Alvares* "e *Alvares* leu o Sr. Francisco Adolfo de Vanhagen na própria campa de Cabral". Quanto ao temporal que assolou a nau de Cabral, apontado por Bivar, Caetano discordou baseado no relato do piloto (bacharel Mestre João) e a declaração do escrivão (Pero Vaz de Caminha) "que não houve vento forte nem contrario"[497]. Com o relato do astrônomo que acompanhava a viagem, o autor do Apêndice colocou em dúvida a narração sobre a rota marítima que levou Cabral ao "descobrimento". O restante das dúvidas são desacordos quanto a nomes, datas de eventos abordados no Parecer e assim, tendo apresentado todas as quarenta e sete dúvidas sobre o Parecer, o Apêndice ironizou os desacordos que causaram as suas dúvidas e teceu uma conclusão isentando o autor do Índice Cronológico:

> Ou erram todas aquellas graves autoridades, ou erra o sabio Censor. (...) Na collisão de tantos nomes com tamanho nome, enleia-se o discernimento. Mas, onde quer que esteja o erro, fica sempre certo, que a historia pátria é ainda muito pouco sabida, até das nossas sumidades literárias; e que merecem ser galardoadas pelo Instituto com benevollo incentivo aquelles mancebos, que como o Sr. Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, dedicam a tão importante estudo uma intelligencia viçosa.[498] [grifos nossos]

Encerrado o Apêndice, foi impresso na mesma Revista do Instituto uma Nota de Candido Baptista de Oliveira ao Parecer de Bivar. O autor da Nota, inicialmente esclareceu que seus comentários se restringiam a um pequeno trecho da avaliação. Referia-se ao último parágrafo do Parecer, em que Bivar afirmou não se conformar com o cálculo apresentado pelo Índice sobre a população do Brasil, estimando um número de 7 a 8

[497] Ibid. p. 86-87.
[498] Ibid. p. 89.

milhões de habitantes, sendo 3 de escravos. Para o Parecer, não havia nenhuma estatística que justifique os números apontados no Índice[499].

Foi sobre este ponto especifico que Candido Batista discordou. Lembrou que na sessão anual da Assembléia Geral Legislativa, quando se discutia as leis de terras, o senado sustentou que o número de indivíduos de todas as camadas sociais não seria menor de oito milhões de habitantes no Brasil. Número constado com base em dados retirados da eleição geral de 1834, para o primeiro regente do ato adicional, e de comparações feitas a estatísticas de outras nações.

Argumentou que as informações do sistema eleitoral possibilitaram-no conhecer o número total de eleitores que concorreram à eleição e o número de famílias existentes, e isso, graças à lei eleitoral daquele momento que regularizou 1 eleitor para cada 100 famílias. Usou dados da eleição geral de 1834, por ter tomado parte dela, seguindo tal regulamentação, todas as províncias do Império. Desta primeira investigação indicou um número de 5.900 eleitores, mas o fixou em 6.000 e, concluiu que existiam naquela época cerca de 600 mil famílias:

> Pelo exame que procedi das actas dos collegios eleitoraes de todas as províncias, relativamente á eleição de que se trata, as quaes se acham archivadas na secretaria do senado, achei que haviam a ella concorrido cerca de 5.900 eleitores: e não hesitei em fixar este numero em 6.000, attendendo ás omissões que necessariamente deveram ter logar na enumeração dos fogos de cada freguezia.
> Dos precedentes dados conclui, que o numero de fogos de todo o império na epocha para que discorro, isto é, anno de 1834, devêra orçar por 600 mil.[500]

Seguindo as estatísticas feitas em outros países, encontrou ali uma variação de 4 a 10 integrantes em cada família e tomou para seu cálculo o número de 6 integrantes para cada família. Número que, segundo o autor, "fica abaixo da média entre áquelles extremos". Definidos os parâmetros, multiplicou o número de famílias levantadas nas

[499] OLIVEIRA. Candido Baptista de NOTA. Sobre um trecho do parecer apresentado ao Instituto, na Sessão de 22 de Novembro de 1850, pelo sócio effectivo o Sr. Diogo Soares da Silva de Bivar, acerca da obra publicada pelo Sr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, sob o titulo de - « Índice chronologico dos factos mais notáveis da historia do Brasil » - Sr. Conselheiro Candido Baptista de Oliveira. Revista do IHGB. 3° Série - 1° Trimestre. T. 15. Rio de Janeiro. 1852. p.113.
[500] Ibid. p. 114.

eleições de 1834 (600 mil) pelo número de integrantes para cada família (6) e obteve 3.600 mil habitantes livres naquela época[501].

Para estimar a população livre em 1850, continuou a se referir as estatísticas feitas em outros países. A partir de dados sobre o crescimento da população norte americana do mesmo período, estimou que a população no Brasil dobrasse a cada 30 anos:

> Para encher o intervallo, que vai de 1835 a 1859, isto é, 16 annos, com o incremento que devêra ter aquella população, correspondente a este período; tomei eu como dado plauspivel, que a população no Brasil duplica no espaço de 30 annos, visto que nos Estados Unidos da América do Norte esse facto se verifica no período de 20 a 25 annos, sem contar com a população adventícia proveniente da constante emigração que aflue a esse país; avaliando por este modo o incremento annnal da população no Brasil em 1/30 da mesma, termo médio.[502]

Aplicou esse o raciocínio a um período de 16 anos e chegou a um número de 1.920 mil habitantes, que somados aos 3.600 mil encontrados no sistema eleitoral, atingia 5.530 mil habitantes livres.

Em relação à população escrava, Candido Baptista alegou a falta de dados para avaliá-la com precisão e, a estimou em cerca de 2.500 mil indivíduos. Número que obteve considerando a possibilidade de existir no período, 1 escravo para cada 2 homens livres. A soma de todas as cifras obtidas por Candido chegou aos 8 milhões de habitantes, como anunciada por ele e por Malheiro. Sobre a posição de Bivar, encerrou concluindo:

> Em presença d´este resultado, é no meu conceito menos fundada, sinão inteiramente gratuita a asserção do Sr. Bivar, quando pretende amesquinhar a população do Brasil, suppondo-a (sem produzir razão alguma) muito abaixo de 8 milhões de habitantes; attenta a maneira porque se exprimio sobre este objecto, no trecho acima transcripto.
> Julgo conveniente declarar por esta occasião, que a minha opinião a este respeito é anterior á publicação da obra do Sr. Perdigão, ou pelo menos á época em que d´ella tive conhecimento.[503]

Um segundo debate igualmente polêmico foi apresentado aos leitores da Revista do IHGB, no final do ano de 1853. Na Revista de número 12, foram impressos dois Pareceres divergentes sobre um mesmo trabalho: a *Memória Histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevidéo*, de Machado de Oliveira. Um escrito pelo Conselheiro Duarte

[501] Ibid. p. 114
[502] Ibid. p. 114.
[503] Ibid. p. 114.

da Ponte Ribeiro e outro pelo Conselheiro Candido Baptista de Oliveira. Foi publicado também, um artigo de Gonçalves Dias comentando a Memória escrita por Machado e o Parecer produzido por Duarte Ponte Ribeiro; uma *Defesa do parecer sobre a Memória histórica do Sr. Machado* com cinco apensos (anexos de A a E) contendo material que comprovaria tal defesa; *Notas do Conselheiro Pedro de Alcântara Bellegarde* e, por último, uma *Resposta do Sr. A. Gonçalves Dias "á Defesa do Parecer"*. Nossa abordagem segue a mesma ordem das publicações apresentadas na Revista do Instituto.

O primeiro Parecer publicado foi lido na sessão de 17 de Junho de 1853. Seu autor, o Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, Logo no primeiro parágrafo demarcou o propósito da Memória:

> Incumbido de apresentar um parecer (...) passei a examinar o seu contexto, e acho que tem por fim essencial demonstrar que com o tratado de limites celebrado pelo governo imperial com a Republica do Uruguay em 12 de outubro de 1851 *perdêra o Brazil territorio, a que tinha incontestável direito*.[504] [grifos nossos]

Aconselhou, em seguida, a leitura de toda memória, caso alguém do Instituto desejasse conhecer exatamente o que Machado pretendia, pois ele se limitou a expor somente pontos que lhe chamou mais a atenção, e que serviram para fundamentar sua avaliação. Nesse sentido, dividiu o parecer em duas partes. A primeira chamou de "Parte histórica", configurando-se numa narrativa que não deixou dúvidas em Duarte da Ponte Ribeiro, sobre a intenção do autor da *Memória* em demonstrar que o território do Império seria maior, se não fosse o descaso de governantes de outros tempos. A segunda parte, "Demonstrativa do Direito", envolveu argumentos que provariam a que "convenção de limites de 1851 mutilou o Império de uma parte de seu territorio"[505].

Assim, na parte histórica, sobre os limites das fronteiras ao sul do Brasil, Ponte Ribeiro lembrou que para Machado, as origens das relações entre Portugal e Espanha favoreceriam os portugueses pelo direito do primeiro ocupante e no reconhecimento desta posse pelos visinhos espanhóis:

---

[504] RIBEIRO, Duarte da Ponte. Parecer do Sr. Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro Parecer sobre a sobredita Memória. (Memória histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevidéo, por J. J. Machado de Oliveira). Revista do IHGB, 3° Série, 4° Trimestre, T. 16. Rio de Janeiro. 1853. p. 435.
[505] Ibid. p. 435.

> (...) diz que o direito do governo portuguez a marca-la pelo Rio da Prata lhe vem do descobrimento, posse e primeira occupação, direito que lhe fora reconhecido pela própria Hespanha, que desde remotas eras respeitou essa perennal divisa.[506]

Para Ponte Ribeiro, apesar das referencias históricas não condenarem o tratado assinado entre Uruguai e o Brasil (12 de Outubro de 1851), levariam a crer que nas questões territoriais com a Espanha o direito ao território estaria do lado dos portugueses, faltando somente quem os conservasse. A essa tese de Machado, o parecerista anunciou que a trataria com imparcialidade e alegou: o que ocorreu foi à ambição das duas coroas pelo mesmo território, contida somente quando uma ou outra se encontrava fragilizada por algum motivo e a situação seria, pela outra coroa, aproveitada em beneficio próprio. Isso caracterizou segundo Ribeiro, a constituição de tratados de curta duração.

Nesse sentido, Ponte Ribeiro levantou um histórico dos conflitos e tratados entre as duas nações sobre a região. De tal modo, encontrando-se a Espanha em situação delicada, perdendo o domínio sobre Portugal e Holanda, os portugueses em janeiro de 1680 fundaram a colônia de Sacramento em frente a capital dos domínios espanhóis no Prata, sofrendo depois uma represália do governo de Buenos Ayres. A todo esse episódio o parecerista apontou como resultado do tratado provisório datado de 7 de maio de 1681 as seguintes questões: a fragilidade das coroas quando chegaram as primeiras notícias do conflito na região, os desacordos e discussões diplomáticos entre as duas coroas naquele momento, e mais, a influência da Inglaterra desejosa por abrir um ponto de comércio no Prata.

Ficou estipulado nesse tratado que se deveria restabelecer a situação anterior à represália do governador de Buenos Ayres, sem que prejudicasse a propriedade do terreno da colônia de Sacramento. O acordo estipulou também, que essa colônia não poderia fazer comércio com o vizinho, mas que seus portos ficariam abertos para ao uso dos espanhóis. E mais, num prazo de dois meses, uma comissão mista formada por portugueses e espanhóis decidiria a quem caberia a posse do território e no caso de desacordo, recorrer-se-ia ao Papa para resolver a questão.

Segundo o Parecer, os portugueses apresentaram uma *Memória justificativa* que autorizaria o estabelecimento da colônia de Sacramento na região. Os espanhóis, em

[506] Ibid. p. 436.

resposta contrária, alegaram como seu, o direito da primeira descoberta e do primeiro ocupante. Citaram Solis em 1512 e Gaboto em 1530 e "que Diego de Mendonça estivera em 1535 com a sua gente na *ilha de S. Gabriel* e no porto de Buenos-Ayres"; alegaram também, que a cidade de Buenos Ayres havia sido fundada desde 1580, a dez léguas de distância de onde fora edificada depois, a colônia de Sacramento. Ponte Ribeiro considerou tais "razões mais attendiveis, que as apresentadas por parte de Portugal n´aquella Memória"[507].

Por fim, os espanhóis afirmaram ser absurda as pretensões dos portugueses à região do Prata, pois existiria na mesma região da colônia de Sacramento muitos povoações de súditos da coroa espanhola, que apesar de não defenderem a idéia de posse da região de Santa Catarina para o Sul, mesmo tendo sida tomada a posse por Alvar Nunes Cabeza de Vaca, quando daquele ponto foi até o Paraguai, sustentariam seu direito ao território da colônia portuguesa, já que dominaram uma região muito distante dos estabelecimentos portugueses.

Após muitas discussões, segundo o Parecer, não se chegou a nenhum acordo e Portugal continuou amparado no tratado provisional de 1681, até que, seguindo a lógica que apresentou no inicio da parte histórica, ou seja, que os acordos e tratados resultavam das fragilidades de uma coroa e do aproveitamento da situação pela outra, incorreu o Tratado de 18 de junho de 1701. Esse tratado teria ocorrido quando Felipe V subiu ao trono da Espanha e, para isso, necessitou estabelecer alianças para se manter nele. Portugal teria assim, se aproveitado da situação e conquistado, em troca do seu apoio ao novo monarca espanhol, algumas concessões. Entre elas, os espanhóis cederiam e renunciariam à região da colônia de Sacramento estipulada anteriormente pelo tratado provisório.

A partir desta reconstituição histórica, Ponte Ribeiro indicou um possível erro em Machado de Oliveira, ao indicar em sua *Memória* o tratado de 1701 como uma confirmação do tratado provisional e do inteiro domínio de Portugal sobre a margem setentrional do Rio da Prata. O parecerista esclareceu que o domínio consentido no tratado provisório, o território em que se achava a colônia, foi reconhecido pelo segundo (de 1701), mas não a margem setentrional do Rio da Prata.

[507] Ibid. p. 437.

Como Ponte Ribeiro anunciou que avaliaria as circunstancias em que se constituíram os tratados entre Portugal e Espanha, comentou que o acordo de 1703, apresentado por Machado seria por ele desconhecido e passou a avaliar o tratado seguinte, de 6 de Fevereiro de 1715, celebrado em Utrecht e com a mediação da Inglaterra.

Neste momento, Ponte Ribeiro lembrou que Portugal havia rompido com Felipe V da Espanha, pois declarara seu apoio ao arquiduque Carlos. Destacou que as hostilidades dos espanhóis contra a Colônia de Sacramento voltaram a acontecer e perduraram, até que o artigo 6° do tratado Utrecht restituiu a Portugal "não só o territorio da Colonia do Sacramento (...) mas também cedendo toda a ação e direito que pretendia ter sobre o dito territorio da Colonia". O parecerista enfatizou ainda, o artigo 7° do mesmo tratado estipularia a possibilidade da coroa espanhola readquirir a região, caso num prazo de um ano e meio oferecesse a coroa portuguesa "um equivalente a gosto e satisfação". Assim, caso a oferta fosse aceita pelos portugueses, a região da Colônia de Sacramento voltaria aos domínios espanhóis como se nunca tivesse pertencido a Portugal. Conclui:

> Este tratado, sem dúvida mais explicito que os anteriores, ainda assim não estipulou que o Rio da Prata seria à divisa dos domínios de Portugal com os da Hespanha; e deixou logar para entender-se que somente era cedido o *terreno de margem do Rio da Prata em que estava situada a Colonia*.[508]

Desta forma, e como os portugueses, segundo o parecer, não aceitaram nenhuma oferta para uma troca, a coroa espanhola determinou a Buenos Ayres (12 de outubro de 1716) que destruíssem qualquer iniciativa de ocupação dos Portugueses que não obedecesse ao tratado de 1715. E sabendo o governo de Bueno Ayres da ocupação "no lugar denominado Montevidéo", fora dos limites estabelecidos pelo acordo, exigiu e retirou as forças ocupantes, restaurando as hostilidades contra a Colônia de Sacramento.

Ponte Ribeiro justificou sua análise sobre as questões de limites aos sul do Brasil, pois pretendeu tornar claro que sobre esse assunto "nunca a cessão foi clara, nem o reconhecimento explicito, nem a posse respeitada"[509]. Assim, terminada sua digressão, o parecerista passou a transcrever e analisar pequenos trechos da obra de Machado sobre os (des)caminhos que as relações entre Portugal e Espanha tomaram após o tratado de Utrecht.

[508] Ibid. p. 439.
[509] Ibid. p. 439/440.

O primeiro trecho transcrito da obra de Machado de Oliveira afirmaria que com o tratado de 1737, para resolver as diferenças entre as duas coroas assinado em Paris, caducar-se-ia o tratado de Utrecht após o inicio das hostilidades a Sacramento. E que, foi por intervenção da Inglaterra, França e Países Baixos que cessaram as agressões à Colônia de Sacramento. Ponte Ribeiro transcreveu no Parecer, os artigos 3°, 4° e 5° do acordo assinado de Paris, onde se ordena o fim das hostilidades; que a situação permaneceria a mesma do momento da chegada das ordens; e que as hostilidades ficavam suspensas até que Espanha e Portugal chegassem ao fim do impasse. Considerou que, tendo se tornado caduco (ou não) o tratado de Utrecht, este estaria em vigor até o tratado de 1750 que o anulou, mas depois foi restaurado pelos tratados de anulatório de 1761, definitivo de paz de 1768, o de limites de 1777 e o de comercio de 1778. Teria o tratado de Utrecht caducado definitivamente em 1801, quando a Espanha declarou guerra a Portugal, O tratado de paz ligado a esse conflito, segundo o Parecer, não retomou nenhum dos tratados anteriores, somente firmando uma *aliança defensiva* e abordando somente cláusulas e modificações relativas à aliança anterior entre Espanha e a Monarquia Francesa. Desta análise, Ponte Ribeiro conclui:

> Não ha, pois, em vigor tratado algum dos celebrados entre Hespanha e Portugal para regular os limites dos seus domínios na América; e por conseguinte os do Brazil com os Estados em que se fraccionaram as antigas possessões hespanholas; e só podem ser regulados pelo principio *uti possidetis*.[510]

Desta maneira, Ponte Ribeiro demonstrou que não houve nenhum tratado territorial estabelecido entre Portugal e Espanha até 1801 determinando os domínios de cada colonizador na região. Indicou, porém, que uma possibilidade para se determinar esse limite estaria no principio *uti possidetis*[511], ou seja, a posse do território de cada beligerante seria conservada ao fim de um conflito.

As próximas citações encontradas no Parecer abordam desacordos sobre a anulação do tratado de 1750; as condições da aceitação pelos portugueses do tratado de 1777 e seus desdobramentos; as definições do tratado de 1801; e, acordos estabelecidos quando da presença da corte portuguesa no Brasil em decorrência das invasões francesas a Portugal. O

[510] Ibid. p. 441.
[511] Ibid. p. 441.

Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, colocou-se em pleno desacordo com tese de Machado de Oliveira sobre os limites territoriais estabelecidos entre o Uruguai e o Brasil no Tratado de 1851.

Nesse sentido, do tratado de 1750, contestou a anulação como iniciativa portuguesa atribuída ao Marques de Pombal pelos espanhóis, considerando ter sido obra dos próprios espanhóis, pois se arrependeram dos limites de fronteira estabelecidos para o Rio Grande do Sul; em outra citação, quando Machado refere-se novamente à margem setentrional do Rio do Prata como pertencente aos portugueses, Ponte Ribeiro não se prestou a repetir suas idéias, apenas as confirmou; também discordou da afirmação de Machado em que portugueses estariam satisfeitos com o Tratado de 1777, indicando uma documentação que fora enviada do governo português aos envolvidos nas demarcações e que os instruíam "o modo e pretextos" para melhorar ou anular o acordo e isso, pelas circunstâncias decorrentes da morte de D. José[512]. A motivação apontada por Machado que leva os portugueses a aceitarem o mesmo tratado, foi citada por Ponte Ribeiro como em favor dos limites estabelecidos em 1851:

> « ... e talvez pela deficiência de confiança no pessoal originário do paiz que era o theatro da guerra, e pelo qual subscreveu-se, etc.» (Pág. 396).
> Seja que o Sr. Machdo reprove ou desculpe o procedimento do governo portuguez de consentir no tratado de 1777 por não ter confiança no pessoal *originário* do paiz para o repellir, cabe perguntar si o mesmo o mais serio motivo de *deficiência de confiança n´esse originário do paiz que era o theatro da guerra* não existia, quando o governo imperial, celebro o tratado de 12 de Outubro de 1851; e em tal caso, si deceria desattende-lo ?
> E crê o Sr. Machado que os governos não devem ter em linha de conta essas circunstâncias? Penso acaso que si o governo imperial não aproveitasse para fazer aquelle tratado os sucessos ephemeros que então appareceram, o conseguiria com mais vantagens em qualquer outra época ? Si tal accredita, engana-se; senão veja o que d´este se tem dito e prometido[513]

Segundo Machado de Oliveira, ações militares portuguesas conquistaram vastos territórios em 1801, mas, no entanto, mesmo sendo ordenados a recuar e tendo sofrido intervenções espanholas para empurrá-los para os limites instituídos em 1777, ocuparam o

[512] Ibid. p. 442.
[513] Ibid. p. 441-442.

Chuy. Para Ponte Ribeiro, os limites estabelecidos por este último tratado foi anulado em decorrência de hostilidades na região, passando a valer como referencia o *uti possidetis*:

> Que depois de promulgado o tratado de paz de 6 de Junho de 1801, julgou o general hespanhol que este tratado lhe dava novo fundamento para insistir nas suas reclamações para que as tropas portuguezas evacuassem o territorio que occupavam; exigência que fora repellida pelo general portuguez, allegando o principio do direito publico universalmente adoptado, de que pela guerra ficam rotos os tratados anteriores, prevalecendo o *uti possidetis*, e continuou a conservar as posições que occupava.[514]

Machado ainda, segundo o Parecer, citou outras hostilidades; descreveu os limites fixados nas conquistas militares dos portugueses ocorridas na região em 1801; e estabeleceu que o limite entre as duas coroas na América corresponderia à ocupação efetiva, de cada parte, em 1809 e, as fixou como limite. Os mesmos que, para Ponte Ribeiro foram reconhecidos em 1821, na união da província Cisplatina ao Império do Brasil e também, uma designação dos limites do Império com a república do Uruguai no tratado celebrado em 12 de Outubro de 1851. Em análise de outro trecho, conforme o Parecer, Machado afirmou que os portugueses ocuparam os territórios vizinhos aos seus, pois estes alimentariam a guerra contra o Brasil, e assim, o exército teria atuado na defesa dos limites estabelecidos em 1801, ocupado posições na margem esquerda do Uruguai e, aumentado o soldo após a entrada de seus soldados no território estrangeiro. Considerou Ponte Ribeiro que as referências de Machado poderiam significar que o território estrangeiro pertenceria ao Brasil somente se fosse provado que o exército português invadiu a região para conquistá-la e, que desta incursão conservou a sua posse. Em seguida, confessou estar em acordo com a afirmação feita por Machado, onde não restariam dúvidas que, em 1801, Portugal tomou "como linha limitropho entre a extrema meridional do Brazil e Montevidéio a designada pelo Jaguarão e Quaraim" e permaneceram nela ininterruptamente. Observou:

> E si antes se pôde receiar outro alvitre, esses temores desapareceram com o tratado de 12 de Outubro de 1851, que explicou o e reconheceu cathegoricamente essa mesma ronteira pelos ditos rios Jaguarão e Quariaim.[515]

[514] Ibid. p. 443.
[515] Ibid. p. 445.

O Parecer avaliou ainda como equivocado outros pontos da "Parte histórica". Ponte Ribeiro discordou da descrição da convenção de 1819 feita por Machado. Para ele, tanto a linha divisória quanto a ata da demarcação fora ratificada pelas duas coroas; condenou como inexato a afirmação sobre a União do Brasil com a província Cisplatina em 1825, e indicou como prova, a existência de testemunhos e da história daquele tempo; concordou com o conceito de direito público usado por Machado – "«de que a guerra subsequente faz caducar os tratados anteriores. »", mas criticou a conveniência do autor na sua aplicação; condenou a dimensão de tratado internacional, atribuída a convenção, e também reprovou aquilo que faltou a *Memória*:

> Como combina o Sr. Machado a censura que faz do *accordo livre e* espontâneo, exhibido pelo congresso convocado em Montevidéo no anno de 1821 na presença da forço armada que ali se ae a validade que dá ao Ioutro *accordo* tomado pelo exhibido em 1819 quanto o mesmo exercito occupava aquella praça ?
> *Nem* esqueceu estender a sua censura á sancção que depois teve esse acto *espontâneo* para a incorporação da província ao Império !.[516]

Finalizou sua análise da "Parte histórica" condenando ainda, abordagens que pudessem prejudicar o país, como a retirada do general Rivera do território ao sul, depois de promulgada a convenção de 1828, que "*iludiu o general Barreto*" permanecendo no território considerado pertencente ao Brasil[517]. Ironizou outra parte da Memória que abordava a mesma convenção, o momento da separação da Província Cisplatina do Brasil, mas para se colocar definitivamente contra a tese de Machado de Oliveira:

> O citado artigo não fez mais que estipular a mutua obrigação das altas partes contractantes nomearam logo plenipotenciários, para fazer o tratado definitivo em conformidade das bases ajustadas; e achando-se, no artigo primeiro d´essa convenção preliminar a base relativa a limites, por n´elle se declarar que o territorio unido ao Império com o nome de Província Cisplatina ficava separado d´este, como Estado independente, era lógico que os plenipotenciários não podiam concordar no tratado definitivo outros limites que não fossem os declarados explicita e cathegoricamente no acto com que a dita província se uniu ao Brasil; tanto mais quanto que a referida convenção nenhum outro arbítrio estipulou.
> Esperar que limites differentes fossem ajustados no tratado definitivo, era contar que os plenipotenciários se affastariam das regras de direito por

[516] Ibid. p. 446-447.
[517] Ibid. p. 448-449.

> assim convir aos interesses do Brazil, e suppôr nos contrários supina ignorância, e completa abnegação dos próprios interesses.[518] [grifos nossos]

Encerrado o Parecer sobre a "Parte histórica", Duarte da Ponte Ribeiro lembrou que Machado retoma suas considerações na segunda parte (Demonstrativa do Direito) para qualificar o tratado de limites de 1851 de "«*extremamente prejudicial, indecoroso, e de maior gravane para o Imperio, e especialmente infenso e appressivo à província de S. Pedro*,»" e esclareceu em quatro pontos, quais as razões do autor.

Assim, para Machado de Oliveira, segundo o Parecer, o tratado foi *extremamente prejudicial ao Brasil* porque se perdeu um território cedido na convenção de 1819 e que se acharia sobre o completo domínio português desde 1818 quando os espanhóis abandonaram a região; porque desapossou o Brasil de um território "que vai da embocadura do Arroyo Chuy no Oceano à Augustura Castilhos"; e porque anulou o direito, conquistado na convenção de 1819, de possuir a "zôna de territorio que orla toda a margem occidental da Lagôa Mirim"[519]. No ponto seguinte, o tratado foi "*indecoroso ao Imperio*" por não aceitar o direito de *uti possidetis* para ocupação de 1828, "*temporaria e com aventureiros*" do general Rivera e por aceitar, durante as negociações, que o tratado prejudicasse a integridade territorial brasileira[520].

No terceiro ponto, o tratado seria a razão para o maior incômodo ao Brasil:

> 3.ª Que é de *maior gravame ao Brazil*, porque restringindo a nossa fronteira ao Quaraim em vez do Arapehy, facilita aos Orientaes fazerem correias, e introduzirem impunemente seus contrabandos no territorio brazileiro; também porque priva, as nossas embarcações do abrigo que encontravam nos ancoradouros da margem occidental da Lagôa Mirim.[521]

Deste modo, se o acordo anterior trouxe dificuldades para o controle das fronteiras, ou seja, incômodos ao Brasil, o acordo seguinte (no quarto ponto) foi totalmente prejudicial à província de São Pedro, pois mutilou parte do território em que se encontravam estabelecidos estancieiros prósperos com autorização do governo e crentes na convenção de 1819; considerou prejudicial ainda, a pressa com que foi celebrado o acordo, atrapalhando

[518] Ibid. p. 446-447.
[519] Ibid. p. 450.
[520] Ibid. p. 450/451.
[521] Ibid. p. 451.

os interesses da província e obrigando a "desnacionalisação milhares de cidadãos brazileiros que ali se achavam estabelecidos"[522].

Apontados pelo Parecer, as considerações de Machado que desqualificariam o tratado de 1851 e as razões por ele usadas. Ponte Ribeiro minuciosamente avaliou cada uma das considerações do autor, tirando conclusões contrárias à *Memória*, que afirmariam, por exemplo:

> Portanto não se podendo exhibir titulos de *direito perfeito* à fronteira designada na convenção de 1819, que por sua reivindicação podesse o Brazil ir occupar novamente esses territórios, (...) Concordando o tratado de limites de 1851 sob este pé, como fez, não cedeu território brazileiro, nem renunciou os direitos emergentes da nullidade da convenção de 1819.[523]

O Parecer, porém, antes de esboçar uma conclusão, apresentou outras considerações feitas por Machado de Oliveira no final da *Memória* sobre "alguns incidentes da luta do Rio da Prata", que serviriam para reafirmar suas críticas ao governo Imperial e para condenar o tratado de 1851[524]. Assim, o motivo que levou a uma intervenção militar armada na região, declarado no desembarque no Rio da Prata, seria a expulsão do general Oribe do território oriental para solucionar dificuldades decorrentes dos constantes ataques, prejuízo e violências ocorridas contra os súditos e proprietários brasileiros da região de fronteira. Ações que mobilizaram a reação da província de São Pedro e marcaram o rompimento entre as duas coroas. Entretanto, caso fosse feito um exame mais detalhado dos fatos, já que o governo somente fez guerra contra as forças orientais na fronteira, quando o desespero se apoderou da população e os "Rio-Grandenses" que reagiram *imprudentemente* sob o comando do barão de Jacuhy, o obrigando a fazer alianças para vencer Oribe, que foi derrotado *unicamente* pelo general Urquiza. Para Machado, a reação foi criminosa, a derrota de Oribe afetou a dignidade do Brasil e foi no clamor e no entusiasmo da vitória que o governo Imperial se esqueceu do seu primeiro objetivo e acabou celebrando o tratado dos limites de 12 de Outubro de 1851, que mutilaria o território e desnacionalizaria os

[522] Ibid. p. 451.
[523] Ibid. p. 453.
[524] Ibid. p. 457.

brasileiros da região, colocando-os em perigo e desamparando. Segundo Machado, foi o inverso das declarações que levaram a invasão[525]. No entanto, para Ponte Ribeiro:

> Nem os arrebóes da victoria, nem os applauses pelo desfecho da luta influíram na confecção do tratado, pois tanto a capitulação de Oribe, como o triumpho de *Casêras*, vieram depois de estar elle feito.[526]

Ou seja, o tratado foi celebrado anteriormente às vitórias daqueles conflitos. Ponte Ribeiro considerou, com questionamentos irônicos, que a derrocada de Oribe *unicamente* por Urquiza, aliado do Brasil, não afetaria a dignidade do Império e que o governo agiu adequadamente ao chamar de imprudente a atitude o barão de Jacuhy:

> Quereria o Sr. Machado que o governo imperial voltasse as suas armas contra Urquiza por consentir este na capitulação de Oribe antes de chegar o chefe das forças imperiais para ouví-lo?
> (...)
> Folgaria o Sr. Machado com ver marchar um divisão do exercito do Rio Grande contra o barão de Jacuhy para o fuzilar com todos os seus complices, diminuindo assim a força physica e moral que era precisa para repellir as atrocidades de Rosas e de seu lugar-tenente Oribe?[527]

Por fim, Duarte da Ponte Ribeiro apresentou suas conclusões em cinco pontos e um bombástico parecer a Memória de Machado de Oliveira sobre os limites no Sul do Brasil: (1°) No período, entre 1801 a 1821, não ocorreu nenhuma guerra de conquista na província de Montevidéu para garantir o direito de guardar parte daquele território. (2°) O direito de soberania adquirido pelo Brasil em 1821 com o ato de união [Império Brasileiro e Província Cisplatina], acabou em 1828, com a convenção preliminar de 27 de Agosto de 1828. (3°) A convenção de 1819 não tem força de tratado internacional. (4°) O estabelecimento de Brasileiros na Banda Oriental, apesar de próximo da fronteira, não dá direito ao Brasil de exercer ali sua soberania. (5°) o Brasil não perdeu nenhum direito, não cedeu território e nenhuma posse foi desprezada pelo tratado de 1851, pois foi baseado no principio *uti possidetis*, único titulo incontestável que o Brasil poderia usar na demarcação de suas fronteiras com as repúblicas vizinhas.

Assinou, finalmente, o conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro seu Parecer com o destino mais radical das avaliações, até o momento. Propôs que o IHGB não aprovasse a

[525] Ibid. p. 458-459.
[526] Ibid. p. 458.
[527] Ibid. p. 458.

Memória de Machado de Oliveira, pelas suas conclusões contrárias a uma legitimidade característica da política do Brasil com seus vizinhos republicanos e prejudiciais aos direitos do Brasil e, por tecer injustas considerações às ações do governo imperial[528].

Anexo ao Parecer foi publicado as *Actas do Cabildo de Montevidéo conhecidas com o nome de Convenção de 1809, em que foram cedidos ao Brazil alguns terrenos na respectiva fronteira*, que o Conselheiro Duarte informou estarem como o original:

> Está conforme o original, que se acha no archivo da secretaria de estado dos negócios estrangeiros. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1853. – O conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro.[529]

Desta forma, o anexo se transformaria numa evidência para comprovar a contraposição de Ponte Ribeiro à tese de Machado de Oliveira e às considerações feitas aos meandros dos acordos e tratados que definiriam os limites ao sul do Brasil.

Um segundo Parecer sobre a mesma Memória de Machado de Oliveira foi apresentado aos membros do Instituto Histórico e publicado nas páginas da Revista do IHGB, logo em seguida ao Anexo de Ponte Ribeiro.

O autor foi Conselheiro Candido Baptista de Oliveira, que por aqueles anos atuava no senado e como 1° vice-presidente do IHGB, membro da Palestra Científica desta capital, e de outras sociedades literárias e científicas da Europa e da América. Político Brasileiro, o Conselheiro nasceu nas proximidades da região analisada na *Memória* de Machado – Porto Alegre, província de São Pedro, em 1801. Aos 16 anos foi enviado pelo pai, o português Francisco Batista Anjo, para estudar no seminário de São José no Rio de Janeiro. Foi para Lisboa em 1820 e se formou em matemática. Depois seguiu a Paris para se aperfeiçoar na Escola politécnica. Voltou ao Brasil (1827) e foi nomeado professor substituto da Academia Militar, passando pouco depois, a titular da cadeira de mecânica racional. Em 1831, foi chamado durante a primeira regência para ocupar o cargo de inspetor geral do Tesouro Nacional. Atuou, nesse sentido, estabelecendo um serviço de estereometria nas alfândegas brasileiras para regular o pagamentos de impostos de ancoragem sistematizando pesos e medidas; participou da comissão que pretendia uniformizar a circulação de moedas e, procurou resolver o problema de circulação de moedas de cobre falsas no Brasil. Ocupou

[528] Ibid. p. 460.
[529] Ibid. p. 469 e p. 472.

ainda, outros cargos no governo: (1836) foi para Turim como Ministro residente junto à corte de Sardenha; de volta ao Brasil (1837) foi chamado, na ocasião da renúncia do Regente Feijó, para ocupar novamente o cargo de inspetor; (1839) o então Regente Araújo Lima, o encarregou das pastas dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda; fez em 1847, parte do Ministério que criou a presidência do conselho conferido pelo Imperador ao Conselheiro Manuel Alves Branco, Ministro da Fazenda; e, por um curto período, foi Ministro da Marinha. Quando se retirou do governo em 1848, ficou encarregado de fazer o reconhecimento topográfico das fronteiras ao sul do império, até 1849. Ainda, voltou ao governo como senador[530].

O Parecer de Candido Baptista de Oliveira, menos extenso que o realizado por Duarte Ponte Ribeiro, anunciou que seu foco de análise seria especialmente o tratado de limites de 8 de Outubro de 1851 e começou esclarecendo o propósito da *Memória* de Machado de Oliveira:

> Propõe-se o Sr. Machado de Oliveira mostrar n´aquelle seu trabalho, que havendo-se adoptado no referido tratado o principio do *uti possidetis*, como regulador dos limites definitivos entre os duos Estados, não se dera todavia a esse principio, no desenvolvimento da linha divisória ajustada, a intelligencia que elle comportava em maior vantagem do Brazil.[531]

Segundo Candido, para Machado a demarcação das fronteiras ao sul não fora vantajosa para o Brasil, teria feito uma resenha dos fatos envolvidos com a questão, da primeira ocupação da Colônia de Sacramento pelos portugueses, até o reconhecimento da independência do Uruguai, abordando as regulamentações dos tratados celebrados por Portugal e em especial a convenção de 1819. Concluiu assim, a fronteira do Império não poderia ser outra, senão a estipulada na convenção preliminar de 1828, celebrada entre Brasil e a Republica Argentina e que já havia sido pactuada na convenção de 1819, não se opondo a incorporação do território da Província Cisplatina ao Brasil em 1821 e permanecendo unido, mesmo após a separação do Brasil de Portugal.

Candido Baptista considerou que a argumentação de Machado de Oliveira teria sido aceitável para o estabelecimento da fronteira no período da convenção preliminar de paz

[530] ENVYCLOPEDIA E ... Op. Cit. p. 8094; SISSON, Sebastião. Op. Cit. p. 83-88.
[531] OLIVEIRA, Candido Baptista de. Parecer sobre a Memoria histórica do Sr. J. J. Machado de Oliveira acerca da questão de limites entre o Brazil e Montevidéo, do Sr. Conselheiro Candido Baptista de Oliveira. Revista do IHGB, 3° Série, 4° Trimestre. T.16. Rio de Janeiro. 1853. p. 473.

(1828) e para legitimar a ocupação do governo Imperial a região demarcada em 1819, antes da união da Província Cisplatina com o Império do Brasil. Mas, como o governo brasileiro concordou com a ocupação da região pelos Orientais que acabou sendo reconhecida pelos dois estados como a linha divisória até a celebração do tratado de 1851, ficaria claro que o princípio do *uti possidetis*, neste caso, não poderia ser diferente do estabelecido no tratado.

A partir deste raciocínio, Baptista apresentou duas observações feitas por Machado que reduziriam as desvantagens do tratado. Como primeira considerou a estreita faixa de terreno que compreende o ponto de partida da convenção de 1819 sem importância, senão, por existir ali a antiga fortaleza de Santa Teresa, ou como apontou: ruínas de uma construção militar feita pelos espanhóis depois da invasão de 1762 e durante o tempo que ocuparam a parte meridional da província de S. Pedro. Para Baptista de Oliveira, a região não reunia condições ideais para defesa, que segundo ele, já havia mostrado ao governo imperial por meio de um trabalho apresentado no ano de 1850. A segunda observação debruçou sobre aspectos hidrográficos da região. Candido Baptista de Oliveira descreveu os caminhos e as distâncias entre os rios "Quarahim e Arapehy", demarcou suas eqüidistâncias em "270 léguas quadradas (de sesmaria)" e concluiu:

> Este resultado fica muito aquém da estimativa feita pelo Sr. Machado de Oliveira, o qual suppõe que os campos compreendidos entre os dous mencionados rios, equivalem a uma *área* de mais de *mil* léguas quadradas. Não devo porém occultar aqui a circunstância de que esses campos são de excellente qualidade para a criação dos gados, tanto pelos bons pastos que produzem, como pelas abundantes aguadas de que são favorecidos, requisitos estes, a que dão muito apreço os Brazileiros que ali se tem estabelecido.[532]

Assim, Machado de Oliveira teria errado sobre as dimensões da região. No entanto, o parecerista lembrou que apesar das dimensões menores, a região seria excelente e muito estimada pelos brasileiros que ali residiam e sugeriu uma nova linha divisória:

> (...) eu aconselhâra, que em logar de fixar-se a divisa, pelo lado do Uruguay, no rio Arapehu, fosse ella estabelecida no rio Daímam, cuja confluência com o Uruguay dista acerca de 13 leguas (de 20 grâos) para baixo da embocadura do Arapehy: ficando d´esta sorte comprehendidos no domínio brazileiro os dous Saltos do Uruguay (Grande e Chico), os

[532] Ibid. p. 475.

> quaes demoram entre os mencionados rios, distando um do outro cerca de 4 leguas.[533]

Concordou, desta forma, Candido Baptista de Oliveira com Machado de Oliveira com uma ampliação dos limites territoriais ao sul estabelecidos pelo tratado de 1851, diferentemente do Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro. No entanto, Candido marcou uma distinção entre a sua argumentação com a de Machado. Não seriam os "bons campos" que o induziram a essa opinião. Ao contrário de Machado que considerava o tratado um mutilador do território, Baptista reclamou pela efetiva navegação nas águas do Uruguai:

> Não é o argumento de território, com a acquisição de algumas léguas mais de bons campos, que me induz a suggerir o proposto arbítrio, mas a circunstancia muito attendivel de fazer assim effetiva a navegação nas águas do Uruguay, franqueada ao Brazil pelo governo oriental, em um dos recentes tratados, possuindo nós um porto abaixo dos Santos. E dou tamanha importância a essa nova divisa que, no meu entender, emquanto ella não fôr levada a effeito, aquella importante concessão do governo oriental será litteralmente *estéril* para o Brazil.
> (...) e sobretudo a manifesta conveniencia de prover mais adequadamente aos meios de defensa do império na sua extrema meridional.[534]

No encerramento de seu Parecer, o Conselheiro Candido Baptista de Oliveira considerou que a *Memória* de Machado mesmo sendo uma recopilação de fatos que necessitariam de alguns reparos de importância secundaria, "digno de merecer o apreço do Instituto". O Parecer finalizou positivamente a Memória e sugeriu um destino oposto ao proposto por Ponte Ribeiro.

Semelhante oposição recebeu o Parecer de Ponte Ribeiro de outro membro do Instituto Histórico. Antonio Gonçalves Dias entrou na discussão e também teve sua avaliação impressa na revista do IHGB com o título *A Memória histórica do Sr. Machado de Oliveira e o Parecer do Sr. Ponte Ribeiro*[535]. Nela descreveu sucintamente, logo no seu início: que o Instituto no desejo de distinguir o consorciado Machado de Oliveira por seus serviços prestados à instituição, pediu para Ponte Ribeiro que elaborasse um Parecer sobre a *Memória* deste membro; que sua entrada no debate não foi por afeto a Machado de

[533] Ibid. p. 476.
[534] Ibid. p. 476.
[535] DIAS, Gonçalves. A Memória histórica do Sr. Machado de Oliveira e o parecer do Sr. Duarte da Ponte Ribeiro por A. Gonçalves Dias. Revista do IHGB. 3° Série, 4° Trimestre. T.16. Rio de Janeiro. 1853. p. 478.

Oliveira, conhecendo somente seu nome, nem por hostilidade a alguém e menos ainda, pelo desejo de discutir uma questão que pouco conhecia; mas:

> Tratava-se porém de um consocio ausente.; outros, si eu não fosse, teria em meu lugar tomado a defeza do seu trabalho; e quanto a mim só me cabe lastimar ter, por insufficiencia própria, de perder uma causa que a tantos respeitos me pareceu, e me parece ainda sustentável, e portanto, quando não digna da approvação, ao menos merecedora da indulgenia d´este Instituto.[536] [grifos nossos]

O defensor da Memória de Machado de Oliveira nasceu em 1823, na Província do Maranhão em Boa Vista, perto de Caxias. Bacharelou-se em Leis, pela Universidade de Coimbra. Formado, retornou ao Brasil e assumiu em 1846, a cadeira de professor de Latim e História no Colégio D. Pedro II. Neste mesmo ano, publicou *Primeiros Contos*. Na década de 50, momento em que entrou no debate incendiado pela avaliação de Ponte Ribeiro a Memória de Machado de Oliveira, já havia publicado seus *Segundos Cantos* e os *Últimos Cantos*. Fundou o jornal literário *Guanabara* voltado a assuntos históricos e, escreveu um poema caracterizando o índio brasileiro com um herói através da representação de sua morte – o herói que é sacrificado em nome de seu povo. Ainda nos anos cinqüenta, viajou para a Europa (1854), enviado pelo governo imperial, para reunir documentos que pudessem interessar a história do Brasil e escreveu Os Tymbiras, tornando-o conhecido como poeta romântico na linha indianista. Em 1856, Gonçalves Dias ficou encarregado da narrativa de viagem e da seção etnográfica uma expedição naturalista proposta pelo IHGB, com a finalidade de estudar línguas indígenas e formar grandes coleções etnográficas e de espécies animais, vegetais, e minerais. Em 1859 partiu para o Ceará e no ano seguinte, subiu o Amazonas percorrendo a região e reunindo material, em parte divulgado na exposição industrial do Brasil em 1861[537]. Tanto os resultados da exposição, quanto o bate-boca entre viajantes e seus críticos, foram divulgados pela imprensa cearense no Jornal do Comércio[538].

Naquele ano de 1853, antes de sua consagração como indianista, foi convocado pelo Instituto a apresentar um resumo de suas reflexões resultantes da leitura do Parecer de

---

[536] Ibid. p. 478.
[537] ENVYCLOPEDIA E .... Op. Cit. p. 3567; VAINFAS, Ronaldo. Op. Cit. p. 147e seguintes.
[538] KURY, Lorelai. "A comissão cientifica de exploração (1859-1861). A ciência imperial e a musa cabocla". IN: HEIZER. Alda. VIEIRA, Antonio Augusto Passos. (org.) Ciência, *Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. p. 35.

Ponto Ribeiro. Esclareceu, neste sentido, que o autor do Parecer dividiu a Memória em duas partes, a histórica, em que Machado deduziria que o território do Brasil seria maior caso não fosse o desleixo de governantes de outros tempos; e a segunda envolvendo os argumentos usados por Machado para provar que a convenção de 1851, mutilou uma parte do território do Império[539].

Com relação à segunda parte, Dias afirmou não a discutir, apesar de discordar de Ponte Ribeiro, pois como de costume entre os membros do Instituto, assuntos espinhosos eram deixados de lado, para a posteridade:

> Como se vê, trata-se n´esta segunda parte assumptos delicados, de questões pendentes, ou melhor, que ainda não chegaram ao seu ultimo resultado. Tocar em tal assumpto seria talvez despertar apprehensões mal fundadas, irritar a susceptibilidade de vizinhos que facilmente se agitam. Não passarei portanto além da primeira parte, ainda que considero por maneira differente do que pretende o digno autor do parecer.[540]

Portanto, Gonçalves Dias se limitou somente a apresentar suas reflexões sobre a parte histórica. Esclareceu que Machado de Oliveira, nesta primeira parte, tratou da ocupação do território da Colônia de Sacramento, da resistência dos espanhóis e dos tratados estabelecidos para a região, com os quais se determinou os limites do Brasil meridional. Para Gonçalves Dias, com tais informações não lhe parecia que o Império seria maior, caso não fosse o descaso de governantes de tempos anteriores. Mas, como para ele o Parecer de Ponte Ribeiro foi confeccionado sob o signo da desconfiança de que Machado teria escrito sua memória tanto para hostilizar o governo e condenar governantes anteriores, os fatos históricos não seriam suficientes para sistematizar o tratado de 12 de outubro de 1851. Contudo, para Dias, essa sistematização dos tratados faria crer que sobre os limites territoriais da colônia portuguesa na América com a colônia espanhola, o "bom direito" esteve sempre ao lado de Portugal. Este possível julgamento foi condenado por Gonçalves Dias, que o considerou inverdadeiro e alegou que além do tratado de 1851 não ser abordado na primeira parte, tais fatos não levariam a tal crença. Mas a "erros imaginaveis":

> Os próprios factos deduzidos pelo autor da Memoria protestam contra esta asserção da maneira absoluta por que é dada; nem é possível que ella se deprehenda das suas palavras, quando a cada passo e logo nas

[539] DIAS. Gonçalves, Op. Cit. p. 479.
[540] Ibid. p. 478.

> primeiras paginas se lê: « que os tratados e convenções não tiveram bastante efficacia para trazer as duas côrtes, de Lisboa e Madrid, a um accordo leal e consciencioso », pelo contrario « arrastava isso maiores difficuldades, sem que d´ahi se seguisse em tempo algum a possibilidade de uma solução justa e plausivel. »
> Si as duas côrtes não poderam chegar a uma accordo leal e conscienciosos; si das discussões diplomáticas, de que resultaram tantos tratados e convenções, não deveria nunca resultar nem sequer a possibilidade de uma solução justa e plausível; estas proposições poderão acarretar todos os erros imagináveis; mas não induzir a crer que o bom direito esteve sempre da parte de Portugal, e que só faltou quem o sustentasse.[541]

Após suas primeiras considerações sobre a obra de Machado de Oliveira e sobre o Parecer de Ponte Ribeiro, Gonçalves Dias apresentou em seis partes uma longa reflexão dos tratados e convenções realizadas entre a corte portuguesa e espanhola. Abordou o ano de 1681, os tratados de 1701, 1703 e 1715, o convênio de 1737 e finalizou com o tratado de 1750. Abordamos alguns temas de cada parte sintetizando as considerações de Gonçalves Dias.

Na parte referente ao ano de 1681, Gonçalves Dias defendeu Machado na sua reflexão sobre trecho do parecer contrário a *Memória*. A obra defende os portugueses como os primeiros a povoarem a margem setentrional do Prata, dando-lhes um direito a região que foi confirmado pela própria coroa espanhola, quando estranhou e recriminou o ataque feito por Bueno Aires a povoação portuguesa. O trecho transcrito:

> *« Ao abatimento em que ficou a Hespanha com a perda da Hollanda e Portugal, aos embaraços com que lutava depois de firmar o tratado de 1668, é devida à audácia com que os Portuguezes foram em Janeiro de 1680 estabelecer a Colônia do Sacramento defronte e bem à vista da capital dos domínios hespanhões no Prata, atrevimento assaz punido seis mezes depois pelo governador de Buenos-Ayres.»* [542]

Este segmento e outros pequenos trechos do Parecer de Ponte Ribeiro foram destrinçados na reflexão de Gonçalves, de forma a defender a *Memória* de Machado de Oliveira. Assim, a fundação da colônia foi, para este parecer, um atrevimento de Portugal, já que se aproveitou da situação por que passava a Espanha, abatida pelos conflitos que levaram a perda do domínio espanhol sobre a Holanda e Portugal. Atrevimento que foi punido por Buenos Ayres.

[541] Ibid. p. 480.
[542] Ibid. p. 481.

Gonçalves Dias tachou de rude a forma como Ponte Ribeiro se expressou sobre o tema. Afirmou não ter encontrado entre os documentos que abordam o período desta colonização, respaldo para a aversão à *Memória* encontrada em Ponte Ribeiro[543]. No entanto, para Dias, não foi essa aspereza de Pontes que o motivou a discutir sobre a fundação da Colônia de Sacramento, mas admitir como uma audácia devidamente punida, pois os portugueses teriam se aproveitado das más condições por que passava a Espanha e fundado a colônia. Contra essas idéias, Gonçalves Dias examinou minuciosamente o trecho e considerou essa interpretação um erro.

Para ele, não foi essa a motivação, já que Portugal também estaria enfraquecido pelas guerras de restauração, guerras estas que levaram a Espanha a reconhecer os domínios de Portugal na Europa e na América. Desta forma, não teria sido um atrevimento a fundação da colônia, mas sim a certeza de um direito legitimado por esse reconhecimento. Em seu favor, Gonçalves Dias evocou Robert Southey:

> O projeto da fundação da nova Colonia não nasceu das circunstancias prosperas de um governo, nem da decadência do outro: foi devido à persuasão, em que estava Portugal, de que aquelle territorio lhe pertencia. O tratado de 1608 confirmava-o nas suas anteriores possessões, exceptuando-se Ceuta, e n´este caso a excepção confirmava a regra. Southey, que não trata só do Brasil, mas do Rio da Prata; que não hespanhol, nem portuguez, e portanto imparcial; que escreve tendo presente os escriptores de ambas as nações, e portanto bem informado; quando refere este facto, diz que os Portuguezes levaram as suas pretenções até ao Rio do Prata, e acrescenta: « E era n´aquelle tempo evidentemente opinião estabelecida entre elles que este ponto não era contestando (...)[544] [grifos nossos]

O autor inglês serviu para apoiar a posição de Gonçalves Dias, mas também reafirma que para se escrever a História do Brasil como "algo verdadeiro", dever-se-ia explorar documentos e primar pela imparcialidade. No caso, Southey seria imparcial por não ser nem português e nem espanhol, mas "bem informado" por conter em sua obra, escritores das duas nações. Além de Southey, Gonçalves Dias recorreu a diários de viajantes portugueses e espanhóis e a autores como Rocha Pita e Silvestre Ferreira, valorizados por um lado e Charlevoix desprezado por outro e, lembrou ainda, a *Memória de Salvador Taborda* para falar sobre a influência estrangeira na região do Prata.

[543] Ibid. p. 480.
[544] Ibid. p. 483.

Nas partes seguintes, Gonçalves Dias refletiu sobre os tratados de 1701, 1703 e 1715. Marcou a interpretação de Ponte Ribeiro do artigo 14 do primeiro acordo, onde os espanhóis aceitaram a colônia de Sacramento, mas o domínio português seria "somente aquelle em que se achava a colonia". Lembrou que para Machado, ficou determinado a Portugal o direito "sobre a margem septentrional do Rio da Prata". Diante destas posições opostas, Dias se aliou a Machado de Oliveira e evocou novamente Southey para afirmar que deste tratado se cedia o território estabelecido pelo tratado anterior e a Colônia de Sacramento[545]. Desta forma, seria errado concluir como fez Ponte Ribeiro, que a Espanha cedeu somente o "*territorio em que se achava a colonia*". Demonstrou sua posição reavaliando o artigo do tratado[546]. Ao final de sua argumentação, apontou que pertenceria a Portugal também, segundo o "sentido claro" encontrado no artigo:

> (...) é que ficariam pertencendo ao domínio portuguez as terras de que o anterior tratado tinha feito, quererei mesmo que se diga – *especial* menção. Seriam pois, além do Sacramento, as terras em que se podia caçar, pescar, fazer carvão, cortar lenha e madeiras grossas, aproveitar gados, etic., e tudo isto quer dizer alguma cousa mais do que o simples tracto de terra, em que e achava situada a colonia. Ainda mais, em um dos artigos do tratado anterior concede-se aos Hespanhóes o uso da *costa* e *campanha*, como antes da povoação. Costa e campanha, quer dizer, *littoral* e *sertão*; quer dizer tambem que tudo isto ficou pertencendo a Portugal depois de 1701.[547]

Em seguida, Gonçalves Dias desaprovou o desconhecimento do Parecer de Ponte Ribeiro quanto à existência do tratado de 1703, pois ao negá-lo acusou Machado de ter cometido um erro e questionou se o tratado realmente teria importância para as questões de fronteira ao sul do Brasil. Destarte, Dias manteve-se ao lado de Machado de Oliveira e alegou que o acordo não deveria ser ignorado, já que foi a base para as negociações do Tratado de Utrecht[548]. Na quarta parte, Gonçalves abordou o tratado de 1715. Discutiu o seu artigo 6, onde o Parecer compreendeu como cedido a Portugal o território da Colônia de Sacramento, na condição dos Espanhóis a obterem de volta, caso oferecessem em troca algo equivalente. Afirmou que durante as negociações do tratado Utrecht, o rei da Espanha solicitou que os Portugueses fossem obrigados a aceitar sua oferta, o que não conseguiu.

[545] Ibid. p. 497.
[546] Ibid. p. 498.
[547] Ibid. p. 499.
[548] Ibid. p. 500-502.

Para Portugal interessava somente um equivalente na Europa, alegando que na América já possuíam imensos domínios. Criticou Ponte Ribeiro por compartilhar o entendimento do tratado 1715 como a Espanha, ocorrido nas negociações de Utrecht:

> Mal estaríamos nós si, porque a côrte de Madrid assim entendeu o tratado de Utrecht, não podessemos deduzir os fundamentos que temos para dar-lhe uma intelligencia bem diversa. *Territorio e colonia*, diz o tratado; a côrte de Hespanha leu « *territorio da colonia* », o que até grammaticalmente era um absurdo; mas indo por diante na sua falsa e desleal interpretação, essa mesma expressão *territorio da colonia* foi substituída pela de *colonia* simplesmente, pela de simples *fortim*, quando se quis entender que pro territorio se deveria reputar o que se comprehendia na distancia de um tiro de canhão, - espaço que nem então, enme hoje, nem nunca, teve similhante denominação; porque então, como hojem como sempre talvez, não se pôde nem se poderá chamar territorio de uma praça a alcance de um tiro de canhão.[549]

No Convênio de 1737, o assunto da quinta parte, Dias se declarou contrário ao Parecer, onde a intervenção de algumas potências marítimas apaziguando desacordos entre Portugal e Espanha teria levado ao fim "*as hostilidades contra a colonia*". Para ele, fez-se guerra na América enquanto na Europa se negociava. Usou e transcreveu um trecho da obra de Southey que confirmaria o contraponto e concluiu: não seria exato afirmar que as hostilidades acabaram com a intervenção, "mas que – que romperam apezar d´ella".

A última parte abordada por Dias, antes do encerramento das suas reflexões sobre a Memória de Machado de Oliveira e o Parecer de Ponte Ribeiro, refere-se a outro desacordo entre os analisados:

> Quer parecer ao Sr. Oliveira que este tratado [1750] foi annullado pela impugnação que soffreu em Portugal, emquanto o autor do parecer declara que a annullação foi promovida pela Hespanha. O que penso é que, assentando ella em futilissimos pretextos, bem deixou ver que ambas as côrtes se achavam n´isso interessadas. [550]

Gonçalves Dias, dessa forma, não compartilhou das opiniões de Machado e de Ribeiro sobre anulação do tratado de 1750. Para ele, a anulação seria interessante às duas coroas, já que a demarcação foi tratada com pouca firmeza pelos comissários das cortes, que concluíram como insuperável aquela tarefa. Argumentou ainda, que além de ter passado por um longo período de conflitos, Portugal perseguia os jesuítas e sofreu uma

[549] Ibid. p. 502.
[550] Ibid. p. 510.

tentativa de assassinato do seu rei e a Espanha, viu morrer sua rainha e adoecer seu rei. Além disso, seria desinteressante o tratado das duas cortes, porque Portugal julgava obter maiores vantagens possuindo o território da Colônia, do que o território que lhe seria cedido no interior; os espanhóis, por estarem crentes que os portugueses já haviam sido beneficiados pela afeição da sua rainha e, por preferirem o uso da força das armas na demarcação dos limites na região. Dias lembrou que tratados anteriores ao de 1750 não obtiveram efeito, abafando os desejos de uma linha divisória meridional, e que por fim, ficou instituída naquele momento a doutrina dos limites naturais, com o curso de rios ou montanhas para a partilha da região[551].

Encerrou seu exame lembrando que foi movido pelo interesse histórico das questões levantadas por Machado de Oliveira e pelas críticas de Ponte Ribeiro, mas estender sua análise à segunda parte da Memória de Machado seria fora do seu propósito inicial. Nesse sentindo, apresentou um resumo do que foi abordado na sua reflexão, antes da sua conclusão, voltando a defender a Memória de Machado:

> Si por em virtude d´estes tratados Portugal se deveria considerar senhor da margem septentrional do Rio da Prata, não ha razão para accusar-se de incúria ao governo portuguez, como pretende o digno autor do parecer, que é sem duvida a conclusão a que o Sr. Oliveira pretende chegar ! Certo que não há motivo para tal accusação; nem é esse o fim que se diz teve o Sr. Oliveira em vista na primeira parte de seu trabalho. O que o sr. Oliveira diz é que por incúria, ou por inqualificável indiferença, não de todos os tempo, mas em uma circunstancia dada, não aproveitaram os Portugueses o ensejo favoraval que tinham com o tratado para revalidaram as suas pretenções; mas que pelo contrario cederam Montevidéo e aceitaram a Colonia sem terras, e portanto sem recursos para sua subsistência, e sem forças para a própria defesa.[552] [grifos nossos]

Antes de concluir, Gonçalves Dias esclareceu que a definição da linha divisória não poderia ser demarcada a partir de idéias geográficas e mapas da atualidade, mas do momento em que foram estipuladas e conforme os trabalhos dos comissários espanhóis e portugueses. Declarou que além de conveniente, a utilização do principio do *uti possidetis* foi necessário. No entanto, o principio apesar de essencial, não serviria para questões de limites definitivos e nem se enquadraria em todos os casos. Ele seria uma modificação da

[551] Ibid. p. 510
[552] Ibid. p. 511-512.

posse de direito, que compreende todos os usos possíveis e restrições que se possa atribuir a um território. Gonçalves Dias considerou-o como o ponto de partida necessário para a resolução de questões no Prata e não via nele, qualquer motivo para censurar o tratado de 1851.

Com estas últimas considerações, Gonçalves Dias concluiu sua análise da *Memória* de Machado de Oliveira e do Parecer de Ponte Ribeiro, posicionando-se em favor da *Memória*:

> Concluo:
> Considerando que este Instituto não é um corpo político, mas uma corporação meramente scientifica, - que não deve passar o aresto de se regeitarem certos trabalhos; porque os seus autores apresentando factos sabidos, tiram d´elles consequencias que não quadram com a diplomacia, com a política, ou com o nosso pensamento individual; que não convém emfim que parta do próprio Instituto a confissão perigosa de um caracter official, que nos não cabe; - e além d´isso, atendendo a que, si estas reflexões não affectam de maneira alguma, o que folgo de confessar, a parte importante e essencial do parecer, tambem o trabalho do Sr. Oliveira, considerando como uma exacta recompilação de factos importantes para a historia, foi julgado digno de apreço por uma das mais altas capacidades, de que se honra o Brasil – conclui que não se affastará o Instituto de nenhum principio de rectidão e justiça, mostrando-se indulgente para com a « *Memória Histórica* » do nosso digno collega o Sr. Machado de Oliveira.[553] [grifos nossos]

Desta forma, Gonçalves Dias colocou-se contrário ao Parecer de Ponte Ribeiro, discordando de algumas de suas reflexões e julgando a *Memória* como um trabalho digno. O que levou o parecerista da *Memória* (Ponte Ribeiro) a apresentar ao Instituto Histórico em 20 de agosto de 1853 uma defesa ao seu trabalho, acompanhada por alguns anexos comprobatórios. A defesa recebeu ainda, cerca de um mês depois, por parte de Gonçalves Dias, uma *Resposta*. Os dois artigos indicam um intenso debate em torno da Memória: Ponte Ribeiro declarou que em sua Defesa pouco adicionaria aos seus esclarecimentos e respostas que verbalmente dera durante as discussões[554] e Gonçalves Dias questionou a divisão empreendida na Defesa.

Logo de início os dois artigos indicam a ocorrência de um debate – um tanto áspero – sobre a pertinência ou não da publicação da Memória e do Parecer: inicialmente Ponte

[553] Ibid. p. 511-512.
[554] RIBEIRO, Duarte da Ponte. Defesa do parecer sobre a Memória histórica do Sr. Machado. Revista do IHGB, 3° Série, 4° Trimestre, T. 16. Rio de Janeiro. 1853. p. 515.

Ribeiro declarou que a sua Defesa pouco adicionaria esclarecimentos e respostas que verbalmente dera durante as sessões da instituição

> (...) julgo desnecessário occupa-me de sustentar alguns d´esses conceitos [emitidos no parecer], tão convencido estou de que até na mesma argumentação com que os cambate o seu impugnador se acha a defeza d´ellas.
> Portanto pouco addicionarei aos esclarecimentos e respostas que verbalmente dei na primeira discussão (...) [555]

e Gonçalves Dias, em sua *Resposta*, observando uma divisão empreendida na Defesa, questionou a motivação para tal repartição:

> Parciparei por observar que a « Defesa » se divide em duas partes distinctas, ainda que uma se apresente como continuação da outra. Na primeira, parte o nosso consocio se occupa em responder ao que de mim *ouviu*; na segunda no que se acha por mim *escripto*. No preâmbulo d´esse trabalho se encontra explicando o motivo d´esta divisão; e vem a ser que a primeira parte se achava prompta, antes que eu apresentasse as minhas reflexões por escripto, addicionando-se-lhe depois a segunda para que na defesa se respondesse a todos os pontos da minha contrariedade. Si é isto uma explicação, acceito-a; mas si, pelo contrário, de semelhante divisão se quizesse concluir, que eu disse uma cousa e escrevi depois outra differente, ver-me-ia obrigado a tomar o Instituto por testemunho de que escrevi o que disse: fallando ou escrevendo, combati as mesmas proposições.[556]

Na Defesa, Ponte Ribeiro fez uma breve consideração sobre o arquivamento da Memória de Machado de Oliveira e do seu Parecer, e depois, levantou vinte e uma explicações/respostas às censuras feitas por Dias, sempre ao final de cada uma, referiu-se a um anexo ou fazendo menção a uma documentação. Aqui, nos ateremos somente à consideração:

> Tendo-se feito um requerimento para que fosse archivado o parecer que apresentei sobre a Memoria do Sr. Machado, motivado nas considerações que este sócio deve merecer ao Instituto Histórico, declarei-me contra aquelle requerimento nos seguintes termos:[557]

Dirigindo-se aos membros de Instituto, naquela sessão de 29 de agosto de 1853, Ponte Ribeiro se indagou sobre os objetivos do Instituto: teria ele não compreendido tais

[555] Ibid. p. 515.
[556] DIAS, Gonçalves. Resposta do Sr. A. Gonçalves Dias "á Defesa do Parecer". Revista do IHGB. 3° Série, 4° Trimestre. T.16. Rio de Janeiro. 1853. p. 558.
[557] RIBEIRO, Duarte da Ponte. Defesa do parecer sobre a Memória histórica do Sr. Machado p. 516.

objetivos ou o Instituto se afastara deles. Entendia que o IHGB deveria "transmitir á posteridade o conhecimento dos factos que a historia deva registrar, e impedir com a sua censura os erros a que os vindouros poderiam ser induzidos por inexactas ou exageradas referencias", e no caso de algum sócio ser encarregado de emitir um parecer de uma obra, este deveria ser feito ao seu conteúdo e não sobre o autor. Sarcástico completou: "mas vejo que estava enganado" e que havia lhe contribuído para cair em erro, o seu propósito de "julgar as cousas com abstração completa das pessoas"[558]. Completou:

> Julgo portanto que a discussão deverá recahir sobre o contexto d´esse parecer, comparando-o com a Memoria, e não sobre as circunstancias pessoaes de quem a escreveu; estas são ephemeras, e com ellas nada ganharia a historia, mas há de servir-lhe de guia o juízo que pronunciar o Instituto Histórico sobre factos contemporâneos, como os de que trata a Memoria.[559]

Em uma critica direta ao Instituto, Ponte Ribeiro considerou a isenção da devida avaliação das obras produzidas por membros da instituição fora de seu objetivo, sendo que tal prática, além de tornar inconfiáveis os trabalhos do IHGB, também o privaria da análise de um grande número de trabalhos. Ponte Ribeiro pressiona a instituição:

> Em tal caso de que serviria encarregar os socios de apresentarem pareceres ? Seria para buscar alvos a que dirigir tiros inuteis, e mandar depois archiva-los ? E haveriam membros que aceitassem similhante encargo, si tal pratica prevalecesse ? Faço justiça à mesa, contando que não há de adoptá-la.[560]

Encerrando esta discussão, afirmou Pontes: não se empenharia em tirar da sombra a Memória de Machado de Oliveira, mas como a obra já havia sido impressa não via o porquê da não publicação de seu Parecer sem condená-lo e sem neutralizar os danos causados pela circulação da *Memória*:

> si a analyse n´elle feita é ajustada ao contexto da Memoria. Depois que esta foi enviada ao Instituto Histórico, e elle quis ouvir um parecer, não sei como poderá sepultar este no silencio sem condenna-lo primeiro.
> É verdade que poderia publicar-se este parecer, não obstante ser mandado archivar, a exemplo do que fez o Sr. Machado em 1842 com o que elle deu sobre a Corographia Paraense do Sr. Accioli, mandado guardar pela mesa do Instituto; mas isso seria insufficiente para neutralizar o effeito

[558] Ibid. p. 516.
[559] Ibid. p. 516.
[560] Ibid. p. 516.

> das asserções na Memoria, sem duvida de maior transcendencia para o Brasil.[561]

Seguiram-se ainda nesta Defesa, as vinte e uma explicações/respostas a algumas censuras feitas ao seu Parecer na sessão anterior, uma série de anexos (A a F) com traduções de documentos espanhóis e mais, um documento, denominado de Notas, com oito indicações feitas pelo Sr. Conselheiro Pedro d´Alcantara Bellegarde, lidas aos membros do Instituto em 6 de setembro de 1853.

Sobre a consideração de Ponte Ribeiro ao arquivamento proposto por Gonçalves Dias a Memória e ao Parecer, encontrada no preâmbulo da Defesa, a *Resposta* escrita por Dias destacou a inconveniência de Pontes em se deter longamente no assunto (e depois nas reflexões que findam a sua Defesa), depois de já ter retirado o requerimento. Discordou da motivação do requerimento, apontada por Pontes – "nas considerações que o Sr. Oliveira merece a esta associação" e respondeu:

> (...) mas si o Instituto se recorda que eu o apresentei no fim dos debates, depois de haver dito em resumo o que depois escrevi mais por extenso, poderá entrar completamente nas minhas intenções, quando se quizer persuadir que eu o julgava, talvez erradamente, mas julgava-o já sufficientemente motivado nos próprios debates, independente das considerações que fiz, ás quaes posto que se referissem á pessoa do Sr. Oliveira, como eu as deduzi de serviços já prestados, não julgo bem cabido o pitheto de pessoas.[562]

Em seguida, Gonçalves Dias discute em dezoito pontos as explicações apresentadas por Ponte na sua Defesa para depois, concluir que tanto as reflexões de Candido Batista, o segundo Parecer apresentado sobre a *Memória*, e as notas do Sr. Conselheiro Bellegarde, finalizam de forma quase idêntica em favor da *Memória* de Machado de Oliveira. Teria assim, o primeiro considerado a Memória digna de apreço, sendo um exato resumo dos fatos históricos e o segundo, de utilidade, mesmo fatos a serem confirmados. Gonçalves Dias finalizou sua *Resposta*:

> Como ambas conclusões não repugnem entre si, dou o meu voto para que sejam approvadas ambas.[563]

---

[561] Ibid. p. 517.
[562] DIAS, Gonçalves A. Resposta do Sr. A. Gonçalves Dias "á Defesa do Parecer". Op. Cit. p. 559.
[563] Ibid. p. 572.

* * *

A partir deste conjunto de pareceres às obras contemporâneas à fundação do IHGB, publicados na Revista do Instituto Histórico, constatamos preocupações dos pareceristas em apontar e corrigir anacronismos, lacunas (o que faltou) e equívocos (o que errou) resultados de uma falta de critério. Identificamos em meio a essas avaliações a obras de nacionais contemporâneas ao Instituto Histórico alguns critérios da operação histórica: a recorrente indicação do uso da "herança preciosa", em muitos casos, usada como argumentação e prova para as afirmações elaboradas nos pareceres; neste mesmo sentido, valorizou-se o uso de fontes encontradas em arquivos públicos, mas principalmente uma postura crítica frente a fontes oficiais; igualmente, nós nos deparamos com uma rigorosa condenação aos casos de plágios.

Encontramos também, um imbricado debate envolto de questões políticas que resultou, em alguns casos, em avaliadores apoiando posicionamentos políticos de avaliados, em outros, pareceristas se indispondo com pareceristas por adotarem posições políticas contrárias. Nesses casos, tanto o tratamento conferido aos autores variou, quanto ao parecer final atribuído a cada obra.

Para o Visconde de São Leopoldo, os pareceristas fizeram muitos elogios, referindo-se ao autor como *ilustre* e *sábio*. A obra desse político recebeu parecer positivo, sendo sugerida a sua conservação no acervo do IHGB. No entanto, os pareceristas lamentaram o que estaria faltando àquela obra, no caso: os trechos do capítulo 16, suprimidos da segunda edição em virtude de questões políticas. A obra de Antonio Ladislau Monteiro Baena, ao contrário dos *Annaes* de São Leopoldo, incomodou seus pareceristas, que apesar de elogiarem o zelo com que ele trabalhou os arquivos públicos do Pará, teceram duras críticas ao uso incorreto de documentos e de método aconselhando, caso uma segunda edição, uma precisa correção de estilho e uma aplicação de método. O Parecer evidenciou na obra de Baena, a marcante presença (com mínimas distinções) da obra de Bernardo Perreira de Berredo. De forma semelhante, o parecer iniciou com elogios a obra e ao autor, e depois lançou a eles duras críticas. Isso se repetiu outras vezes. A obra de Abreu Lima, do mesmo modo, foi considerada por seu avaliador (Varnhagen) importante para constituição da uma literatura nacional, mas recebeu também restrições à metodologia empregada pelo autor. Todavia, o que realmente fez Varnhagen lançar sua ira sobre Abreu Lima foi o uso, como

principal referencia, de um autor estrangeiro, Afonso de Beauchamp. Aos olhos do parecerista, um plagiador, um *imitador mal intencionado* de outro autor estrangeiro, só que respeitado, Robert Southey.

A partir dos anos 50 os desacordos entre os membros do Instituto Histórico se tornaram cada vez mais explícitos. Dois trabalhos – *Índice Cronológico* de Perdigão Malheiro, como a *Memória histórica* de Machado de Oliveira – inflamaram um intenso debate político nas páginas da Revista do Instituto, evidenciando a desarmonia entre os membros do instituto com relação a muitas questões políticas.

O Índice foi avaliado por Diogo Soares da Silva de Bivar. Seu Parecer levantou, além do que estaria faltando à obra de Malheiro, alguns equívocos e seu desacordo referente ao episódio sobre o descobrimento do Brasil, que para o avaliador não havia sido obra do acaso. Logo em seguida, Joaquim Caetano da Silva partiu em defesa de Malheiro. Usando da já mencionada "herança preciosa" colocou em dúvida os apontamentos feitos por Bivar. E para completar o debate, ou melhor, a defesa a Malheiro, uma Nota de Candido Baptista Oliveira se concentrou em discordar de Bivar sobre um trecho específico de seu Parecer – o cálculo referente à densidade demográfica do Brasil naqueles dias. Para Baptista Oliveira, Bivar havia sido mesquinho quanto ao número total de habitantes no Brasil.

Quanto à *Memória* escrita por Machado de Oliveira, esta foi avaliada por um parecer realizado pelo Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e outro pelo Conselheiro Candido Baptista de Oliveira. O primeiro parecer, junto a Memória, sofreu observações feitas por Gonçalves Dias, que resultaram ainda, numa Defesa feita por Ponte Ribeiro ao seu parecer e depois, uma de Resposta Dias a Defesa. O tema, limites estabelecidos ao Sul do Brasil, estava fortemente ligado à relação do Brasil com seus vizinhos republicanos e poderia causar certo desconforto para a política Imperial. Ponte Ribeiro, no primeiro parecer, demonstrou que os limites estabelecidos ao sul do país fora prejudicial ao Brasil e levantou uma série de conflitos e tratados, estabelecidos entre Portugal e Espanha desde a colonização, na intenção de provar sua tese contrária a Memória. Propôs que o Instituto Histórico não aprovasse a Memória. O segundo Parecer avaliou somente o tratado de 1851 abordado por Machado. Concordando com a Memória, o parecer considerou que o trabalho seria digno de apreço pelo IHGB. Outro membro do Instituto a entrar na discussão foi

Gonçalves Dias. Este promoveu uma defesa a Machado de Oliveira, considerando o trabalho digno de apreço e sua Memória e fez algumas observações referentes ao Parecer de Pontes Ribeiro.

No próximo capítulo apresentaremos outras propostas para a formulação de critérios e métodos pensados para a escrita da História do Brasil feita por autores nacionais e estrangeiros como os artigos: *Lembranças do que devem procurar as províncias os sócios do IHGB para remeterem a sociedade central* de Januário da Cunha Barbosa publicado em 1839 e *Dissertação do sistema de escrever a história antiga e moderna do Brasil* de Cunha Mattos, publicada somente em 1863; além de dois artigos enviados para o concurso promovido pelo Instituto sobre a melhor forma de se escrever a história do Brasil, escritos pelos estrangeiros Wellenstein e de Von Martius.

Capítulo 4

Dificuldades para a confecção da História Geral do Brasil.

> O coração do verdadeiro patriota brazileiro aperta-se dentro no peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos factos da nossa gloriosa independência. Ainda estão elles ao alcance de nossas vistas, porque apenas dezeseis annos se tem passado dessa época memoráveis da nossa moderna historia, que acrescentou no Novo Mundo um esperançoso império ao catalogo das nações constituídas, e já muitos se vão obliterando na memória daquelles a quem mais interessam, só porque tem sido escriptos sem a imparcialidade e necessário critério, que devem sempre formar o caracter de um veridico historiador. .
>
> Cônego Januário da Cunha Barbosa. *Discurso*. RIHGB, Rio de Janeiro. 25/11/1838, p. 11.

1. Um consenso difícil.

Os estudos sobre o IHGB abordados nos capítulos anteriores compartilham a tese de que no início do século XIX, homens com certa homogeneidade de idéias, de alguma maneira, estando politicamente envolvidos com a formação de um novo Estado na antiga colônia portuguesa na América, fundaram o Instituto Histórico. No entanto, a instituição se tornou um espaço de atuação política, onde os seus membros poderiam divulgar por uma revista trimestral suas concepções sobre o Brasil, nem sempre em acordo com as de outros lugares dedicados ao mesmo objetivo. Observamos que existiam outros lugares voltados à produção de um saber Histórico, entretanto, na análise das fontes aqui estudadas notamos o embate pela construção do IHGB como o único lugar para a produção de uma história brasileira. Essa vontade por hegemonia se apresentou: pelo silêncio frente à existência dos outros espaços e pela afirmação explícita de que o Instituto Histórico seria o único local de onde seria possível produzir essa história.

No discurso de fundação, escrito por Januário da Cunha Barbosa, encontramos balizas para a confecção de uma historicidade para o Brasil. Nele, o Cônego confere ao IHGB a condição de pólo fomentador, pronto a auxiliar todos os "patriotas" interessados na

tarefa. Seriam anuladas, entretanto, as histórias regionais, as estrangeiras ou aquelas que se mostrassem incompatíveis com o Estado em formação. O primeiro-secretário legitimou o IHGB enquanto instituição de cunho científico próprio para a formulação de práticas e para a produção de textos como história, estabelecidos por uma série de escolhas e de procedimentos característicos de uma cultura histórica: partilhando informações, fontes e trabalhos com outras instituições congêneres e estrangeiras[564]; optando por uma história nacional e científica (portanto, pautada tanto por uma documentação própria, quanto por almejadas objetividade e imparcialidade que, como veremos, mostram-se bastante peculiares). O Instituto buscou consolidar-se como o lugar de produção oficial da história do Brasil, unificador e unificado, em detrimento de outros lugares contemporâneos ou anteriores ao contexto de fundação do Estado nação. Desta forma, compreendemos que o IHGB procurou, em seus objetivos e propostas iniciais, ser representado como o lugar adequado para a escrita de uma História, ou seja, determinou para o si o papel de coordenador da escrita dessa história, agora nacional e científica. O resultado de todo esse esforço (e do embate entre os membros do IHGB) ficou impresso no periódico, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB).

No entanto, lembremos que outras instituições criadas no início do século XIX, como o Arquivo público e o Museu Nacional, estiveram como o Instituto Histórico envolvidas com práticas sobre o passado nacional (na coleta e na seleção de documentos, por exemplo)[565]. De modo distinto ao Instituto, e operando durante o século XVIII, as Academias Brasílicas dos Renascidos e dos Esquecidos estimularam a elaboração de uma perspectiva colonial sobre o processo de colonização que diminuísse diferenças regionais e ampliasse laços de identidade com Portugal. A Academia Brasílica dos Renascidos, por exemplo, embalada pelas reformas Pombalinas para a afirmação da soberania de Portugal na América, estimulou seus membros à construção de uma memória histórica de 250 anos de colonização portuguesa. Apesar de divergências entre colonos e administração Pombalina, os Renascidos preferiram conservar o pacto tradicional entre a colônia e a Metrópole apontando para a superação de localismos, invocando um lugar para os

[564] GUIMARAES. Manoel Salgado. "Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte". IN: HEIZER. Alda. VIEIRA, Antonio Augusto Passos. (org.) Ciência, *Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

[565] SCHAPOCHNIK, Nelson. Letras de fundação. Varnhagen e Alencar – Projetos de narrativa Instituinte. Dissertação de mestrado. FFLCH/USP. 1992. p. 12-14.

"Portugueses Americanos" dentre os progressos da Pátria. Os programas de estudos propostos pelos Renascidos sobre as questões da colonização, ou mesmo a proposta de se escrever uma História Universal da América Portuguesa, configurou-se em escrita da história como espaço de atuação de grupos de colonos na defesa de seus interesses locais[566].

Nesse sentido, a palavra impressa se constituiu como espaços de atuação política para grupos (contemporâneos ou não ao IHGB) da população do Rio de Janeiro e de outras cidades do Brasil[567]. Mesmo com proibições decretadas pela Metrópole e com todo o aparato de censura existente, inúmeros impressos circulariam na América Portuguesa. Além da produção desenvolvida pela Academia Brasílica dos Renascidos e dos Esquecidos, outros impressos feitos em Portugal foram lidos nos dois continentes desde o final do século XVIII, disseminando informações e opiniões. No entanto, esses últimos impressos, segundo Marco Morel, no contexto do Absolutismo português, não travaram publicamente debates e divergências políticas[568].

Apesar da aparente liberdade intelectual/literária advinda do funcionamento da Imprensa Régia a partir de 1808 com a vinda da família Real, o controle, e mesmo a proibição da entrada e da circulação de impressos continuou a ocorrer no Reino[569]. No

---

[566] KANTOR, Iris. Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 155-165

[567] Marco Morel apontou para alem da Corte no Rio de Janeiro a ocorrência de uma proliferação de impressos pelo Brasil, levantando casos em Pernambuco e na Bahia MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de Barros. Palavra, imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 44-50; A palavra impressa foi um caminho para a atuação no teatro político. LIMA, Ivana Stolze. Cores, marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeriro: Arquivo Nacional, 2003. p. 39; No processo de formação do Estado Imperial foi conturbado, principalmente durante o período regencial, destacando-se a ocorrência de diferentes movimentos sociais e políticos opostos ao projeto político centralizador. Ao contrário de algumas províncias onde ocorreram movimentos separatistas, no Rio de Janeiro não houve propriamente uma revolta, mas vários confrontos em praças, ruas, quartéis e também por intermédio da Imprensa, como uma busca pela ampliação de suas participações na política, muitos discutiam em seus impressos o acontecia na Câmara dos Deputados. LIMA, Ivana Stolze. "Cabra gente brasileira do gentio da Guiné: imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro. 1831-1833". In NEVES, Lúcia B. P., MOREL, Marco, FERREIRA, Tânia M. B. da C. (orgs). História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Fapérj, 2006. p. 299.

[568] MOREL, Marco. Op. Cit. p. 17;

[569] Segundo Leila Algranti, a censura em Portugal, constituída anteriormente a Inquisição, foi concebida em três estâncias – "a Inquisição, a Ordinária e a Mesa do Desembargo do Paço". Durante o governo pombalino, criou-se a Real Mesa Censória em abril de 1768 –, a censura se tornou instrumento do Estado Absolutista. Este órgão, sujeito a autoridade real, ficou responsável por "censurar e fiscalizar a impressão e circulação de livros no Reino e também dos que partiam em direção as colônias, pois nenhum material impresso poderia ser despachado para o Brasil sem antes ser submetido ao juízo dos censores régios" no período Joanino, antes mesmo de sua chegada a América Portuguesa e sofrendo somente pequenas mudanças, foi caracterizada por uma série de procedimentos instituídos no período pombalino em 1768. ALGRANTI, Leila Mezan. Livros de

início da década de 1820, com medidas como a liberdade de imprensa e circulação de impressos decretados pelas Cortes portuguesas e com a suspensão da censura prévia decretada por D. João VI, assistimos a uma "explosão de impressos"[570]. Nesse momento, por meio da palavra impressa (Jornais, folhetins, panfletos e pasquins), se imprimiu publicamente posicionamentos políticos, cuja disputa travada durante o processo de independência do Brasil, e depois, na abdicação em 1831, que deixou vago o trono do Imperador e instaurou a Regência, ganhou maior fôlego[571].

Os envolvidos nessa imprensa embrionária ainda não se configuravam como uma categoria profissional, mas como indivíduos letrados com o desejo de atuar na vida pública – seriam médicos, clérigos, militares ou profissionais liberais que facilmente imprimiram pasquins[572]. Muitos dentre eles fizeram parte dos quadros de sócios do Instituto Histórico, como foi o caso do fundador Januário da Cunha Barbosa com seu periódico *O Reverbero Constitucional Fluminense* que circulou por treze meses estabelecendo um intenso diálogo com outros periódicos da época e marcou posições claras por uma Monarquia Constitucional[573]. No entanto, vale mencionar, apesar da suspensão da censura prévia à publicação e à circulação de impressos no reino luso-brasileiro, formas não lícitas de coerção ainda continuaram a ocorrer[574].

Diante desse quadro, o Instituto Histórico tornou-se para seus fundadores uma alternativa para a divulgação de seus posicionamentos políticos nos conturbados momentos da Regência (onde o jogo de xadrez político colocou em cheque algumas vozes[575]), e diante da explosão de impressos no período que aqui recortamos, a produção de textos historiográficos definidos como "imparciais" pelos membros do Instituto Histórico serviam como armamento político, ora desqualificando, ora anulando posicionamentos políticos tidos como "indesejáveis". Ou seja, por trás da "imparcialidade científica" se instaurou nos denominados "Juízos" e "Pareceres" aqui estudados, a prática da censura. Talvez por isso a

---

Devoção, Atos de Censura: Cultura Religiosa na América Portuguesa (1750-1821). Tese de Livre Docência. Campinas: IFCH/Unicamp. 2001.

[570] Devo a prof. Iara Lis, por suas observações durante o exame de Qualificação deste trabalho.

[571] MOREL, Marco. Op. Cit p. 48.

[572] Ibid. p. 49.

[573] LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

[574] MOREL, Marco. Op. Cit. p. 24.

[575] GUIMARÃES, Lucia Pascoal. "O Tribunal da Posteridade", *in:* PRADO, Maria E. (org.) O Estado como vocação: Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentos. Rio de Janeiro: Access, 1999. p. 45.

história do Brasil nunca se realizou pelas mãos do IHGB: a escrita da história mostrou-se, para aqueles "cientistas" do período como campo minado, como terra entre trincheiras pertencentes a múltiplos posicionamentos políticos. O desejo pelas "ciências" não foi capaz de neutralizar a força das divergências. A homogeneidade política não se instaurou nem ao menos entre os membros mais ilustres do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Assim, dentro das trincheiras do Instituto encontramos uma batalha entre diferentes orientações e posições pela definição do *passado* mais adequado à história que se desejava escrever. Estavam em disputa a (re)definição de uma concepção de História, designando o *passado* e sua escrita através uma série de desafios: quais as referências (ou textos e autores predecessores); quais os regulamentos para busca de documentos; quais os temas mais relevantes a serem tratados nos Programas Históricos; quais "fatos memoráveis" não deveriam ser deixados para o esquecimento; além de, qual periodização seria adequada. Essas tarefas, de trato com o *passado*, necessárias à construção de uma representação unitária do presente da nação em forja, em muitas situações se tornaram difíceis para um consenso entre os membros do IHGB.

Nesse sentido, encontramos nas primeiras revistas do IHGB publicações de membros do grupo de fundadores, contendo em seu bojo orientações para a apreensão do passado e a sua escrita. Contudo, diante de momentos tão conturbados e de uma instabilidade política tão acentuada, como fora no período de consolidação do Estado nação brasileiro, quais seriam os documentos adequados e como seria a escrita desta história?

Entre as diretrizes anunciadas pelos fundadores – ou melhor, no seu esforço em definir qual seria o material adequado e a tarefa a cumprir (escrita da história), percebemos um processo de mão-dupla. De tal maneira, consagrou e elegeu alguns autores e textos como referência, e também relegou ao silêncio/esquecimento outros tantos materiais, que no caso, não foram considerados pertinentes ao projeto político de uma monarquia constitucional. Assim, procuramos reconhecer as dificuldades, os esforços e os combates empreendidos por seus fundadores na definição destes primeiros parâmetros, a partir dos textos de Januário da Cunha Barbosa, Rodrigo da Silva Pontes e Raimundo José da Cunha Mattos, e de autores estrangeiros, como Julio de Wallestein e Carlos Frederico von Martius que participaram do concurso ocorrido no IHGB por uma melhor maneira de escrever a história para o Brasil.

1.1. Orientações dos fundadores à escrita de uma História do Brasil.

Encontramos na Revista do IHGB, um grupo de textos que podemos chamar de "textos de fundação", pois foram produzidos por membros da instituição como contribuição à escrita da história do Brasil, mas que na realidade fundam uma disputa pelo passado[576]. Analisamos as iniciativas elaboradas por Januário da Cunha Barbosa e Rodrigo da Silva Pontes na definição dos procedimentos de busca por documentação, e de Raimundo de José da Cunha Mattos, na definição de um roteiro cronológico. E quando oportuno, não deixamos de retomar algumas orientações em textos como o discurso de fundação ou os extratos dos estatutos, já apontadas nos capítulos anteriores.

Iniciemos com a proposta feita pelo Primeiro Secretário e sócio fundador Januário da Cunha Barbosa, aos seus consórcios do Instituto, em sessão de 24 de novembro de 1840, de um Programa Histórico que definisse critérios para a seleção e a guarda de documentos: *Quais os meios de que se deve lançar mão afim de obter o maior numero de documentos relativos á historia e geografia do Brasil?*[577] O próprio cônego Januário respondeu ao seu chamado publicando na primeira Revista do Instituto Histórico, como orientação sua, um artigo sobre que documentação dever-se-ia procurar para a escrita da história do Brasil. *Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do IHGB para remeterem à sociedade central*[578], trata-se por um pequeno artigo dividido em três partes: *Historica, Geographica* e *Para a Sociedade Auxiliadora da Industria*. Na última parte, Cunha Barbosa requisitou informações e materiais relacionados à agricultura, seguindo as necessidades e determinações da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)[579].

---

[576] Termo extraído de Manuel Salgado Guimarães: Chamou-os de textos de fundação, pois "integram um conjunto mais amplo de contribuições apresentadas ao IHGB e publicadas pela revista, tendo como temática central a concepção de modelos para a escrita da história do Brasil", GUIMARÃES. Manuel Luiz Salgado. "A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil". IN: CARVALHO, José Murilo de. (Org.) *Nação e Cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 99.
[577] 52◦ Sessão de 24 de novembro de 1840 Revista do IHGB, n. 8. T 2. Rio de Janeiro. 1840. p 331.
[578] BARBOSA, Januário da Cunha. Lembranças do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à sociedade central no Rio de Janeiro. Revista do IHGB, n. 2. T. 1, Rio de Janeiro. 1839. p. 141-143.
[579] Ibid. p. 142-143.

No seguimento intitulado de geográfica, o secretário requisitou materiais "de tudo enfim que possa servir á historia geográfica do paiz"[580], ou seja, materiais que contribuíssem para a definição de contornos físicos da jovem nação; quanto à primeira parte, histórica, as indicações feitas por Cunha Barbosa propunham que fossem encontrados e enviados ao Instituto materiais que informassem a respeito de personalidades desde a chegada dos portugueses, de povos indígenas anteriores a esse evento, de características e de fatos extraordinários sobre a natureza, como nomes de minerais ou a queda de um meteoro; outros que descrevessem as condições do comércio interno e externo das províncias do Império, e ainda:

> 2° Cópias authenticas de documentos interessantissismos á nossa historia, assim antiga como moderna; e extractos de noticias extrahidas, das secretarias, archivos e cartórios, tanto civis, como eclesiasticos.[581]

Nesse sentido, além das indicações acerca da busca por descrições e por notícias físicas do território, da natureza, da ocupação e da atividade humana representada pelo comércio entre as províncias, Cunha Barbosa requisitou materiais vinculados a órgãos estatais e eclesiásticos e *cópias autenticas de documentos interessantíssimos*, num esforço de reunir em um só lugar o material necessário à escrita da história.

Nessas orientações, Januário, no entanto, minimizou a participação das províncias às relações comerciais, não requisitando, especificamente, uma documentação própria às histórias regionais, mas sim documentos que atrelassem as províncias a um comércio interprovincial. Ou seja, nos parece claro o desejo de Cônego de criar uma História unitária do Brasil, oposta às propostas federalistas encontradas (e desastrosas, segundo alguns grupos políticos) durante o período regencial. Delineou, ainda, uma História do Brasil dividida entre antiga e moderna, evitando uma periodização que valorizasse a história nacional como resultado de uma soma de histórias regionais. A documentação a ser encontrada e enviada ao IHGB, ou melhor, salvaguardada e eternizada nos arquivos da instituição, relacionar-se-ia, também, de uma forma geral, a dois momentos distintos, separados pela chegada dos portugueses. Um importante sentido sobre como deveria ser

[580] Ibid. p. 142.
[581] Ibid. p. 141.

dividida a escrita da história e sobre quais informações saciariam a cada um dos dois momentos.

Dessa maneira, a orientação de Januário apropriou-se de uma cultura histórica anterior a sua, por exemplo, tanto com traços de uma história *Mestra da vida*, na recolha de uma documentação relacionada a personalidades surgidas com a chegada dos portugueses (arsenal de exemplos), quanto com um legado antiquário, no seu esforço de reunir uma documentação, devidamente avaliada para obter acesso ao passado. Estudos recentes nos apontam que tais práticas foram empregadas por portugueses nos dois continentes. Encontramos na sociedade portuguesa, em meados do século XVIII, um colecionador de vários tipos de documentos impressos: o abade português Diogo Barbosa Machado (1682-1772). Esse luso ofereceu para a Real Biblioteca de D. José I (1750-1777) no final de sua vida, a coleção que montou com diversos documentos relativos a Portugal e ao seu império ultramarino, e que, com a vinda da família Real em 1808 acabou vindo para o Brasil. Para o abade (ou melhor, para a sociedade portuguesa) a história equivalia-se a um repertório de exemplos valorosos que deveriam servir de inspiração. A forma como o abade reuniu todo o material que compôs sua pequena biblioteca correspondia às exigências de uma cultura enciclopédica de meados do século XVIII[582]. Do outro lado do Atlântico, na América Portuguesa, as Academias dos Renascidos e dos Esquecidos utilizavam de "regras de boa crítica" confrontando autores e documentos, como critério fundamental para a validação de seu discurso historiográfico, de forma semelhante às diretrizes metodológicas propostas pela Academia Real de História Portuguesa. O uso de disciplinas auxiliares em fins do século XVII, como a diplomática, transformou as técnicas de autenticação documental, o quê levou o discurso historiográfico a adquirir contornos próprios de validação de testemunhos, cabendo aos historiadores distinguir suas fontes (verídicas das ficcionais)[583].

Desta forma, outro texto publicado na RIHGB – *Quais são os meios que se deve lançar mão para obter o maior número de documentos relativos á história e geografia do Brasil* composto por Rodrigo de Souza Silva Pontes, também foi ao encontro de questões e

[582] MONTEIRO, Rodrigo Bentes. LEITE, Jorge Miranda. *Os "manifestos de Portugal": Reflexões acerca de um Estado moderno*, IN: ABREU, Martha, SOIHER. Rachel e GONTIJO, Rebeca (orgs.). Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 111-129.
[583] KANTOR, Iris. Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 193-242.

procedimentos relativos à reunião dos materiais mais adequados à escrita de uma História do Brasil. Nele, Pontes lembrou-se do 1◦ artigo do Estatuto do IHGB e considerou a reunião e organização de documentos o critério primordial, o primeiro passo para a escrita da História do Brasil. Para ele, alguns materiais já se encontrariam organizados por particulares ou em cartórios, repartições e arquivos públicos, outros ainda não, e para cada caso apresentou diretrizes que atendessem ao mencionado artigo do Estatuto[584]. Segundo Manoel Salgado Guimarães, esses documentos oficiais foram entendidos pelo membro do Instituto como capazes de atestar credibilidade a uma história que seria contada, capazes de tornar presente um passado e capazes de atestar a veracidade de fatos narrados[585].

Desta forma, para se obter os materiais já organizados, Pontes especificou um caminho a ser percorrido: a solicitação da abertura de arquivos aos membros do Instituto; formação de comissões para examinar seus conteúdos; apresentação de relatórios à instituição. Em seguida esmiuçou o que deveria conter no relatório: "(...) o que entende acerca da authenticidade e da importancia dos documentos ahi depositados (...)", além de apresentar quais seriam as condições e custos para se obter originais e ou cópias dos materiais aprovados. Esse método se aplicaria tanto aos arquivos da ex-metrópole, quanto aos existentes nas províncias do Brasil.

Com relação aos materiais que ainda não se encontravam organizados definiu como método adequado à sua reunião a organização de viagens de cunho científico pelo território. Considerou-as eficientes, inclusive para reunir os materiais que já se encontrassem organizados. Essa orientação (as viagens) buscaria atestar um passado cujos resquícios se encontrariam espalhados pelo território. A narrativa construída pelo olhar de um viajante "atestaria o narrado nas fontes e porventura objeto de disputa e controvérsia"[586]. Seria o olhar do viajante instrumentalizado por um saber, portanto, capaz de desenvolver um inventário minucioso em que a natureza e o homem seriam seus objetos, confeccionando, assim, a veracidade e a autenticidade necessárias à prova. As viagens científicas oitocentistas norteadas por um "projeto ilustrado" institucional e financiadas pelo Estado buscavam desenvolver um relato preciso (uma evidência) comprometido com a

[584] PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil, Revista do IHGB, T. 3, Rio de Janeiro. 1841. p. 150.
[585] Guimarães, Manoel Machado. Op. Cit. p. 110.
[586] Ibid.. p. 111.

"verdade"[587]. Nesse sentido, obras publicadas pelos viajantes que percorreram a América (e o Brasil) e que posteriormente foram avaliadas pelos membros do IHGB, como dos estrangeiros Horace Say, Alexander von Humboldt e Jean Baptist Debret, por exemplo, foram entendidas como um veículo para a criação de conhecimento e construíram um arsenal de documentos que tanto poderia ser usado em favor, quanto pôr em risco seus objetivos políticos. Por isso, como veremos mais adiante, tais obras em muitos casos foram censuradas.

Voltemos às indicações de Rodrigo Pontes aos seus contemporâneos sobre o testemunho de exemplos importantes a essa nascente história, como, por exemplo, o obelisco restaurado no Pará pelo sócio do IHGB Sr. João Antonio de Miranda; as pinturas em um templo pernambucano sobre os sucessos da guerra contra os holandeses; ou ainda, em pedras gravadas, as estátuas esboçadas que foram descobertas na comarca do Rio Negro, e que foram percebidas como prova da existência de uma civilização antiga[588]. Numa referência clara sobre o peso de um testemunho para a veracidade dos acontecimentos, o viajante se deslocaria e assim veria e registraria a própria história como um: "isto foi assim". Dessa forma, a viagem científica para Pontes não se destinaria somente a "colligir copias, desenhos, ou descripções de momumentos", mas também para averiguar com exatidão pontos divergentes sobre a História do Brasil, existentes entre os escritores e seus trabalhos consagrados como a "herança preciosa". Assim, para Pontes, diante de tais divergências a comprovação somente se daria pelo:

> (...) exame e conhecimento dos logares em que passaram as scenas relatadas, ou sem determinar, segundo os princípios da sciencia, a posição geographica desses mesmos logares.[589]

Pontes apresentou a discordância entre os "escriptos de Brito Freire, Barleu, e Rocha Pita acerca da famosa história da povoação ou povoações que deram o nome à guerra dos Palmares", e assegurou que tais questões somente seriam resolvidas quando estudados os lugares onde ocorreram tais eventos. As viagens, nesse sentido, viabilizariam aos integrantes da instituição a comprovação de um dado passado e anulação de possíveis

[587] PRATT, Mary Louise. "Humboldt e a Reinvenção da América". *Estudos Históricos*. Trad. Maria José Moura da Luz Moreira. Rio de Janeiro, vol.4, n. 8. 1991. p. 151-165. SÜSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
[588] PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios ... Op. Cit. p. 150/151.
[589] Ibid. p. 151.

dúvidas[590]. Ocorreu, assim, por parte do instituto uma busca por (e posteriormente a publicação) relatos de viagens empreendidas durante o período colonial. Executou-se ainda, com financiamento do Estado, novas viagens para a coleta de dados, como a Comissão Científica de Exploração (1859-1861) formada por pessoas ligadas ao IHGB.

Nesse sentido, para Pontes a organização dos documentos não se limitaria ao círculo traçado até o momento – "relativos ao estado político de uma nação". Admitiu que história, assim como a geografia, possui um largo campo de trabalho:

> Se o vocabulo historia comprehende não só os factos e acontecimentos relativos ao estado político de uma nação, mas abrange tambem as variações e alternativas porque sucessivamente passa o espírito humano, e horisonte da historia e amplo e vasto como todo o horisonte das artes e das sciencias. Se a Geographia, não contente com descrever a superfície do globo, nos fez conhecer as diversas raças que o habitam, e nos indica os logares onde a natureza collocou as suas variadas e excellentes produções, nada há sobre a terra que possa fugir ao exame, que possa evitar as narrações de geographo.[591]

Logo, atribuindo à história e à geografia um sentido amplo, admitiu que tanto a tarefa de reunir materiais quanto a de examinar seus "pontos duvidosos" seriam, ambas, atividades de "difícil, ou antes, impossível" realização, ainda mais se delegadas a um único homem. Orientação semelhante foi a de Januário Cunha Barbosa, no discurso de fundação[592]: no caso da geografia, a dificuldade se encontraria na vastidão do território[593]. Encontramos, ainda, duas outras orientações. Para Pontes, os membros do IHGB encontrariam sugestões, do quê procurar e como executar uma viagem, inclusas em trabalhos de viajantes estrangeiros que percorreram e estudaram regiões da Europa e América do Norte. Essas narrativas de viagens que comprovariam e clareariam controvérsias deveriam estar previamente organizadas por um inquérito sobre aquilo que se desejasse investigar[594]:

> Seguimos deste modo o exemplo das sociedades scientificas da Europa nas indicações com que tem d´uso designar os diversos assuntos que desejam vêr examinados pelos que cultivam a sciencia ou sciencias, a que

[590] GUIMARÂES. Manuel Machado, Op. Cit. p. 112.
[591] PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios ... Op. Cit. p. 155.
[592] Manuel nos lembrou desta compatibilidade de orientações entre Pontes e Januário. GUIMARÂES. Manuel Machado, Op. Cit. p. 113.
[593] PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios ... Op. Cit. p 155
[594] GUIMARÂES. Manuel Machado, Op. Cit. p. 113.

> essas mesmas sociedades consagram as suas vigilias. Tais indicações ou são geralmente aplicáveis, posto que versem sôbre objectos especiaes, ou se podem chamar especilissimos por serem sômente aplicáveis a um local, a um facto. (...) Seria conveniente que commissões nomeadas *ad hoc* refigissem para cada província do império acerca dos diversos conhecimentos, que podem ser o objeto de nossos estudos, questões e indicações appropriadas a cada uma dessas diversas provincias (...)[595]

Pontes esclareceu que tal método – "adquirir dados e bases para história (...) por meio de questões e indicações" já tinha sido apropriado pelo Instituto Histórico e que seu desejo seria uma ampliação dessas práticas, sugerindo, assim, a nomeação de comissões para tais finalidades.

Por fim, avisou que os mesmos esforços e procedimentos para obtenção de documentos dentro das fronteiras do Império, segundo Pontes, deveriam ser praticados nos arquivos de países estrangeiros[596]. Encerrou suas orientações, sobre quais documentos procurar para a escrita da história do Brasil, lembrando a importância da distribuição de prêmios e da necessidade de um paleógrafo para transcrever documentos que estariam ininteligíveis.

O terceiro "texto de fundação" foi elaborado em resposta ao Programa Histórico que propunha o estabelecimento de critérios para uma periodização da História do Brasil; o outro sócio fundador do Instituto – Raimundo de José da Cunha Mattos leu a sua *Dissertação a cerca do sistema de escrever a historia antiga e moderna do Império do Brasil*[597], na sessão de 15 de dezembro de 1838. Esse trabalho, no entanto, demorou a ser publicado na RIHGB, ocorrendo somente no ano de 1863, após sua morte.

A dissertação de Cunha Mattos, inicialmente, após mencionar um debate que incluía vários membros do IHGB[598], quando do anúncio do Programa Histórico – *Quais são as verdadeiras épocas da História do Brasil*, apontou a inconveniência e a impossibilidade de se escrever a História do Brasil, naquele momento. Cunha Mattos, levantou os problemas que impediriam a tarefa e indicou, primeiramente, a necessidade de recorrer à história

[595] PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios ... Op. Cit. p 156.
[596] Ibid. p. 155.
[597] MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, T. 26 1863, p. 121-143.
[598] A dissertação nomeou a participação de José Silvestre Rebello, José Lino de Moura, Januário da Cunha Barbosa, Pedro de Alcântara Bellegarde, Lino Antonio Rebello, Emilio Joaquim da Silva Maia, José Marcelino da Rocha Cabral. Épocas.

particular de cada província, pois somente com esses materiais se escreveria uma história geral:

> § 3.° O Sr. Bellegarde quando fez o seu ultimo discurso em a sessão do dia 15, sustentou que se deve escrever por épochas distinctas a história philosophica do império do Brasil; e consecutivamente apontou algumas d´essas eras, ou períodos que lhe pareceram mais proprias para a organisação, e arranjo de toda a obra; outros senhores discorreram em o mesmo sentido, indicando todavia maior ou menor numero e épochas; e ultimamente o Exm. Sr. visconde de S. Leopoldo, ferindo com a mão de mestre o complexo dos argumentos, mostrou, e parece-me que mui bem, que *por ora não estamos habilitados a escrever a historia geral do império do Brasil, por nos faltarem muitos elementos provinciaes para isso necessários*. – Felizmente o Exm. Sr. visconde faz honra á minha opinião, quando quer que indaguemos em primeiro lugar a historia particular ou das províncias, para com bons materiaies escrevermos a historia geral do império brasileiro. [599] (Grifos nossos)

Cunha Mattos se interessou pela escrita de uma História Geral do Brasil como resultado primeiro de um maior conhecimento das provinciais, e, nesse sentido, também de sua história. Talvez a publicação da dissertação de Cunha Mattos fora negligenciada até 1863 devido ao seu caráter excessivamente federalista aos olhos mais conservadores do Instituto. Em 1863, o período de maior estabilidade (ou estagnação como afirmam alguns críticos), possibilitado pela Conciliação, iria liberar o trabalho de Cunha Mattos de seu ostracismo e enfim, ao menos depois de sua morte, seria liberada a sua publicação. Nesse sentido, talvez a escolha de Cunha Mattos por composições de histórias regionais, antes mesmo da composição de uma História Geral, reforçaria identidades locais e enfraqueceria laços nacionais (principalmente diante das questões separatistas anteriores aos anos de 1860), o que levou a sua não publicação/divulgação como orientação à escrita da história nacional naquele momento. Ou ainda, a opção por uma história filosófica, como anunciada por Januário no discurso de fundação, que pudesse ser capaz de tornar inteligíveis realizações humanas segundo a construção de um conhecimento sistematizado, significaria para os demais membros, mais que uma pura soma de histórias particulares. Podemos considerar, também, que no início dos anos sessenta, sua impressão veio a calhar como uma homenagem póstuma a um importante sócio-fundador, já que não causaria maiores danos ao projeto nacional, já que no Brasil ocorria uma maior estabilidade política e financeira.

[599] MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. Op. Cit. p. 122.

Além do mais, encontramos publicadas nas páginas da Revista do IHGB, após os anos 60, trabalhos de grande fôlego dedicados a algumas províncias do Brasil.

Seguindo com sua dissertação, Cunha Mattos argumentou: como se poderia escrever a "história philosophica do povo do Brasil" tomando como base livros estrangeiros inexatos, ou mesmo, sem antes a devida censura ao "immenso fardel de escriptos inexactos, insulsos, indigestos, absurdos e fabulosos". Considerou interessante, dessa maneira, que o Instituto Histórico examinasse os escritos estrangeiros e nacionais sobre o Brasil. Listou inúmeros autores que formariam, antes do processo de independência do Brasil, a nossa já conhecida "herança preciosa" e refletiu sobre tais composições, caracterizando-as por falta de exatidão e pelos possíveis cerceamentos exercidos pela metrópole portuguesa à sua colônia na América[600].

Encerradas essas advertências quanto aos materiais para a História do Brasil e a necessidade de se levantar inicialmente histórias regionais, Cunha Mattos declara sua conformidade com a opinião de Januário Cunha Barbosa "acerca da divisão das epochas da história do Brasil":

> § 8. Eu abraçarei de boa vontade opinião de nosso illustre secretrario perpetuo, acerca da divisão das epochas da história do Brasil, por achal-o conforme ao de versos escriptores antigos e modernos. Sejam três as epochas dá nossa historia: na 1.ª trata-se dos aborigenes ou autochthones; em a 2.ª comprehendam-se as éras do descobrimento pelos portuguezes, e da administração colonial; e a 3.ª abranjam-se todos os acontecimentos nacionaes desde o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente, e abraçou um systema de governo imperial, hereditário, constitucional e representativo. [601]

Esta divisão estaria pautada pelos acontecimentos políticos referentes à ruptura da colônia com a antiga metrópole, gerando uma consciência entre o passado e o presente, ou nas palavras de Cunha Mattos: entre a história antiga e moderna do Império do Brasil[602]. Nesse sentido, demarcou algumas divergências que encontrou, entre a primeira (dos aborígenes) e terceira época anunciada (já feito em governo imperial).

Primeiramente fez uma longa narração sobre os indígenas. Lamentou a falta de uma documentação que comprovasse laços entre tribos indígenas da América portuguesa com

[600] Ibid, p. 122-129.
[601] Ibid. p. 129.
[602] GUIMARÂES. Manuel Machado, Op. Cit. p. 116.

outros grupos da região andina e da América central, e até mesmo, com povos da antiguidade. Para ele, estaria a história dessas tribos indígenas ocultadas por "fabulas", o quê impossibilitaria ligá-los aos povos de outras regiões da América. Dever-se-ia tomar cuidado com o maravilhoso e, como antídoto a ele, se fazia mister a intensa busca pela verdade sempre expressa por meio de provas comprobatórias. Não obstante, Cunha Mattos levantou possíveis "provas" que ligassem tribos do norte do Amazonas com chineses, hebraicos, fenícios e ainda entre os naturais do México e do Peru estabelecidas por viajantes nacionais e estrangeiros. Apelou ainda, para o não esquecimento das contribuições oriundas dos empreendimentos religiosos na América, como no caso dos jesuítas. Estes efetivamente abriram caminhos em direção ao interior, fixando contatos amigáveis ou hostis com indígenas, ainda que atrelados aos interesses exploratórios e comerciais: os jesuítas representaram um caminho aberto à pesquisa, sendo assim os pioneiros no "exame da historia de uma raça, que ainda se achava mui distante da aurora da civilização"[603].

Cunha Mattos considerou ainda que o conhecimento filosófico dos primeiros religiosos não fora suficiente para se ater na elucidação das raízes de diferentes línguas indígenas e, da mesma forma, não estudaram a história da origem, separação e emigração de indígenas localizados entre o litoral até os Andes e a Amazônia. Da mesma forma, como os jesuítas valorizaram somente o tupi e o guarani como línguas gerais, excluindo o uso do português no contato com índios e até mesmo evitando a entrada de portugueses nas regiões sob seu controle, foram considerados suspeitos de criar um estado teocrático na região. Quanto às origens das nações indígenas, afirmou serem as referências formuladas pelos jesuítas mais exatas, mas que no roteiro da costa brasileira de D.Cristovão de Moura (1587) publicado pela Academia Real de Ciências de Lisboa na *Colleção das Noticiais para a Historia das Nações Ultramarinas*, encontravam-se muitas informações pertinentes[604].

No entanto, como as informações ainda não seriam suficientes, a tarefa de escrever a história desses grupos indígenas seria, para ele, um embaraço somente superado com estudos lingüísticos. O que procurou Cunha Mattos, a partir destes estudos, foi uma

[603] Ibid. p. 131.
[604] Ibid. p. 133.

conexão entre os indígenas da América portuguesa com os das outras Américas, que os aproximasse de um estado de civilização:

> § 15. Ainda que eu tenha ouvido dizer quase geralmente que os indígenas do Brasil sempre foram tão bárbaros, que nunca se encontrou em a vasta extensão d´este império, uma pedra collocada por elles sobre outra para servir de monumento religioso ou historico. Ainda que esta é também a opinião do respeitável auctor da *Chorographia Brasílica*; todavia pessoa que eu muito venero, contou-me haver-se encontrado no sertão da província de Pernambuco a ruína de uma obra que parecia fortificação, alguma cousa semelhante ás que existem nas chapadas do Ohio dos Estados Unidos da America. O sábio Humboldt, e os naturalistas portuguezes dão noticia das figuras esculpidas em vários rochedos ao norte do Amazonas pelos índios antecessores, remotos d´aquelles que agora alli habitam (...). [605]

Foi diante dessas dúvidas e dificuldades, incluindo a consideração de erros e equívocos de muitos viajantes estrangeiros, que Cunha Mattos questionou a possibilidade da escrita de uma História Geral do Brasil e propôs que "escrevamos as histórias particulares das províncias e depois redigiremos a nossa historia geral chronologica"[606].

Encerrada a discussão quanto à importância de serem realizados estudos etnográficos dos povos indígenas, que buscou o estabelecimento de laços com um passado remoto e ligado a uma história dita universal, e, constatada a pertinência de aspectos e eventos particulares a cada região ou província do Império, Cunha Mattos concluiu sua visão sobre a escrita da história. Apesar de extensa, vale aqui transcrevê-la:

> § 17. Cumpre-nos agora apresentar o systema que tenho seguido e pretendo continuar nos meus escriptos geographicos e históricos, tanto a respeito do Brasil como de outros lugares do universo. A história é a ciência de narrar ou descrever os acontecimentos presentes e os passados. Tambem há historia ácerca do futuro, a qual deve ser considerada como vaticínios, prophecias, pressentimentos ou previsões. A história abrange todos os ramos dos conhecimentos humanos; pode ser geral ou particular, e divide-se em secções principaes, que são subdivididas em particular ou especiaes. Ella em a matéria, ordem, e estylo deve ser escripta por um modo harmonioso, agradável, conciso, decente, exacto e o mais claro que for possível; e o fim principal da historia política e civil, é encaminhar os homens á pratica das virtudes das sociedades. Os historiadores costumam dividir os seus trabalhos em epochas ou períodos; e os que tratam especialmente dos homens ou dos estados, descrevem em primeiro lugar as noticias ou as tradições dos tempos fabulosos, depois d´estas os

[605] Ibid. p. 134.
[606] Ibid. p. 135.

> heróicos, e finalmente os verdadeiros antigos e modernos. Os melhores materiaes para escrever a historia do Brasil (e a de outros lugares), são os monumentos e as incripções abertas em lamina de pedra metálicas; os diplomas legislativos, as cartas imperiaes ou regias, os regulamentos ou regimentos, resoluções, avisos, provisões e patentes. Termos de posse dos governadores, bispos, magistrados, officiaes municipaes, e de outras classes de empregados públicos, e as cartas de sesmarias das terras concedidas aos mais antigos povoadores. Um critico mui austero dever presidir ao exame d´estes monumentos; observar o talho de letra, a cor e o estado das tintas, confrontar as eras ou as cousas com pessoas, emfim desempenhar os deveres de bom paleographo e bom chonologo.[607] [grifos nossos]

Desta forma, para Cunha Mattos história seria a descrição de eventos, particulares ou gerais em ordem, exatidão e clareza para que se encaminhe a sociedade para a virtude; trataria da divisão de períodos privilegiando personalidades ou Estados e descrevendo acontecimentos fabulosos, heróicos e *verdadeiros*, nesta ordem. Levaria em conta não somente uma documentação oficial que passou pelo crivo de uma crítica rigorosa, mas também monumentos e inscrições em pedra, ou seja, resquícios de povos da antiguidade, verdadeiras provas de um passado único do gênero humano. Assim, para Cunha Mattos, caso estes preceitos fossem seguidos não encontrariam "ficções em vez de realidades e de ler mui desfigurados alguns dos mais bellos episódios dos factos brasileiros"[608]. Aos possíveis erros não culpou os historiadores que se empenharam por melhor se informar, mas censurou o descaso com a pesquisa e a parcialidade que "desfigura factos verdadeiros em desabono de ou alguma corporação de qualquer homem particular".

Lamentou ainda, que muitos documentos já se encontrariam perdidos, mas advertiu: não seria impossível descobrir elementos para a escrita de "boas historias" [609]. Nesse caso, o trabalho de escrita da história estaria primeiramente ligado à composição de um arsenal de fontes, perspectiva ampliada em Cunha Mattos, pois abarcaria de objetos da cultura material à documentação tida como oficial, mas que, no entanto, não deixaria de passar pelo trabalho de crítica documental. Característica fundamental da cultura histórica oitocentista, nas palavras de Manuel Salgado Guimarães, ressignifica o legado de uma cultura antiquarista e erudita na composição de uma história nacional[610].

[607] Ibid. p. 137-138.
[608] Ibid. p. 138.
[609] Ibid. p. 139.
[610] GUIMARÂES. Manuel Machado, Op. Cit. p. 115.

Nas páginas seguintes, Mattos atribuiu um caráter universal à história a ser escrita e definiu uma divisão para a "história da população do novo mundo" anterior a colonização européia na América. Sendo a primeira a história da ocupação da América pelos indígenas "filhos da natureza ou da sociedade selvagem", a segunda da "civilização primitiva introduzida por homens industriosos" e finalmente a terceira, história dos grupos que levantaram os "admiráveis edifícios cujas ruínas majestosas hoje se estudam, e se assemelham as do antigo Egypto e as de differentes povos do Indistão e da Ásia Occidental"[611].

Destarte, como se todos formassem um único universal, Cunha Mattos apresentou filósofos e historiadores que se dedicaram a conhecer "a mais alta antiguidade das terras que habitamos" e suas opiniões sobre a configuração do planeta anteriormente ao momento bíblico do dilúvio. Apontou que após a evaporação das águas, se constituiu a região do Prata, correspondente ao mesmo período em que se formou o delta do Rio Nilo, no Egito. A história a ser contada estaria ligada a uma universalidade do homem e, portanto, os autóctones do Brasil estariam ligados aos povos dos tempos bíblicos mais remotos.

Assim, as primeiras orientações que encontramos nos textos acima concordaram com a confecção de uma história nacional que ensinaria de forma organizada um passado – a partir da definição do que deve ou não ser lembrado/esquecido, tanto na construção de sujeitos nacionais como na legitimação da monarquia. Orientaram um esforço do Instituto Histórico, não somente em reunir e organizar documentos relativos a história do Brasil, mas em selecionar quais seriam os melhores documentos, quais "fatos importantíssimos" deveriam ser salvos do esquecimento e eternizados como referência para a escrita da história, bem como em ordenar a inteligibilidade e a narração do texto.

Dessa forma, a chegada dos portugueses foi entendida como um divisor de águas dessa história, criando uma conexão entre o antigo (tempo dos povos indígenas) e o moderno (monarquia constitucional). O momento de ruptura se daria pelos acontecimentos políticos da independência, mas que deveria ser compreendida como uma continuidade, como algo natural e inevitável. Foi unânime, naquele período, que os historiadores deveriam fazer uso de documentos comprovados em autenticidade e datação por outros

[611] MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. Op. Cit. p. 140.

ramos de conhecimento auxiliares como a paleografia ou a própria geografia. Tais ciências auxiliares indicariam, por exemplo, os lugares de um acontecimento e definiriam os contornos físicos e potencialidades da nação. Para Pontes deveriam ser enviados ao IHGB, não somente documentos oficiais, ligados ao estado e espalhados pelas províncias, mas comprovações de relatos de monumentos (resquícios de um passado), que resistentes ao tempo, possibilitariam ao IHGB atestar um passado, uma origem e ou a inserção da história nacional na história universal. Segundo Mattos, deveriam ser enviados ao IHGB também notícias do "fabuloso" como histórias míticas e heróicas, além, é claro, de noticias verdadeiras. Encontrar esse arsenal de "verdades" poderia, nas orientações de Pontes Ribeiro, apaziguar possíveis conflitos, o que o levou a incentivar incursões ao interior no formato de viagens científicas na procura de tais provas (a partir de testemunhos). Cunha Mattos, que também partilhou da necessidade de se reunir uma documentação para a escrita de uma história, discordou da opção por uma história filosófica, esta já havia sido anunciada tanto no discurso de fundação por Januário da Cunha Barbosa e reafirmada no premiado artigo de Von Martius, quanto no parecer que recusou o artigo concorrente. Mattos concordou, entretanto, com uma divisão entre uma história antiga e moderna como pregavam os demais membros. Em contrapartida, o destaque de Mattos para o levantamento de documentos implicaria na contemplação das histórias regionais, o que não se compatibilizaria com o projeto político de nação unificada.

* * *

Compreendemos que esses trabalhos, dos fundadores acima arrolados, colocam em disputa elementos metodológicos e teóricos de uma cultura histórica e, simultaneamente, propõem sua ressignificação em algo engajado ao projeto político de interesses nacionais. Elementos oriundos de uma "história mestra da vida", na eleição de personagens da história, fundem-se aos procedimentos antiquaristas, que buscam não apenas a formação de uma coleção de documentos, como também a utilização de ciências auxiliares para a comprovação da autenticidade (autoria e datação dos mesmos). No entanto, essa fusão metodológica se ressignifica e se coloca como uma metodologia *sui generis* à serviço da construção política e simbólica da Nação. A busca pela constituição de um projeto

científico acarretou na apropriação de elementos metodológicos e teóricos de uma cultura histórica (de Cícero, passando pelos antiquários, até Ranke) e de sua ressignificação em algo novo: uma história que se constrói enquanto um projeto político, pautado por interesses nacionais. Leopoldo Von Ranke propõe a escrita da história assentada em um método que se esforçou em apresentá-la como narrativa fiel dos eventos passados, eliminando qualquer suposto de estar operando uma representação ou mesmo uma intenção. Asseguraria para a história uma sensação de naturalidade às ações humanas. Entender a escrita como uma operação que aciona procedimentos e escolhas, pondo em disputa visões e significações para o passado que explicassem o presente[612].

1.2 Orientações estrangeiras à escrita de uma História do Brasil.

Conforme mapeamos no primeiro capítulo, encontramos nos extratos das Atas de 14 de novembro de 1840, outra proposta feita pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa voltada à escrita da história. Propôs que o Instituto Histórico premiasse com 200 mil réis o melhor *Plano de se escrever a historia antiga e moderna do Brasil, organisada com tal systema que nella se comprehendão as suas partes política, civil, eclesiástica e literária*[613]. Duas monografias foram avaliadas por uma comissão julgadora. A primeira, *Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil*, *contendo as suas partes política, civil, eclesiástica e literária*, assinada por Henrique Júlio de Wallestein, recebeu um veredicto não favorável em 1842, na 4◦ sessão de 27 de novembro.

Essa Memória propõe uma História do Brasil narrada pelo encadeamento de fatos agrupados em décadas, à maneira de Tito Livio, João de Barros, e Diego de Couto. Justificou que desta maneira, as possíveis lacunas que viessem a existir (sendo necessário seu preenchimento) ocorreriam num intervalo de até dois anos e não seriam sensíveis à percepção do leitor. Desta forma, defendeu que "para a clareza e percepção, parece, que

[612] GUIMARÂES, Manuel L. Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. IN: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. Op. Cit. p. 111-129. CEZAR, Temístocles. "Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual". IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) *História Cultural.Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
[613] 51° SESSÂO EM 14 DE NOVEMBRO DE 1840. Revista do IHGB. n. 8. T. 2. Rio de Janeiro. 1840. p. 529-532.

este método das décadas é o mais preferível"[614]. Para ele, precederia à narrativa da História do Brasil uma introdução descritiva sobre as nações indígenas, e depois, aquilo que chamou de história, começaria:

> (...) com o descobrimento do Brasil em 1500 por Pedro Álvares Cabral até 1510, época do naufrágio de Diego Álvares Corrêa, o Caramuru ; Está 1° década, em que apenas há a descrever as viagens Portuguesas e estrangeiras á terra de Vera-cruz, e a mesma materia há de ser a da 2° década desde 1511 até á morte de el-rei D. Manuel em 1521. Na 3° já a história oferece bastante matéria ao seu desenvolvimento.
> Assim por diante pôde a historia do Brazil chegar até á independencia e coroação do Sr. D. Pedro Primeiro. [615]

Ao escolher a coroação de D. Pedro I como o acontecimento que encerraria sua história do Brasil, definiu que historiadores nacionais não deveriam se envolver em acontecimentos recentes, para não "expor a juízos temerários, e a outros inconvenientes" os envolvidos na sua construção histórica. Da mesma forma, como foi sugestão por diversas vezes pelos próprios membros do Instituto Histórico em casos semelhantes, situações que pudessem criar algum tipo de discórdia política ou embaraço a um contemporâneo seu, Wallestein sugeriu que "Arquivem-se os documentos, e o tempo virá"[616].

Em seguida, sugerindo cuidados com uma história recente, o autor da Memória esclareceu acerca do conteúdo com o qual deveriam ser preenchidas as décadas:

> O texto d´esta historia projetada deverá conter a parte política, que é a principal. Quanto ás partes civil, eclesiástica e literária, deve tratar-se d´ellas, no fim de cada uma década em artigo separado, que sirva como observação ao texto.[617]

Assim, o principal elemento formador dessa história estaria nos fatos políticos encontrados em documentação oficial do Estado português, como da carta da viagem de Cabral, a morte de D. Manuel em 1521 ou na proclamação da independência da colônia portuguesa na América[618]. A história proposta por Wallestein compreenderia desde a chegada dos portugueses até o rompimento da colônia com a metrópole, em atos oficiais. As partes civil, eclesiástica, literária e a introdução descritiva que trata dos indígenas

[614] WALLESTEIN, Júlio H. "Memória sobre o melhor plano de se escrever a historia antiga e moderna do Brazil (datada de 30/09/1843)". Revista do IHGB. n. 64. T.45, Rio de Janeiro. 1882. p. 159.
[615] Ibid. p. 159-160.
[616] Ibid. p. 160
[617] Ibid. p. 160.
[618] Ibid. p. 159-160

anteriores aos portugueses, não entram neste modelo de história, seriam como observações auxiliares que acompanhariam o texto principal.

Julio de Wallestein assinou sua memória pedindo ao Instituto, "sua opinião e melhor juízo", e confirmou sua confiança nas orientações à história escrita em décadas, mas apesar da sua torcida, ela não agradou aos examinadores. Estes afirmaram que o autor estrangeiro "não comprehendeu bem o pensamento de vosso [do IHGB] programa", pois o Instituto não se contentaria com a "simples distribuição das matérias" a partir de um método cômodo ao historiador, mas não apropriado a produzir uma história filosófica[619].

No entanto, algumas orientações impressas pela Memória de Wallestein são compatíveis com as declaradas nos "textos fundadores": a sua defesa por uma história nacional e monárquica contada pelo viés da política; o cuidado com a história recente, pois recomendou que se contasse esta história somente até o momento da independência; e a busca pela imparcialidade.

Mais uma vez, e de forma direta, a opção por se escrever uma história para o Brasil em moldes de uma filosofia da história foi indicada na Revista do Instituto. Segundo Temístocles Cezar, "não se trata apenas de uma recusa de modelos antigos da historiografia, mas da afirmação de uma nova abordagem histórica"[620]. Apesar da afirmação por uma filosofia da história como recurso à escrita da história nacional, consideramos que o próprio IHGB estaria definindo seus contornos acadêmicos, nutrido por uma cultura histórica ancorada em práticas e em desafios políticos.

Nesse sentido, a monografia que agradou, pois vencedora do concurso, foi escrita por Dr. Carlos Frederico von Martius com o título: *Como se deve escrever a História do Brasil*[621]. Esse naturalista teve sua carreira impulsionada depois de ter retornado de expedições científicas em terras tropicais, financiadas pelo monarca europeu Maximiliano José I, da Baviera[622]. Seu premiado trabalho não se valeu da orientação de uma narrativa de episódios repletos de grandes personagens, não indicou uma periodização e nem uma

[619] 108° Sessão de 10 de junho de 1847. Revista do IHGB. T. 9, Rio de Janeiro. 1847. p. 279.
[620] CEZAR, Temístocles. Op. Cit, p. 175.
[621] MARTIUS, Karl Freidrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. Revista do IHGB. T. 6. Rio de Janeiro. 1844. p. 389-411.
[622] LISBOA, Karen Macknow. A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo, Huritec, 1997. p. 51-67.

história como o resultado da justaposição de histórias provinciais, indicou à escrita da história a partir de uma perspectiva filosófica e pragmática.

Na dissertação premiada, Von Martius após reverências e aprovação das iniciativas do Instituto, anunciou suas "Idéias gerais sobre a História do Brasil": para ele, qualquer tentativa de se escrever essa história deveria levar em conta, "quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem"[623]. Assim, a formação da população convergia de três grupos de natureza muito diversa, "tres raças, a saber: a de côr de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e emfim a preta ou ethiopica"[624]. O baralhamento apontado, continuou, caracterizaria tanto a população brasileira, como particularizaria a história a ser escrita:

> Pode-se dizer que a cada uma das raças humanas compete, segundo a sua índole innata, segundo as circurnstancias debaixo das quaes ella vive e se desenvolve, um movimento histórico caracteristico e particular. Portanto, vendo nós um povo novo nascer e desenvolver-se da reunião e contacto de tão differentes raças humanas, podemos avançar que a sua história se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonaes.
> Cada uma das particularidades physicas e moraes, que distinguem as diversas raças, offerece a este respeito um motor especial; e tanto maior será a sua influencia para o desenvolvimento commum, quanto maior fôr a energia, numero e dignidade da sociedade de cada uma d´essas raças[625]. (grifos nossos)

Uma lei ditaria a escrita da história. Essa lei decorreria do embate dos três grupos formadores da nova sociedade. A contribuição de cada grupo, neste processo, dar-se-ia por suas características particulares "phisicas e moraes", pela "energia" empregada e por sua "dignidade". Assim, Martius apontou para o português como o elemento forte afirmando: "se segue o portugues", pois seria o "descobridor, conquistador e senhor, que, poderosamente influiu n´quele desenvolvimento (...) se apresenta o mais poderoso e essencial motor", ele teria dado as "condições e garantias moraes e phisicas para um reino independente". Estaria ai, estabelecida uma ligação entre a jovem nação e o mundo europeu, civilizado e moderno. Alertou ainda, que para não se atentar contra uma *historiografia pragmática*, havia a necessidade de não se desprezar a influência dos outros

[623] MARTIUS, Karl Freidrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. Op. Cit. p 390.
[624] Ibid. p. 390.
[625] Ibid. p. 390.

dois grupos, tão responsáveis pelo desenvolvimento daquela sociedade quanto os grupo dos portugueses, já que indígenas e negros reagiram ao grupo dominante[626].

Von Martius argumentou positivamente sobre a miscigenação. Para ele, o caminho traçado pela história "do mundo", por diversas vezes, "para alcançar os mais sublimes fins da ordem" mesclou diferentes grupos humanos. Lembrou que os ingleses resultaram desse movimento, com a "mescla dos povos céltico, dinamarquez, romano, anglo-saxão e normando!". Dessa forma, semelhantemente ao que aconteceu aos ingleses, argumentou que no baralhado de europeus, e de grupos diversos, formou-se uma nação nova. Nessa mescla o elemento português teria um papel importante ditando seu o desenvolvimento:

> Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da providencia predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluentes das raças India e Ethiopica. Em a classe baixa tem lugar essa mescla, e como em todos os paízes se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio d´ellas se vivificam e fortalecem, assim se prepara actualmente na ultima classe da população brasileira essa mescla de raças, que d´ahi a séculos influira poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquella actividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado.[627]

Apostou que um autor filosófico, e cristão, não encontraria em sua argumentação, o que ofendesse aos brasileiros. Mas a inclusão de negros e de índios, mesmo com o relevo dado ao europeu, mostrou-se um tanto delicado aos olhos dos pareceristas, cujo parecer alertou sobre dificuldades e cuidados para colocá-la em prática. No entanto, tal postura foi compreendida por Martius como aceitável, pois seria o procedimento do "verdadeiro historiador". Ou em suas palavras:

> Apreciar o homem segundo o seu verdadeiro valor, como o mais sublime obra do Creador, e abstraindo da sua côr ou seu desenvolvimento anterior, é hoje em dia uma *conditio sine qua non* para o verdadeiro historiador.
> (...)
> apreciar o homem em qualquer situação em que se acha destinado para obrar e servir de instrumento, à infinitamente sabia ordem do mundo, é o espírito vivificador do verdadeiro historiador[628]

[626] Ibid. p. 390.
[627] Ibid. p. 391.
[628] Ibid. p. 391.

Von Martius considerou importante para o historiador explorar a participação dos negros na formação de uma identidade para o Brasil, pois essa particularidade influia no destino do país, diferentemente de outras regiões da América onde negros foram excluídos e índios diminuídos. Conclui:

> Portanto devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que a esse paiz são collocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na historia antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim.[629]

Para Martius, essa seria a forma que um historiador, encarregado de escrever a história do Brasil, imprimiria mérito ao seu trabalho. Levaria assim, em conta, as particularidades dos três elementos formadores dessa sociedade e com isso, tanto criou a possibilidade da população brasileira se incluir numa ordem já estabelecida, quanto definiu seu lugar dentro de uma história mundial.

Tendo assim, apresentado a sua idéia geral para uma História do Brasil, Martius dividiu o restante da dissertação em três partes, nas quais, narrou respectivamente: sobre "Os indios (...) como parte da História do Brazil"; sobre a parte que caberá aos portugueses e, finalizando, sobre a "raça Africana em suas relações para com a história do Brazil". Ou melhor, enquanto aos índios e aos portugueses caberia uma efetiva participação na formação da nacionalidade, aos africanos restaria, somente, ter exercido, pelo contato forçado, possíveis influências na formação do brasileiro. No final da dissertação, apresentou importantes reflexões sobre como deveria ser a História do Brasil.

Nesse sentido, Von Martius atribuiu importância ao estudo minucioso sobre "a vida e a historia do desenvolvimento dos aborigenes americanos" e levantou algumas questões referentes à origem desses habitantes da América. Assim, o historiador definiria a "natureza primitiva" desses autóctones e, depois disso, solucionaria questões sobre o seu estado moral e físico e sobre sua parcela participativa nas relações sociais com os portugueses:

> Ainda não há muito tempo que era opinião geralmente adoptada que os indígenas da América foram homens directamente emanados da mão do creador. Consideravam-se os aborigenes do Brazil como uma amostra do desenvolvimento possível do homem privado de qualquer revelação divina, e dirigido na vereda das suas necessidades e inclinações physicas

[629] Ibid. p. 391.

> unicamente por uma razão instinctiva. Enfeitando com as côres de uma philantropia e philosophia enganadora, consideravam este estado como primitivo do homem; procuravam explical-o, e d´elle derivavam os mais singulares princípios para o direito publico, a religião e a historia. Investigações mais aprofundadas porém provaram ao homem desprevenido que aqui não se trata de estado primitivo do homem, e que pelo contrario e triste e penivel quadro, eu nos offerece o actual indígena brasileiro, não é senão o *residuum de uma muito antiga, posto que perdida da história*.[630] [grifos nossos]

Apontou que, ao se aceitar o índio brasileiro como um resíduo de uma antiga e perdida história, o historiador brasileiro teria pela frente uma tarefa espinhosa, mas também interessante. Como considerou que tal época se encontraria "encoberta de escuridão", Martius indicou um caminho para aclará-la: primeiramente catalogar os povos indígenas em suas características externas e compará-los aos povos vizinhos; em seguida, investigar a atividade espiritual e a sua manifestação em *documentos históricos*. Para Martius, a *língua dos índios* seria o documento mais significativo[631]. Propôs que o Instituto Histórico nomeasse alguns de seus membros para compor dicionários e observações gramaticais sobre as línguas indígenas e alertou para a importância do estudo da "*língua geral* ou *tupi*". Comparando o tupi com outras línguas da América, considerou possível a existência de um único e grande povo, com uma história particular, capaz de explicar seu estado:

> (...) e não podemos duvidar que todas as tribus, que n´ella podemos duvidar que todas as tribus, que n´elle sabem fazer-se intelligiveis, pertençam a sua historia propria, e que de um estado florescente de civilização, decahiu para o actual stado de degradação e dissolição, do mesmo modo como observamos entre os povos occidentaes, que fallavam a lingua dos incas, ou o aymoré. (...) Assim tornaram-se as investigações sobre a linga dos aborigenes brasileiros em objecto de interesse geral, conduzindo as investigações ethnographicas, e comprehendendo uma grande parte do Novo Mundo.[632]

Indicou ainda, quais os estudos deveriam relacionar-se com língua indígena e, reafirmando a necessidade de o historiador promover, neste caso, comparação entre os indígenas do território brasileiro com outros povos da América. Quanto aos portugueses à época do descobrimento do Brasil, Martius apresentou características da colonização portuguesa; discutiu a defesa do território; levantou a índole e motivação dos portugueses

[630] Ibid. p. 393.
[631] Ibid. p. 393-394.
[632] Ibid. p. 394-395.

frente à colonização; tratou da presença das ordens religiosas. Considerou igualmente importante a investigação sobre o cotidiano do colono, sobre a vida militar e, principalmente, sobre as viagens e incursões ao interior, partidas de vários pontos do litoral.

Assim, atribuiu que a relação inicial dos indígenas com os portugueses foi negativa, pois os forçaram a se defender, e com isso, criaram o "Systema de milícia"[633]. Para Martius, se por um lado esse sistema possibilitou a manutenção de um espírito aventureiro, por outro, permitiu a criação de instituições livres e capazes de se defender militarmente tanto de autoridades reais e religiosas, como de invasores externos como os franceses ou holandeses. Por fim, uma postura guerreira do português para com o índio teria possibilitado a rápida ocupação do interior. Sobre a colonização portuguesa, considerou que o seu começo estaria relacionado à expansão marítima comercial e guerreira:

> Ellas [empresas colonizadoras] eram uma continuação d´essas empresas afoitadas e grandiosas, dirigidas para a India, e executadas ao mesmo tempo por príncipes, nobres, e povo. (...) quero indicar que o período da descoberta e colonisação primitiva do Brasil não pôde ser comprehendida, senão em seu nexo com as façanhas marítimas commerciaes e guerreiras dos portuguezes, que de modo algum pôde ser considerado como facto isolado na historia d´esse povo activo, e que sua importância e relações com o resto da Europa está na mesma linha com as empresas dos portuguezes.[634]

Assim, Von Martius fez uma série de considerações com relação ao elemento europeu na formação do Brasil, ora aproximando Portugal do Brasil, ora demonstrando limites nessa relação. Igualmente, aconselhou ao historiador do Brasil o estudo sobre a colonização, sobre o seu desenvolvimento civil, legislativo e comercial. Preconizou que, com a descrição desses primeiros povoadores, o historiador traçaria um quadro de costumes do século XV. Deveria assim, o historiador nacional dedicar-se à história da legislação portuguesa e com isso perceber o nascimento de instituições municipais liberais. Segundo Martius, o historiador deveria atentar-se ao desenvolvimento das ordens religiosas, cujas atividades empreendidas nas missões lhe proporcionaram meios necessários à produção de material referente "a vida domestica e civil, assim como sobre as línguas e outros conhecimentos dos índios". Indicou, para isso, uma série de arquivos onde se encontrariam documentos sobre o trabalho jesuítico, produzidos (ou não) por eles. Atentou para o estudo

[633] Ibid. p. 397
[634] Ibid. p. 398-399.

sobre como se estabeleceu e se desenvolveu na colônia as ciências e as artes ("com o reflexo da vida européia") e, também chamou atenção para qual o estado escolar dos brasileiros, bem como sobre a vida militar da colônia. Seria assim, tarefa do historiador, dedicar-se ao cotidiano dos colonos[635], e ocupar-se-ia, também, em conhecer qual o progresso da poesia, da retórica e da ciência em Portugal, qual a posição desse fazer literário perante outras nações da Europa e qual influência exerceu "sobre a vida scientifica, moral e social dos habitantes do Brasil"[636]. Lembrou, por fim, de forma incisiva, das viagens bélicas empreendidas para a conquista do interior, principalmente as realizadas pelos mamelucos de São Paulo.

Com relação aos povos Africanos, Von Martius preferiu não arriscar uma posição explicitamente a favor, ou contra. Insistiu mesmo, na relevância em não desprezar, mas se questionar a influência exercida pelo tráfico de negros primeiramente em Portugal, para depois, na formação do Estado Nação:

> Se para melhor ou para o peior, este problema se resolverá para o historiador, depois de ter tido a ocasião de ponderar todas as influencias, que tiveram os escravos africanos no desenvolvimento civil, moral e político da presente população.
> (...) mister indagar as condições dos negros importados, seis costumes, suas opiniões civis, seus conhecimentos naturaes, preconceitos e supertições (...)
> Por este motivo devemos analysar as circunstancias das colônias portuguezas na África, de todas as quaes se trafica em escravatura para o Brasil (...).
> Nos pontos principaes a historia do Brasil será sempres a História de um ramo de portuguezes, mas se ella aspirar a ser completa e merecer o nome de uma historia pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças Ethiopica e India.[637]

Em síntese, enquanto Martius valorizou na sua explanação acerca dos elementos europeu e indígena, sobre o negro foi bem sucinto. Ao primeiro ficaria a cargo o papel de desbravador e civilizador, e ao nativo determinar os mitos sobre nacionalidade brasileira. Ao africano, o historiador não deveria ignorá-lo, mas somente questionar qual foi a

[635] "O historiador deve transportar-nos a casa do colono e cidadão brasileiro; elle deve mostrar-se como viviam nos diversos seculos, tanto nas cidades como nos estabelecimentos ruraes, como se formavam as relações do cidadão para com seus visinhos, seus creados e escravos; e finalmente com frequezes nas transações comerciais". Ibid. p. 403.
[636] Ibid. p.403.
[637] Ibid. p. 405-407.

influência exercida por ele. O negro, naquele momento, caracterizar-se-ia como impedimento ao processo de civilização[638]. No entanto, em outros momentos da sua produção intelectual, von Martius apresentou idéias divergentes. No relato da viagem em que percorreu um extenso território do Brasil, entre os anos de 1817 e 1820, quase que toda acompanhado por Johan Baptist von Spix, a narrativa sobre o negro e o índio destoam da dissertação enviada ao Instituto Histórico. Nesses relatos se definiu não o negro, mas sim, o índio como incapaz de civilização[639].

Encerradas suas colocações sobre os elementos formadores da população do Brasil, Martius apresentou algumas considerações: *Sobre a forma que deve ter uma história do Brasil*[640]. Nesse sentido, considerou que as histórias provinciais publicadas até aquele momento, apesar de representarem apreço inestimável, "não satisfazem ainda ás exigências da verdadeira historiografia", pois seu conteúdo poderia confundir e levar a não se escolher os fatos que seriam relevantes a idealizada história. Portanto, para ele, tudo isso deveria ser deixado de lado[641]. Lembrou que a extensão do território se configuraria numa problemática, pois apresentaria uma diversidade de aspectos sobre a natureza, costumes, usos e elementos que compõem a população. Essa pluralidade presente nas províncias, no caso de o historiador se dedicar somente a uma ou outra delas, correria o risco de não escrever uma história geral para o Brasil, mas uma série de histórias sobre cada uma das províncias. Nesse sentido, propôs como solução:

> Para evitar este conflicto, parece necessário que em primeiro lugar seja, em épocas, judiciosamente determinadas, representando o estado do paiz em geral, conforme o que tenha de particular em suas relações com a mãi pátria, e as mais partes do mundo; e que passando logo para aquellas partes do paiz que essencialmente differem, seja realçado em cada uma dellas o que houver de verdadeiramente importante e significativo para a historia. Procedendo assim, não se devia certamente principiar de novo em cada província; mas omittir, pelo contrario, tudo aquilo que em todas, mais ou menos, se repetiu. Portanto, deviam ser tratadas conjunctamente aquellas porções do paiz que, por analogia da sua natureza physica, pertencem umas ás outras.[642]

[638] GUIMARÃES, Manuel Salgado. Op. Cit. (1988) p. 17.
[639] LISBOA, Karen M. Op. Cit. p. 147.
[640] MARTIUS, Karl Freidrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. Op. Cit. p. 407.
[641] Ibid. p. 407.
[642] Ibid. p. 407.

Para atingir esse efeito, avaliou ser indispensável que o historiador visitasse as províncias e "com seus próprios olhos" e, somente assim, pudesse analisar e explicar as particularidades de cada região e, alinhá-las à composição da nação e aos acontecimentos da vizinhança[643]. Para Martius, como seriam poucos os brasileiros que visitaram outras regiões além da sua própria, criou-se entre as províncias uma idéia errada sobre sua situação perante o Império e fatalmente o desconhecimento das razões de muitos dos conflitos provinciais da época.

Antes de encerrar sua dissertação, Martius fez uma observação sobre o papel do historiador da História Geral do Brasil. Para ele, como a história seria mestra não somente do futuro, mas também do presente, ela poderia difundir pensamentos e sentimentos políticos entre seus contemporâneos.

> Uma obra histórica sobre o Brasil, deve, segundo minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor a pátria, coragem, constancia, industria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes civicas.[644]

Contra membros da população com idéias políticas imaturas, Martius apostou e aconselhou ao historiador do Brasil a escrever em nome de uma monarquia constitucional. No entanto, não deveria compor uma história com demasia erudição e com muitas citações, mas escrita num "estylo popular". "Evitará não menos ter o caracter de uma chronica, do que de investigações históricas, seccas e puramente eruditas". Aconselhou que uma História do Brasil no formato de um "Epos [poema épico] popular"[645], pois esse tipo de história seria contada onde o povo se achasse em um desenvolvimento progressivo, o que para ele, "o Brasil é um objecto digno de uma história verdadeiramente popular" e conclui que uma história para o Brasil deveria inflamar o sentimento patriótico:

> (...) por isso, uma história popular do paiz vem muito a propósito, e possa seu autor, nas muitas conjuncturas favoráveis, que o Brazil offerece, achar um feliz estimulo, para que imprima á sua obra todo o seu amor, todo o zelo patriótico, e aquelle fogo poético próprio da juventude, ao mesmo passo que desenvolva, pertencentes á idade madura e varonil.[646]

[643] Ibid. p. 408,
[644] Ibid. p. 409.
[645] Ibid. p. 410.
[646] Ibid. p. 409.

Voltemos ao parecer que avaliou a proposta de Martius. A comissão alegou que como a memória já havia sido publicada (acidentalmente ou não) passariam de forma breve aos pontos que ela considerou mais importantes. Assim, retomou e confirmou as indicações de Martius, deixando claro sua concordância com o artigo premiado e refez o roteiro para uma história do Brasil retomando as indicações de Martius. No entanto, apesar de elogiarem, de defenderem maiores detalhes do programa apresentado e de concordarem com as orientações do viajante naturalista, a comissão avaliadora do plano concluiu que a história que ali se traçou seria, naquele momento, "inexequivel":

> Eis aqui, Srs, um pallido reflexo d´esse importante trabalho, onde as exigências da história se acham satisfeitas. Se alguma cousa se podia dizer contra elle, é que uma história escripta segundo ahi se prescreve tálvez seja inexeqüível na atualidade ; o que vem a dizer que elle é bom de mais. Porém não se trata que de uma questão de tempo ; ahi está o modelo para quando a cousa for realisavel. O Instituto pois tem preenchido um dos seus mais imperiosos deveres, e tem feito grande serviço a seu paiz provocando o apparecimento d´esta memória. O mais é obra do tempo ; todavia sua utilidade se manifestará desde já em direcção que devem tomar as investigações.[647]

2. Dificuldades políticas à escrita de uma História do Brasil.

A preocupação dos membros fundadores do IHGB com a política vigente nos primeiros anos do Império Brasileiro criou dificuldades para a tomada de posições consensuais sobre quais seriam os documentos, as referências e os temas, além da periodização e da forma de uma escrita, adequados à formação de uma monarquia constitucional. Os membros se preocuparam, por exemplo, com a história recente do império, representada pelo envio de documentos para a sede da instituição, ou até mesmo, na requisição de tarefas a esse respeito. O próprio Januário da Cunha Barbosa, homem que esteve envolvido com o processo de independência e no governo instituído, requisitou a formação de uma comissão especial[648] para que se levantasse tudo que fosse possível "esclarecer ao historiador sobre a glória da nossa independência". Contudo, em seu

[647] Ibid. p. 409.
[648] A comissão foi formada pelos sócios: Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira e Joaquim Gonçalves Ledo.

"Relatório do Secretário Perpértuo", divulgado meses depois e relativo ao exercício do Instituto Histórico de 1839, mesmo sem a apresentação de qualquer resultado, afirmou que a comissão não se desincumbiria da sua tarefa, mas que estaria travada devido às circunstâncias e a outras ocupações. Em outras palavras: como o grupo de Januário explicaria a sua conturbada participação na independência? Ou ainda, como se portaria frente às questões políticas ainda não resolvidas com as províncias, tão explícitas durante as revoltas regenciais? Deixariam assim, mediante tantos inconvenientes, tais explicações para o futuro[649].

Outro episódio igualmente relegado ao futuro foi à conspiração de Vila Rica (1788): não foram requisitados os testemunhos oculares de José de Rezende Costa (participante da conspiração) e de Balthazar da Silva Lisboa (que assistiu ao julgamento e condenação dos conjurados). O primeiro bem que tentou trazer à tona a Conjuração Mineira, por meio do envio ao IHGB da tradução de um capítulo do livro *História do Brasil*, de Robert Southey dedicado ao episódio. Apesar das confirmações da testemunha ocular e na confiança nos documentos usados pelo autor inglês, o Instituto Histórico preferiu se recusar a acreditar "que o enforcamento de Tiradentes ocorrera em meio a uma autêntica festa popular, promovida por autoridades coloniais"[650].

A documentação referente ao passado recente também sofreu com a censura imposta naqueles dias. Questões que pudessem tumultuar a unidade do Império, como o trono vago desde a abdicação ou questões políticas mal resolvidas entre as províncias e o governo central, foram mesmo, apesar de todos os avais da crítica documental (originalidade e autenticidade inquestionáveis) sumariamente censuradas, já que poderiam trazer à tona contradições políticas e rivalidades pessoais, debilitando ainda mais a instituição monárquica. Citamos, como outro exemplo, o caso do "manuscrito raro" enviado ao IHGB pelo General José Inácio de Abreu e Lima, filho de um dos rebeldes de 1817 (Conjuração Pernambucana – movimento contra medidas de centralização administrativa de D. João). O documento evidenciava certa simpatia do governador da Província (Caetano Pinto de Miranda Montenegro) para com os revoltosos. Apesar de bem recebido pela Comissão de História, pois seria uma fonte inquestionável, (ou seja, autêntica

[649] GUIMARÃES, Lucia M. P. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Op. Cit. p. 514-515.
[650] Ibid, p. 515.

e verdadeira) foi igualmente censurada e, logo em seguida, foi recomendado seu arquivamento: sua publicação comprometeria pessoas ainda vivas, como alguns membros do Instituto (o Marechal Raymundo da Cunha Mattos e o general Francisco Soares de Andréa) envolvidos com a repressão aos revoltosos. Agindo desta forma, o Instituto postergou, à contragosto para alguns de seus membros, o passado recente[651].

O passado remoto (1500 – 1816) parecia a opção mais acertada. No entanto, a seleção de suas fontes a serem publicadas na revista, ou seja, chanceladas para o uso na escrita da História do Brasil, também passou por uma triagem. Não foi publicado nada que incorresse em indícios de contestação ao sistema colonial. Os documentos referentes ao passado remoto imprimiram uma naturalidade à continuidade histórica, retirando qualquer trauma ou noção de ruptura, desde o período da colonização pela Monarquia portuguesa até o momento da definição de uma Monarquia brasileira, representada pela casa de Bragança, cujo princípio pretendia diferenciar a jovem nação monárquica das demais repúblicas que havia desfigurado a América Espanhola[652].

Os juízos e os pareceres, avaliados nos segundo e terceiro capítulos desta dissertação, também apresentaram em seu bojo uma série de dificuldades políticas em vista da disparidade entre os membros do IHGB. Neste caso, não há como não constatar uma heterogeneidade da elite política letrada, nos primeiros anos do Império Brasileiro. A definição dos limites territoriais da jovem nação com seus vizinhos republicanos (surgidos com o desmembramento da América Espanhola) foi alvo de um intenso debate. Deste, foram publicados na RIHGB pareceres sobre a obra do visconde de São Leopoldo, que tratou das questões fronteiriças ao sul; ou ainda a obra de Antonio Ladislau Monteiro Baena, que tratou de questões ao Norte; além da *Memória Histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevidéo* de J. J. Machado de Oliveira. Assim, diante da emancipação do Brasil e de seus vizinhos, qual tratado assinado durante o período colonial formaria a base para a definição de novos acordos políticos?

A dificuldade se colocou na ordem do dia, pois os juízos foram publicados nos anos em que os acordos fronteiriços são assinados pelo Império[653]. Lembramos que sobre a

[651] Ibid, p. 517-518.
[652] Ibid. p., 522-523.
[653] Sobre as questões do Prata: DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Memória de Machado de Oliveira não houve somente avaliações, mas também defesas, réplicas e tréplicas. Surgiu um intenso debate, repleto de acusações aos políticos do governo Imperial, acusando-os de terem mutilado o território nacional. A questão tornou-se tão intensa que, nem a censura aos documentos e nem as versões conseguiram calar as vozes destoantes, como foi o feitio da instituição, abafando controvérsias e evitando que seus pares ficassem em situação complicada. Para alguns, as bases para a fronteira deveriam ser marcadas a partir dos acordos mais recentes, entre 1750 a 1801, e assinados entre os colonizadores portugueses e espanhóis. Outros, como o visconde de São Leopoldo, consideravam que tal limite se basearia na posse anterior a definição destes tratados.

Outra importante questão política: o destino da escravidão no Brasil também motivava dificuldades políticas. O tema, apesar de pouco abordado nas páginas da Revista do Instituto Histórico, esteve presente no juízo sobre a obra do autor francês Jean Baptist Debret. O 1◦ Tomo de Viagem Pitoresca foi aprovado e recomendado pela comissão julgadora aos membros do IHGB, enquanto que o 2◦ recebeu algumas ressalvas. A questão se colocou sobre a autoridade do documento, apresentado por Debret na forma gravuras sobre a escravidão: *Mercado da Rua do Valongo* e *Feitores castigando negros*. O artista esteve a serviço da monarquia constitucional e retratou, por exemplo, a coroação de D. Pedro I ali, ele teria pintado "aquilo que viu", ou seja, construiu uma documentação favorável ao Estado imperial, digna do estatuto de "verdade". Tal veracidade servia claramente também, à sua visão sobre a escravidão. Debret teria pintado, assim, a realidade da escravidão. O problema se colocava de maneira indesejável naqueles anos, pois uma efervescente discussão a respeito da escravidão estaria sendo travada no âmbito internacional, incorrendo sob pressões inglesas e de abolicionistas brasileiros para o seu fim. As pranchetas referentes á escravidão, para aqueles que defendiam a sua manutenção à revelia de uma brusca abolição, deveriam ser contestadas. A estratégia foi a desqualificação do documento, a partir do suposto sentido de violência impresso nele. Os membros da comissão responsáveis pela avaliação da obra de Debret procuraram desconstruir essa violência e a imagem negativa do negro que o documento emitira, diminuindo, com isso, a responsabilidade do Brasil: afirmavam que o artista nunca havia se deparado com tais cenas, e que, certamente, confundiu a magreza dos escravos retratados com a situação dos

povos que foram vitimados pelas atrocidades de outras nações, que, efetivamente, compactuavam com a escravidão.

Considerações finais: juízos e pareceres norteiam a escrita de uma História do Brasil.

Os juízos e pareceres publicados nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apontam para uma série de práticas referentes à escrita da História. História essa, que segundo as primeiras orientações apuradas acima, deveria estar pautada no uso de documentos tidos como verdadeiros por intermédio de uma critica documental e certificada pelo uso de disciplinas auxiliares como a paleografia, a cronologia, a diplomática, a numismática e a filologia. Ela também deveria ser dividida em dois momentos, separada pela chegada dos portugueses à América. O fator político foi um dos principais elementos norteadores da escolha dos procedimentos de busca e de uso da documentação, assim como foi também a necessidade de uma naturalização da passagem do tempo da história "antiga" (momento do fabuloso e da presença dos autóctones) para a "moderna" (chegada e conquista da América pelos portugueses e, logo em seguida, a emancipação política com a instauração de uma monarquia constitucional). Deveria, por fim, ser uma história nacional voltada para a configuração de um Estado Monárquico Constitucional.

Quanto às questões de método para a escrita de uma história para o Brasil, os juízos e pareceres nos fornecem inúmeras pistas das práticas que deveriam ser partilhadas pelos membros do IHGB. O critério de imparcialidade para a escrita de uma História do Brasil foi requisitado constantemente pelos avaliadores. No Parecer da obra de Horace Say, quando os pareceristas abordaram os conflitos ocorridos na região do Prata, o autor estrangeiro foi acusado de um julgamento apaixonado e por não consultar documentos oficiais, que para eles falariam por si. Caso tivesse tomado cuidado com o critério, segundo o Parecer, ele não declinaria seu apoio aos países vizinhos situados nas fronteiras ao Sul do Brasil. Contra Horace Say, pelo mesmo parecer, pesou outra crítica á falta de imparcialidade, já que o estrangeiro não teria avaliado corretamente as relações comerciais entre Brasil e França, considerando-as como relações muito precárias em comparação às relações comerciais entre Brasil e Inglaterra. Recorrendo a uma série de informações numéricas, os pareceristas conclamaram pela imparcialidade, já que em sua análise, apesar de uma política francesa

debilitada, constataram um aumento nas relações entre os dois países. Jean Baptist Debret também foi acusado de ser parcial, quando ao falar de incursões francesas ao litoral da colônia portuguesa na América, não mencionou as que acabaram fracassando. Como num jogo de compensações. Desta forma, a imparcialidade, requisito para a escrita de uma história verdadeira, seria para os membros do IHGB um critério possível de se alcançar.

Um exemplo do correto emprego desse critério de imparcialidade foi lembrado por Gonçalves Dias durante o polêmico debate em torno da *Memória Histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevidéo*, de Machado de Oliveira. Gonçalves Dias, em defesa de sua posição em favor da *Memória* e contrária ao Parecer escrito por Duarte da Ponte Ribeiro, apoiou-se em Southey para legitimá-lo, pois este seria imparcial, já que seria um inglês a falar sobre as disputas coloniais entre portugueses e espanhóis, além de estar "bem informado" por escritores das duas nações. Assim, a imparcialidade necessária à escrita de uma história verdadeira seria atingida somente com o emprego de um amplo e variado grupo de documentos, devendo ainda, estar isenta das paixões nacionalistas como de alguns autores estrangeiros, o que nos leva a compreender a suspeita prévia dos membros do Instituto Histórico a qualquer obra estrangeira referente ao Brasil contemporâneo ao IHGB. Assim, uma suposta imparcialidade foi recurso para desqualificar representações estrangeiras sobre o Brasil em desacordo com os membros do IHGB.

O estilo empregado na escrita foi outro critério recorrentemente abordado pelos pareceristas, nos Pareceres e Juízos das obras estrangeiras e nacionais. O estilo empregado por Antônio Ladislau Monteiro Baena no seu *Compêndio das eras da Província do Pará* foi avaliado negativamente pelos seus pareceristas. A obra pecaria por um estilo levado pelos excessos e vaidades dos escritos dos seiscentos e por conter palavras afrancesadas. Outro que sofreu com a mesma crítica foi Francisco Solano Constâncio, cuja obra fez usos de galicismos impróprios e se descuidou da filologia de algumas palavras. Encontramos ainda, pistas sobre o estilo esperado pelos membros do IHGB na escrita da História da nação. Na avaliação da obra de Nicolau Dreys, por exemplo, os pareceristas indicaram o desejo de encontrar nas descrições geográficas do trabalho do autor estrangeiro uma descrição simples e clara, de forma que o leitor pudesse visualizar os lugares descritos, ou seja, para que os leitores pudessem compartilhar aquela História como um testemunho.

Dessa forma, o IHGB exaltou a imparcialidade, o uso de documentos devidamente criticados, um estilo preciso e claro, a consulta tanto da "herança preciosa" autorizada pelo IHGB quanto as suas indicações publicadas na RIHGB. Todavia, além das avaliações publicadas também recriminarem severamente a falta de tais critérios, os membros foram implacáveis na recriminação a prática de plágio.

Lembremos que em dois momentos, durante a avaliação da obra do Francisco Solano Constâncio, os pareceristas trataram a questão do plágio ainda de forma branda. Como o comerciante português avisou aos seus leitores que copiou a primeira parte de sua obra de Robert Southey, os pareceristas não o recriminaram diretamente, mas se recusaram a avaliá-la, pois estariam fazendo a crítica sobre o trabalho do autor inglês e não o de Constâncio. Informaram que somente poderia ser feita uma comparação que verificasse a fidelidade da cópia. A polêmica maior ficou por conta do Parecer feito por Adolfo de Varnhagen ao *Compêndio de História do Brasil* de José Ignácio de Abreu Lima. O Parecer, além de criticar a falta de uma consulta documental e da ocorrência de uma série de imprecisões na obra, fez duras críticas à prática de Plágio. Abreu Lima teria copiado de Afonso de Beauchamp, que por sua vez, copiara de Robert Southey. O repúdio à prática de plágio ficou nítido nas críticas de Varnhagen ao autor francês (chamando-o de desprezível) e no que a sua obra poderia causar à juventude[654], já que fizera "incursões inproprias no domínio da história brasileira e cometera erros imperdoáveis"[655]. Uma resposta foi enviada por Abreu Lima ao IHGB às criticas de Varnhagen, mas não foi publicada na RIHGB, pois Januário da Cunha Barbosa a considerou escrita em termos inadequados para a sua publicação. Houve ainda, uma réplica escrita por Varnhagen que poria fim a discussão, pois se limitou a apresentar títulos comprobatórios de sua nacionalidade brasileira, contrariando as afirmações de Abreu Lima de uma nacionalidade alemã para seu algoz[656]. A obra que nunca se livrou da mancha do plágio, foi repudiada nos anos 40 (levando ao afastamento voluntário de Abreu Lima do IHGB). No entanto, recebeu a chancela do Instituto em

[654] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo sócio Francisco Adolfo de Varnhagen a cerca do "Compendio da Historia do Brasil" do Sr. José Ignácio de Abreu Lima. Revista do IHGB, n. 21. T.6,. Rio de Janeiro. 1844. p. 60-63.
[655] RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil. Introdução metodológica. 5◦ edição atualizada. São Paulo: Ed. Nacional, INL, Brasília, 1978. p. 127-128.
[656] Ibid, p. 128.

1858[657]. Encontramos, assim, nas acusações de plágio, a valorização do Instituto Histórico a uma originalidade de uma história escrita pelas mãos de um pátrio.

Nesse sentido, levantamos dois questionamentos. O porquê da preocupação entre os membros do IHGB, no período entre 1838 até 1860 (recorte deste trabalho), com a escrita de uma História Geral para o Brasil. Nos anos seguintes pouco se discutiu o tema e quando iaao ocorreu não se lembrou do intenso debate ocorrido nas décadas de 40 e 50[658], o que levou os membros do IHGB a se preocuparem com a definição de quais seriam as práticas no ofício da escrita da história, ou quais referências e documentos. Enfim, os motivos de uma preocupação com a História Geral para o Brasil.

Levantamos algumas hipóteses. Como analisamos anteriormente, o Brasil fora alvo de inúmeros trabalhos anteriores à fundação do IHGB e sua proposta de estimular a escrita de uma história nacional. Muitos destes trabalhos resultaram do contato com europeus, por meio de invasões ao território da colônia. Outros foram pautados pelo controle metropolitano, sendo constituídos sob o olhar e patrocínio de Portugal. Nesse sentido, nenhum deles contemplava os interesses dos membros do IHGB, já que não pensavam o Brasil como unidade política, e sim, como atrelado a Portugal ou como fruto de uma invasão estrangeira. Muitos trabalhos foram eleitos pelos membros do IHGB como fazendo parte da "herança preciosa", necessária para a construção da nova história, no entanto, repletos de erros, de equívocos ou sem a necessária imparcialidade. Outros tantos foram sumariamente censurados, sendo relegados ao esquecimento. Fizeram-se necessários, nos primeiros anos da instituição, momentos em que o Instituto Histórico procurou se legitimar como o lugar oficial da produção de uma história nacional, promovendo anulação de outras vozes, num confronto pela supremacia da palavra sobre o passado que corroborasse com o presente. Ocorreu um processo, no período recortado, em que foi necessário ao IHGB rebater representações desfavoráveis ao Império, geralmente divulgadas na Europa em obras estrangeiras.

Outro fator que nos leva a compreender a intensidade com que os membros do IHGB se inquietaram com uma História Geral para o Brasil foi a preocupação com a

[657] GUIMARÂES, Lucia. Op. Cit. p. 573.
[658] "(...) Depois de um breve debate, a proposta sofreria um aditamento, por iniciativa de Cândido Mendes de Almeida, que acabou aceito com entusiasmo pela plenária. O 'plano' em vista deveria contemplar, também, 'a história pátria de cada província'. Começava-se tudo de novo.". Ibid. p. 576.

unidade do Império. A história nacional, ou melhor, a construção de uma história deveria superar as divisões regionais (e suas histórias particulares), e assim, estabelecer a unidade política e territorial. Lembremos que, durante o período colonial português, as províncias mantiveram maiores laços com a metrópole e quase nenhum laço entre si. A história, num processo de seleção do que poderia (ou não) fazer parte dela, acarretou uma naturalização entre as províncias, de que todas fariam parte de um processo único e sendo portadoras de uma mesma identidade.

Podemos mencionar ainda que, o debate sobre uma História Geral enfraqueceu posteriormente aos anos de 1860, pois naqueles anos encontramos uma renovação dos quadros de sócios, resultado do falecimento de muitos dos fundadores. Segundo sugestão de Lucia Guimarães, os membros fundadores haviam dotado o Império de um passado, na organização de uma "coletânea" do que deveria ser (ou não) lembrado, e assim, legítimo de ser usado na escrita de uma história. Para a historiadora, a geração seguinte deveria fixar essa Memória[659]. A renovação dos membros assinalou a apresentação de trabalhos (sobre o passado recente) sem as preocupações dos seus antecessores[660]. No entanto, entendemos que a renovação do quadro de membros do IHGB não seria por si só, condição para o fim dos debates em torno da escrita da história, mesmo porque, até os anos de 1860, nenhuma história havia sido chancelada pela agremiação.

Finalmente, o segundo questionamento. Por quê até aquele momento (anos 50/60), o período do apogeu do Império econômico e político, o IHGB não havia ainda chancelado nenhuma das Histórias escritas? Evitou-se falar do trabalho de estrangeiros como o de John Armitage, de Ferdinand Denis ou do príncipe Maximiliano de Wied-Newied, não sendo apresentado qualquer parecer as suas obras, mesmo quando requisitados; ou ainda de Robert Southey, cujos comentários feitos pelo Instituto Histórico abordam somente um breve momento da sua obra. Até mesmo o plano de escrever uma história do Brasil de von Martius foi sendo, por parte dos membros do Instituto Histórico, relegado ao esquecimento[661]. O mesmo ocorreu com o livro de Francisco Adolfo de Varnhagen, a

[659] Ibid. p. 584.
[660] Ibid. p. 584 e páginas seguintes.
[661] Lucia Guimarães indicou que os membros do IHGB criaram, com relação a Monografia de Von Martius, uma situação paradoxal. Ao mesmo tempo em que reconheceu o mérito do trabalho, condenaram-na ao esquecimento. Sua argumentação avaliou que o caminho traçado por Martius seria incerto, e dificilmente, seria aceito e seguido (concepção de "cruzamento de raças"). Ou ainda, do seu exame das atas das sessões na

História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal, editado entre 1854 e 1857, após longa lista de serviços prestados a Instituição, captando documentos e escrevendo avaliações, secretariando o IHGB e servindo como diplomata no governo Imperial, sua História acabou sendo negligenciada pelo Instituto Histórico.

Lucia Guimarães descreveu o esforço de Varnhagen para que o seu trabalho fosse aprovado pelo Instituto. Ele havia se correspondido com membros da instituição e até mesmo com o Imperador, no intuito de atribuir um caráter oficial à sua obra, mas seu esforço não surtiu efeito e o grêmio "esquivando-se das indiretas, permanecia mudo". Como saída, seguiu os procedimentos do IHGB: enviou a obra através de um ofício ao primeiro secretário e pediu um exame de seus pares. Lúcia M. Paschoal Guimarães lembrou que, no momento que a obra foi enviada, a referida já circulava "há um bom tempo, tanto na Europa quanto no Brasil"[662]. Anteriormente ao ofício, o Instituto somente teria lido o seu "Índice", e isso, por iniciativa do Imperador D. Pedro II. Diante dos questionamentos gerados com essa leitura, o Imperador em correspondência a Varnhagen sugeriu que ele consultasse recentes trabalhos apresentados ao IHGB[663]. E, pelo visto, os que teriam sido chancelados. Apesar das pretensões do Varnhagen ao reconhecimento oficial de sua obra, os membros do Instituto não seguiram nesta direção e a obra que então foi encaminhada para Parecer da Comissão de História, em 7 de dezembro de 1855, "simplesmente caiu no esquecimento". A autora compreendeu, já que não houve pronunciamento e nem qualquer justificativa ao silêncio dos censores, que a obra de Varnhagen, apesar de intensa pesquisa, "não havia agradado aos intelectuais patrícios"[664].

A motivação da não chancela a obra de Varnhagen, ou de qualquer obra concebida até aquele momento, refere-se a divergências de cunho político. A posição de Varnhagen com relação tanto ao modo como chamou os indígenas e quanto à maneira que minimizou a presença de religiosos no Novo Mundo, por exemplo, foi combatida por membros do Instituto em monografias escritas na década de 1850, que abordaram o tema sobre os

---

década de 70, os membros promoveram discussões sobre um "plano" para se escrever e que contemplasse a história pátria de cada província, mas sem sequer mencionar as discussões ocorridas nas décadas de 40 e 50. Ibid. p. 574-576.

[662] Ibid. p. 559.

[663] Ibid. p. 560.

[664] Ibid. p. 560.

primeiros habitantes do Império[665]. Ponderamos ainda, que o fato de Varnhagen ter retirado da 2◦ edição (de 1857) os três últimos capítulos, que tratam da emancipação política da América Portuguesa de 1820 à 1822 (aclamação de D. Pedro I como Imperador do Brasil)[666], ou seja, a sua abordagem de uma História recente do Brasil na primeira edição talvez pudesse ter colaborado para a desaprovação dos membros do IHGB.

Podemos teorizar, que além das questões políticas presentes na construção de um passado que explicasse o presente, os membros do IHGB não entraram em consenso com relação a uma série de questões metodológicas, o que contribuiu para o impedimento da chancela do IHGB a uma História do Brasil. Os membros do IHGB, por exemplo, não chegaram a um consenso quanto a uma periodização para a História do Brasil, tema este abordado desde o primeiro encontro dos fundadores do IHGB. O trabalho de Cunha Mattos que propunha uma divisão da história em três partes (dos aborígenes, do descobrimento pelos portugueses, da emancipação política) não recebeu aval para publicação, quando seu autor ainda estava em vida. A história começaria em um tempo anterior á chegada dos Portugueses na América. Ao contrário, Varnhagen propôs com sua obra, que a História do Brasil começasse com a chegada dos portugueses, apesar de não ter se preocupado, em sua História Geral do Brasil, com nenhuma periodização, obedecendo quase que exclusivamente uma cronologia[667]. Von Martius, também, ao contrário da oferta de um modelo de periodização para a História do Brasil, indicou aos interessados uma perspectiva filosófica e pragmática que levasse em conta o conhecimento sobre os três grupos formadores da nacionalidade brasileira. Diferentemente, seu rival no concurso sobre a melhor maneira de se escrever uma história para o Brasil, Júlio de Wallestein considerou apropriado que se utilizasse uma divisão em décadas e narrando os acontecimentos dentro dos períodos apropriados[668].

No entanto, foi por intermédio do general José Ignácio de Abreu Lima a primeira tentativa de realização concreta de uma periodização para a História do Brasil. Em carta ao

[665] "Memória histórica e documentada das aldeias de índios da Província do Rio de Janeiro" de Joaquim Norberto de Souza e Silva (1854); "Breves reflexões sobre o sistema de catequese seguido pelos jesuítas" de cônego Fernandes Pinheiro (1856); "Os indígenas perante a História" de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1860). Ibid. p. 578-579.
[666] RODRIGUES, José Honório. História e Historiografia. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes Limitada, 1970. p. 135-136.
[667] Ibid, p. 152-153.
[668] Ibid, p. 131-132.

IHGB o autor do Compêndio da história do Brasil considerou que, até aquele momento não se havia elaborado nenhum método e nenhum plano histórico, mas somente trabalhos com fatos escolhidos ao acaso. Seu compêndio seria uma resposta ao chamado feito nas primeiras sessões referente à questão e marcaria, dessa forma, a primeira tentativa de agrupamento dos fatos por período[669]. No entanto, como inicialmente a obra foi rechaçada, a polêmica permanecia em aberto, dificultando as escolhas do Instituto Histórico.

Podemos abordar ainda, em relação a questões políticas. Apesar do comprometimento da maioria dos sócios fundadores com a facção áulica e com o monarca D. Pedro II e a família imperial, suas origens políticas eram diferenciadas, pois provinham de setores liberais moderados e restauradores, contribuíram para inviabilizar uma abordagem hegemônica de eventos recentes como já abordamos acima e nos capítulos anteriores. As questões políticas abordadas em uma história recente do Império poderiam, além de comprometer pessoas envolvidas que ainda estivessem vivas, ao mexer em feridas ainda não cicatrizadas, colocaria também em risco o projeto político apoiado pelo IHGB.

Gostaríamos de sugerir mais uma possível motivação para a não chancela, por parte dos membros do IHGB, de nenhuma das histórias escritas no período aqui estudado, além dos fatores mencionados acima. O Instituto Histórico poderia estar aguardando por parte de um de seus membros mais ilustres e de grande peso político, uma definitiva escrita da História do Brasil. Tal suposição nos é sugerida pela leitura da biografia de José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo). Nele encontramos o político, no momento em que a morte lhe surpreendeu, em 1847, escrevendo uma História Geral do Brasil[670]. Consideramos que o Visconde seria o único membro do Instituto cujo peso político seria capaz de neutralizar as contradições que repercutiam e dificultavam a almejada escrita da história: de todas as obras nacionais avaliadas pelos juízos e pareceres aqui estudadas, a sua obra *Annaes da província de S. Pedro* foi a única chancelada pelo Instituto (sendo indicada, inclusive, a sua leitura como referência para as demais produções à história brasileira). Talvez possamos intuir, ainda, que o seu status político (o único Visconde da instituição) conferisse a sua obra a legitimidade almejada. Os muitos rigores metodológicos e políticos

[669] Ibid, p. 126-129.
[670] ENCYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Organizado e redigido com a collaboração de distinctos homens de sciencia e de lettras brasileiros e portuguezes. Vol. 17. W. N. Jackson Editor. Rio de Janeiro. s/a. p. 10321.

pregados pelo Instituto fizeram com que a escrita da história brasileira se mostrasse uma quimera, um sonho inalcançável. O Instituo Histórico acabou perdendo a guerra de papéis sobre a qual se originou, não dando conta de suas pretensões. O desejo pela construção de uma verdadeira identidade nacional, capaz de narrar a história de um Brasil unificado, acabou por proporcionar que outros espaços de conhecimento se ocupassem dessa tarefa. Outros espaços de (re)criação da identidade nacional, que disputavam a orientação-chave da nacionalidade brasileira com o IHGB, tomaram o front dessa batalha. Essa é uma suposição a ser investigada em outro estudo. Por hora, nos parece plausível afirmar que é a literatura romântica (os romances indianista e regional de Alencar, a lírica de Gonçalves Dias[671], etc) que herdará as pretensões de construção da nacionalidade brasileira.

[671] Curioso observar, como já foi feito aqui, o importante envolvimento do poeta Gonçalves Dias com as práticas historiográficas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.

ARMITAGE, John. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da história do Brasil, de Southey*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. "*Ronda Noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*" in: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 1, 1988, p. 28-53.

ALGRANTI, Leila Mezan. Livros de Devoção, Atos de Censura: Cultura Religiosa na América Portuguesa (1750-1821). Tese de Livre Docência. Campinas: IFCH/Unicamp. 2001.

BRESCIANI, Stella. NÁXARA, Márcia (org.) – Memória e (Res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas/SP, Editora Unicamp, 2004.

CARDOSO, Ciro F. e MALERBA, Jurandir. Representações. Contribuição a um debate transdiciplinar. Papirus, Campinas:SP, 2004.

CASTELO, José Aderaldo. *O movimento Academicista* in: COUTINHO, Afrânio (dir). A literatura no Brasil, Ed. Global, 2004, 7° edição, p. 170-185.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. São Paulo, 1942.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. (Memória e Sociedade). Lisboa, Difel, s/d

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CERTEAU, Michel de. *A Operação histórica*. In: NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques. *História: Novos Problemas.* Trad. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1976.

CEZAR, Temístocles. "Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual". IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) *História Cultural. Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. pp. 173-208.

CAMPOS, Pedro Moacyr. "Imagens do Brasil no Velho Mundo". IN: HOLANDA, Sérgio B. (org.). *História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico.* São Paulo: Difel, 1976, tomo II, pp. 40-63.

CONSTANCIO, Francisco Solano. Historia do Brasil, desde o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral até á Abdicação do Imperador D. Pedro I. Com um Mappa do Brasil. Tomo II, Paris, 1839.

CAMPOS, Pedro Moacyr. "*Esboço da historiografia brasileira nos séculos XIX e XX*" in: Revista do IHGB - n° 45 – Ano XII. São Paulo, jan/mar 1961.

CASTRO, Olegário H. A. "*O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde a sua fundação até hoje*". Revista do IHGB, t60, Rio de Janeiro, 1897. pp. 171-201.

CORREA Filho, Eng. Virgilio. "*Como se fundou o Instituto Histórico*" in: Revista do IHGB - n° 255. São Paulo, abr/jun 1962.

DIAS, Maria Odila Silva. O fardo do homem branco. Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1974.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da Metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme. 1822 – Dimensões. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.

DEBRET, Jean Baptiste. (1768-1848). Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (tradução e notas de Sérgio Milliet, noticia biográfica de Rubens Borges de Moraes) 6° ed. São Paulo, Martins: Brasília, INL, 1975.

DOMINGUES, Heloisa Bertol. "Viagens cientificas: descobrimento e colonização no Brasil do século XIX". IN: HEIZER. Alda. VIEIRA, Antonio Augusto Passos. (org.) Ciência, *Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. pp. 55-76.

DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FARIA, Maria Alice. "*II Parte – Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris (1834-1856)*" in: Revista do IHGB – Vol. 266, Rio de Janeiro, 1965.

FAZENDA, Vieira. "*Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: Subsídios para a sua história*". Revista do IHGB, t74, Rio de Janeiro, 1911. pp.277-439.

FREITAS, Marcos Cezar de.(org) Historiografia Brasileira em Perspectiva. 3° ed. São Paulo: Contexto. 2000.

GUIMARÃES. Manuel Luiz Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional". IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n° 1, 1988, p. 5-27.

GUIMARÃES. Manuel Luiz Salgado. "A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar". IN: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (org.) *História Cultural. Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. pp. 9-24.

GUIMARÃES. Manuel Luiz Salgado. "A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil". IN: CARVALHO, José Murilo de. (Org.) *Nação e Cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 93-122.

GUIMARAES. Manoel Salgado. "Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte". IN: HEIZER. Alda. VIEIRA, Antonio Augusto Passos. (org.) Ciência, *Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. pp. 1-29.

GUIMARAES. Manoel Salgado. "O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória". IN: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca (org.) Cultura política e leituras do passado. Historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 23-39.

GUIMARÃES, Lucia M. P. "*O Tribunal da Posteridade*" in: PRADO, Maria Emília Prado (org.) "O Estado como vocação: Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentos". Rio de Janeiro: Access, 1999.

GUIMARÃES, Lucia M. P. *Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*, RIHGB, n° 388, 1995.

HOBSWAWN, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2° edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio B. Os Franceses no Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.). História geral da civilização brasileira – A Época Colonial. São Paulo: Difel. Tomo I. 1976. p 204-234;

IGLÉSIAS, Francisco. Os historiadores do Brasil: Capítulos da historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Perspectiva; Belo Horizonte, MG: UFMG, IPEA, 2000.

JANCSÓ, István (org.). Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí;Fapesp, 2003.

KANTOR, Iris. Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo: Hucitec, 2004.

KURY, Lorelai. "A comissão cientifica de exploração (1859-1861). A ciência imperial e a musa cabocla". IN: HEIZER. Alda. VIEIRA, Antonio Augusto Passos. (org.) Ciência, *Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. pp. 29-54.

LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEONZO, Nanci – Um reduto intelectual na intimidade: O Instituto Histórico e Geográfico. Relações Humanas, S. Bernardo do Campo (SP) 8:41-51, 1987, p. 47.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A Utopia do poderoso império. RJ, Sette letras, 1994

LIMA, Valeria Alves Esteves. A Viagem Pitoresca e Histórica de Debret: por uma nova Leitura. Tese de doutorado. Campinas:IFCH/Unicamp. 2003.

LIMA, Ivana Stolze. Cores, marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeriro: Arquivo Nacional, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte, Ed. Da UFMG, 1996.

LENZ, Sylvia Ewel. Relatos de Alemães no Rio de Janeiro Oitocentista. IN: Revista História Social. Campinas (SP), n. 10. 2003. p 101-120.

LISBOA, Karen Macknow. A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo, Huritec, 1997.

LISBOA, Karen Macknow. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTTA, Carlos Guilherme. Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000).São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2000. pp. 267-299.

MALERBA, Jurandir (org.). A velha História. Teoria. Método e Historiografia. Papirus: Campinas/SP, 1996.

MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de Barros. Palavra, imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARSON, Isabel Andrade. "O Império da Revolução: Matizes Interpretativas dos Conflitos da Sociedade Monárquica" in: FREITAS, Marcos Cezar de. Historiografia Brasileira em Perspectiva. 3° Ed., São Paulo: Contexto, 2000.

MELLO. J. A. Gonçalves de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.). História geral da civilização brasileira – A Época Colonial. São Paulo: Difel. Tomo I. 1976. p 235-253.

MOTA, Carlos Guilherme. Europeus no Brasil á época da Independência: Um Estudo. In: MOTA, Carlos Guilherme. 1822 – Dimensões. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1986.

MATTOS, Selma Rinaldi de. O Brasil em Lições. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Acess, 2000,

NEVES, Lúcia B. P., MOREL, Marco, FERREIRA, Tânia M. B. da C. (orgs). História e imprensa. Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Fapérj, 2006.

NAXARA, Marica R. Capelari. Cientificismo e Sensibilidade Romântica. Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília:Unb, 2004.

MORAES, Rubens Borges de. Nota da 2 edição. In: DEBRET, Jean Baptiste. (1768-1848). Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (tradução e notas de Sérgio Milliet, noticia biográfica de Rubens Borges de Moraes) 6° ed. São Paulo, Martins: Brasília, INL, 1975.

OBERACKER, Carlos. "Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros". IN: HOLANDA, Sérgio B. (org.). *História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico.* São Paulo: Difel, Tomo III. pp. 119-131. 1976.

POPPINO, Rollie E. "*Um século da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*" in: Revista do IHGB – Vol. 266, Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional 1965.

PANTALEÃO, Olga e HOLANDA, Sérgio B. Franceses, Holandeses e Ingleses no Brasil Quinhentista. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.). História geral da civilização brasileira – A Época Colonial. São Paulo: Difel. Tomo I. 1976. p.147-175.

PANTALEÃO, Olga. A Presença Inglesa. In: HOLANDA, Sérgio B.(org.). História geral da civilização brasileira – O Brasil Monárquico. São Paulo: Difel. Tomo III. 1976. p. 64-99.

PAULA. Eurípedes Simões de. A organização do exército brasileiro. In: HOLANDA, Sérgio B. (org.). História geral da civilização brasileira – O Brasil monárquico. São Paulo: Difel, Tomo III. 1976.

PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4 n. 8. 1991

RAMA, Angel. A Cidade das Letras, São Paulo: Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica. São Paulo: Ed. Nacional, INL, Brasília, 1978.

RODRIGUES, José Honório. História e Historiografia. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes Limitada, 1970.

RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil. Introdução metodológica. 5◦ edição atualizada. São Paulo: Ed. Nacional, INL, Brasília, 1978.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

SOUZA, Maria Leonor Machado de. Um ano de diplomacia Luso-Americana. Francisco Solano Constâncio (1822-1823). Temas Portugueses. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, s.d.

SANCHEZ, Edney C. T. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico da cidade letrada brasileira do século XIX. Dissertação de mestrado, 2003. IEL-Unicamp.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Letras de fundação. Varnhagen e Alencar – Projetos de narrativa Instituinte. Dissertação de mestrado. 1992. FFLCH/USP.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os guardiões da nossa História Oficial. Os institutos históricos e geográficos brasileiros. São Paulo: IDESP, 1989

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2° edição, São Paulo: Companhia das Letras,1998.

SÜSSEKIND, Flora. O Brasil não é longe daqui. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TAPAJÓS. Vicente. "*A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*" in: Revista do IHGB, 147 (351-352):(397-404), Rio de Janeiro, abr/set.,1965.

TORRES, João Camillo de Oliveira. Os construtores do Império. Ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro. Companhia Editora Nacional. São Paulo.1968.

URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial. A burocracia do Estado Patrimonial Brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro,São Paulo: Difel, 1978.

WERNET, Augustin. Sociedades Políticas (1831-1832). São Paulo: Ed. Cultrix, 1978.

WEHLING, Arno. Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEHLING, Arno. "*As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*" in: Revista do IHGB. n° 338 – Ano XII. Rio de Janeiro, jan/mar 1983.

VALE, Renata William Santos do. Lições da História. As concepções de história dos fundadores do IHGB. Dissertação de mestrado, Puc-Rio. 2003.

OBRAS DE REFERÊNCIA.

BLAKE, A. V. A. Sacramento. Diccionario Bibliographico Brazileiro, 7 vols., Guanabara: Conselho Federal de cultura, 1970. Reimpressão de Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883-1902.

BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Unb, 1986

COUTINHO, Afrânio & SOUZA, J. Galante. Enciclopédia de Literatura Brasileira, Rio de Janeiro: FAE, 1989, 2 vol.

ENVYCLOPEDIA E DICCIONARIO INTERNACIONAL. Organizado e redigido com a collaboração de distinctos homens de sciencia e de lettras brasileiros e portuguezes. Vol. 1-20. W. N. Jackson Editor. Rio de Janeiro. s/a.

LAROUSSE, Pierre. Grand Dictionaire Universel du XIXe. Siècle, Paris: Libraire Classique Larousse et Boyer, 1866-1877.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno Biographico Brazileiro*. Rio de Janeiro:Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 3 vols., 1876.

PORTA, Frederico. Dicionário de Artes Gráficas, Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Globo, 1958.

SILVA, Innocencio F. Diccionario Bibliographico Portuguez, Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-1885.

SISSON, Sebastião. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. São Paulo: Livraria Martins ed., 2 vols., 1948.

SOUZA, Octavio Tarquinio de, História dos Fundadores do Império do Brasil, Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

SILVA, Antonio de Moraes. Diccionario da lingua portugueza : recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito accrescentado. Lisboa : Typographia Lacerdina, 1813.

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

FONTES CONSULTADAS

BREVE NOTÍCIA. Revista do IHGB. n. 1. T. 1, Rio de Janeiro. 1839.

EXTRACTO DOS ESTATUTOS. Revista do IHGB. n. 1. T. 1, Rio de Janeiro. 1839.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. Revista do IHGB, n. 1. T.1, Rio de Janeiro. 1839. p. 19.

BARBOSA, Januário da Cunha. Lembranças do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à sociedade central no Rio de Janeiro. Revista do IHGB, n. 2. T. 1, Rio de Janeiro. 1839.

BARBOSA, Januário da Cunha. RELATORIO DO SECRETARIO PERPETUO. Revista do IHGB. Suplemento ao n. 8. Tomo II. Rio de Janeiro. 1840.

BARBOSA, Januário da Cunha. RELATORIO LIDO NO ACTO DE SOLEMNIZAR-SE O 5° ANNIVERSARIO. Revista do IHGB. n. 20. Suplemento ao Tomo 5°. Rio de Janeiro. 10/Dez/1843.

BIVAR, Diogo Soares da Silva de. Parecer sobre a 2° Parte da Chronica dos Frades Menores da Província de Santo Antonio do Brasil, por Fr. Antonio de Saneta Maria Jaboatão. Revista do IHGB, n. 7. T 2. Rio de Janeiro. 1840.

COUTINHO, Aureliano de Souza e Oliveira. DISCURSO DO PRESIDENTE. Revista do IHGB Suplemento ao n. 8 Tomo II. Rio de Janeiro. 1840.

DIAS, Gonçalves A. A Memória histórica do Sr. Machado de Oliveira e o parecer do Sr. Duarte da Ponte Ribeiro por A. Gonçalves Dias. Revista do IHGB. 3° Série, 4° Trimestre. T.16. Rio de Janeiro. 1853.

DIAS, Gonçalves A. Resposta do Sr. A. Gonçalves Dias "á Defesa do Parecer". Revista do IHGB. 3° Série, 4° Trimestre. T.16. Rio de Janeiro. 1853.

LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Juízo sobre a obra intitulada Historie dês relations commerciales entre la France et lê Brésil, por Horace Say. (Publicada em Paris em 1839*).* Revista do IHGB, n. 4. T.1, Rio de Janeiro. 1839.

LAGOS, Manoel Ferreira. RELATORIO DOS TRABALHOS DO INSTITUTO. No sexto anno acadêmico, pelo 2° secretario perpétuo o Sr. Manoel Ferreira Lagos, Revista do IHGB. Suplemento ao Tomo VI. Rio de Janeiro. 1844.

LISBOA, Bento da Silva. MONCORVO, J. D. de Attaide. Parecer sobre o 1° e 2° volume da obra – Voyage pitoresque au Brésil, par J. B. Debret. Revista do IHGB, n. 9. T.2. Rio de Janeiro. 1841.

MARTIUS, Karl Freidrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. Revista do IHGB. T. 6. Rio de Janeiro. 1844.

OLIVEIRA, Candido Baptista de. Parecer sobre a Memoria histórica do Sr. J. J. Machado de Oliveira acerca da questão de limites entre o Brazil e Montevidéo, do Sr. Conselheiro Candido Baptista de Oliveira. Revista do IHGB, 3° Série, 4° Trimestre. T.16. Rio de Janeiro. 1853.

PONTES, R. de S. da S., PANTOJA, G. A. de A.,VIANNA, C. J. de Araújo. Juízo sobre os Annaes da província de S. Pedro, publicados por José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de S. Leopoldo (2° edição). Revista do IHGB, n. 4. T.1. Rio de Janeiro. 1839.

PONTES, R. de S. da S., VIANNA, C. J. de Araújo. .Juízo sobre a História do Brazil publicada em Paris pelo Doutor Francisco Solano Constancio. Revista do IHGB, n. 2. T.1. Rio de Janeiro. 1839.

PONTES, R. de S. da S., PANTOJA, G. A. de A.,VIANNA, C. J. de Araújo. Juízo da Commissão de História sobre a obra intitulada – Compendio das eras da Província do Pará – por Antonio Ladislau Monteiro Baêna. Revista do IHGB, n. 6. T.2. Rio de Janeiro. 1840.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. SERQUEIA. Thomaz José Pinto VIANNA, Candido José de Araújo. Parecer acerca da obra intitulada. – Reflexões criticas sobre o escripto do século XVI, impresso com o título de Notícia do Brasil, no T. 3° da Coll. De Not. Ultr, por Francisco Adolfo de Varnhagen, membro correspondente do Instituto. Revista do IHGB. n. 5. T.2, Rio de Janeiro. 1840.

OLIVEIRA. Candido Baptista de NOTA. Sobre um trecho do parecer apresentado ao Instituto, na sessão de 22 de Novembro de 1850, pelo sócio effectivo o Sr. Diogo Soares da Silva de Bivar, acerca da obra publicada pelo Sr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, sob o titulo de - « Índice chronologico dos factos mais notáveis da historia do Brasil » - Sr. Conselheiro Candido Baptista de Oliveira. Revista do IHGB. 3° Série - 1° Trimestre. T. 15. Rio de Janeiro. 1852

REBELLO, José Silvestre. REBELLO, Dr. Lino Antonio. Juízo sobre obra – Notícia descriptiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul, por Nicolau Dreys. Revista do IHGB, n. 5. T. 2, Rio de Janeiro. 1840.

REBELLO, José Silvestre. REBELLO, Dr. Lino Antonio. Juízo sobre obra intitulada – Examen critique de l´historie de la Geographie du nouveau Continent, par Alexandre Humboldt, membro honorário do Insituto. Revista do IHGB, n. 5 T. 2, Rio de Janeiro. 1840.

RIBEIRO, Duarte da Ponte. Parecer do Sr. Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro Parecer sobre a sobredita Memória. (Memória histórica sobre a questão de limites entre o Brasil e Montevidéo, por J. J. Machado de Oliveira). Revista do IHGB, 3° Série, 4° Trimestre, T. 16. Rio de Janeiro. 1853.

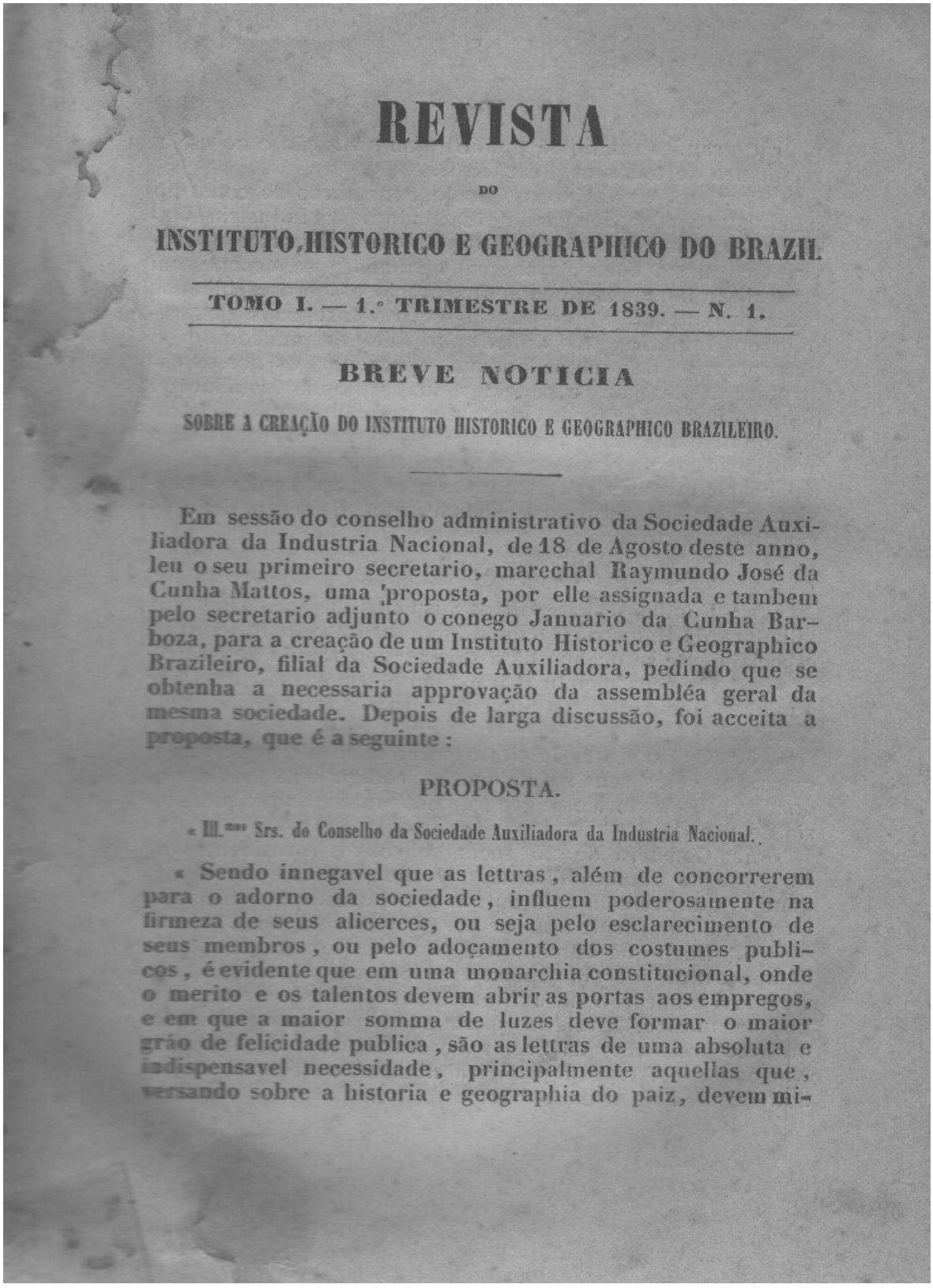
RIBEIRO, Duarte da Ponte. Defesa do parecer sobre a Memória histórica do Sr. Machado. Revista do IHGB, 3° Série, 4° Trimestre, T. 16. Rio de Janeiro. 1853.

SILVA, J. M. Pereira da. SILVA, Joaquim Norberto de Souza. MACEDO, Joaquim Manuel de. Parecer da Comissão de História: Une féte brésilienne celébrée à Rouen em 1550 suivie d´un fragment du XVI siécle roulant sur la Théoginie des anciens peuples du Brésil et des poésies em langue tupique de Christovam Valente por Ferdinand Denis. Paris 1 vol., in n° 8 1851. Revista do IHGB. 3° Série, 4° Trimestre. T. 14. Rio de Janeiro. 1851.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo submetido ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo sócio Francisco Adolfo de Varnhagen a cerca do "Compendio da Historia do Brasil" do Sr. José Ignácio de Abreu Lima. Revista do IHGB, n. 21. T.6,. Rio de Janeiro. 1844.

WALLESTEIN, Júlio H. "Memória sobre o melhor plano de se escrever a historia antiga e moderna do Brazil (datada de 30/09/1843)". Revista do IHGB. n. 64. T.45, Rio de Janeiro. 1882.

BREVE NOTÍCIA. *Revista do IHGB*. n° 1. T. 1, 1839. p. 5-9.



REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO BRAZIL.

TOMO I. — 1.° TRIMESTRE DE 1839. — N. 1.

BREVE NOTICIA

SOBRE A CREAÇÃO DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO.

Em sessão do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, de 18 de Agosto deste anno, leu o seu primeiro secretario, marechal Raymundo José da Cunha Mattos, uma proposta, por elle assignada e tambem pelo secretario adjunto o conego Januario da Cunha Barboza, para a creação de um Instituto Historico e Geographico Brazileiro, filial da Sociedade Auxiliadora, pedindo que se obtenha a necessaria approvação da assembléa geral da mesma sociedade. Depois de larga discussão, foi acceita a proposta, que é a seguinte:

PROPOSTA.

« Ill.mos Srs. do Conselho da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.

« Sendo innegavel que as lettras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes publicos, é evidente que em uma monarchia constitucional, onde o merito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior somma de luzes deve formar o maior grão de felicidade publica, são as lettras de uma absoluta e indispensavel necessidade, principalmente aquellas que, versando sobre a historia e geographia do paiz, devem mi-

nistrar grandes auxilios á publica administração e ao esclarecimento de todos os Brazileiros.

« Por isso, os abaixo assignados, membros do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, conhecendo a falta de um Instituto Historico e Geographico nesta côrte, que principalmente se occupe em centralisar immensos documentos preciosos, ora espalhados pelas provincias, e que podem servir á historia e geographia do Imperio, tão difficil por falta de um tombo ou promptuario de que se possam aproveitar os nossos escriptores, desejam e pedem a sua prompta installação, debaixo dos auspicios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, e offerecem as seguintes bases para esta utilissima associação, requerendo ao conselho administrativo que, se as achar convenientes, as adopte para se apresentar á proxima assembléa geral da sociedade, afim de serem definitivamente approvadas.

BASES.

« 1.ª Fundar-se-ha, sob os auspicios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, um Instituto Historico, que especialmente se occupe da historia e geographia do Brazil.

« 2.ª Os seus membros trabalharão na mesma casa em que ora trabalham os da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.

« 3.ª O fim deste Instituto será, além dos que forem marcados pelos seus regulamentos, colligir e methodisar os documentos historicos e geographicos interessantes á historia do Brazil.

« 4.ª Constará de 25 socios effectivos, residentes na côrte, e de numero illimitado de honorarios e correspondentes, que residam aqui ou nas provincias, e que a assembléa geral houver de nomear por proposta da mesa.

« 5.ª Logo que 16 membros effectivos se reunam, depois da approvação desta proposta, se procederá por escrutinio secreto á nomeação de um presidente, dous secretarios e um thesoureiro. Presidirá a este primeiro acto o presidente ou vice-presidente da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional; e feita esta primeira nomeação, cessará de influir nos demais actos sociaes.

« 6.ª Installada assim a mesa do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, proceder-se-ha logo á escolha de tres de seus membros, que organisem com a possivel brevidade o regulamento de seus trabalhos academicos: só depois de discutido elle e approvado pelos membros do Instituto é que este proseguirá nos demais actos regulares, devendo considerar-se como preparatorios outros quaesquer que antes disso se celebrem.

« 7.ª A Sociedade Auxiliadora, a cujo conhecimento se farão chegar estes trabalhos, marcará ao Instituto Historico e Geographico os dias em que se possam celebrar as suas sessões na mesma sala em que ora trabalha, afim de se não embaraçarem uma á outra.

« 8.ª A Sociedade Auxiliadora, como mãi do Instituto Historico e Geographico, facilitará todos os meios a seu alcance de que possa precisar esta filha, que tambem da sua parte concorrerá com todas as suas faculdades para sua maior gloria e prosperidade; ficando por isso em commum os archivos e bibliothecas, tanto de uma como de outra sociedade.

« 9.ª O Instituto abrirá correspondencia com o Instituto Historico de Pariz, ao qual remetterá todos os documentos da sua installação; e assim tambem com outros da mesma natureza em nações estrangeiras: e procurará ramificar-se nas provincias do Imperio, para melhor colligir os documentos necessarios á historia e geographia do Brazil.

« São estas as principaes bases que os dous abaixo assignados, membros do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e do Instituto Historico de Pariz, ambicionando patrioticamente a gloria de uma tão util quanto indispensavel instituição nesta côrte, offerecem á consideração deste illustrado conselho administrativo, pedindo que as adopte, e as faça chegar ao conhecimento da proxima assembléa geral, afim de serem approvadas e quanto antes installado o proposto Instituto Historico e Geographico do Brazil, do qual devem resultar honra e gloria tanto aos seus fundadores, como á Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, de cujo seio emana.

« Rio de Janeiro 16 de Agosto de 1838. — O marechal

Raymundo José da Cunha Mattos. — O conego *Januario da Cunha Barboza.* »

Em sessão da assembléa geral da Sociedade Auxiliadora, de 19 de Agosto deste anno, o seu primeiro secretario declarou que o conselho administrativo havia acceito e approvado a proposta para a installação de um Instituto Historico e Geographico Brazileiro, por elle assignada e pelo secretario adjunto. Fizeram-se algumas reflexões em favor, e foi unanimemente approvada a proposta em todas as suas bases, e louvados na acta desta sessão os seus proponentes — *pela idéa da creação de um Instituto, do qual grandes vantagens se devem esperar em prol da patria e para gloria de seus membros.*

Domingo 21 de Outubro, pelas onze horas da manhãa, reunidos no salão, em que a Sociedade Auxiliadora costuma fazer as suas sessões, 27 membros convidados para o Instituto, teve logar a sua installação. Presidiu a este acto o presidente da mesma sociedade, marechal Francisco Cordeiro da Silva Torres, que abriu a sessão expondo o motivo della; e depois de algumas observações procedeu-se á eleição de um presidente e dous secretarios, que servissem interinamente nas sessões preparatorias até que se organisassem e approvassem os estatutos. Foi eleito presidente o Ex.^{mo} senador e conselheiro d'estado Visconde de S. Leopoldo; primeiro secretario o conego Januario da Cunha Barboza; e segundo secretario o Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia.

Depois foram o presidente, o primeiro secretario interino e o marechal Cunha Mattos encarregados da organisação dos estatutos.

No domingo 25 de Novembro apresentaram-se os estatutos, que depois de lidos e de algumas reflexões foram approvados para regerem desde já, havendo sómente de ser modificados quando a experiencia mostrar alguns defeitos.

Procedeu-se logo á eleição dos socios que devem formar o conselho do Instituto, e foram eleitos os Srs.: Visconde de S. Leopoldo, presidente; marechal Cunha Mattos, vice-presidente e director da secção de geographia; con-

selheiro e presidente da Camara dos deputados Araujo Vianna, vice-presidente e director da secção de historia; conego Cunha Barboza, primeiro secretario perpetuo e director da commissão de estatutos, redacção da *Revista*, bibliotheca e archivo; Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia, segundo secretario; major Pedro d'Alcantara Bellegarde, orador do Instituto; José Lino de Moura, thesoureiro e director da commissão de fundos.

Foram tambem eleitos para as respectivas commissões os seguintes membros:

COMMISSSÃO DE HISTORIA.

Os Srs.:
Dr. Antonio Alves da Silva Pinto.
Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia.

COMMISSÃO DE GEOGRAPHIA.

Os Srs.:
José Silvestre Rebello.
Coronel Conrado Jacob de Niemeyer.

COMMISSÃO DE FUNDOS.

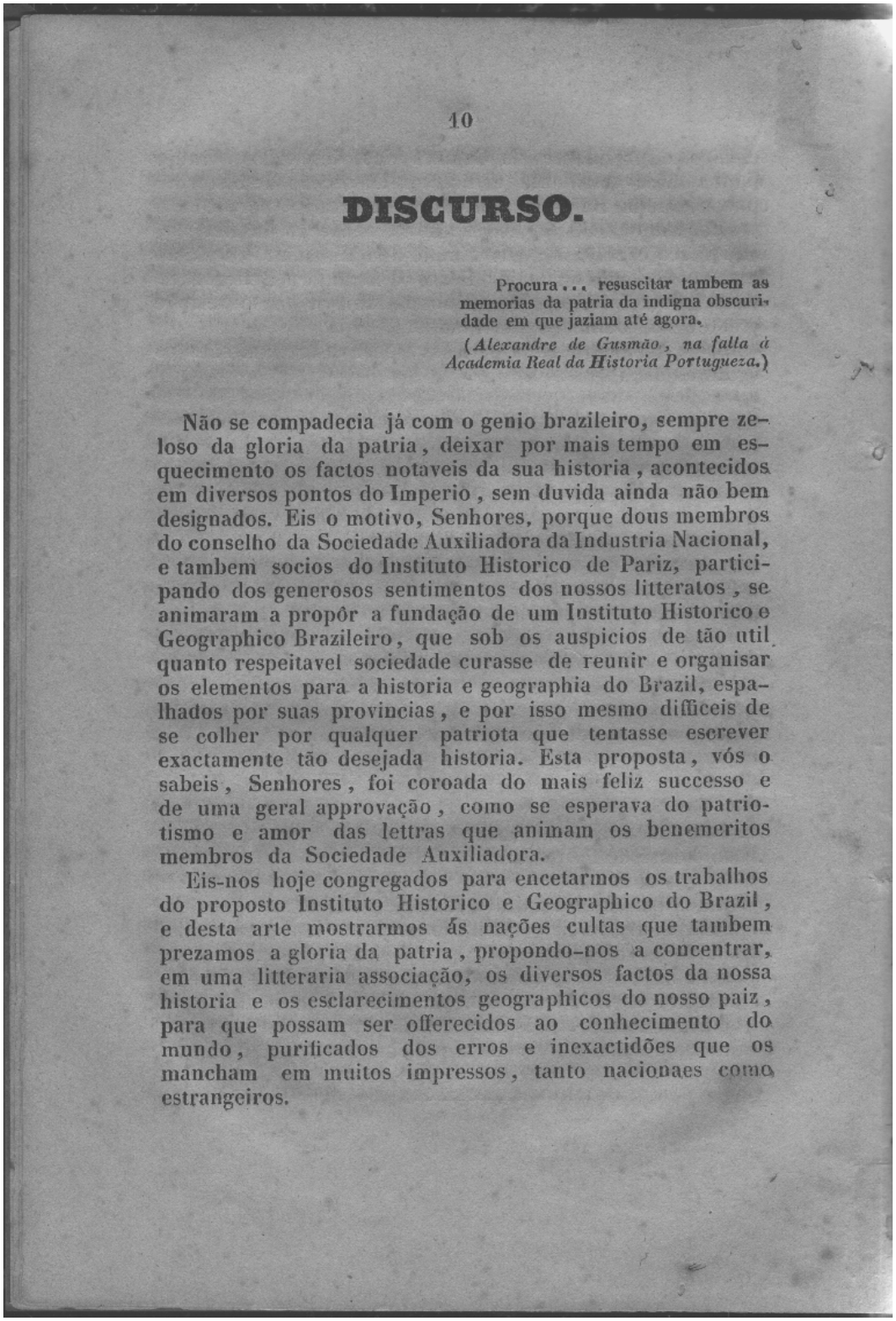
Os Srs.:
Thomé Maria da Fonseca.
Alexandre Maria de Mariz Sarmento.

COMMISSÃO DE REDACÇÃO DA REVISTA.

Os Srs.:
Dr. José Marcellino da Rocha Cabral.
Antonio José de Paiva Guedes.

Estatuido assim o Instituto Historico e Geographico Brazileiro, o seu primeiro secretario perpetuo leu então o discurso inaugural, que agora se publica; e determinou-se que fosse impresso, assim como tambem os estatutos, á custa da nova sociedade; consignando-se na acta louvores e agradecimentos aos dous auctores da proposta do Instituto, os Srs. marechal Cunha Mattos e conego Cunha Barboza.

BARBOSA, Januário da Cunha. *Discurso.* Revista do IHGB, n° 1. T.1, Rio de Janeiro. 1839. p. 10-29



DISCURSO.

Procura... resuscitar tambem as memorias da patria da indigna obscuridade em que jaziam até agora.

(*Alexandre de Gusmão, na falla á Academia Real da Historia Portugueza.*)

Não se compadecia já com o genio brazileiro, sempre zeloso da gloria da patria, deixar por mais tempo em esquecimento os factos notaveis da sua historia, acontecidos em diversos pontos do Imperio, sem duvida ainda não bem designados. Eis o motivo, Senhores, porque dous membros do conselho da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, e tambem socios do Instituto Historico de Pariz, participando dos generosos sentimentos dos nossos litteratos, se animaram a propôr a fundação de um Instituto Historico e Geographico Brazileiro, que sob os auspicios de tão util quanto respeitavel sociedade curasse de reunir e organisar os elementos para a historia e geographia do Brazil, espalhados por suas provincias, e por isso mesmo difficeis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exactamente tão desejada historia. Esta proposta, vós o sabeis, Senhores, foi coroada do mais feliz successo e de uma geral approvação, como se esperava do patriotismo e amor das lettras que animam os benemeritos membros da Sociedade Auxiliadora.

Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Historico e Geographico do Brazil, e desta arte mostrarmos ás nações cultas que tambem prezamos a gloria da patria, propondo-nos a concentrar, em uma litteraria associação, os diversos factos da nossa historia e os esclarecimentos geographicos do nosso paiz, para que possam ser offerecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexactidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionaes como estrangeiros.

Basta attendermos ao que diz Cicero sobre a historia, para conhecermos logo as vantagens que se devem esperar de um Instituto que della particularmente se occupe, e composto de homens os mais conspicuos por suas lettras e por suas virtudes. — *A historia* (escreve aquelle philosopho romano) *é a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida.* — Por esta judiciosa doutrina bem facilmente se conhece quão proficua deve ser a nossa associação, encarregada, como em outras nações, de eternisar pela historia os factos memoraveis da patria, salvando-os da voragem dos tempos, e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes agglomeram a parcialidade, o espirito de partidos, e até mesmo a ignorancia. Oxalá não tivessemos nós infinitas provas desta verdade em tantas obras, mórmente estrangeiras, que correm o mundo! O nosso silencio, reprehensivel de certo em materia que tanto affecta a honra da patria, tem dado occasião a que os historiadores uns de outros se copiem, propagando-se por isso muitas inexactidões, que deveriam ser immediatamente corrigidas.

O coração do verdadeiro patriota brazileiro aperta-se dentro no peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos factos da nossa gloriosa independencia. Ainda estão elles ao alcance das nossas vistas, porque apenas dezeseis annos se tem passado dessa época memoravel da nossa moderna historia, que accrescentou no Novo Mundo um esperançoso imperio ao catalogo das nações constituidas, e já muitos se vão obliterando na memoria daquelles a quem mais interessam, só porque tem sido escriptos sem a imparcialidade e necessario criterio, que devem sempre formar o caracter de um veridico historiador.

Não é meu intento, Senhores, apontar-vos agora os erros de que estão saturadas muitas obras sobre o Imperio do Brazil. Esta honrosa tarefa será de certo emprehendida pelos membros do nosso Instituto: ella offerece um campo vastissimo á investigação daquelles socios que conhecem a necessidade de remediar os males d'ahi provindos. Talvez me fosse mais desculpavel deplorar a nossa fria indifferença sobre pontos de tanto interesse á gloria nacional; mas não

cabe no abreviado quadro deste mal ordenado discurso a discussão de materia, que me levaria a longo desenvolvimento. Começamos hoje um trabalho que, sem duvida, remediará de alguma sorte os nossos descuidos, reparando os erros e enchendo as lacunas que se encontram na nossa historia. Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memorias da patria, e os nomes de seus melhores filhos; nós vamos assignalar, com a possivel exactidão, o assento de suas cidades e villas mais notaveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direcção de suas serras, e a capacidade de seus innumeraveis portos. Esta tarefa, em nossas circumstancias, bem superior ás forças de um só homem ainda o mais emprehendedor, tornar-se-ha facil pela coadjuvação de muitos Brazileiros esclarecidos das provincias do Imperio, que attrahidos ao nosso Instituto pela gloria nacional, que é o nosso timbre, trarão a deposito commum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma historia geral e philosophica do Brazil. As forças reunidas dão resultados prodigiosos; e quando os que se reunem em tão nobre associação apparecem possuidos do mais encendrado patriotismo, eu não duvido preconisar um honroso successo á fundação do nosso Instituto Historico e Geographico.

A nossa historia, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em varios ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sabios investigadores da marcha da nossa civilisação. Ou ella se considere pela conquista de intrepidos missionarios, que tantos povos attrahiram á adoração da cruz erguida por Cabral neste continente, que lhe parecia surgir do sepulchro do sol; ou pelo lado das acções guerreiras, na penetração de seus emmaranhados bosques, e na defensa de tão feliz quanto prodigiosa descoberta, contra inimigos externos invejosos da nossa fortuna; ou finalmente pelas riquezas de suas minas e mattas, pelos productos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias, variedade e pompas de seus vegetaes, abundancia e preciosidade de seus fructos, pasmosa novidade de seus animaes,

e finalmente pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundos os engenhos dos nossos patricios como o solo abençoado que habitam; acharemos sempre um thesouro inesgotavel de honrosa recordação e de interessantes idéas, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz.

Não tem faltado escriptores que se dessem ao trabalho de recommendar á posteridade muitos desses factos, que são lidos em todos os tempos com justa admiração; mas, espalhados por um tão vasto territorio como este em que agora o Brazil assenta o seu throno imperial, elles mais escreveram historias particulares das provincias do que uma historia geral, encadeados os seus acontecimentos com esclarecido criterio, com deducção philosophica, e com luz pura da verdade. Ah! Se ainda assim mesmo tantos escriptos de illustres Brazileiros fossem dados á luz publica, ou conservados em archivos, para que a posteridade delles se aproveitasse, talvez que então se podesse realisar em parte a doutrina de Cicero, quando chama a historia *testemunha dos tempos.*

Mas, por desgraça nossa, em desar do nosso patriotismo, temos visto, e continuamos a ver, sepultarem-se muitos escriptores de merito como abraçados com as suas producções litterarias. A ignorancia ou descuido de seus herdeiros as entrega logo á voragem dos annos: seus nomes vagueam por algum tempo sobre as suas campas, até que de todo se esvaecem, perdendo-se até mesmo a noticia dos logares em que estes escriptores nasceram ou honraram por suas gloriosas fadigas.

Nem pouco influiu para esta lamentavel falta de publicação das cousas da patria o triste fado que sobre nós pesára por mais de trezentos annos, sendo obrigados a mendigar o favor dos typos da metropole, não se nos consentindo assentar uma imprensa nesta então colonia. O intolerante monopolio, mola principal da administração portugueza nos tempos do absolutismo, e com especialidade a respeito do Brazil, estendia-se tambem á publicação dos escriptos dos nossos litteratos, e por isso ou morriam em gabinetes particulares sem verem a luz da estampa, ou eram tão mutilados, para que se accom-

modassem ao systema de seu monopolio, como a agua tomando a fórma do vaso que enche, que pareciam como idéas destacadas, não podendo servir bem de elementos para a historia geral brazileira. O que digo, Srs. confirma-se bem claramente pelo acto do governo portuguez, em meio do seculo passado, mandando destruir a unica imprensa brazileira levantada por Antonio da Fonseca nesta cidade, da qual havia sahido impressa, com data de 1747, a *Relação da entrada que fez o bispo D. Fr. Antonio do Desterro Malheiro, escripta pelo juiz de fóra Luiz Antonio Rosado da Cunha;* e sabe-se que della tambem sahíra, disfarçado com o titulo de impressão de Madrid, o livro *Exame de Bombeiros.* Taes eram as cautelas que esse industrioso, patrocinado pelos jesuitas, empregava em prol da sua officina, que todavia não escapou á violenta espada da destruição.

Nos tempos da passada monarchia os escriptos brazileiros, que assim então se publicavam, punham a gloria de seus auctores em communhão com a dos Portuguezes; e como por tantas difficuldades eram em muito menor numero, ficavam absorvidos pelo credito litterario da metropole, que bem pouco reflectia sobre o Brazil. Quem examina a volumosa *Bibliotheca Lusitana* do abbade Barboza, encontra ahi os nomes de alguns Brazileiros preclaros, que provaram, por seus escriptos em diversos ramos, genio fecundo e amor das lettras. Pertence agora ao nosso Instituto, ou ao zelo de cada um de seus illustres membros, extremar essa herança preciosa, que pertence ao Brazil, e que nos póde servir na organisação da sua historia geral. De todos esses materiaes informes, incompletos, e mesclados dos prejuizos do tempo, poderemos formar um complexo regular de factos, purificados no crisol da critica. O talento de um historiador, diz o barão de Barante, assemelha-se á sagacidade do naturalista, que com pequenos fragmentos de ossos, colhidos de escavações, como que resuscita um animal, cuja raça desconhecida existia em plagas que soffreram cataclysmos. A vida moral tem suas condições e suas leis; compõe-se tambem de circumstancias ligadas por meio de relações quasi necessarias; a philosophia póde reconhecel-as e demons-

tral-as; e a imaginação, com mais celeridade e certeza, saberá então dellas assenhorear-se. A razão do homem, sempre vagarosa em sua marcha, necessita de um guia esclarecido e seguro, que accelere os seus passos. O talento dos historiadores e dos geographos é só quem póde offerecer-nos essa galeria de factos, que, sendo bem ordenados por suas relações de tempo e de logar, levam-nos a conhecer na antiguidade a fonte de grandes acontecimentos, que muitas vezes se desenvolveráõ em remoto futuro. A historia seria, portanto, incompleta, descorada e arida, si occupando-se unicamente de resultados geraes, por uma mal entendida abstracção, não collocasse os factos no theatro em que se passaram, para que melhor se apreciem pela confrontação de muitas e poderosas circumstancias que desembaracem a intelligencia dos leitores. A sorte geral da humanidade muito nos interessa, e nossa sympathia mais vivamente se abala quando se nos conta o que fizeram, o que pensaram, o que soffreram aquelles que nos precederam na scena do mundo: é isso o que falla á nossa imaginação, é isso o que resuscita, por assim dizer, a vida do passado, e que nos faz ser presentes ao espectaculo animado das gerações sepultadas. Só desta arte a historia nos póde offerecer importantissimas lições; ella não deve representar os homens como instrumentos cegos do destino, empregados como peças de um machinismo, que concorrem ao desempenho dos fins do seu inventor. A historia os deve pintar taes quaes foram na sua vida, obrando em liberdade, e fazendo-se responsaveis por suas acções. A Providencia, é verdade, faz muitas vezes sahir o bem do seio do mal, a ordem das turbulencias da anarchia, e a liberdade dos terrores do despotismo; mas, é força dizel-o, Srs., estes caminhos não estão ao nosso alcance; os caminhos do homem são traçados pelos seus deveres, e aos olhos da Musa severa da historia o crime sempre deve ser crime.

Conduzido por estas reflexões do barão de Barante, não posso deixar de accrescentar-lhes a expressão dos nobres sentimentos de Plinio o moço, escrevendo a Tacito sobre a desastrosa morte de seu tio. « Quanto a mim (diz este philosopho), considero igualmente benemeritos

aquelles a quem os deoses tem concedido o dom ou de fazer cousas dignas de serem escriptas, ou de escrever cousas dignas de serem lidas; e muito mais benemeritos ainda os que favorecem o exercicio destas duas preciosas faculdades. » E se mais podesse eu accrescentar a tão animador pensamento, dissera, com o nosso litterato patricio Alexandre de Gusmão, que a historia é um fecundo seminario de heróes.

A prosecução do meu discurso me faz chegar a um ponto que, designando bem claramente a grande utilidade que se póde colher dos estudos historicos e geographicos, marca por isso mesmo uma época gloriosa em nossa patria, da qual se descobre a honrosa estrada que podem melhor seguir aquelles dos nossos patricios em cujos peitos palpitam corações animados pelo amor da gloria litteraria. Elles, de certo, farão o melhor uso dos seus estudos sobre a historia da patria, expurgada de tantos erros, enriquecendo os seus espiritos de conhecimentos interessantissimos, que lhes sirvam nos empregos a que forem chamados pelos votos dos seus concidadãos. Da combinação dessas idéas, assim adquiridas, nasceráõ principios de que deduzam novos conhecimentos, que illustrem a carreira de sua vida, tornando mais proficuos os seus serviços em beneficio da patria. Não duvidamos, Srs., que as melhores lições que os homens podem receber lhes são dadas pela historia. Por isso que a virtude é sempre digna da veneração publica, a gloria abrilhanta os honrados cidadãos, ainda mesmo quando pareçam haver succumbido aos golpes da inveja e da intriga dos máos; a justiça que a posteridade lhes faz, salvando seus nomes e seus feitos de um injusto esquecimento, é forte estimulo para uma patriotica emulação. Os crimes, posto que seguidos de um successo apparentemente feliz, não deixam de ser detestaveis no tribunal da historia, se a imparcial penna de sabios os descreve em sua verdadeira luz. O circumspecto genio do historiador, sentando-se sobre a tumba do homem, que ahi termina as suas fadigas, despreza argumentos de partido e conselhos de lisonja, portando-se em seus juizos como austero sacerdote da verdade. A fama dos grandes homens, rompendo as trevas da antiguidade, tem chegado a nós com os documentos de

seus meritos acrisolados pela historia: ella assim premia a virtude muitas vezes perseguida, restituindo á veneração dos homens a memoria daquelles que della se fizeram dignos.

Porém, Srs., se em geral são estas as vantagens da historia, quaes não serão ainda as do nosso paiz, se o amor da gloria nacional nos levar a depural-a de suas inexactidões, e a escrevel-a com essa atilada critica que deve formar o caracter de um verdadeiro historiador? E será pouco arrancar do esquecimento, em que jazem sepultados, os nomes e feitos de tantos illustres Brazileiros, que honraram a patria por suas lettras e por seus diversos e brilhantes serviços? O desejo de dar vida a beneméritos, que o nosso descuido tem deixado mortos para a gloria da patria e para a estima do mundo, já se tem apoderado de alguns dos illustres socios deste nosso Instituto. Uma biographia dos mais preclaros Brazileiros é tarefa, de certo, mui superior ás forças de um só homem, attentas as nossas circumstancias; mas a gloria que deve resultar de uma tal empreza accende o zelo dos que a tem encetado em communhão de trabalho, e reflectirá tambem sobre o nosso Instituto, porque são do seu gremio os emprehendedores da desejada biographia brazileira; e se a sua modestia me priva de lhes dar os devidos louvores por uma obra de honra nacional, a justiça não soffre que eu deixe de publicar os seus nomes em credito dos membros fundadores deste Instituto. Os illustres Srs. Visconde de S. Leopoldo, Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia e outros, já tem colligido muitos elementos para esse importante monumento litterario; nem já se lhes quebra o animo de o levarem ao fim, pois que de nossa efficaz cooperação e zelo social resultará maior facilidade ao desempenho de seu nobre projecto.

Na vida dos grandes homens aprende-se a conhecer as applicações da honra, a apreciar a gloria e a affrontar os perigos, que muitas vezes são causas de maior gloria. O livro de Plutarco (diz o barão de Morogues) é uma excellente escola do homem, porque offerece em todos os generos os mais nobres exemplos de magnanimidade; ahi se encontra descoberta toda a antiguidade; cada ho-

mem celebre ahi apparece com seu genio, com seus talentos, com suas virtudes e com a influencia que exercêra sobre seu seculo; ahi se aprende como o genio dá movimento a povos inteiros por suas leis, por suas conquistas, por sua eloquencia; ahi se conhece a sabedoria dos designios, umas vezes profundamente concebidos e amadurados pelos annos, outras vezes como inspirados, admittidos e executados a um só tempo com a energia que domina os maiores obstaculos; ahi vidas brilhantes e mortes illustres ensinam a amar a gloria, a apreciar as suas causas, a prever os seus resultados, e a acautelarmo-nos daquelles perigos que a seguem como sombras, porque (diz M. Thomaz) os homens que pesam sobre o universo tambem lutam com o seu proprio peso; logo após a gloria acham-se frequentemente occultos o desterro, o ferro e o veneno.

E não offerecerá uma historia veridica do nosso paiz essas lições, que tão proficuas podem ser aos cidadãos brazileiros no desempenho de seus mais importantes deveres? No periodo de pouco mais de tres seculos não terão apparecido, neste fertil continente, varões preclaros por diversas qualidades, que mereçam os cuidados do circumspecto historiador, e que se possam offerecer ás nascentes gerações como typos de grandes virtudes? E deixaremos sempre ao genio especulador dos estrangeiros o escrever a nossa historia, sem aquelle acerto que melhor póde conseguir um escriptor nacional? Ah! o meu coração se dilata dentro no peito só á idéa de que este Instituto Historico e Geographico se occupará desveladamente em erguer á gloria do Brazil um monumento que lhe faltava, e do qual emanará não pequena honra aos que agora aqui reunidos se offerecem ás vistas da nação como opifices do magestoso edificio da nossa historia. O meu coração se dilata, sim, quando observo que só a noticia da fundação deste Instituto mereceu o mais honroso acolhimento do publico; acolhimento bem facil de ser previsto pela distincta Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, que prompta nos franqueou a sua respeitavel protecção para levarmos a effeito a proposta que lhe haviamos submettido.

Os litteratos de todo o Brazil saberão, pela leitura de nossos estatutos, que os socios deste Instituto não só meditam organisar um monumento de gloria nacional, aproveitando muitos rasgos historicos que dispersos escapam á voragem dos tempos, mas ainda pretendem abrir um curso de historia e geographia do Brazil, além dos principios geraes, para que o conhecimento das cousas da patria mais facilmente chegue á intelligencia de todos os Brazileiros. Este ramo de estudos, tão necessario á civilisação dos povos, faltava aos nossos patricios. Mas consolamo-nos de um tal descuido, porque tambem o celebre Rollin, nos tempos em que a França já muito florescia por suas lettras, lastimava o sacrificar-se o estudo da historia nacional ao de outras historias antigas, como se só na Grecia e em Roma tivessem apparecido factos heroicos e varões prestantes, que merecessem ser imitados. « Eu estou bem longe de pensar (dizia o illustre philologo) que seja indifferente o estudo da historia nacional; vejo com dôr que elle tem sido desprezado por aquelles mesmos a quem fôra util, por não dizer indispensavel. Confesso que pouco me tenho dado a elle, e envergonho-me de ser como estrangeiro em minha patria, depois de haver corrido outros muitos paizes. »

A nossa historia abunda de modelos de virtudes; mas um grande numero de feitos gloriosos morrem ou dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subsequentes. O Brazil. Srs., posto que em circumstancias não semelhantes ás da França, póde comtudo apresentar pela historia, ao estudo e emulação de seus filhos, uma longa serie de varões distinctos por seu saber e brilhantes qualidades. Só tem faltado quem os apresentasse em bem ordenada galeria, collocando-os segundo os tempos e os logares, para que sejam melhor percebidos pelos que anhelam seguir os seus passos nos caminhos da honra e da gloria nacional.

A empreza de alguns nossos escriptores, que tem escripto sobre as cousas da patria, não será perdida para o nosso Instituto. Desse cabedal, difficilmente reunido nas provincias pelos incansaveis e distinctos litteratos *Berredo, Rocha Pitta, Bispo Azeredo, Monsenhor Pizarro, Frei Gaspar,*

Durão, Viscondes de Cayrú e de S. Leopoldo, conselheiro Balthasar Lisboa, Rebello, Ayres do Casal, L. Gonçalves dos Santos, Accioli, Bellegarde e outros muitos, se formará no nosso Instituto o corpo da historia geral brazileira, encendrado pela philosophia de seus membros, e ligado em todas as suas partes pelas relações de seus factos, afim de serem dignamente comprehendidos.

Eu quizera, Srs., aproveitar-me deste ensejo para lembrar-vos o incansavel zelo pela historia e geographia do Brazil de alguns dos litteratos que honram a matricula do nosso Instituto; mas, se me não é dado tributar-lhes agora os elogios de que são merecedores, eu devo, pelo menos, como orgão da voz publica e dos amigos da patria, declarar com especialidade o nome do nosso honrado collega e meu particular amigo o general Cunha Mattos. Injustiça fôra, Srs., não fazer honrosa menção dos trabalhos historicos já por elle offerecidos ao publico e agora mesmo ao nosso Instituto. Ouvistes ler a riquissima memoria sobre a navegação dos antigos e dos modernos, da qual resultára a descoberta da America, e tambem do Brazil: bem pouca meditação se precisa para se conhecer logo que o seu excellente trabalho fórma a introducção da nossa historia geral, em que ha muito se occupa o nosso distincto consocio. O seu zelo será de certo imitado por outros; e talvez que o ensaio de um diccionario geographico brazileiro, com tanto trabalho emprehendido pelo illustre socio o senador Costa Pereira, agora tome o seu necessario desenvolvimento, aproveitando-se o seu auctor dos esclarecimentos que nos é permittido esperar de muitos pontos do Imperio.

Desculpai-me, Srs., se na fraca exposição das vantagens que podem emanar da fundação do nosso Instituto, eu mais tive em vista a gloria nacional, que sempre me faz bater o coração em peito brazileiro, do que a difficuldade das emprezas a que nos endereçamos. Este magestoso edificio tem por fundamentos o amor da patria e o amor das lettras.

Nós não seremos menos inflammados deste amor do que aquelles que, em outras nações, lhe tem inaugurado tão glorioso quanto util monumento. O Brazil guarda nas

entranhas de suas terras, e assim tambem nos peitos de seus filhos e sinceros amigos, thesouros preciosos, que devem ser aproveitados por meio de constantes e honrosas fadigas. Sem trabalho, sem persistencia nas grandes emprezas, jámais se conseguirá a gloria que abrilhanta os nomes dos bons servidores da patria. A geographia é a luz da historia, e a historia, tirando da obscuridade as memorias da patria, honra por isso mesmo aos que lhe consagram constantes desvelos. Eia, Srs., não esmoreçamos á vista das grandes difficuldades que sahiráõ ao encontro dos nossos designios; fitemos os olhos no bem dos nossos patricios, na gloria da nossa nação, na nossa propria honra, e nós celebraremos todos os annos o dia anniversario do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, de que somos creadores, apresentando ao publico relatorios dignos da sua attenção pelos uteis trabalhos que fizermos.

Seja-me ainda permittido terminar este discurso com uma invocação ao Eterno, tomada das palavras do santo Isaias:

— E tu, Senhor, atêa, em luzeiro eterno, faiscas tuas já assomadas neste horizonte.

E sempre de face haja de encontrar-se nelle a verdade.

Mimosas esperanças caminham em triumpho de molestas difficuldades.

O' quanto, Senhor, tu mudas em assento andamoso montanhas empinadas!

Compraze-te em dar-lhe rego aberto, que engrosse o plantio por ti disposto.

(*Trad. do bispo D. Frei Manoel do Cenaculo.*)

Januario da Cunha Barbosa, 1.º Secretario perpetuo do Instituto.

EXTRACTO DOS ESTATUTOS. Revista do IHGB. n° 1. T. 1, Rio de Janeiro. 1839. p. 22-24..

EXTRACTO DOS ESTATUTOS

DO

Instituto Historico e Geographico Brazileiro.

CAPITULO I.

Fim e objecto do Instituto.

Art. 1.° O Instituto Historico e Geographico Brazileiro tem por fim colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessarios para a historia e geographia do Imperio do Brazil; e assim tambem promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do ensino publico, logo que o seu cofre proporcione esta despeza.

Art. 2.° Procurará sustentar correspondencias com sociedades estrangeiras de igual natureza; e se ramificará nas provincias do Imperio para mais facil desempenho dos fins que se propõe.

Art. 3.° Publicará de tres em tres mezes um folheto, que tenha pelo menos oito folhas de impressão, com o titulo seguinte — *Revista trimensal de historia e geographia; ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro, fundado no Rio de Janeiro sob os auspicios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.* — Nesta revista se publicarão, além das actas e trabalhos do Instituto, as memorias de seus membros que forem interessantes á historia e geographia do Brazil; e assim tambem as noticias ou extractos de historia e geographia das obras publicadas pelas outras sociedades e pessoas litteratas, estrangeiras ou nacionaes, precedendo a respeito dellas o relatorio de uma commissão do seu seio, para esse effeito nomeada.

CAPITULO II.

Organisação do Instituto; admissão e deveres de seus membros.

Art. 4.° O Instituto consta de cincoenta socios effectivos,

vinte e cinco pertencentes á secção de historia, e vinte e cinco á de geographia; de um numero illimitado de socios correspondentes tanto no Imperio, como em as nações estrangeiras; e de socios honorarios, cujo titulo será conferido ás pessoas que, por sua avançada idade, consumado saber e distincta representação, estejam no caso de dar credito ao Instituto, ficando por conseguinte dispensados dos encargos ordinarios a que estão sujeitos os outros socios.

Art. 5.º Para que qualquer pessoa seja admittida a fazer parte desta associação litteraria, tanto como socio effectivo, vagando algum dos cincoenta, como para correspondente, será apresentada proposta assignada por um dos membros á commissão da classe de historia ou de geographia a que queira pertencer: esta proposta será enviada com o parecer da dita commissão á mesa administrativa, que, examinando e votando sobre ella por escrutinio secreto, deverá apresental-a em assembléa geral para ser definitivamente approvada.

Art. 6.º A proposta para socios póde ser feita de um ou de muitos, comtanto que de cada um dos propostos se ajuntem os sobrenomes, logar do nascimento, idade, qualidade, domicilio, e os motivos da admissão.

Art. 7.º Aos logares de socios podem ser admittidas tanto as pessoas naturaes como as estrangeiras; e cada uma dellas entrará com a quantia de 10$000 rs. a titulo de joia quando receber o seu diploma, e pagará a somma de 3$000 rs. em cada semestre para occorrer ás despezas do Instituto.

CAPITULO IV.

Das assembléas geraes administrativas, e da ordem dos seus trabalhos.

Art. 31.º O conselho administrativo fará as suas sessões economicas de 15 em 15 dias, de accôrdo com a sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, que lhe marcará o dia em que deve trabalhar na mesma sala.

Art. 32.º Nestas sessões se tratarão todos os negocios economicos e litterarios do Instituto, ainda mesmo aquelles que devam subir preparados á assembléa geral. O presi-

dente fará tambem extrahir de uma urna programmas de historia e de geographia, que ahi se tenham recolhido para serem tratados nas discussões, tanto por escripto como verbalmente, por aquelles socios que disso quizerem occupar-se, mediando todavia quinze dias da extracção do programma ao desta polemica.

Art. 33.° Todos os socios são obrigados a assistir ás assembléas geraes; mas, incumbe mais restrictamente aos que compoem o conselho administrativo o frequentar as sessões economicas, nas quaes, podendo todos discutir, só votaráõ symbolicamente nos objectos administrativos os membros do conselho; e nos scientificos, quaesquer socios que presentes se acharem.

Art. 34.° A assembléa geral julgar-se-ha habilitada para exercer as suas funcções quando se acharem reunidos o presidente ou um dos vice-presidentes, o secretario perpetuo ou adjunto, o thesoureiro, o órador e alguns membros das commissões, uma vez que, com a necessaria anticipação, se tenha annunciado a sua reunião por algumas folhas publicas desta capital.

Art. 35.° O conselho administrativo considerar-se-ha legitimamente reunido quando á hora marcada houver quem o presida na fórma do artigo 14; e esteja presente o secretario adjunto, e tres ou mais membros das commissões.

Art. 36.° Todas as sessões do Instituto serão avisadas por um dos jornaes da côrte. Os socios tem direito a um exemplar da *Revista trimensal*, e o mandaráõ receber quando annunciada a sua publicação no logar que então fôr designado.

Art. 37.° Os socios terão faculdade de ler na bibliotheca do Instituto as obras que ahi forem depositadas, não só impressas, mas tambem em manuscripto, fazendo dellas os extractos que precisarem, mas nunca levando essas obras para fóra da casa em que estiverem arrecadadas.